

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

LUIZI MARIA BRANDÃO ESTANCIONE

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E APRENDIZAGEM SOCIAL:
ESTUDO DE CASO DA APA ITUPARARANGA**

**SÃO PAULO
2015**

LUIZI MARIA BRANDÃO ESTANCIONE

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E APRENDIZAGEM SOCIAL:
ESTUDO DE CASO DA APA ITUPARARANGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Fracalanza.

Versão Original

**SÃO PAULO
2015**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Estancione, Luiz Maria Brandão.

Governança ambiental e aprendizagem social: estudo de caso da APA Itupararanga./ Luiz Maria Brandão Estancione; orientadora: Ana Paula Fracalanza.– São Paulo, 2015.

206f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Governança ambiental. 2. Aprendizagem Social 3. Instituições Participativas. 4. APA Itupararanga I. Título.

Nome: ESTANCIONE, Luizi Maria Brandão.

Título: Governança Ambiental e Aprendizagem Social: estudo de Caso da APA Itupararanga.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovada em: São Paulo, _____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Fracalanza

*Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo*

Julgamento

Assinatura

Prof.^o Dr.^o Pedro Roberto Jacobi

*Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo*

Julgamento

Assinatura

Prof.^o Dr.^o André Cordeiro Alves dos Santos

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Julgamento

Assinatura

Dedico essa dissertação de mestrado, sobretudo, aos meus amados - Deus, Família e Di - e a todos aqueles que compartilharam comigo essa vivência maravilhosa e inesquecível de mestrado!

Dedico, também, à minha tão amada avó Aparecida Brisola Brandão, que faleceu durante esse processo, mas que ainda vive ardentemente em mim, pois me ensinou tudo aquilo que realmente importa na vida e que deve ser vivenciado: "Amar á Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo"!

Sou imensamente grata...

À minha família – Mãe, Pai, Caco, Lígia, Laura, Vó Cida - pelo amor incomensurável e pelos momentos intensos de fé, de esperança e de alegria!

Ao Diego de Vicenzo Aguiar e sua família por me permitirem fazer parte de suas vidas! Amo vocês!

Aos meus queridos e muito amados amigos: Natalia Dias Tadeu, Mariana Gutierrez Arteiro da Paz, Marcelo Takashi, Luciana Xavier, Nicolas Bujak, Thiago Paz, Maria do Carmo Gozzano, Fabiana Oliveira, Thiago Carvalho, Letícia Proença, Eduardo Bertin, Gustavo Alves, Monique Fantim, Guilherme Sutti, Amanda Coppolaro, Alana Souza, Cláudio Sousa e Carol Nakamura, Rosa Floresta. Vocês, apesar dos momentos difíceis, compartilharam comigo os sentimentos mais profundos do amor, da amizade, da sinceridade, do carinho e de fé! Sou imensamente grata por isso!

Ao doutor José Otávio Gozzano por ter sido, para mim, o pixô de uma vida muito mais intensa e feliz. Mais do que um excelente médico, o senhor foi um grande amigo durante todo esse processo!

Aos entrevistados do Conselho Gestor da APA Itupararanga, pela receptividade, pela atenção, pelo acolhimento e pelas contribuições durante o desenvolvimento dessa dissertação de mestrado.

Aos professores Ana Paula Fracalanza, Pedro Jacobi, André Cordeiro e Euler Sandeville pela atenção dedicada à minha dissertação de mestrado, pelas indicações de leitura, pela compreensão e por estarem sempre dispostos a compartilhar comigo seus conhecimentos.

À professora Ana Paula Fracalanza por trabalhar com calma e seriedade, pelas orientações sempre construtivas e instigantes e pela paciência e compreensão durante todo este processo. E aos professores Pedro Jacobi e André Cordeiro por aceitarem arguir essa pesquisa de mestrado.

À todos os integrantes do GovAmb pelo trabalho em equipe e pelas inúmeras contribuições nesta pesquisa.

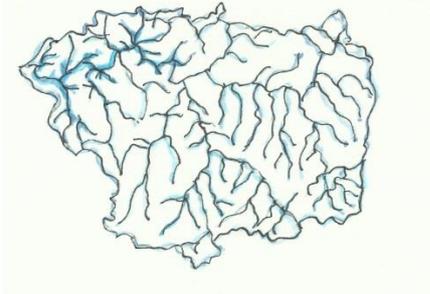
A todos os funcionários do IEE e do Favo 14, os quais foram sempre muito gentis comigo, em especial ao Luciano e à Júlia.

Ao regente Edu Fernandes e aos queridos amigos do Coral USP. Aprendi muito e fui imensamente feliz convivendo com vocês!

Que Deus lhes pague!

CAMINHOS DE YTU PARARANGA

(Por Luízi Maria Brandão Estancione)¹



*À montante do rio do Chico;
Terra rasgada dos guaranis;
Três corpos d'água se fundem nas Quedas
Rumorejantes de Vuturaty.
Desde a Mata que se queima,
Nos caminhos da Terra-Preta,
Veias a pulsar vidas tão singelas;
Sorocabuçu, Una, Sorocamirim.*

***Ytu Pararanga,
Sociedade empenhada
Manifestou-se arduamente e
Amparou a Sub-bacia do Alto Sorocaba.***

*Ao amanhecer deleitar-se ao aracê,
Ao olor de orvalho e do cedro rosado.
Lá no poente o sol fulgente,
Suave brisa acalenta toda gente.
Desabrocham neste espetáculo
A Mata Atlântica e o Cerrado.
Com este elo conflituoso
Vários são os usos do solo pelo povo.*

*Por entre núcleos rurais e urbanos,
Estradas e morros, rios e vicinais,
Imigrantes cultivam flores,
Videiras, hortaliças e milharais.
Às margens da represa,
Ociosidade combina-se com a lida;
Lazer, economia, cultura e moradia
Representam esta área protegida.*

¹ Vide apêndices J, K, L e M.

RESUMO

ESTANCIONE, Luiz Maria Brandão. **Governança Ambiental e Aprendizagem Social: Estudo de caso da APA Itupararanga**, 2015, 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A partir de um estudo de caso, essa dissertação de mestrado - intitulada de "Governança Ambiental e Aprendizagem Social: estudo de caso da APA Itupararanga" - buscou analisar de que forma a participação social pela proteção da represa de Itupararanga repercutiu nas transformações da governança do território que atualmente constitui a APA Itupararanga. Para isso, além da revisão bibliográfica e da metodologia de estudo de caso, utilizaram-se as seguintes fontes de evidência metodológicas: observação direta e participante, entrevista e questionários. Assim, embasou-se a dissertação metodologicamente. Alicerçou-se, também, a pesquisa a partir dos conceitos de democracia, cidadania, instituições participativas, governança, controle social, aprendizagem social e comunidades práticas. Diagnosticou-se a APA Itupararanga a partir das perspectivas: histórica, legal, administrativa, econômica, social, paisagística, cultura e ambiental. E, a partir da triangulação metodológica, analisaram-se as apreensões de atores sociais sobre o processo de criação da APA Itupararanga, o Conselho Gestor dessa Unidade de Conservação e as influências políticas dessa instituição participativa no território. Verificou-se que a participação social foi essencial para o processo de criação da APA Itupararanga e de seu Conselho Gestor e ainda o é para a gestão do território por meio dos conselheiros. Contudo, para que a participação social seja ampliada, fortalecida e possibilite o controle social é necessário que os princípios democráticos de descentralização e de integração a ela se articulem de modo a possibilitar mais eficiência e eficácia à governança ambiental do território. Além disso, observaram-se dois ciclos de Aprendizagem Social no Conselho Gestor. Um deles foi concluído com a criação da APA Itupararanga e do Conselho Gestor dela e o outro ainda está em andamento e busca que o zoneamento da APA seja incorporado à gestão do território. Assim, propôs-se que: novos projetos e pesquisas auxiliem a aprofundar mecanismos de fortalecimento da Governança Ambiental na APA Itupararanga e que se fundamentem em práticas, como as que utilizam as metodologias de mapeamento participativo e de pesquisa-ação; ações sejam pensadas para articular as instituições que atuam no território da APA Itupararanga e seus órgãos e; sejam desenvolvidas ações conjuntas com a sociedade de modo a incorporá-la, mesmo que indiretamente, na gestão da APA e para fazê-la conhecer a importância de proteger e de conservar o território que habita.

Palavras-chave: Governança Ambiental. Aprendizagem Social. Instituições Participativas. APA Itupararanga.

ABSTRACT

ESTANCIONE, Luiz Maria Brandão. **Environmental governance and social learning: case study of APA Itupararanga**, 2015, 206 f. Doctorate Thesis. Graduate Program of Environmental Science, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

From a case study, this master thesis - titled "Environmental Governance and Social Learning: a case study of the APA Itupararanga" - sought to examine how social participation for the protection of Itupararanga Dam reflected in the governance transformations in the territory that now constitutes the APA Itupararanga. For this, in addition to literature review and case study methodology, it was used the following sources of methodological evidence: direct and participative observation, interviews and questionnaires. Thus, the thesis was established methodologically. The research was established as well from the concepts of democracy, citizenship, participative institutions, governance, social control, social learning and practice communities. APA Itupararanga was diagnosed from the perspectives: historical, legal, administrative, economic, social, cultural and environmental. And from the methodological triangulation it was analyzed the social actors apprehensions about the creation process of the APA Itupararanga and the Management Council of this protected area and the political influence of this participatory institution in the territory. It was found that social participation was essential to the creation process of the APA Itupararanga and its Management Council and still is for the management of the territory through the counselors. However, for social participation to be expanded, strengthened and enable social control it is necessary that the democratic principles of decentralization and integration articulate to it to enable more efficient and effective environmental governance of the territory. In addition, there were two cycles of Social Learning in the Management Board. One was completed with the creation of APA Itupararanga and her Management Council and the other is still in progress and seeks the zoning of the APA to be incorporated into land management. Thus, it was proposed that: new projects and researches further develop Environmental Governance strengthening mechanisms in APA Itupararanga and are founded on practices such as using the methodologies of participatory mapping and action research; actions that are designed to articulate the institutions operating within the APA Itupararanga and its organs and; joint actions with society in order to incorporate it, even indirectly, in the management of APA and make it acknowledges the importance of protecting and conserving the territory it inhabits.

Key-words: Environmental governance. Social learning. Participative Institutions. APA Itupararanga.

LISTAS EM ORDEM ALFABÉTICA

DICIONÁRIO TUPI-GUARANI

<i>Araçariguama</i>	Comedouro dos araçaris (tucano pequeno); a ceva dos tucanos.
<i>Aracê</i>	Canto dos pássaros pela manhã; aurora.
<i>Araçoyaba</i>	Anteparo contra o tempo; o que faz sombra; monte em forma de chapéu; “Onde o sol se esconde”.
<i>Cajuru</i>	Boca da mata; entrada do sertão.
<i>Canguera</i>	Ossada; esqueleto de animal; má sorte.
<i>Carapicuíba</i>	Característica principal da base da língua - o sabor ruim dos peixes, referência ao rio sangrento perto do antigo matadouro; raiz comestível comprida.
<i>Caucaia</i>	A queimada da mata; mata que se queima.
<i>Cotia</i>	Em direção ao alto; subir o morro; roedor.
<i>Guaçu</i>	Grande; animal; veado.
<i>Ibiúna</i>	Terra/Solo/Chão preto(o)/negra(o)
<i>Itapevi</i>	Pedra escavada por dentro
<i>Ituparanga</i>	Queda/Salto/Cachoeira rumorejante/estrondejante/estrepitoso/barulhenta/ruidosa.
<i>Jandira</i>	Abelha de mel
<i>Pararanga</i>	Rumorejante/Estrondejante/Estrepitoso/Barulhenta/Ruidosa.
<i>Pirapora</i>	Lugar abundante em peixes; pequeno salto do rio Tietê em cujas margens está a cidade de Bom Jesus.
<i>Piratininga</i>	Peixe Seco.
<i>Sorocaba</i>	Terra rasgada; ruptura do solo; lugar de bossorocas; lugar de rasgões da terra.
<i>Una</i>	Rio Preto/Negro
<i>Vuturaty (Votorantim)</i>	Encosta/ladeira branca, devido à queda d'água que se escorre.
<i>Ytu</i>	Queda/Salto/Cachoeira

FIGURAS

Figura 1.1 - Características das abordagens de pesquisa.	20
Figura 1.2 - Etapas do estudo de caso.	23
Figura 1.3 - Classificação das pesquisas sociais.	23
Figura 1.4 - Táticas dos estudos de caso 1.	25
Figura 1.5 - Táticas dos estudos de caso 2.	25
Figura 1.6 - Triangulação metodológica.	30
Figura 1.7 - Objetivos da dissertação.	31
Figura 1.8 - Números de questionários respondidos por segmento.	33
Figura 2.1 - Igualdade e justiça.	38
Figura 2.2 - Quadrinho do cartunista quino: Mafalda e democracia.	41
Figura 2.3 - Comportamento humano.	61
Figura 2.4 - Aprendizagem por observação.	62
Figura 2.5 - Expectativa.	63
Figura 2.6 - Aprendizagem Social.	66
Figura 2.7 - Organograma da Aprendizagem Social.	67
Figura 2.8 e Figura 2.9 - Aprendizagem Social: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais.	67
Figura 3.1 - APA Ituparanga.	68
Figura 3.2 - Construção da barragem de Ituparanga.	85
Figura 3.3 - Tubulação de Ituparanga.	86
Figura 3.4 - UHE Ituparanga.	86
Figura 4.1 - Temas debatidos nas reuniões ordinárias do CG da APA Ituparanga.	127
Figura 4.2 - Temas debatidos nas reuniões extraordinárias do CG da APA Ituparanga em 2009.	129
Figura 4.3 - Temas debatidos segundo as atas acessadas dos grupos de trabalho do CG da APA Ituparanga. .	130
Figura 4.4 - Frequência de participação nas reuniões do CG: anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.	135
Figura 4.5 - Frequência de participação nas reuniões do CG: ano 2009 – setores componentes.	138

FÓRMULAS

Fórmula 3.1- Taxa de crescimento populacional relativo	98
--	----

LINHAS DO TEMPO

Linha do tempo 3.1 - Histórico dos municípios parte da APA Itupararanga	73
Linha do tempo 3.2 - Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo.	88
Linha do tempo 3.3 - Histórico da APA Itupararanga.....	92

MAPAS

Mapa 3.1 - Localização da APA Itupararanga na bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê.....	70
Mapa 3.2 - Mapa da APA Itupararanga.	71
Mapa 3.3 - Uso do solo na APA Itupararanga.....	107
Mapa 3.4 - Zoneamento da APA Itupararanga segundo seu Plano de Manejo.	109
Mapa 4.1 - Zoneamento da APA Itupararanga, discriminando as zonas propostas após os trabalhos do CG.....	132

QUADROS

Quadro 1.1 - Pontos fortes e fracos das fontes de evidência.	27
Quadro 2.1 - Legislações e IPs analisadas.....	51
Quadro 2.2 - Elementos destacados das IPs ambientais.	55
Quadro 2.3 - Elementos destacados das legislações e IPs de recursos hídricos.	57
Quadro 3.1 - Representantes do Estado no biênio 2009-2011 e 2011-2013.	93
Quadro 3.2 - Instituições governamentais integrantes do CG da APA Itupararanga, em cada biênio.	95
Quadro 3.3 - Instituições da sociedade civil integrantes do CG da APA Itupararanga em cada biênio.	96
Quadro 3.4 - Procedimentos para realização de reuniões do CG.	97
Quadro 3.5 - Bens materiais tombados nos municípios parte da APA Itupararanga.	104
Quadro 4.1 - Reuniões do CBH-SMT de 1995 à 2003 em cuja ata há menções sobre a APA Itupararanga.....	113
Quadro 4.2 - Classificação dos temas debatidos nas reuniões ordinárias do CG.	128
Quadro 4.3 - Classificação dos temas debatidos nas reuniões extraordinárias do CG.	129
Quadro 4.4 - Classificação dos temas debatidos em algumas reuniões dos grupos de trabalho do CG.	131
Quadro 4.5 – Atividades cuja percepção de responsabilidade é compatível na ótica da maioria dos conselheiros investigados.....	139
Quadro 4.6 - Atividades cuja percepção de responsabilidade é conflitante na ótica da maioria dos conselheiros investigados.....	140
Quadro 4.7 - Aspectos específicos relacionadas à abertura e à transparência no CG da APA.....	152

SIGLAS

SIGLA	NOME POR EXTENSO
<i>ANA</i>	Agência Nacional de Águas
<i>ANEEL</i>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<i>APA</i>	Área de Proteção Ambiental
<i>APRM</i>	Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
<i>ASSEA</i>	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Roque, Mairinque, Ibiúna, Alumínio e Araçariçuama
<i>BM</i>	Banco Mundial
<i>CADES</i>	Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo
<i>CB</i>	Constituição da República Federativa do Brasil
<i>CBA</i>	Companhia Brasileira de Alumínio
<i>CBD</i>	Convenção de Biodiversidade
<i>CBH</i>	Comitê de Bacia Hidrográfica

SIGLA	NOME POR EXTENSO
CBH-SMT	Comitê de Bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CETRIL	Cooperativa de Eletrificação Rural de Ibiúna
CF	Constituição Federal do Brasil
CG	Conselho Gestor
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COG	Centro de Operações de Geração
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CPLA	Coordenadoria de Planejamento Ambiental (Antiga CPLEA)
CPLEA	Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental
CRH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CSP	Constituição do Estado de São Paulo
CT	Câmara Técnica
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
EACH	Escola de Artes, Ciências e Humanidades
EESC	Escola de Engenharia de São Carlos
FAPEC	Faculdade Paulista de Comunicação e Educação de Ibiúna
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FE	Faculdade de Educação
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FF	Fundação para Produção e Conservação Florestal
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GovAmb	Centro de Estudos de Governança Socioambiental
GT	Grupo de Trabalho
GTA-Jerivá	Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBot	Instituto de Botânica do Estado de São Paulo
ICCA	Indigenous Peoples' territory and Community Conserved Areas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEE	Instituto de Energia e Ambiente
IO	Interesse Organizado
IP	Instituição Participativa
IPESA	Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISH	Identificação de <i>Stakeholders</i>
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
Light	<i>The São Paulo Tramway Light and Power Co LTDA</i>
MDG	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
NEAS	Núcleo de Estudos Ambientais
Nf	Número de indivíduos no final do período considerado
Ni	Número de indivíduos no início do período considerado
OAI	Ordem Ambiental Internacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEMA	Política Estadual de Meio Ambiente
PERH	Política Estadual de Recursos Hídricos
PIB	Produto Interno Bruto
PIMA	Política Internacional do Meio Ambiente
PL	Projeto de Lei
PM	Plano de Manejo
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PMI	<i>Project Management Institute</i>
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SIGLA	NOME POR EXTENSO
PP	Poder Público
PPR	<i>Protected Planet Report</i>
PROCAM	Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RPPN	Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SCO	Sociedade Civil Organizada
SEAQUA	Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado de Recursos Naturais
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SigRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SLT	Social Learning Theory
SMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMT	Sorocaba e Médio Tietê
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
t	Duração do período considerado
TAS	Teoria de Aprendizagem Social
TCpR	Taxa de Crescimento Populacional Relativo
TdR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFSCAR	Universidade de São Carlos
UGRHi	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UHE	Usina Hidrelétrica
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIP	Universidade Paulista
UNISA	Universidade de Santo Amaro
UNISO	Universidade de Sorocaba
UPPH	Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
USP	Universidade de São Paulo
WBS	<i>Work Breakdown Structure</i>
WCMC	Centro de Monitoramento da Conservação Mundial
WCPA	Comissão Mundial de Áreas Protegidas
WPC	Congresso Mundial de Parques

TABELAS

Tabela 3.1 - Informações estatísticas do censo demográfico dos municípios parte da APA Itupararanga	98
Tabela 3.2 - Taxa de crescimento populacional relativo, em ordem decrescente,	99
Tabela 3.3 - Produto Interno Bruto dos municípios	100
Tabela 3.4 - Pobreza e desigualdade municípios brasileiros	100
Tabela 3.5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 EMBASAMENTO METODOLÓGICO DA DISSERTAÇÃO	20
1.1 Investigação Científica Qualitativa em Pesquisas Embasadas na Participação Social	20
1.2 Método: Estudo de Caso	22
1.3 Fontes de Evidência na Pesquisa Qualitativa.....	26
1.4 Processamento e Análise das informações qualitativas e quantitativas	29
1.5 Metodologia da dissertação	30
2 ALICERCE TEÓRICO DOS PROCESSOS DE GOVERNANÇA E APRENDIZAGEM SOCIAL..	35
2.1 Democracia, Cidadania e Instituições.....	35
2.2 Governança e Controle Social	43
2.3 Aprendizagem Social e Comunidades de Práticas.....	61
3 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA	68
3.1 Prólogo	68
3.2 Processos históricos: instituição dos municípios pertencentes à APA Itupararanga e instalação da represa	72
3.2.1 Sorocaba.....	75
3.2.2 São Roque	76
3.2.3 Piedade.....	77
3.2.4 Cotia	78
3.2.5 Ibiúna	79
3.2.6 Mairinque	80
3.2.7 Votorantim.....	81
3.2.8 Vargem Grande Paulista	82
3.2.9 Alumínio	82
3.2.10 Represa de Itupararanga	83
3.3 Perspectiva legal e administrativa	87
3.4 Perspectiva econômica e social	98
3.5 Perspectiva paisagística e cultural	102
3.6 Perspectiva ambiental	104
4 GOVERNANÇA AMBIENTAL NA APA ITUPARARANGA.....	111
4.1 Apreensões de alguns atores sociais sobre o processo de concepção da APA Itupararanga	111
4.2 O Conselho Gestor da APA Itupararanga.....	125
4.2.1 Temas debatidos	125
4.2.2 Participação dos conselheiros.....	134
4.2.3 Gestão interna	142
4.2.4 Atividades externas do CG e intervenções do GovAmb	145
4.3 Influências políticas	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
BIBLIOGRAFIA	167
APÊNDICE A - Carta de Apresentação do Questionário	170
APÊNDICE B - Carta de Apresentação da Entrevista.....	171
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Questionário.....	172
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Entrevista	173
APÊNDICE E - Questionário.....	174
APÊNDICE F - Roteiro de Entrevista	180
APÊNDICE G - Conselheiros do Biênio 2011-2013 do Conselho Gestor da APA Itupararanga	184
APÊNDICE H - Tabelas referentes ao subcapítulo 3.4	186
APÊNDICE I - Quadros do subcapítulo 4.2.1.....	194
APÊNDICE J - Ficha Técnica da Música Caminhos de Ytu Pararanga	198
APÊNDICE K - Áudio da Música Caminhos de Ytu Pararanga	200
APÊNDICE L - Folder da Música Caminhos de Ytu Pararanga	201

INTRODUÇÃO

Esta dissertação originou-se de uma pesquisa sobre a participação social na gestão pública por meio de *Conselhos Gestores (CGs)* em *Áreas de Proteção Ambiental (APAs)*; a investigação buscou inserir aspectos qualitativos, conjugados com os quantitativos, de modo a contribuir com conhecimentos científicos sobre Governança Ambiental por meio de estudos com maior complexidade, os quais compreendem também as vivências subjetivas dos atores que participam das *Instituições Participativas (IPs)*, além dos dados objetivos coletados.

A partir desta finalidade, propôs-se um estudo de caso para essa pesquisa; o CG da APA Itupararanga, cuja localização envolve oito municípios no Estado de São Paulo, a saber: Cotia (bairro de Caucaia do Alto), Vargem Grande Paulista, São Roque, Ibiúna, Mairinque, Piedade, Alumínio e Votorantim. Esta instituição participativa – a saber, o Conselho Gestor da APA Itupararanga - é composta por representantes dos segmentos do poder público municipal e estadual e da sociedade civil organizada.

Ao fundamentar-se na Governança, esta pesquisa enfatiza também, além dos representantes governamentais, a participação da sociedade civil organizada como ator essencial nos processos de gestão desta *Unidade de Conservação (UC)* de Uso Sustentável.

A criação das primeiras áreas protegidas no Brasil, de acordo com Medeiros (2011), teve como uma de suas alavancas a mobilização de pesquisadores. Ao mesmo tempo em que a Academia avançava em conhecimentos científicos acerca da conservação de alguns recursos naturais, beneficiava-se da existência de Unidades de Conservação pelo fato de essas possibilitarem estudos de campo e atividades de estágio. Entretanto, mesmo com avanços quantitativos nas pesquisas de UCs, o autor aponta para um déficit em pesquisas avaliativas de políticas públicas e de gestão relacionadas a elas. Essa dissertação de mestrado caminhou no sentido de prover à academia uma pesquisa avaliativa de Governança em uma categoria de UC de Uso Sustentável, que é a APA.

Além disso, ao investigar a APA de Itupararanga, a qual pode ser classificada enquanto instituição participativa, esse trabalho incorpora valores democráticos e de controle social dentro da gestão pública. Gestão essa que, segundo legislações ambientais, deve ser integrada, participativa e descentralizada; conceitos e princípios intrínsecos à Governança e à Ciência Ambiental; ambas enfatizadas pelo *Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM)* do *Instituto de Energia e Ambiente (IEE)* da *Universidade de São Paulo (USP)*.

Ao basear-se na gestão participativa e descentralizada, esta pesquisa analisa a participação da sociedade nas instituições participativas e não os projetos, programas, planos e políticas governamentais. Neste sentido, cabe destacar que a pesquisa foi oportuna dado que o Conselho Gestor da APA Itupararanga pratica, desde a sua criação em 1998, a gestão participativa e, inclusive, é uma das poucas APAs para as quais já se elaborou um Plano de Manejo (ano de 2010). Além disso, nesta UC já tinham sido iniciados os debates, em 2014, para a elaboração de um *Termo de Referência* (TdR) com intuito de revisar e complementar o Plano de Manejo anterior.

Tendo em vista o exposto acima, esta dissertação de mestrado justificou-se por contribuir com conhecimentos sobre gestão participativa e descentralizada em UCs, o que pode auxiliar futuros debates sobre os limites da gestão dessa Unidade de Conservação e as possibilidades de novas diretrizes administrativas e de atuação de seu Conselho Gestor.

É importante destacar, também, que essa dissertação inseriu-se no escopo do projeto Aprendizagem Social e sua aplicação nas relações entre Ciência e a Governança Ambiental: 4 Estudos de caso no Estado de São Paulo (2011-2013)² do *Laboratório de Governança Ambiental da Universidade de São Paulo* (GovAmb) – grupo de pesquisa que é parte do PROCAM/IEE/USP - por meio de financiamento do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq), de forma que o trabalho tornou-se viável por permitir discussões acerca de conceitos, de metodologias e de resultados com outros pesquisadores integrantes do GovAmb, e por ter a facilitação desse grupo de pesquisa no acesso aos dados e às informações necessárias.

Esse projeto mais amplo, cujos integrantes foram: Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi (Responsável); Prof.^a Dra. Ana Paula Fracalanza; Prof. Dr. Alexandre Turra; Prof. Dr. Gerardo Kuntschik; Prof.^a Dra. Silvia Helena Zanirato; Luiz Maria Brandão Estancione; Marcelo Takashi Misato; Luciana Yokoyama Xavier; Felipe Augusto Zanusso Souza; Sandra Eliza Beu e; Mariana Gutierrez Arteiro da Paz, propunha:

- Mapear, diagnosticar, sistematizar e analisar quatro processos de Governança Ambiental, com ênfase nas inter-relações água, território e população, visando identificar os principais atores sociais e processos que configuram as realidades locais. E, a partir dessa análise, visava observar os potenciais de fortalecimento das práticas de Aprendizagem Social para a tomada de decisão

² (Número de produções C,T ; A: 4/).

no interior das instâncias participativas, em diferentes situações que compõem o leque de estudos de caso da equipe de pesquisa;

- Identificar, dentre os processos de Governança Ambiental, quais conhecimentos gerados nas diversas instâncias acadêmicas foram incorporados nas políticas públicas de gestão. E quais os debates que ocorreram na universidade sobre gestão ambiental que não foram trazidos para as práticas das políticas públicas;
- Aperfeiçoar o desenvolvimento de metodologias e atividades de Aprendizagem Social que fortalecessem a incorporação destas discussões acadêmicas nos diagnósticos colaborativos e articulados, a partir da presença de múltiplos parceiros institucionais e comunitários na gestão compartilhada, visando tornar mais qualificada a negociação de atores sociais numa perspectiva intersetorial, com ênfase nos múltiplos aspectos que são contemplados na Governança Ambiental;
- Desenvolver atividades de capacitação e produzir material pedagógico com foco na Aprendizagem Social na Governança Ambiental na inter-relação com os recursos naturais e o planejamento ambiental, tomando como premissa a difusão do conhecimento científico dentro das instâncias participativas de tomada de decisão e;
- Avaliar os impactos e os resultados das diferentes ferramentas e instrumentos metodológicos utilizados nos estudos de caso e os alcances e limites das relações entre as instituições acadêmicas e diferentes instâncias e órgãos de gestão ambiental, enquanto articulação essencial para a boa Governança.

Com vistas a esmiuçar um aspecto específico desse projeto mais vasto, a presente dissertação de mestrado procurou investigar a participação social e a Governança na APA Itupararanga, a partir de um *problema de pesquisa* que se manifestou na seguinte pergunta orientadora: Como a participação social pela proteção da represa de Itupararanga repercutiu nas transformações da Governança do território que atualmente constitui a APA de Itupararanga?

Como *hipótese*, pressupôs-se que: (1) a sociedade civil organizada participava ativamente da gestão da APA e conseguia interferir na Governança do território obtendo melhorias, principalmente, pelo constante diálogo existente entre o CG da APA e o *Comitê de Bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê* (CBH-SMT), cujo poder político é maior e; (2) a gestão da APA Itupararanga ainda necessitava avançar muito para que os fundamentos

democráticos de participação social e, sobretudo, de representação e de controle social fossem aperfeiçoados e envolvessem toda a população do território e todas as instituições que ali atuavam - inclusive as governamentais - em um objetivo comum; o de proteger a APA Itupararanga.

Tendo isso em vista, o *objetivo geral* da dissertação foi analisar de que forma a participação social pela proteção da represa de Itupararanga repercutiu nas transformações da Governança do território que atualmente constitui a APA de Itupararanga.

Para tanto, foram elencados os *objetivos específicos*:

- Diagnosticar como se dá a gestão do território da APA Itupararanga e de seu entorno, dentro das fronteiras da sub-bacia Alto Sorocaba, no período de 2009 a 2013.
- Analisar de que maneira a participação dos conselheiros influenciou e/ou influencia a gestão da APA Itupararanga no período de criação da APA e nos biênios supracitados;
- Identificar se houve um processo de Aprendizagem Social por parte dos conselheiros da APA Itupararanga.

Cabe salientar que se optou por estudar os biênios 2009-2011 e 2011-2013 por serem períodos em que a pesquisadora pôde acompanhar as reuniões do Conselho Gestor da APA Itupararanga com vistas à utilização da metodologia de observação participante. Além disso, optou-se por incluir o período que antecede a criação da APA Itupararanga e de seu CG na análise dessa pesquisa pelo fato de os partícipes do CG da APA Itupararanga vincularem a existência de participação social desde esse período. Com vistas a atender os objetivos da dissertação, ela foi seccionada em quatro capítulos, afora a introdução, as considerações finais, as referências bibliográficas e os apêndices (vide figura abaixo).

No primeiro, denominado de *Embasamento Metodológico da Dissertação*, discorreu-se sobre, por um lado, o estado da arte das metodologias utilizadas para o desenvolvimento do trabalho e, por outro lado, os procedimentos específicos concernentes ao estudo de caso.

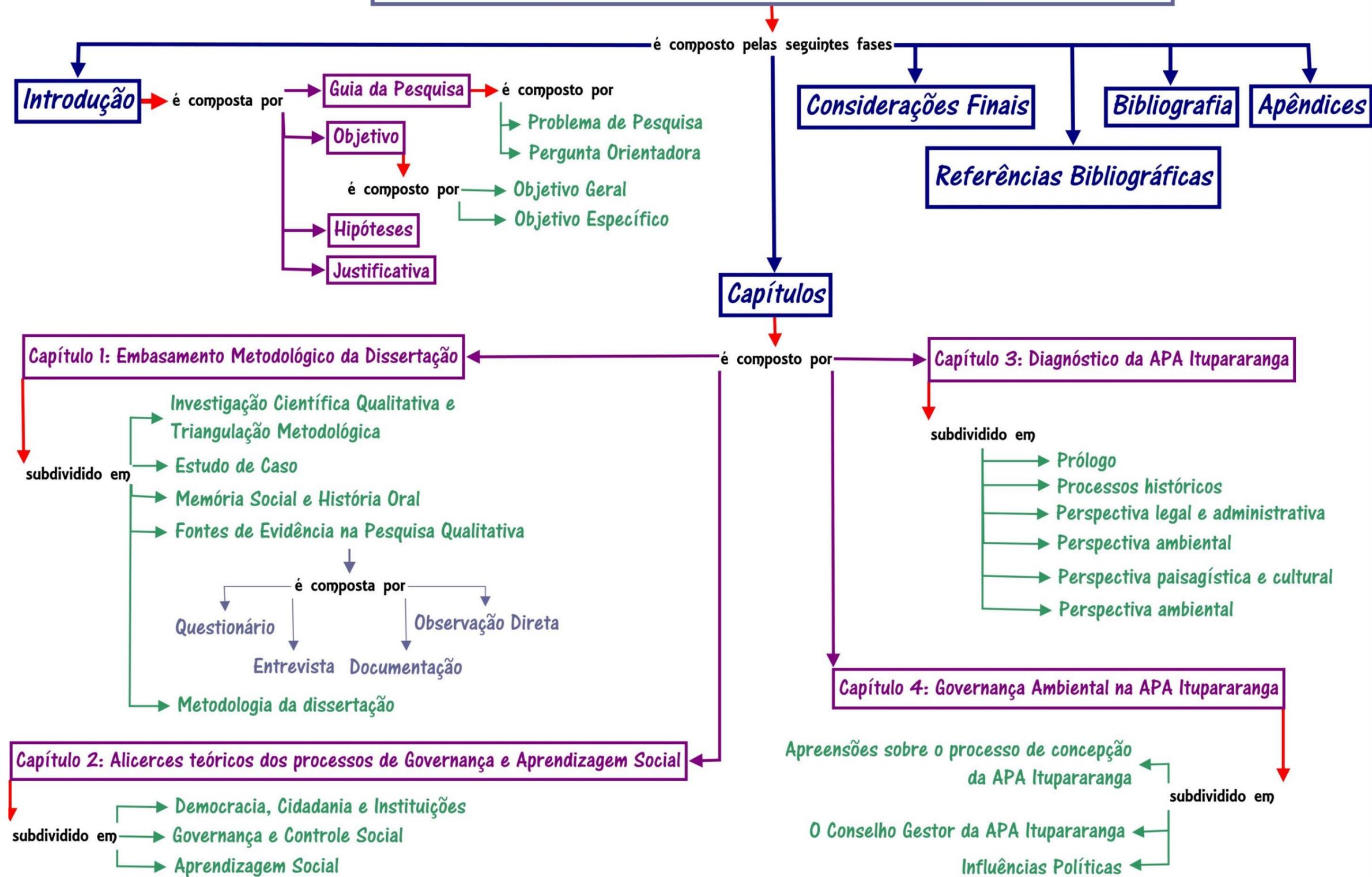
No segundo capítulo, apresentaram-se e discutiram-se os alicerces teóricos a respeito dos conceitos trabalhados no decorrer do trabalho, que são: democracia, cidadania, instituições participativas, Governança, controle social e Aprendizagem Social.

No terceiro capítulo, diagnosticou-se a área de estudo ao englobar seus aspectos sociais, econômicos, culturais, históricos e ambientais.

Por fim, no último capítulo, discorreram-se as apreensões da sociedade sobre os processos de Governança e de Aprendizagem Social na APA Itupararanga, no período

anterior à sua concepção e durante a gestão do CG nos biênios de 2009-2011 e 2011-2013. Nesse capítulo, apresentaram-se os resultados da pesquisa e suas avaliações a partir do que foi abordado nos capítulos anteriores e dos questionários e entrevistas realizados.

Governança Ambiental na APA Itupararanga



Estrutura da dissertação em formato *Work Breakdown Structure* (WBS)³.
 Fonte: WBS produzida pela autora por meio do software IHMC Cmap Tools.

³ Pautado pelo guia do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) desenvolvido pelo *Project Management Institute* (PMI).

1 EMBASAMENTO METODOLÓGICO DA DISSERTAÇÃO

Nesse capítulo da pesquisa, discorreu-se sobre o estado da arte das metodologias utilizadas para o desenvolvimento do trabalho e os procedimentos específicos concernentes ao estudo de caso da APA Itupararanga.

1.1 Investigação Científica Qualitativa em Pesquisas Embasadas na Participação Social

De maneira geral, existem duas abordagens que se destacam nas investigações científicas, a saber: quantitativa e qualitativa. Estas se diferenciam quanto às características apresentadas na Figura 1.1.

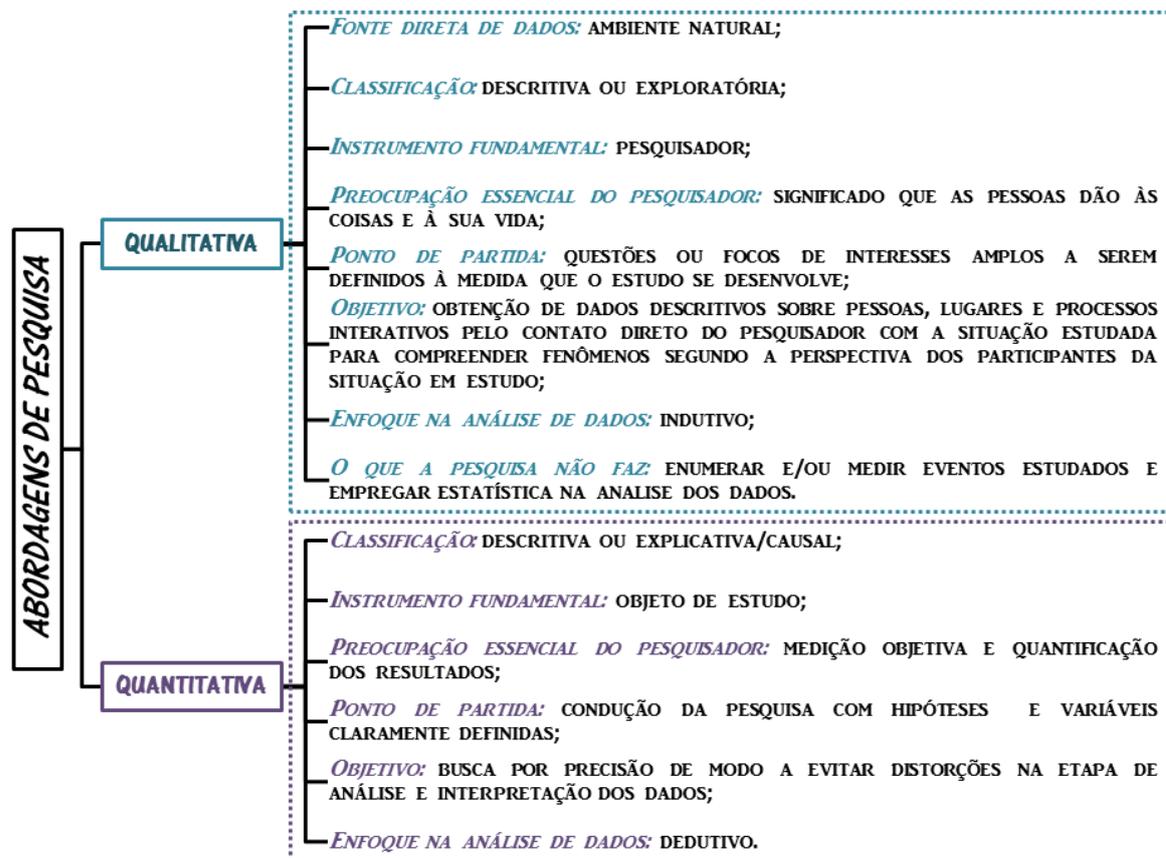


Figura 1.1 - Características das abordagens de pesquisa.
Fonte: Modificada pela autora a partir de Freitas e Jabbour (2011, p.11).

Destaca-se, a partir da figura acima, que as principais características da pesquisa qualitativa são: ambiente natural como fonte direta de dados; pesquisador como instrumento

fundamental; preocupação do pesquisador com o significado que as pessoas dão às coisas; descrição e; enfoque indutivo (GODOY, 1996 apud OLIVEIRA, 2005). Diferentemente do enfoque dedutivo, que parte de princípios ditos verdadeiros, indo do geral ao particular, o enfoque indutivo compreende um conjunto de procedimentos empíricos, lógicos ou indutivos que conduzem o pesquisador a partir do ambiente natural (particular) a conclusões gerais.

Apesar de os autores exporem dificuldades com as quais os pesquisadores podem se deparar ao realizarem pesquisas de caráter qualitativo – coleta e análise trabalhosas de dados, dispêndio de mais tempo pelos pesquisadores e pouca clareza metodológica-, de modo geral, há vantagens na abordagem qualitativa em relação à quantitativa. A principal delas é que

[...] refere-se à profundidade e abrangência, ou seja, o “valor” das evidências que podem ser obtidas e trianguladas por meio de múltiplas fontes, como entrevistas, observações, análise de documentos, permitindo ao pesquisador detalhes informais e relevantes dificilmente alcançados com o enfoque quantitativo, admitindo uma relação bem mais próxima e sistêmica do objeto de estudo, diferentemente da abordagem quantitativa que procura interpretar determinado objeto de estudo a partir da definição de variáveis, que às vezes, não podem ser totalmente identificadas e analisadas com a aplicação de ferramentas estatísticas (FREITAS; JABBOUR, 2011, p.10).

Desta maneira, a pesquisa qualitativa contém particularidades compatíveis com a Ciência Pós-Normal e é: transdisciplinar⁴; ativa no domínio exploratório, em especial nas áreas temáticas; imprescindível na compreensão de fenômenos em longo-prazo; satisfatória na elaboração de hipóteses e na constituição de inovações teóricas; inovadora por sujeitos conferirem significados às experiências sociais deles; construída coletivamente e; nela o objeto de pesquisa transforma-se continuamente. Gonçalves e Lisboa (2007) advertem que optar pela pesquisa qualitativa não significa suprimir a quantitativa, já que ambas são complementares, podendo ser sobrepostas de acordo com a abordagem da pesquisa.

De acordo com Gonçalves e Lisboa (2007, p. 84), diferentemente das investigações na ciência moderna, que estavam fundamentadas na objetividade científica e em uma relação distante e impessoal entre o pesquisador e seu objeto de estudo,

A pesquisa qualitativa [...] abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados [...] trabalha com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

⁴ Hissa (2008, p.27-8) discorre sobre a transdisciplinaridade moderna, dizendo que “[...] mesmo que [...] não seja capaz de colocar em trânsito os sujeitos do conhecimento, no contato com as variadas experiências e os diversos saberes [...] [do] mundo, ela poderá ser suficiente para despertar sensibilidades, conceder uma formação intelectual mais consistente, crítica e reflexiva [...] um exercício que demanda uma complexa formação intelectual e uma consistente e ativa sensibilidade política [...]”.

Assim, salienta-se que cada ser humano se individualiza quanto aos seus valores, experiências vividas e história de vida. Na pesquisa qualitativa, a ênfase é dada aos sujeitos da história envolvidos na pesquisa, que são

[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores significados (MINAYO, 1993 apud GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 85).

A investigação, por um lado, da vida dos sujeitos, por outro, de suas ações e, por fim, de suas relações na estrutura social - tudo isto, que é obscurecido na Ciência Moderna e que não é considerado fidedigno, é revelado nas investigações científicas qualitativas e seus instrumentos Pós-Normais (GONÇALVES; LISBOA, 2007; CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Para finalizar, destaca-se a observação feita por Westphal (2006 apud TOLEDO; GIATTI; PELICIONI, 2012, p. 209) da “[...] forte relação existente entre a participação e o fortalecimento da ação comunitária e da ampliação do poder do indivíduo como sujeito social, ou seja, o *empowerment*”. Neste sentido, é importante buscar alternativas instrumentais e metodológicas àquelas convencionais, como as pesquisas qualitativas, que busquem o fortalecimento da participação social – de seu empoderamento e controle – e da Governança Ambiental.

1.2 Método: Estudo de Caso

De acordo com Freitas e Jabbour (2011), o estudo de caso é uma das estratégias de investigação empíricas ou procedimentos metodológicos da pesquisa científica qualitativa que tem como intenção agregar conhecimentos detalhados sobre um determinado objeto de estudo, de modo que o pesquisador possa aprofundar-se em uma realidade social.

Yin (2001 apud MARTINS, 2008, p. 10) elucida que os estudos de caso devem ser utilizados para avaliar certo fenômeno de interesse em seu contexto para produzir variáveis relevantes, e não apenas a incidência de um fenômeno. Esta metodologia de estudo é adequada

[...] para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real [...] com pouco controle do pesquisador sobre os eventos e manifestações do fenômeno. [...] [Procura], criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar a

complexidade de um caso complexo, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo.

Ressalta-se que, neste trabalho científico, o estudo de caso é tido como método de pesquisa acadêmica e não como estratégia didático-pedagógica ou simplesmente para registro de casos. Dessa maneira, a pesquisa é desenvolvida com rigor científico a partir do delineamento de objetivos, hipóteses e métodos (OLIVEIRA, 2005).

Para realizar a estratégia de estudo de caso, Freitas e Jabbour (2011) sistematizam as etapas de pesquisa conforme Figura 1.2.

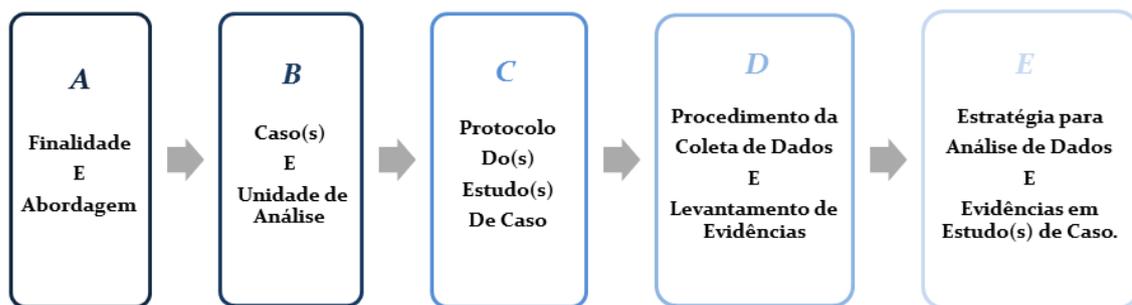


Figura 1.2 - Etapas do estudo de caso.
 Fonte: Elaborada pela autora a partir de Freitas e Jabbour (2011).

Desta maneira, na etapa “A” deve-se definir a finalidade e abordagem da pesquisa. Freitas e Jabbour (2011) destacam que as finalidades das pesquisas sociais são classificáveis em três grupos (*vide* Figura 1.3) – exploratórias, descritivas e explicativas ou causais. Cada uma destas intenções analisa o(s) fenômeno(s) de maneira distinta.



Figura 1.3 - Classificação das pesquisas sociais.
 Fonte: Elaborada pela autora a partir de Freitas e Jabbour (2011).

A finalidade exploratória é utilizada, de modo geral, quando o tema investigado é pouco explorado. Ela oferece uma visão geral sobre fatos ou fenômenos, descobrindo ideias e soluções. Pesquisas com essa finalidade requerem planejamento flexível e levantamento de dados bibliográficos e de campo consistentes. Por sua vez, a pesquisa descritiva observa, narra, classifica e interpreta fenômenos a partir de relações entre variáveis. Por fim, a explicativa ou causal (que também recebe o nome de experimental) busca fatores determinantes de fatos ou fenômenos, procurando compreender como e porque ocorrem (OLIVEIRA, 2005).

A partir da finalidade, define-se a abordagem da pesquisa. Assim sendo, quando a finalidade da investigação é descritiva ou explicativa (causal) a abordagem é, segundo o autor, quantitativa. E, quando a finalidade é exploratória ou descritiva de um evento, a abordagem é qualitativa. Entretanto, as finalidades da pesquisa podem mesclar as abordagens, de modo que não são antagônicas e dicotômicas (MARTINS, 2008).

Na etapa “B” devem-se definir o(s) caso(s) e a unidade de análise. Yin (2005 apud FREITAS; JABBOUR, 2011) diz haver quatro tipos de estudos de caso, cujas táticas são diferenciadas: (1) casos únicos; (2) casos múltiplos; (3) enfoque incorporado e; (4) enfoque holístico. Martins (2008) argumenta que é preciso delimitar a unidade de análise da pesquisa, mas que este recorte reconstrói-se no decorrer do estudo.

Por um lado, Martins (2008) descreve que a justificativa para o estudo de caso ser único é quando: atende todas as condições para avaliar uma teoria; simula uma circunstância rara ou extrema; o pesquisador tem a oportunidade de analisar um acontecimento que era inacessível à investigação científica e; é usado como iniciação a uma pesquisa mais apurada. O autor ainda adverte que se deve ter cautela para que a análise científica não seja frágil. Por outro lado, Yin (apud MARTINS, 2008) alega que o estudo de caso múltiplo é, em geral, mais persuasivo. Porém, isto deve obedecer à coerência da replicação – que implica em um rico arcabouço teórico - e não da amostragem, além de implicar em muito investimento de recursos financeiros e temporais e, portanto, não poder ser realizado por apenas um indivíduo. E, o estudo de caso múltiplo necessita de uma escolha prévia que antevê resultados análogos ou contrastantes e de uma análise que adote uma experimentação cruzada. A Figura 1.4 mostra sucintamente diferenças básicas entre estas táticas de Estudo de Caso.

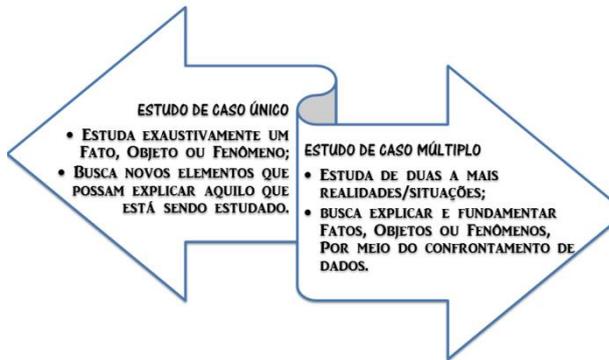


Figura 1.4 - Táticas dos estudos de caso 1.
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Oliveira (2005, p.56)

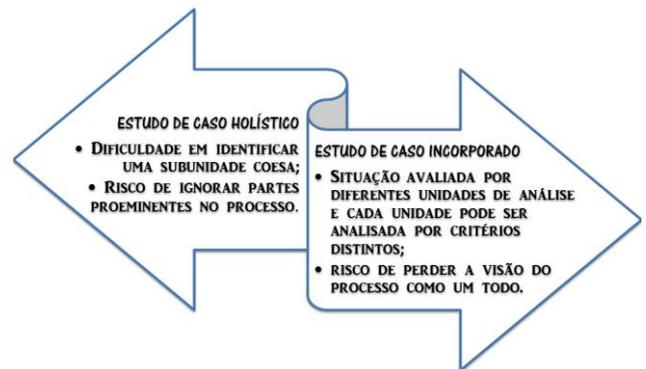


Figura 1.5 - Táticas dos estudos de caso 2.
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Oliveira (2005, p.56)

Com relação ao estudo de caso holístico (*vide* Figura 1.5), para Martins (2008), é utilizado quando não se pode identificar uma subunidade coesa, mas se cria um risco de ignorar partes proeminentes no processo. Já o estudo de caso incorporado, cujo risco é perder a visão do processo como um todo,

[...] é aquele no qual a situação é avaliada a partir de diferentes unidades ou níveis de análise, que pode ser setores diferentes de uma determinada instituição [...], podem ser atividades [...]. Cada um dos níveis de análise pode ser analisado por critérios distintos (MARTINS, 2008, p.15).

Na etapa “C” deve-se definir o Protocolo do(s) estudo(s) de caso(s).

De acordo com Yin (2005 apud FREITAS; JABBOUR, 2011), o protocolo de estudo norteia o pesquisador em campo e é fundamental para avaliar a credibilidade da pesquisa. Assim, o protocolo

[...] se constitui em um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo, ou aplica-lo em outro caso que mantém características semelhantes ao estudo de caso original. O protocolo oferece condição prática para se testar a confiabilidade do estudo, isto é, obterem-se resultados assemelhados em aplicações sucessivas a um mesmo caso (MARTINS, 2008, p.10)

Freitas e Jabbour (2011, p.15) elencam os seguintes itens que o protocolo de pesquisa deve conter:

[...] (a) questão principal da pesquisa; (b) objetivo principal; (c) temas da sustentação teórica; (d) definição da unidade de análise; (e) potenciais entrevistados e múltiplas fontes de evidência; (f) período de realização; (g) local da coleta de evidências; (h) obtenção de validade interna, por meio de múltiplas fontes de evidências; (i) síntese do roteiro de entrevista.

Na etapa “D” deve-se planejar o procedimento da coleta de dados e levantamento de evidências.

Essa etapa exige um planejamento operacional e a definição de instrumentos para a obtenção de dados, informações e evidências. Portanto, por um lado tem-se o planejamento operacional da pesquisa para que essa leve às informações requeridas pelo problema principal, preservando a ética. De tal modo, elencam-se seis etapas de planejamento que conduzem a

coleta de dados, as quais são: (1) aquisição de autorização para concretização da pesquisa, por meio de contato formal com a organização estudada; (2) apresentação do objetivo da pesquisa para essa organização; (3) seleção dos entrevistados; (4) demarcação de critérios para ingresso na organização estudada e acesso aos documentos necessários à pesquisa e; (5) coleta de evidências. Por outro lado, tem-se a definição de instrumentos para a obtenção de dados, informações e evidências, que, para estes autores, são: entrevistas; consulta a arquivos e análise de documentos; observação; conversas informais e; artefatos físicos (FREITAS; JABBOUR, 2011).

Na última etapa “E” deve-se estabelecer uma estratégia para análise dos dados e evidências em estudos de casos.

Borges, Hoppen e Luce (2009 apud FREITAS; JABBOUR, 2011, p.18) afirmam que a análise define-se em “[...] examinar, categorizar, tabular e recombina os elementos da prova, mantendo o modelo conceitual e as proposições iniciais do estudo como referências” e apresentam como etapas para as evidências coletadas: (1) transcrição confiável; (2) descrição detalhada; (3) análise e; (4) cruzamento entre os casos.

1.3 Fontes de Evidência na Pesquisa Qualitativa

A partir de uma triangulação metodológica, optou-se neste trabalho por meio do estudo de caso, intercalar também diversas fontes de evidência – tipos e instrumentos de pesquisa (*vide* Quadro 1.1), tais como: documentação; observações diretas e participantes; entrevistas e; questionários.

FONTES DE EVIDÊNCIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
DOCUMENTAÇÃO	Estável por poder ser revista; Exata por conter dados precisos de um evento; Cobertura Ampla.	Recuperação Complicada pela dificuldade de encontrá-la; Seletividade tendenciosa, caso a coleção esteja incompleta; Informação Enviesada porque reflete o ponto de vista do autor; Acessibilidade Dificultada por estar deliberadamente arquivada.
DOCUMENTAÇÃO ARQUIVADA	Igual ao anterior; Precisa; Geralmente Quantitativa.	Igual ao anterior.
OBSERVAÇÃO DIRETA	Cobertura Real por cobrir eventos em tempos reais; Contextual por cobrir o contexto do estudo de caso.	Tempo consumido; Seletividade devido à cobertura dificultada caso não haja um time de observadores; Dificuldade de Reflexividade pela possibilidade do

FONTES DE EVIDÊNCIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
		evento proceder de modo diferente por estar sendo observado; Custo-hora necessário por observadores humanos.
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	Igual ao anterior; Perspicaz em comportamentos pessoais e motivações.	Igual ao anterior; Enviesada devido às manipulações do evento pelos observadores participantes.
QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA	Direcionada por ser focada em Estudo de Caso; Perspicaz por fornecer explicações e inferências causais que foram percebidas.	Enviesamento de Questões devido às pobres articulações; Enviesamento de Respostas; Imprecisão de recordações; Reflexividade precária quando o entrevistado responde aquilo que o entrevistador quer ouvir.
ARTEFATOS FÍSICOS	Perspicaz em características culturais; Perspicaz em trabalhos técnicos.	Seletividade; Disponibilidade precária.

Quadro 1.1 - Pontos fortes e fracos das fontes de evidência.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Yin (2009).

Documentação

A documentação como fonte de evidência decorre de inúmeras formas de pesquisa, tais como: pesquisa bibliográfica; documental e; pela internet.

As pesquisas bibliográfica e documental assemelham-se. Contudo, a modalidade bibliográfica possibilita estudos históricos pelos pesquisadores a partir da apreciação direta dos documentos científicos, a saber: livros, dissertações, teses, artigos, ensaios, periódicos, enciclopédias e dicionários. Já a pesquisa documental refere-se a uma investigação de documentos que, teoricamente, não receberam tratamento científico, tais como: fotografias, gravações, cartas e relatórios. De modo que a primeira recorre às fontes secundárias e a segunda às fontes primárias (OLIVEIRA, 2007).

Com relação à modalidade da *internet*, essa permite aos pesquisadores rápido acesso às inúmeras fontes primárias e secundárias supracitadas, por meio de sítios de: bibliotecas virtuais; universidades; faculdades; institutos de pesquisa; instituições governamentais e não governamentais; dentre inúmeros outros.

Observação Direta e Participante

As observações têm como objetos de pesquisa seres vivos, ambientes, pessoas, grupos sociais, fenômenos e eventos, todos dentro de sua devida conjuntura. Apesar de poderem ser assistemáticas, pesquisadores creem que elas devem ser planejadas para que não induzam análises superficiais. As observações podem ser diretas/estruturadas/sistemáticas ou participantes (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Oliveira (2007), a observação direta nos remete a um planejamento e categorização para a coleta de dados e registro de eventos em campo, *in loco*, de modo que a

análise de dados *à posteriori* seja facilitada e atenda aos objetivos da pesquisa. Nesta fonte de evidência, podem-se utilizar instrumentos como vídeos, gravações e fotografias.

Sobre a observação participante, a autora considera que essa busca obter, por meio do contato do pesquisador com aquilo que está observando, informações sobre realidades percebidas em seu devido contexto. Assim, permite, por exemplo, que se analisem atores sociais ao participarem de uma determinada situação. Com esta fonte, busca-se a essência daquilo que se observa ao considerar dinâmicas e conexões, de modo que o pesquisador acompanhe, dialogue e interaja com o objeto em estudo. Essa interação pode resultar em uma observação participante natural ou artificial, dependendo se o pesquisador já estava inserido no grupo ou se aproxima dele para pesquisar. Por fim, esta fonte divide-se em três momentos: (1º) Análise descritiva, que significa apreender a complexidade por meio de uma observação descritiva não específica; (2º) Delimitação dos fatos, por meio de uma observação focal, que se restrinja aos objetivos de pesquisa e; (3º) Seleção de dados e informações, por meio de uma observação seletiva, ao centrar-se nas evidências coletadas.

Questionário

O questionário pode ser entendido como uma técnica para a obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo [...]. (OLIVEIRA, 2007, p.83)

Apesar de não haver determinação quanto ao número de questões de um questionário, Oliveira (2007) diz ser prudente que para respondê-las o informante não utilize mais do que trinta minutos. As questões devem ser claras e podem ser abertas ou fechadas. No primeiro caso, os informantes são livres para produzirem suas respostas e, no segundo caso há restrições com as questões de múltipla escolha. É importante pedir a eles que justifiquem suas respostas para aumentar a precisão dos dados.

A aplicação do questionário pode ser feita individualmente ou em grupo, pessoalmente ou por outros meios (como envio por correios ou pela internet) e é necessário avisar cada pessoa que haverá sigilo quanto à sua identificação, de modo que as respostas sejam mais confiáveis. Por fim, deve-se dar um retorno aos informantes acerca dos resultados da pesquisa (OLIVEIRA, 2007).

Entrevista

A entrevista é

[...] um procedimento de coleta de informações sobre determinado tema científico, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações

pertinentes a um objeto de pesquisa [...], podendo ser realizada com um único entrevistado ou com um grupo de pessoas [...] (FREITAS; JABBOUR, 2011, p. 16).

De forma mais abrangente, Haguette (1997, p.86) diz que a entrevista é um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem como objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado [...]”, de modo que se apreenda a subjetividade dos entrevistados, como valores, atitudes e opiniões.

As entrevistas devem estar ajustadas aos objetivos de pesquisa e adequadas aos entrevistados. Bourdieu (1998) afirma que, para que o entrevistado se sinta confortável em cooperar, o modo de entrevistar é essencial; deve-se realizá-la criando familiaridade e informalidade no ambiente. É imprescindível dar liberdade aos entrevistados, permitindo-lhes rememorar com “[...] liberdade de encadear e compor os momentos do seu passado a sua vontade [...]” (BOSI, 2004, p.283). Não se deve, portanto, interferir, suscitar dúvidas e direcionar as respostas dos atores entrevistados (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Oliveira (2007), as entrevistas devem ser realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. Para que o entrevistado dê permissão da utilização da gravação, principal instrumento da entrevista que garante exatidão no registro, deve-se garantir-lhe o sigilo quanto à sua identificação no documento final para que não se constringam e sejam sinceros ao responder as questões. Por fim, deve-se dar um retorno aos entrevistados acerca dos resultados da pesquisa.

1.4 Processamento e Análise das informações qualitativas e quantitativas

Tendo em vista que a presente pesquisa trabalhará com dados quantitativos e qualitativos, enfatizam-se processamentos de informações por meio de uma triangulação metodológica (em inglês, *mixed-methodology*), que produz uma pesquisa mais veemente que garante a confiabilidade e a validade dos resultados do estudo (MARTINS, 2008). Isto é fundamentado

[...] no uso combinado e sequencial de uma fase de pesquisa quantitativa seguida de uma fase qualitativa, ou vice-versa. A combinação metodológica é conhecida como uma forma robusta de produzir conhecimentos, uma vez que se superam as limitações de cada uma das abordagens tradicionais (qualitativa e quantitativa) (FREITAS; JABBOUR, 2011, p.9).

A Figura 1.6 representa visualmente a triangulação metodológica, que são métodos relacionados entre si, instrumentalizados por fontes de evidências e baseados em fundamentações teóricas.

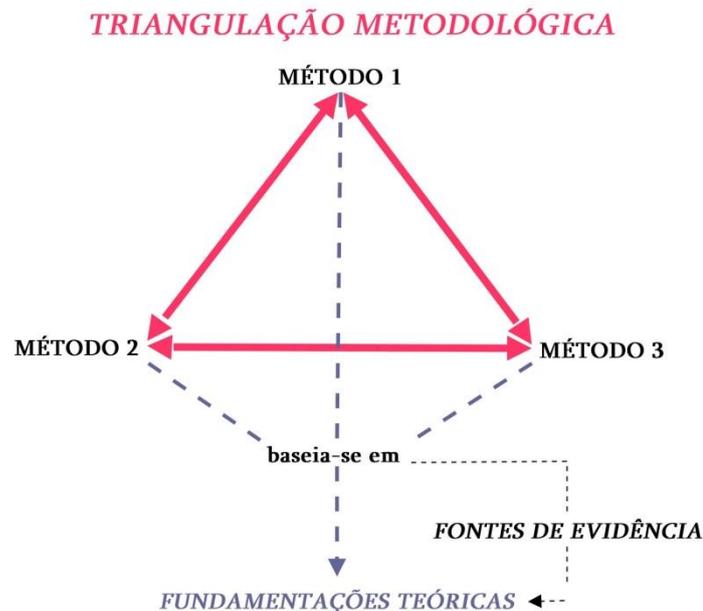


Figura 1.6 - Triangulação metodológica.

Fonte: Modificada pela autora de Oliveira (2007, p. 157) no *CmapTools*.

De acordo com Duff (1987 apud OLIVEIRA, 2007), combinar abordagens proporciona maior credibilidade à pesquisa e validade aos seus resultados. São benefícios desta interatividade: combinação dos significados que as pessoas dão às coisas, de forma a controlar vieses; congregação de variáveis específicas com o contexto global dos eventos; enriquecimento das constatações; validação e confiança devido às técnicas diferenciadas; dentre outras.

Por conseguinte, a análise destas informações oriundas da pesquisa dar-se-á por meio de descrições narrativas com amparo de representações visuais, a saber: figuras, gráficos, tabelas, quadros e linhas do tempo. Estas feições permitem a identificação daquilo que se destaca como importante na pesquisa (PEREIRA, 2004).

1.5 Metodologia da dissertação

Tendo em vista o Estado da Arte das metodologias utilizadas que foi apresentado anteriormente, pretendeu-se, por um lado, com a metodologia de *Estudo de Caso*, estudar a *Área de Proteção Ambiental* (APA) de Itupararanga, no que se refere: à finalidade

exploratória mesclada à descritiva; à abordagem fundamentalmente qualitativa, mas por vezes utilizando-se da quantitativa; ao estudo de caso único; ao protocolo de pesquisa e planejamento dos procedimentos para coleta e levantamento de evidência que incorporam questionários, entrevistas, consulta e análise de documentos, observação e conversas informais e; à estratégia de análise pautada no cruzamento das evidências coletadas e levantadas.

Por outro lado, almejou-se traçar a história da participação social desde a criação da APA Itupararanga a partir da expressão das apreensões espaciais e temporais de indivíduos que participaram deste processo. Portanto, esta pesquisa demandou, em partes, uma fundamentação que inclui aspectos como: a incorporação de incertezas na produção do saber, a transdisciplinaridade, a complexidade ambiental e os conhecimentos subjetivos e informais.

Essas metodologias podem auxiliar, de um lado, a análise sobre a gestão da APA Itupararanga ao se remontar à participação social desde a criação da APA e, de outro lado, sobre o processo de Governança Ambiental desta área protegida.

Definiu-se a metodologia orientando-se pelos objetivos específicos de modo a buscar contestar à pergunta orientadora e alcançar o objetivo geral da pesquisa (*vide* Figura 1.7).

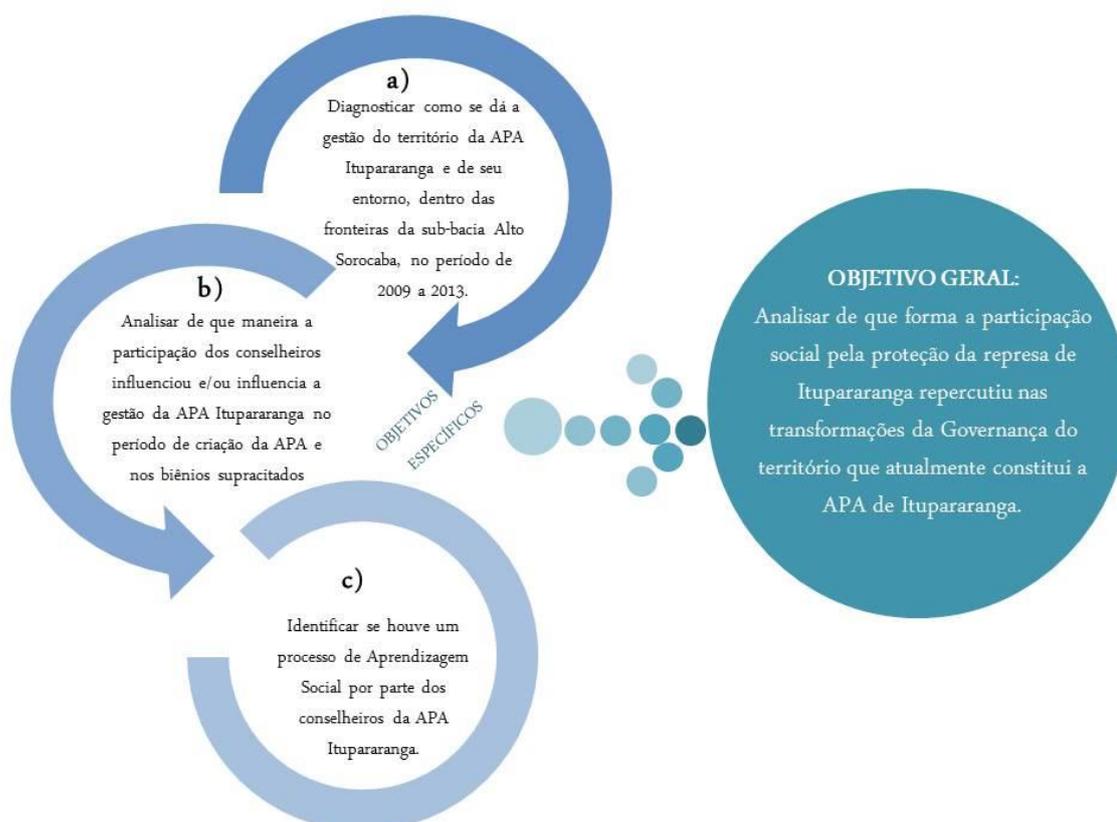


Figura 1.7 - Objetivos da dissertação.

Fonte: Produzida pela autora.

Quanto aos métodos do objetivo específico “a”, o qual ocorreu concomitantemente ao “b”, realizou-se a caracterização da APA Itupararanga, inserida na sub-bacia hidrográfica Alto Sorocaba, por meio de materiais institucionais disponíveis em formato digital e impresso, tais como:

- Leis de criação da APA e de ampliação de seu perímetro – respectivamente, Lei Estadual 10.100/98 e Lei Estadual 11.579/03;
- Plano de Manejo da APA Itupararanga (2010) e;
- Atlas Socioambiental - um Retrato da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (2009), elaborado pela ONG 5 elementos.

Além destes, também foram utilizados artigos científicos disponíveis no meio eletrônico. Assim sendo, aprofundou-se em conhecimentos acerca de temáticas de revisão bibliográfica, como: o histórico das APAs; as legislações, normas e instituições participativas e; a contextualização da APA Itupararanga.

Com relação à metodologia do objetivo específico denominado “b”, aprofundaram-se os conhecimentos acerca das seguintes temáticas de revisão bibliográfica: democracia, cidadania, instituições participativas, Governança, controle social e Aprendizagem Social. Isto foi realizado por meio de pesquisa em livros publicados em meios digitais e impressos, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e artigos científicos disponíveis no meio eletrônico. Além disso, buscou-se utilizar mapas, quadros, tabelas, figuras e fluxogramas que auxiliem a visualização e correlação entre os temas supracitados.

Pesquisou-se e analisou-se, também, o histórico da participação dos atores na criação da APA Itupararanga e em seu Conselho Gestor de 2009 até 2013. Isto foi realizado, essencialmente, por meio de participação das reuniões e das atas de reuniões e listas de presenças, ambas divulgadas no *Blogspot* da APA Itupararanga⁵ – cuja autoria é da *Fundação para Produção e Conservação Florestal* (FF).

Acompanharam-se as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Gestor da APA Itupararanga (Biênio 2011-13), que ocorrem bimestralmente, com o intuito de investigar os atores envolvidos na gestão da área de estudo. A sistematização disto foi feita por meio de planilhas, que estão disponíveis no Apêndice G.

A partir da participação nas reuniões, foi elaborado e aplicado um questionário a todos os integrantes do Conselho Gestor da APA Itupararanga participantes do Biênio 2011-2013. Além disso, escolheram-se os atores que foram interrogados, a partir de critérios

⁵ *Blogspot* da APA Itupararanga. Disponível em: < <http://www.apaitupararanga2.blogspot.com/>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

estabelecidos *a priori* – dentre eles paridade entre segmentos e presença nas reuniões, assim como o roteiro das entrevistas semiestruturadas.

O questionário foi elaborado em 2012 pelo Grupo de Pesquisa GovAmb no projeto “Aprendizagem Social e sua aplicação nas relações entre Ciência e a Governança Ambiental: 4 Estudos de caso no Estado de São Paulo”. Os principais envolvidos com esta atividade foram os seguintes alunos sob coordenação do Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi: doutoranda Luciana Yokoyama Xavier, mestranda Luizi Maria Brandão Estancione e mestrando Marcelo Takashi Misato.

Este questionário (*vide Apêndice E*) foi distribuído, junto a uma carta de apresentação (*vide Apêndice A*) e a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (*vide Apêndice C*), pessoalmente na reunião ordinária, no Campus da *Universidade Federal de São Carlos* (UFSCAR) de Sorocaba. Além disso, foi encaminhado por correio para aqueles que não estavam presentes no dia da reunião.

O número de questionários respondidos pelos representantes das instituições partícipes do Biênio 2011-2013 do Conselho Gestor da APA Itupararanga contabilizou um total de 10, o qual se apresenta segmentado na Figura 1.8.

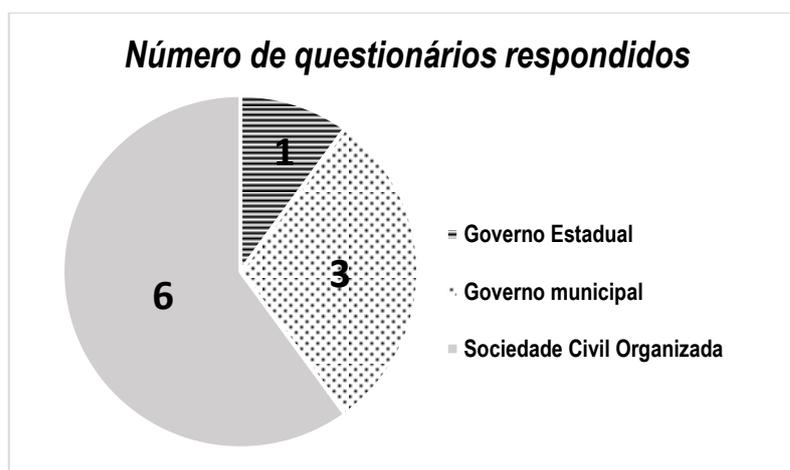


Figura 1.8 - Números de questionários respondidos por segmento.

Fonte: Elaborada pela autora.

Além do questionário, realizaram-se, também, entrevistas com o intuito de recuperar o processo de participação social no período anterior à criação da APA Itupararanga.

Foram entrevistados três representantes que participaram do processo de criação da APA Itupararanga. Sendo que, dois representam o segmento do governo estadual (entrevistados 1 e 3) e um do governo municipal (entrevistado 2). A seleção deu-se a partir das indicações do Comitê de Orientação e dos partícipes do CG da APA Itupararanga.

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro e fevereiro de 2015, pessoalmente, nas cidades em que os representantes habitam. O roteiro de entrevistas pode ser visualizado a

partir do apêndice F e a carta de apresentação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nos apêndices, respectivamente, B e D.

Cabe destacar que os conteúdos das entrevistas compuseram, majoritariamente, o capítulo 4 dessa dissertação de mestrado. Contudo, parte deles foi incorporado no capítulo 3 ao se tratar do histórico de criação da APA.

Para os objetivos específicos “b” e “c” foram utilizados quadros e figuras que auxiliaram a visualização dos resultados obtidos. Além disso, para abranger o objetivo específico “c”, foram sistematizadas, compiladas, cruzadas e analisadas as informações para compreender as transformações na Governança do território que atualmente constitui a APA.

2 ***ALICERCE TEÓRICO DOS PROCESSOS DE GOVERNANÇA E APRENDIZAGEM SOCIAL***

Nesse capítulo da pesquisa, apresentaram-se e discutiram-se os alicerces teóricos a respeito dos conceitos trabalhados no decorrer do trabalho, que são: democracia, cidadania, instituições participativas, Governança, controle social e Aprendizagem Social.

2.1 ***Democracia, Cidadania e Instituições***

A democracia é um conceito que vem do grego (*demos*, povo, e *kratos*, autoridade) e cujo significado mais basilar remete ao governo em que o povo exerce a autoridade. De acordo com Samuel Huntington (apud MOISÉS, 2008), no período de 1974 a 1990 ocorreu o que ele denominou de “terceira onda” de democratização, a qual se referia à transição de alguns países de regimes autoritários para democráticos. No entanto, salienta-se que os novos regimes democráticos diferenciam-se entre si, de modo que não há um caminho exclusivo para que a democracia seja institucionalizada.

Ao referir-se à democratização, pode-se compreendê-la como um processo em que haja transformações de democracias limitadas, incompletas ou híbridas para uma democracia plena, mesmo que para Moisés (2008) seja difícil defini-la. O autor aponta que a democracia pode até existir, mas a sua qualidade é variável. Como exemplo ele aponta as eleições que são indispensáveis à democracia, evidenciando que elas não garantem o estabelecimento desse regime (que deve assegurar os princípios, o respeito e a ampliação de direitos civis e políticos dos cidadãos e o controle social), já que podem não atender aos critérios democráticos pela existência de governos violadores de princípios, corruptos, aproveitadores da má administração de fundos públicos e que impeçam ou inibam a *accountability* (MOISÉS, 2008).

Algumas definições do conceito de democracia são minimalistas e enfatizam uma dimensão democrática, como o processo eleitoral, em detrimento de outras dimensões e instituições. Outras enfocam a abordagem de poliarquias, as quais implicam em um constitucionalismo cujo objetivo é avaliar a internalização de princípios – igualdade,

participação e representação - em instituições por meio de uma constituição legitimamente aceita pela sociedade, de modo que outros princípios - legalidade, universalidade, transparência e responsabilização dos governantes – tornam-se apenas complementários. Percebe-se que a democratização é gradual e o cerne da questão é a qualidade dos regimes democráticos e não a sua mera existência (MOISÉS, 2008).

O conceito de qualidade envolve processos que, no caso da democracia são (MOISÉS, 2008):

- Qualidade de Procedimentos: a crença de que as instituições democráticas permitem que os cidadãos ponderem e ajuízem a atuação dos governos e de seus representantes.
- Qualidade de Conteúdo: a confiança dos cidadãos de que os governos assegurem a eles e às suas associações liberdade e igualdade políticas amplas para que possam alcançar suas aspirações e interesses.
- Qualidade de Resultados: a satisfação das expectativas de cidadãos com relação à missão dos governos.

Instituições e procedimentos são vistos, portanto, como meios de realização de princípios e valores adotados pela sociedade como parte do processo político. Sem elidir que a disputa por interesses e preferências envolve conflitos, a ideia é que as instituições se constituem – com base nos objetivos normativos que lhes são atribuídos – na mediação mediante a qual os conflitos podem ser resolvidos pacificamente (MOISÉS, 2008, p.14).

Desses conceitos emergem oito dimensões variantes da qualidade da democracia, que são (DIAMOND & MORLINO, 2005 APUD MUCINHATO, 2012; MOISÉS, 2008):

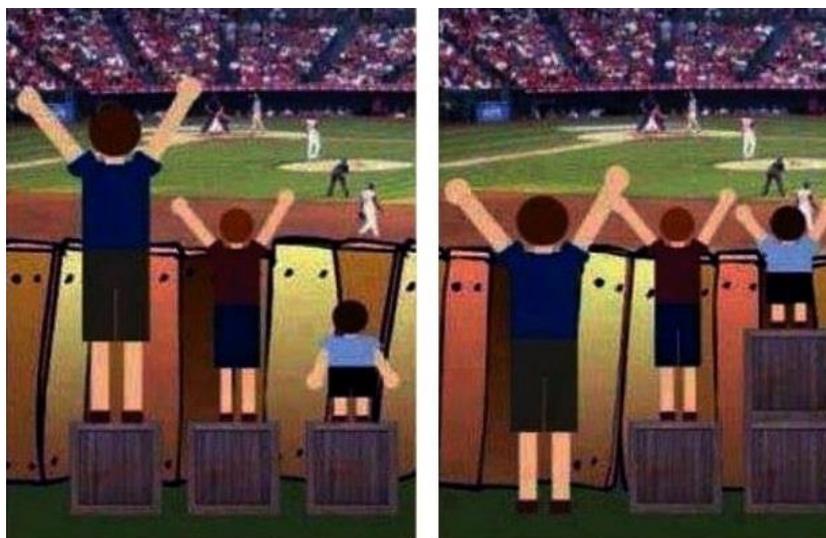
- Primado da Lei: o sistema legal para ser democrático deve: resguardar os direitos políticos e civis e os procedimentos democráticos; reafirmar a *accountability* de órgãos governamentais (*accountability* horizontal) e; reforçar e difundir as legislações. Sem o primado da Lei, a participação política da população marginalizada pela sociedade e a participação individual é prejudicada em favor dos que tem mais acesso aos recursos e à informação.
- Participação e competição políticas: Por um lado, a participação não deve se balizar apenas pelo voto, mas inserir-se nos processos decisórios das políticas públicas e das organizações e na comunicação entre aqueles que detêm cargos públicos e os cidadãos. Para tanto, é indispensável uma cultura política cívica que estime a participação e a igualdade entre todos os cidadãos. Por outro lado, o sistema democrático deveria ser competitivo com concorrências livres

entre os diferentes segmentos da sociedade. É oportuno considerar que o grau de competitividade é variável em democracias devido a inúmeros fatores, dentre outros: os financiamentos de instituições políticas, as novas forças políticas, os sistemas políticos e a igualdade no acesso à mídia.

- Modalidade de *accountability* vertical: ela refere-se às obrigações políticas de líderes eleitos e de cidadãos. Por um lado, os primeiros devem comunicar e justificar aos cidadãos sobre cada ação política por eles adotada e, por outro lado, os segundos devem julgar essas ações de modo a punir ou recompensar os líderes políticos. Isto é o que é denominado de monitoramento político ou de prestação de contas.
- Modalidade de *accountability* social: ela é desempenhada pela mídia e pelas organizações sociais.
- Modalidade de *accountability* horizontal: ela é semelhante à *accountability* vertical, mas é exercida por funcionários ou instituições governamentais independentes que tenham a autoridade legal para exercê-la, como ocorre em atividades de monitoramento, de investigação e de aplicação (ou *enforcement*) da Lei. Para que isto ocorra, é necessária a divisão de poderes e a relação interinstitucional em que as instituições controlem-se reciprocamente.
- Respeito por liberdades civis e direitos políticos: isto incide em três categorias de direitos: liberdades civis, que remetem à segurança, à privacidade e às liberdades de expressão, de religião e de pensamento; liberdades políticas, que envolvem o direito de votar e de ser votado, de se organizar politicamente de maneira livre e de fazer campanha e; liberdades sociais, inclusive à saúde, à educação e à aposentadoria. Para que a liberdade seja afiançada, exigem-se respeito à participação e à competição e condições institucionais de justiça e de *accountability* vertical.
- Igualdade política, social e econômica: a igualdade deve garantir que cada cidadão ou agrupamentos de pessoas tenham direitos e sejam amparados equitativamente por Lei e tenham o mesmo acesso à justiça e ao poder. Contudo, a função do sistema legal é categórica para garantir os direitos civis e políticos de grupos mais vulneráveis. Parafraseando Rui Barbosa (1997, p.26):

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade.

A Figura 2.1 demonstra a necessidade de complementaridade dos conceitos de igualdade e de justiça.



Isto é Igualdade Isto é Justiça

Figura 2.1 - Igualdade e justiça.

Fonte: GEN Jurídico⁶.

- Responsividade de governos e dos representantes: a responsividade, ou seja, a capacidade de dar resposta rápida e adequada a determinada situação integra a qualidade de procedimentos à de conteúdo. Ela ocorre no momento em que o processo democrático induz atores políticos a elaborarem e a implementarem as políticas públicas que os cidadãos almejam. Para que a democracia seja de qualidade, o governo deve ser capaz de agregar as preferências dos cidadãos e transformá-las em políticas públicas, governando com responsabilidade de modo a manter a soberania popular. Desse modo, os cidadãos devem ser capazes de ponderar e de apreciar se as políticas públicas e o funcionamento do regime – por meio das leis, das instituições, dos procedimentos e da estrutura de gastos públicos – satisfazem aos seus anseios.

De acordo com Rose e Shin (2001 apud Moisés, 2008), para que essas dimensões sejam alcançadas e, portanto, para que a qualidade na democracia seja avaliada, é essencial que as instituições básicas do Estado estejam adequadas. Assim,

⁶ Disponível em: < <http://genjuridico.com.br/2013/05/15/igualdade-nao-significa-justica/>>. Acesso em: Jun. 2014.

Instituições cujo funcionamento é compatível com a expectativa suscitada por sua justificação normativa, associada às suas funções permanentes, tenderiam a gerar a confiança dos cidadãos, enquanto aquelas cujo desempenho contraria ou frustra essa expectativa provocariam suspeição, sentimentos de distanciamento e rejeição, gerando baixos níveis de confiança política ou simplesmente desconfiança. A suposição é que as instituições funcionam bem se, coerentes com seus fundamentos legais e sua legitimidade, sinalizam imparcialidade, universalismo, probidade e justiça na relação com os cidadãos, ganhando a sua confiança e, assim, constituindo-se em referencial de seu comportamento político (MOISÉS, 2005a, p. 51-2).

Segundo Moisés (2008), é somente assim que o regime democrático concluirá sua implantação. Além disso, para o autor, há duas correntes – a culturalista e a institucionalista-, que podem explicar a relação entre as atitudes dos cidadãos e o processo de democratização.

A corrente teórica culturalista (ou da cultura política) refere-se, segundo Moisés (2008, p. 16), “[...] a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública”. Interessam a essa corrente os valores políticos e/ou as orientações normativas dos indivíduos. Salienta-se que essas orientações originam-se por meio da interação de processos de socialização com a experiência política, o que incute no regime democrático em termos de estabilidade ou de transformação. Ressalta-se que as teorias dessa corrente conferem importância a uma condição política para a democracia, que é a combinação da participação política com a aceitação da autoridade pública.

A corrente teórica institucionalista (alternativa à culturalista) é uma perspectiva que se preocupa com a eficácia das instituições tendo em vista os fins esperados pelos atores políticos, e não com os valores políticos e/ou a orientação normativa dos indivíduos. Teorias dessa corrente conjecturam que as estimativas do desempenho institucional por custo/benefício, ou seja, que o funcionamento das instituições influencia os cidadãos a apoiarem o regime democrático ou nele confiarem politicamente. Assim, “[...] comportamentos, decisões e o desenho das instituições são produtos da escolha racional de atores relevantes, assim como de avaliações coletivas do sistema político” (MOISÉS, 2008, p. 16).

Moisés (2008) avalia que, devido aos dissensos dessas correntes teóricas com relação à importância da confiança política e da adesão ao regime democrático, raramente procurou-se pesquisar conexões plausíveis entre as duas correntes. Portanto, o autor retomou estudos de David Easton (1965) a fim de analisar vinculações entre as duas perspectivas. Ambas as

correntes – culturalista e institucionalista - incutem na relação dos cidadãos com o regime democrático, de modo que há intersecções entre os valores individuais e o pragmatismo institucional. Por um lado, tem-se a associação entre a relação e o uso que os cidadãos fazem das instituições públicas com oajuizamento que fazem dessa experiência política e, por outro lado, esse julgamento institucional não pode se dar fora do contexto social e cultural. Assim sendo,

[...] a combinação de orientações derivadas de valores com a avaliação propiciada pela experiência política prática forma o terreno em que se definem as atitudes e as reações dos cidadãos sobre o regime democrático. [...] A questão do apoio ao regime tem, portanto, natureza complexa e multidimensional, envolvendo ao mesmo tempo a aceitação da democracia como um ideal, a rejeição maior ou menor de suas alternativas, a insatisfação com seus resultados práticos e atitudes que confundem ou misturam essas escolhas. Ou seja, as escolhas do público a respeito do regime político não podem ser vistas em termos de tudo ou nada, isto é, de adesão total ou rejeição total, mas, ao contrário, elas se caracterizam por um processo gradual, cuja dinâmica envolve atitudes de dúvida e de ambivalência política, assim como os seus efeitos (MOISÉS, 2008, p. 18).

Não obstante à cultura política e ao desempenho das instituições democráticas, constata-se que a qualidade da democracia interfere na apreciação dos cidadãos quanto às instituições democráticas; ao mesmo tempo, essa qualidade pode resultar em desvalorização da cultura política brasileira com relação às instituições de representação política, caso não haja aceitação da democracia como um ideal, haja rejeição de suas alternativas e haja insatisfação com seus resultados.

De acordo com Moisés (2008), um dos aspectos mais importantes de suas descobertas é o fato de que os parâmetros supracitados incitam parcelas de cidadãos brasileiros preferirem modelos democráticos sem instituições representativas; característica essencial do regime democrático que, inclusive, o distingue de outros. Assim verifica-se que há desconfiança política por parte dos brasileiros.

De acordo com Meneguello & Moisés (2013), as antigas e as novas democracias lidaram com as transformações políticas que vem ocorrendo em âmbito mundial de maneira díspar, em particular com relação à desconfiança política, a qual interfere na relação dos cidadãos com o regime e até mesmo nas funções do Estado. Deve-se distinguir a adesão dos cidadãos aos princípios da democracia, os quais se universalizam cada vez mais, e o apoio dos mesmos aos resultados práticos dessa forma de governo. Por um lado, nas democracias mais antigas, a desconfiança instigou os cidadãos a participarem mais publicamente e a modificarem suas práticas políticas. Por outro lado, nas democracias novas, os cidadãos desestimulam-se da política e de seus caminhos e,

[...] em vários casos [...] a frustração com o desempenho das instituições democráticas produz desconfiança que, por sua vez, se mostra associada a

sentimentos negativos dos cidadãos a respeito de sua eficácia política, com baixos níveis de interesse político, pouca participação cívica [...] (MENEGUELLO & MOISÉS, 2013, p.12).

O quadrinho do cartunista argentino Quino demonstra satiricamente a desconfiança na democracia por parte da população.



Figura 2.2 - Quadrinho do cartunista quino: Mafalda e democracia.
Fonte: Facebook Oficial da Mafalda.

A desconfiança política deriva, por um lado, do ajuizamento racional dos cidadãos acerca do desempenho de instituições democráticas com relação aos seus resultados na prática e, por outro lado, da percepção deles sobre a concretização dos alicerces éticos e normativos dessas instituições (MENEGUELLO & MOISÉS, 2013).

Portanto, a confiança política demonstra-se essencial para o funcionamento do regime democrático, uma vez que, para que haja cooperação social com as instituições democráticas governamentais, o cidadão necessita compreender o funcionamento dessas instituições para prever o comportamento dos que dela fazem parte (MENEGUELLO & MOISÉS, 2013; MOISÉS, 2013a).

De acordo com Moisés & Meneguello (2013, p.13-4), a confiança “[...] refere-se às expectativas que as pessoas alimentam a respeito do comportamento dos outros com que convivem e interagem; e diz respeito à ação desses outros quanto aos seus interesses, aspirações ou preferências [...]”. Ela torna-se um resguardo diante dos imprevistos e da complexidade dos processos democráticos e minimiza problemas provenientes das relações dos cidadãos com instituições democráticas.

Moisés (2013a), diz que a confiança política dos cidadãos não é simplista, mas pode diferir quanto aos seguintes níveis empíricos:

- Apoio difuso à comunidade política pelos cidadãos, os quais criam uma identidade coletiva e sentem-se pertencentes ao Estado-Nação, de modo que haja confiança social e engajamento cívico;
- Adesão pelos cidadãos aos valores do regime democrático, como: liberdade, igualdade, equidade, tolerância ao díspar, participação, respeito à lei e aos deveres e direitos, dentre outros;
- Percepção dos cidadãos quanto ao desempenho prático da democracia; à capacidade de solucionar problemas sociais prioritários;
- Percepção dos cidadãos e sua expectativa quanto às missões das instituições democráticas e;
- Apoio dos cidadãos aos atores políticos quanto ao seu desempenho individual.

Assim, os cidadãos podem, por exemplo, apreciar os princípios e as normativas do regime democrático ao mesmo tempo em que subestimam suas instituições. As atitudes dos cidadãos podem ser influenciadas pela capacidade das instituições de absorver e de incorporar suas demandas, ou seja, podem estar relacionadas às suas experiências políticas de conquistas ou de derrotas; de influência ou não sobre os processos decisórios. Além disso, estudos demonstram que “[...] a avaliação dos cidadãos sobre as instituições depende do aprendizado propiciado a eles pelo seu funcionamento prático [...]” (MOISÉS, 2013a, p. 48).

Isto demonstra que as dimensões políticas micro – individuais - macro – institucionais – devem estar em sintonia e que a partir da confiança nas instituições, os cidadãos asseguram o respeito por seus direitos e o seu compromisso com a comunidade política. “[...] A confiança é, assim, uma condição necessária da cidadania, e seu meio de realização são precisamente as instituições democráticas. [...] E, por isso, a pesquisa sobre qualidade da democracia tem de considerá-los em sua interação” (MOISÉS, 2013a, p. 49).

Em geral, os cidadãos brasileiros definem a democracia positivamente e a partir de seus princípios de liberdade e dos processos e estruturas institucionais, ou seja, por meio de suas normas e do desempenho prático das instituições. Isso demonstra, de acordo com Moisés (2013b), que a democracia é visualizada no Brasil a partir de processos institucionais. Verifica-se, também, que há desconfiança política dos brasileiros em relação ao desempenho das instituições democráticas, mas que essa visão crítica dos cidadãos diz que, antes de extingui-las, deseja-se seu funcionamento efetivo como mecanismo de representação. É essencial, portanto, para se consolidar o regime democrático no Brasil que os cidadãos confiem, acompanhem e se envolvam publicamente com as instituições.

Tudo isso é interessante, à medida que implica em outras questões amplamente discutidas atualmente, tal como o controle social, ou seja, o direito e o dever que os cidadãos têm de exercer controle sobre a atuação dos governantes, o que será tratado a seguir.

2.2 Governança e Controle Social

A Governança pode ser compreendida de maneira simplificada como um processo ou um conceito “[...] que engloba as relações entre sociedade e governo e se preocupa com a maneira como o governo e organizações sociais interagem e como as decisões são tomadas em um mundo complexo” (PAZ, 2010, p.6).

Jacobi e Sinisgalli (2012) aferem que, apesar da Governança envolver diferentes significados, o uso desta terminologia, que era tida na década de 1970 como sinônimo de governo, passou a ser um conceito mais abrangente; que congrega atores não estatais e que desloca abordagens de políticas públicas, antes centradas unicamente no governo, para a sociedade. Nesse sentido, Paz (2010) considera que a principal diferença entre o governo e a Governança é que a segunda é mais abrangente e inclusiva do que o primeiro, ultrapassando as funções deste último ao englobar as interações complexas entre sociedade e governo na tomada de decisão.

Camargo (2005 apud BESSA; PEREIRA; ZITZKE, 2011) também diferencia governo de Governança ao argumentar que o governo supõe autoridade formal com poder coercitivo para garantir a implementação de políticas. Por sua vez, a Governança é apoiada em objetivos comuns e partilhados entre atores representantes de instituições governamentais e não governamentais.

Desta maneira, a Governança é

[...] um novo modo de governar, um modo não hierárquico de governo, onde atores não estatais, e diversos segmentos participam na formulação e implementação de políticas públicas [...] [Alude, também, a um] [...] conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e da dinâmica e das instituições do mercado, por outro, visando atingir objetivos comuns. A literatura sobre o tema enfatiza a Governança, como a realizada através da participação, envolvimento e negociação de multiatores (*multi-stakeholders*), da descentralização (transferindo o poder para o governo local – *empowerment*), da unidade de gestão ambiental, e de mecanismos para a resolução dos conflitos (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p. 6).

O conceito de Governança é multifacetado de acordo com Frey (2004). Para ele há duas concepções distintas de Governança, a despeito de ambas refletirem a necessidade da interação entre atores sociais: (1) a Boa Governança, adotada pelo *Banco Mundial* (BM) e pelo *Fundo Monetário Internacional* (FMI), que realça a eficiência e a efetividade da governabilidade e do livre mercado e⁷; (2) a Governança Participativa, destacada nesta pesquisa, que enfatiza novas práticas democráticas junto à sociedade. Seguindo a concepção de Governança Participativa, o autor discorre sobre uma Governança interativa, que parte do pressuposto de que governar é um processo de influência mútua à medida que os atores necessitam compartilhar recursos e conhecimentos uns com os outros para solucionar problemas (STOCKER, 2000 apud FREY, 2004). Além disso, Frey (2004) observa que há uma tendência ao aumento das incertezas e da fragmentação social e verifica que há uma abertura governamental à participação da sociedade civil.

A participação política no Brasil passou, conforme Avritzer (2011), a crescer constantemente após a democratização e pode-se verificar um aumento das *Instituições Participativas* (IPs) associadas às políticas públicas a partir da Constituição de 1988.

Complementarmente, Pires et al. (2011) dizem que a participação da sociedade se consagra no Brasil há mais de 20 anos como um princípio constitucional. Para o autor, as IPs são realidades inevitáveis e essenciais nos processos de formulação de políticas públicas e de gestão pública. De forma mais contundente, Avritzer (2011) expõe que a condição para que haja êxito deliberativo nas IPs é a participação da sociedade civil.

Jacobi e Fracalanza (2005, p. 46) argumentam que o potencial de participação de atores diversos no processo de elaboração de políticas públicas

[...] cria cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. Mas não basta assegurar legalmente à população o direito de participar [...], estabelecendo-se Conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas. É importante legitimar e consolidar a gestão participativa com garantia do acesso à informação, pré-condição básica para a institucionalização do controle social e construção de efetiva cidadania.

Desta forma, estes autores concluem que os mecanismos que originam âmbitos democráticos favoráveis à participação cidadã e qualificada são essenciais à constituição da Governança. Cabe destacar que, para Pires et al. (2011) a qualificação da participação cidadã e dos processos participativos são basilares para se compreender a atuação, os efeitos e os resultados produzidos pelas IPs. Para avaliá-las, deve-se

⁷ Cabe salientar que eficiência e efetividade apresentam significados distintos de acordo com Pires et al. (2011, p. 351). A eficiência “[...] corresponde à utilização competente de recursos para se atingir determinados resultados [...]” e a efetividade “[...] diz respeito ao comportamento observado de determinada política, considerando os resultados produzidos em contexto mais amplo [...]”.

[...] utilizar múltiplas perspectivas, enfoques, estratégias e técnicas de análise [...]. A qualidade do processo participativo deve ser entendida [...] como envolvendo tanto a qualidade e intensidade do processo deliberativo interno às instituições participativas como também as relações estabelecidas entre instituições participativas e seu ambiente [...] (PIRES ET AL., 2011, p. 354).

Portanto, adota-se a noção de Governança centrada sobre

[...] o conceito de poder social que media as relações entre Estado e Sociedade Civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, mas também permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e seus impactos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Esta noção transcende, portanto, uma abordagem mais técnico-institucional e se insere no plano das relações de poder e do fortalecimento de práticas de controle social e constituição de públicos participativos (JACOBI, GÜNTHER, GIATTI, 2012, p. 8).

Isto implica, portanto, em outro componente da Governança que é o controle social, o qual, segundo Correia (2012b), origina-se na Sociologia e apresenta caráter ambíguo na Ciência Política, uma vez que pode significar, de um lado, o estabelecimento da ordem social a partir de disciplinamento da sociedade com vistas a determinadas regras e normas sociais e morais – definição esta muito presente nos autores clássicos da Ciência Política que versam sobre o estado de natureza e o contrato social - e, de outro lado, o controle da sociedade sobre as ações do Estado. O controle social é destacado nos estudos de Governança por aludir à democratização do Brasil pós-ditadura militar e, portanto, à participação social no processo de elaboração de políticas públicas para que sejam incorporados os interesses da sociedade. Ainda, para Carvalho (1995 apud CORREIA, 2012a) o controle social é uma maneira contemporânea de compreender as relações entre a sociedade e o Estado, de modo que a sociedade tem a incumbência de vigiar e controlar o Estado. Desta forma, entende-se controle social como

[...] [o] envolvimento da sociedade no exercício da reflexão e discussão para politização de problemáticas e situações que afetam a vida coletiva, onde o governo atua sob a fiscalização da população, da opinião pública e da esfera pública política (BESSA; PEREIRA; ZITZKE, 2011, p. 128).

Assim, a Governança Ambiental envolve organizações civis e governamentais em tomadas de decisões públicas acerca do meio ambiente, transcendendo de tal modo a mera gestão. Para arquitetar tomadas de decisão partilhadas,

o fortalecimento da Governança Ambiental pode ter muitas estratégias (institucionais ou não), como as arenas de negociação, as práticas educativas e a participação da sociedade civil (JACOBI e SINISGALLI, 2012, p.6).

A implementação de ferramentas e instrumentos participativos em IPs leva à transformação dos colegiados e dos padrões de Governança de modo a aperfeiçoar as relações democráticas e a constituir interferências inovadoras entre o poder público e a sociedade civil organizada (JACOBI; BARBI, 2007a). De modo que,

a consolidação dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão [e Governança] democrática, integrada e compartilhada [...]. A ampliação desses espaços de participação cidadã favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses e a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais. Dessa forma, [...] [Conselhos e Comitês] representam a construção de novos espaços institucionais para relações entre especialistas e cidadãos, entre técnicos e usuários, entre os setores público e privado. Essa dinâmica facilita a transparência e a permeabilidade nas relações entre esses atores, incorporando-os ao processo e criando um canal formal de participação (JACOBI; BARBI, 2007b, p. 525-6).

Conclui-se, por fim, que a Governança é uma abordagem conceitual que indica rumos alternativos, teóricos e práticos que vinculam demandas sociais às governamentais (JACOBI; GÜNTHER; GIATTI, 2012).

Assim, tratar-se-ão a seguir das políticas públicas, legislações e normativas de Governança Ambiental em nível federal e estadual acerca da participação e das IPs, uma vez que o arcabouço legal também fortalece a Governança, por meio da criação e diretrizes de implementação destas IPs.

Tendo em vista que diversos atores sociais agem sobre os meios físico-natural e construído e alteram a qualidade desses meios, a participação dos atores nos processos decisórios de políticas públicas é essencial para que visualizem as interações entre atividades humanas e a natureza e a interferência dessas atividades sobre o ambiente (THEODORO, 2005).

Assim, os participantes de instituições participativas, cuja funcionalidade se dá por meio da interação destes partícipes, devem ser denominados de atores (e não agentes), uma vez que esses são representantes de instituições do setor público ou da sociedade civil organizada e não deveriam atuar de acordo com seus interesses próprios, mas daquilo e daqueles que representam. Rubin (2002, p. 99, tradução minha) diz:

[...] O negociador é menos um agente civil, com poder de agir como ele/ela deseja, e mais um representante de uma organização cujos sinais podem ser mesclados e contraditórios [...] O termo ator é mais apropriado e pode ser entendido em seu próprio contexto dramático. Vestido em fantasia, usando maquiagem, envolvido por cenários e iluminações apropriados, a pessoa que nós observamos [...] é um indivíduo diferente daquele encontrado no vestuário [...] ⁸.

Assim, para Rubin (2002), entendem-se os representantes como atores e os negociantes que falam por si próprios e estão livres para propor ofertas e alcançar acordos como agentes. Ao analisarem-se atores, deve-se considerar: quem são eles; quem eles representam; quais são as restrições sob as quais agem; quais são as qualidades que

⁸ Versão original em inglês: “[...] The negotiator is less a free agent, empowered to act as he or she wishes, and more a representative of an organization whose signals may be mixed and contradictory [...] the term actor is most appropriate and can be understood in its proper dramaturgical context. Clothed in costume, wearing makeup, surrounded by proper setting and lighting, the person we observe [...] is very different individual from the one to be found in the dressing room”. (RUBIN, 2002, p. 99).

contribuem para o diferencial desses atores; quais as oportunidades de liderança que estes atores individuais eventualmente utilizam e; quais são seus interesses, estratégias, poderes e comportamentos. (RUBIN, 2002; ZARTMAN, 2009).

Tendo em vista a relação dos atores no interior de IPs, o surgimento de dissensos é provável. Fracalanza e Sinisgalli (2009) consideram que as necessidades sociais dos atores podem resultar em conflitos pela apropriação e uso do solo e da água. Conflito, etimologicamente,

[...] é uma palavra de origem latina que quer dizer “choque, embate, encontro, combate, luta”. Nele está presente a ideia de contradição, de oposição, de desordem. (SOARES, 2010, p. 65).

Segundo Theodoro (2005, p. 65), “[...] a vida humana em seu cotidiano é um permanente conflito [...]”, sendo assim os conflitos existem desde as origens dos seres humanos. Além disso, o autor afirma que “o fundamento da legitimidade do conflito como elemento constitutivo da existência vem do fato de que a percepção da realidade é diversa, variável de uma pessoa para outra e em uma mesma pessoa [...]”.

No mesmo sentido, Lopes e Stoeckicht (2009) afirmam que a existência de conflitos e incertezas caracteriza a interação humana. Para elas, os conflitos originam-se devido: às disputas por recursos disponíveis (ou demandados) e escassos; aos objetivos distintos dos indivíduos e; às buscas por autonomia ou libertação de um sujeito. Esses conflitos podem ser categorizados em: intrapessoais; interpessoais e; intergrupais, que ocorrem “entre membros de diferentes grupos que representam interesses de ordem social, política ou cultural”. (LOPES; STOECKICHT, 2009, p. 33). Além disso, elas tratam de quatro níveis progressivos de conflitos: (1) latentes; (2) percebidos; (3) sentidos e; (4) manifestos. Zartman (2009, p. 322, tradução minha), também trata da progressividade dos conflitos ao dizer que estes “[...] surgem de posições incompatíveis [...]”⁹, podem apresentar formas ativas e serem progressivos - quando escalam de não problemáticos e violentos a problemáticos e violentos. Estes só cessam ou regridem quando atingem resultados, como: a vitória de uma das partes; um impasse penoso ou; um impasse estável.

Por sua vez, Theodoro (2005) destaca como os elementos fundamentais na análise de conflitos: os *atores*, que são movidos por interesses, valores e percepções; a *natureza* diferenciada dos conflitos; os *objetos* vistos como escassos e; as *dinâmicas* próprias do processo. Para ele, as coletividades em torno de bens difusos são as particularidades que diferenciam conflitos rotineiros da vida humana dos conflitos de natureza socioambiental.

⁹ Versão original em inglês: “[...] arises from incompatible positions [...]”. (ZARTMAN, 2009, p. 322).

Conforme Marques (2003, p. 47), tanto a “[...] interação entre os atores no interior de ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades de políticas [...]”, como também a possibilidade de gerar dissensos, definem as políticas públicas. A política pública ambiental é, segundo Lanna (2000, p.77), “[...] o conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do ambiente”. Essas políticas, de acordo com Cunha e Coelho (2003), podem ser divididas em três fases históricas no Brasil: (1) a primeira estabelece um alicerce de regulação dos recursos naturais e seu intervalo é de 1930 a 1971; (2) a segunda, de 1972 a 1987, está relacionado ao intenso intervencionismo estatal e; (3) a última, que vai de 1988 aos dias atuais, ressalta a redemocratização brasileira e a descentralização administrativa das tomadas de decisão. Para estes autores, existem três categorias de políticas ambientais no Brasil: (1) políticas regulatórias, (2) políticas estruturadoras e; (3) políticas indutoras de comportamento. As políticas regulatórias referem-se às legislações específicas sobre o meio ambiente e os usos de seus recursos e aos aparatos institucionais que as garantam. As políticas indutoras estão relacionadas a ações que controlem os comportamentos individuais e de interesses organizados. E, por fim, as políticas estruturadoras dizem respeito às ingerências de órgãos governamentais e/ou de interesses organizados sobre o ambiente – como ocorre nas IPs.

Dentre os atores que participam de IPs de meio ambiente, recursos hídricos e de Unidades de Conservação, tem-se: (1) Poder Público – municipal, estadual, distrital e federal – e; (2) a sociedade civil organizada, que incorporam associações, institutos, sindicatos, universidades, dentre outros. Salienta-se que, de acordo com Lewis (2004), as *Organizações Não Governamentais* (ONGs) passaram a ter esta denominação com a *Organização das Nações Unidas* (ONU) após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a sociedade civil organizada representa parte do que Thomas Clive (2001) chama de interesses organizados. Segundo o autor, não há uma definição comum acerca do que são os interesses organizados, além de haver, dependendo das necessidades e vieses de análise, vasta diversidade de elementos relacionados à atuação dos interesses organizados e de funções desses que podem ser investigados. Contudo, Clive (2001, p.7, tradução minha) aponta um elemento comum dos interesses organizados, que é a provisão de “[...] um mecanismo pelo qual cidadãos que têm uma atitude ou um interesse compartilhado podem se unir e canalizar seus recursos coletivos em ações políticas [...]”¹⁰. O autor também distingue algumas definições, dentre as quais ele

¹⁰ Versão original em inglês: “[...] a mechanism through which citizens who have a *shared attitude* or a *shared interest* can come together and channel their collective resources into political action [...]”.

destaca a de Thomas e Hrebenar (apud CLIVE, 2001, p.7-8), os quais conceituam o interesse organizado como “[...] uma associação de indivíduos ou organizações, geralmente organizada formalmente, que tenta influenciar políticas públicas [...]”¹¹.

Marques (2003, p. 47-8), quando trata das interações de atores na definição de políticas públicas, expõe que

[...] As dinâmicas políticas são resultados dessas interações [...] [e] são fortemente por legados, já que tanto o ambiente institucional e as redes, quanto a própria política pública, são historicamente construídas. Esses legados, assim como diversas “estruturas” presentes em cada caso (econômicas, relacionais, espaciais e institucionais) definem instrumentos de poder diferenciados para os atores políticos potenciais, tornando alguns deles mais capazes de fazer valer seus interesses do que outros, além de conduzir alguns atores potenciais em direção à irrelevância. Apesar da existência de grandes desproporções de poder entre atores, entretanto, os resultados dos conflitos políticos são contingentes e, portanto, não predeterminados. Isto [...] quer dizer [...] que suas probabilidades de ocorrência são proporcionais à desproporção de poder entre os atores. Em um nível mais concreto, destacamos como principais atores na definição das políticas estatais os que apresentam posições de poder mais vantajosas no sentido discutido acima [...]. (MARQUES, 2003, p. 47-8).

Clive (2001)¹² assegura que os interesses organizados são instituições importantes na caracterização do sistema político e vinculam os cidadãos ao governo. Além disso, o autor afirma que as dinâmicas de relacionamento dos interesses organizados auxiliam a formatação da estrutura e da natureza dos governos democráticos. Ainda, Jordan e Clive (2004) dizem que apesar de se acreditar que os interesses organizados não são representativos da sociedade, promovendo os interesses de grupos econômicos específicos em detrimento dos interesses públicos, estudos acadêmicos têm sido inconclusivos, em sua maioria, devido às diferentes conceituações, aos pontos de referência diferentes utilizados e por tratarem de problemas específicos em políticas públicas e/ou áreas específicas. Eles complementam ao dizer que o papel representativo dos interesses organizados varia de acordo com o ambiente político e de governo em uma determinada democracia.

Para Fung e Cohen (2007), os governos democráticos convencionais conformam

[...] sistemas de representação competitiva em que os cidadãos são portadores de direitos políticos, dentre eles o direito de expressão, associação e sufrágio; os cidadãos manifestam seus interesses por meio de exercício dos direitos políticos, em particular por meio de voto em seus representantes, nas eleições regulares [...] a vitória eleitoral significa o controle do governo [...]

Contudo, estes autores adotam uma democracia denominada por eles de radical, a qual implica em numa consumação mais aperfeiçoado de valores democráticos e que busca

¹¹ Versão original em inglês: “[...] na association of individuals or organizations, usually formally organized, that attempts to influence public policy [...]”.

¹² Clive Thomas (2001) estuda conhecimentos existentes na conexão de partidos políticos e grupos de interesse em democracias liberais e metodologias de análise comparativa para isto. Salienta-se que isto não é objeto do presente artigo.

“[...] mover-se de uma estrutura em que impera a barganha, a agressão de interesses e o poder para outra, em que a razão comum seja uma força dominante da vida democrática [...]” (FUNG e COHEN, 2007, p. 222). Nesta democracia radical, os valores democráticos são essenciais à democracia com arranjos participativos-deliberativos, também denominada de governabilidade participativa empoderada, a qual “[...] contribui para a igualdade política ao aumentar o papel da mobilização popular e da deliberação nas tomadas de decisão políticas [...]” (FUNG e COHEN, 2007, p. 232). Nesta democracia, Fung e Cohen (2007, p.225) dizem que a participação e a deliberação reforçam-se, uma vez que a primeira expande o envolvimento dos cidadãos e a segunda “[...] reduz o poder dos maiores recursos pela força dos melhores argumentos [...]”.

É importante ressaltar que, para Pires et al. (2011, p. 361) a qualificação da participação cidadã e dos processos participativos são basilares para se compreender a atuação, os efeitos e os resultados produzidos pelas instituições participativas. Cabe destacar que o autor categoriza em dimensões os estudos das IPs que devem ser congregados para se estudar a qualidade do processo participativo. São elas: (1) inclusão e representatividade; (2) desenho institucional; (3) deliberação; (4) contextos e ambiente institucional e; (5) atores e estratégias.

Discorre-se a seguir, assim, sobre as legislações brasileiras criadas pelos entes federativos Estado-Nação e Estado de São Paulo (*vide* Quadro 2.1), concernentes à Governança Ambiental, especialmente no que se refere à participação e às IPs ambientais, das águas e das *Unidades de Conservação* (UCs). Isto porque a Governança Ambiental se estrutura, institucionalmente e administrativamente, a partir de fóruns descentralizados e participativos – ora Conselhos gestores, ora Comitês; neste sentido, as IPs são importantes para a participação social no processo de tomada de decisão.

LEGISLAÇÕES	SIGLA	NUMERAÇÃO	DATA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Constituição				
<i>Constituição da República Federativa do Brasil</i>	CB	-	1988	Casa Civil/Presidência da República
<i>Constituição do Estado de São Paulo</i>	CSP	-	1989	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo
Meio Ambiente				
<i>Política Nacional de Meio Ambiente</i>	PNMA	Lei Ordinária nº 6.938	31/08/1981	Casa Civil/Presidência da República
<i>Política Estadual de Meio Ambiente</i>	PEMA	Lei Ordinária Estadual nº 9.609	20/03/1997	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo
<i>Conselho Nacional do Meio Ambiente</i>	CONAMA	Portaria MMA nº 452	17/11/2011	Ministério do Meio Ambiente/ Presidência da República
<i>Conselho Estadual de Meio Ambiente</i>	CONSEMA	Deliberação Consema nº 05	2010	Secretaria do Estado do Meio Ambiente/ Governo do Estado de São Paulo
<i>Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo</i>	CADES	Lei Ordinária Municipal nº 33.804	17/11/1993	Câmara Municipal de São Paulo/ Prefeitura Municipal de São Paulo
Recursos Hídricos				
<i>Política Nacional de Recursos Hídricos</i>	PNRH	Lei Ordinária nº 9.433	08/01/1997	Casa Civil/Presidência da República
<i>Política Estadual de Recursos Hídricos</i>	PERH	Lei Ordinária Estadual nº 7.663	30/12/1991	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo
<i>Conselho Nacional de Recursos Hídricos</i>	CNRH	Portaria MMA nº 32	18/07/2005	Ministério do Meio Ambiente/ Presidência da República
Unidades de Conservação				
<i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i>	SNUC	Lei Ordinária nº 9.985	18/07/2000	Casa Civil/Presidência da República

**Quadro 2.1 - Legislações e IPs analisadas.
Fonte: Produzido pela autora.**

No quadro acima, elencaram-se as seguintes legislações e IPs, que serão detalhadas neste capítulo: (1) Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 2014c); (2) Constituição do Estado de São Paulo de 1989 (SÃO PAULO, 2014a); (3) *Política Nacional de Meio Ambiente* (PNMA) de 1981 (BRASIL, 2014d); (4) *Política Estadual de Meio Ambiente* (PEMA) de 1997 (SÃO PAULO, 2014f); (5) *Conselho Nacional de Meio Ambiente* (CONAMA, 2014b) criado em 1981 pela PNMA, regulamentado em 1990 e com regimento interno alterado e aprovado em 2011; (6) *Conselho Estadual de Meio Ambiente* (CONSEMA) criado em 1983 (SÃO PAULO, 2014b; SÃO PAULO, 2014e), previsto pela Constituição de São Paulo em 1989, regulamentado em 2009 e com regimento interno aprovado em 2010; (7) *Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo* (CADES) instituído e regulamentado em 1993 (SÃO PAULO, 2014d); (8) *Política Nacional de Recursos Hídricos* (PNRH) de 1997 (BRASIL, 2014d); (9) *Política Estadual de Recursos Hídricos* (PERH) de 1991 (SÃO PAULO, 2014c); (10) *Conselho Nacional de Recursos Hídricos* (CNRH) criado pela PNRH em 1997, regulamentado em 2003 e com regimento interno alterado em 2005 (BRASIL, 2014a); (11) *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC) de 2000 (BRASIL, 2014f).

Inicialmente, serão averiguados aspectos relacionados ao ambiente, às águas, às UCs e à participação dentro da *Constituição Federal do Brasil* (CF) e *Constituição do Estado de São Paulo* (CSP).

A CB de 1988 normatiza a manutenção e a preservação de um ambiente ecologicamente equilibrado e de seus recursos, que são importantes para a qualidade de vida e que devem ser de uso comum, para presentes e futuras gerações. Por sua vez, a CSP de 1989 insere questões mais profundas sobre o meio ambiente, dentre elas: (1) uso racional do território, recursos naturais – água, solo, ar, florestas, fauna, dentre outros - e culturais; (2) conservação, defesa, recuperação, proteção do ambiente, além da preservação; (3) harmonização dos itens anteriores ao desenvolvimento social e econômico; (4) constituição de um sistema para gestão de recursos hídricos; (5) ações de saneamento para melhoria da qualidade da saúde pública e proibição de lançamento de efluentes sem tratamento devido; (6) proteção da quantidade e qualidade da água; (7) dentre outros.

Contudo, deve-se destacar a importância dada à participação social em ambas as legislações. A CB discorre sobre um dever de preservação do ambiente que é do poder público e da coletividade. Já a CSP pondera que o Estado deve cooperar com o município e que ambos devem preservar, conservar, defender e recuperar o meio ambiente – que é artificial, natural e de trabalho – com a participação da comunidade. Além disso, a CSP pontua a

congregação dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada para a gestão descentralizada, participativa e integrada de recursos naturais em uma bacia hidrográfica, com inclusão de recursos hídricos.

É importante, também, considerar legislações, normativas e instituições participativas nas questões do meio ambiente. Assim, destacam-se a PNMA e a PEMA, bem como os Conselhos consultivos e deliberativos em que se estruturam: CONAMA e CONSEMA, respectivamente (*vide* Quadro 2.2).

LEGISLAÇÃO/ ANO	TEMA	ARTIGO	ELEMENTOS DESTACADOS DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS AMBIENTAIS
CONAMA/1990*	<i>Portaria MMA nº 452/2011 - Regimento Interno do Conama</i>		
	Finalidades e Competências	1º	Criado pela PNMA/81.
		1º	Regulamentado pelo Decreto Nº 99.274/1990.
		1º	Órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo.
		1º	Integra o SISNAMA.
	Estrutura do CONAM	2º	Compõe-se de: Plenário; Comitê de Integração de Políticas Ambientais; Câmaras Técnicas; Grupos de Trabalho; Grupos Assessores e; Câmara Especial Recursal.
	Composição do Plenário	3º	Representantes do Poder Público Federal, Distrital, Estadual e Municipal, do setor empresarial e da Sociedade Civil.
		3º	Sociedade Civil abrange os seguintes representantes: de entidades ambientalistas, de trabalhadores e profissionais, de sindicatos, das comunidades indígenas e científicas, das associações, das Organizações Não Governamentais (ONGs), das Fundações, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, dos trabalhadores da área rural e das populações tradicionais, dentre outros.
	Reuniões do Plenário	5º	Plenário se reúne ordinariamente a cada três meses, em dois dias, no Distrito Federal.
		6º	Presença da maioria absoluta dos membros do CONAMA.
		6º	Deliberação por maioria simples dos membros com direito a voto.
		8º	Participação dos membros no CONAMA é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.
	8º	Representantes da Sociedade Civil poderão ter despesas de deslocamento e estada pagas pelo MMA.	
Atos	10	Resolução, proposição, recomendação, moção, decisão.	
Publicação	25	Atos aprovados no Plenário serão publicados ou encaminhados aos membros no prazo de 40 dias da reunião.	
CONSEMA/2009*	<i>Lei Estadual nº 13.507/2009</i>		
	Disposições Iniciais	1º	Criado pelo Decreto Estadual nº 20.903/1983.
		1º	Integra o SEAQUA.
		1º	Consema é um órgão consultivo, normativo e recursal.
	Atribuições	2º	Dentre as atribuições do Consema, tem-se o incentivo à criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.
	Estrutura	3º	Compõe-se de: Presidência (Secretário do Meio Ambiente do Estado), Secretaria Executiva, Plenário, Comissões Temáticas e Câmaras Regionais.
	Decisões e Publicação	6º	As decisões são formalizadas por meio de deliberação, publicadas no Diário Oficial do Estado.
	Composição do Plenário	7º	Composição do Plenário é paritária entre órgãos e entidades governamentais (17) e não governamentais (18) do Estado.
		7º e 9º	36 membros titulares e seus suplentes com mandato de 2 anos.
	Reuniões do Plenário	10	Conselheiros prestam serviço de natureza relevante e não serão remunerados.
10		Representantes de entidades ambientalistas do Estado tem custeio de despesas de deslocamento assegurado pela Secretaria de Meio Ambiente.	

LEGISLAÇÃO/ ANO	TEMA	ARTIGO	ELEMENTOS DESTACADOS DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS AMBIENTAIS
CONSEMA/2009*	<i>Regimento Interno do Consema</i>		
	Disposições Iniciais	1º	Previsto pela Constituição do Estado de 1989.
		1º	Atribuições e Composições definidas pela Lei Estadual nº 13.507/2009.
		1º	Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 55.087/2009.
	Objetivos	2º	Dentre os objetivos, destaca-se o de estimular a participação da comunidade no processo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.
	Reuniões do Plenário	17	Plenário se reúne ordinariamente a cada mês.
		23 e 24	Presença de pelo menos dois terços dos conselheiros.
Proposições	30	Parecer, Moção, Emenda ou indicação.	
	31	Discussões e deliberações do Plenário serão encaminhadas aos membros até 15 dias antes da próxima reunião.	
CADES/1993*	<i>Informações de Conselhos Municipais de Meio Ambiente a partir de (BRASIL CONAMA, 2012; SÃO PAULO CÂMARA, 1993).</i>		
	Características	-	Conselhos Municipais de Meio Ambiente têm caráter normativo, consultivo e deliberativo.
		-	Paritários entre Sociedade Civil Organizada (SCO) e poder público (PP).
		-	Podem ser bipartite – representantes dos governos municipal, estadual e federal compondo o segmento do PP e representantes do empresariado, sindicato, academia, entidades ambientalistas, dentre outros, compondo o segmento da SCO - ou tripartite – dividido em três segmentos, o PP, as entidades sociais e ambientalistas e o setor produtivo empresarial e sindical.
	CADES	-	Órgão consultivo e deliberativo.
		-	Tem, dentre as atribuições dispostas à colaboração com a formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente.
		-	Dentre as diretrizes básicas, destacam-se: interdisciplinariedade no trato das questões ambientais; integração da política municipal do meio ambiente em nível nacional e estadual e; a participação da comunidade.
	<i>Resolução Municipal nº 140/CADES/2011</i>		
	Disposições Iniciais	1º	Criado pela Lei Municipal nº 11.426/1993.
		1º	Reestruturado pela Lei Municipal nº 14.887/2009.
1º		Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 52.153/2011.	
Órgãos	5º	Compõe-se de: Presidência, Plenário, Coordenação Geral, Secretaria Executiva, Câmaras Técnicas e Comissões Especiais.	
Composição do Plenário	6º	Plenário é um órgão deliberativo e soberano com 36 conselheiros titulares e suplentes.	
Reuniões do Plenário	7º	Plenário se reúne mensalmente.	
	11	As deliberações são por maioria simples com presença da maioria absoluta dos membros.	
Proposições	45	Projetos de resolução, indicações, moções e requerimentos.	

NOTA: As indicações de "" referem-se à data de regulamentação das IPs.*

Quadro 2.2 - Elementos destacados das IPs ambientais.

Fonte: Produzido pela autora.

Como pode ser averiguado no quadro acima, a PNMA de 1981, que é a Lei mais antiga dentre as que esta dissertação elenca, já traz alguns elementos em seus objetivos e princípios que embasam as legislações ambientais elaboradas a *posteriori*, dentre eles: preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, assegurando o desenvolvimento e a proteção à dignidade da vida humana; ações governamentais em prol do equilíbrio ecológico; meio ambiente como patrimônio público de uso coletivo a ser protegido; racionalização de usos de recursos naturais; educação ambiental; dentre outros. Além disso, a PNMA cria o *Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)*, que é composto estruturalmente por uma instituição participativa denominada Conama.

A PEMA de 1997, por sua vez, retoma normativas da CB e CSP e cria o *Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado de recursos Naturais (SEAQUA)*, que é estruturado pelo Consema.

Salienta-se que a PNMA traz elementos de participação social ao pensar em educação para comunidades com objetivo de capacitá-las a participar ativamente na defesa do meio ambiente. A PEMA, todavia, o faz de modo mais incisivo, pois assegura a participação da coletividade na execução desta Lei.

Com relação aos Conselhos – Conama, Consema e Cades, todos são consultivos e deliberativos e apresentam composição paritária entre os poderes públicos e a sociedade civil, o que representa um avanço importante da participação social. Além disso, o Consema é também recursal e o Conama e o Cades são normativos. Com relação às características mais específicas destas instituições participativas, pode-se consultar o Quadro 2.2.

Versa-se, também sobre legislações e instituições participativas referentes aos recursos hídricos, de modo a tratar da PNRH e PERH, bem como do CNRH e dos *Comitês de Bacia Hidrográficas (CBHs)* (*vide* Quadro 2.3). Essas são importantes, pois fortalecem a Governança Ambiental e a participação social, no que se refere às questões envolvendo a água e os recursos hídricos¹³. O quadro abaixo mostra uma síntese de alguns elementos importantes destas instituições participativas.

¹³ De acordo com Fracalanza (2005), a água é considerada como um elemento natural necessário à provisão das necessidades fundamentais à vida da biota terrestre. No entanto, no momento em que a água passa a ser apropriada para suprir necessidades sociais dos seres humanos – como a realização de atividades humanas que envolvem o trabalho, delimitadas temporalmente e espacialmente - isto passa a denominar-se recurso hídrico. Ainda, de acordo com Sachs (2000, p.9) “[...] o conceito de recurso é um conceito eminentemente cultural e, portanto, histórico. É recurso aquela parcela do meio que eu sei utilizar para um fim que eu considero útil. É recurso hoje o que não era recurso ontem. Não é mais recurso hoje o que era recurso ontem. Será recurso amanhã o que não é recurso hoje. O conceito de recurso não é objetivamente dado, é um conceito da sociedade sobre o seu meio [...]”.

LEGISLAÇÃO/ANO	TEMA	ARTIGO	ELEMENTOS DESTACADOS DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS DE RECURSOS HÍDRICOS
CNRH/2003*	<i>Lei nº 9.433/1997 - PNRH</i>		
	Composição	34	Composto por representantes do poder público federal e estadual, bem como por representantes de organizações civis e usuários de recursos hídricos.
		34	O poder público federal pode ter a metade mais um do número total de membros.
	Competências	35	Dentre as competências do CNRH, destaca-se a formulação da PNRH, a articulação dos planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários de recursos hídricos e o arbítrio dos conflitos existentes nos CRHs.
	<i>Portaria MMA nº 32/2005 - Regimento Interno do CNRH</i>		
	Categoria e Finalidade	1º	Criado pela Lei nº 9.433/1997, alterado pela Lei nº 9.984/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 4.613/2003.
		1º	Integra o SINGREH.
		1º	Órgão consultivo e deliberativo.
	Estrutura	2º	Estrutura-se em: Plenário, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Presidência e Secretaria Executiva.
	Composição	4º	Composto por representantes de órgãos públicos federais, dos CRHs, dos usuários e organizações civis de recursos hídricos.
	Reuniões do Plenário	6º	Reunião ordinária a cada seis meses no Distrito Federal.
5º		Presença da maioria absoluta dos membros e deliberação por maioria simples.	
Manifestação	11	A manifestação do CNRH se dá por resolução e moção.	
Publicação	16	As resoluções e moções aprovadas pelo Plenário serão publicadas no Diário Oficial da União no prazo de 40 dias.	
CRH	<i>Lei Estadual nº 7.663/1991 - PERH</i>		
	Composição	23	Participação paritária dos municípios em relação ao Estado.
		23	Composto por representantes estaduais, municipais e de universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa, Ministério Público e sociedade civil organizada.
Atribuições	25	Dentre as atribuições do CRH, têm-se funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da PERH, bem como decidir os conflitos entre os CBHs.	
CBHS	<i>Lei Estadual nº 7.663/1991 - PERH</i>		
	Composição	24	Participação paritária dos municípios em relação ao Estado.
		24	Composto por representantes estaduais, municipais e de entidades da sociedade civil (um terço de votos) sediadas na bacia hidrográfica.
	Estrutura	24	CBHs podem criar Câmaras Técnicas, de caráter consultivo, para tratar de questões específicas.
	Característica	26	Órgãos consultivos e deliberativos de nível regional.
	Competências	26	Dentre as competências das CBHs, tem-se a promoção de entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre usuários de recursos hídricos.
	<i>Lei nº 9.433/1997 - PNRH</i>		
	Atuação	37	Atuam na unidade estabelecida pela PNRH da bacia hidrográfica.
Composição	39	Compostos por representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios - quando os territórios se situarem em suas áreas de atuação, bem como por entidades civis e usuários de água atuantes na bacia.	
Competências	38	Dentre as competências das CBHs, destacam-se a promoção de debate das questões relacionadas a recursos hídricos, a articulação da atuação das entidades intervenientes e o arbítrio dos conflitos relacionados aos recursos hídricos.	
<i>NOTA: As indicações de "*" referem-se à data de regulamentação das IPs.</i>			

Quadro 2.3 - Elementos destacados das legislações e IPs de recursos hídricos.
Fonte: Produzido pela autora.

A PNRH, por sua vez, normatiza a água como um recurso natural de domínio público, limitado e dotado de valor econômico cuja gestão deve proporcionar usos múltiplos, considerando os aspectos de quantidade e qualidade, e cuja priorização em situações de escassez dá-se ao consumo humano e dessedentação animal. Além disso, sua unidade territorial de implementação é a bacia hidrográfica e seu gerenciamento ocorre a partir do *Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos* (SINGREH), o qual é composto por IPs como o CNRH, os *Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos* (CRHs) e os *Comitês de Bacia Hidrográfica* (CBHs). Por sua vez, a PERH retoma normativas constitucionais do Estado de São Paulo e muitos de seus princípios e diretrizes foram incorporados pela PNRH. A PERH cria o *Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo* (SigRH), bem como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo e o *Fundo Estadual de Recursos Hídricos* (FEHIDRO) para dar suporte financeiro à política.

Ambas as políticas também trazem fundamentos, objetivos e diretrizes importantes à participação social. A PERH discorre que o gerenciamento deve ser descentralizado, participativo e integrado, compatibilizando o gerenciamento de recursos hídricos com o desenvolvimento regional e a proteção do meio ambiente. No mesmo sentido, a PNRH diz que a gestão hídrica deve ser: (1) descentralizada; (2) participativa, abrangendo, além do PP, os usuários e as comunidades e; (3) integrada, com articulações do planejamento hídrico com setores usuário e com os planejamentos regional, estadual e nacional, da gestão hídrica com a ambiental e dos recursos hídricos com o uso do solo.

Cabe rememorar que, para Fracalanza, Campos e Jacobi (2009), a participação está relacionada à gestão compartilhada entre governo estadual e municipal em conjunto com a sociedade civil organizada. Contudo, deve-se clarificar também que, para estes autores (FRACALANZA; CAMPOS; JACOBI, 2009, p. 59-60), a integração “[...] considera os vários setores que influenciam a qualidade e quantidade das águas; e que promovam o uso múltiplo dos recursos hídricos [...]” e a descentralização remete à adoção da bacia hidrográfica na gestão dos recursos hídricos, bem como de suas unidades/subunidades institucionalizadas em Comitês/Subcomitês. Soares (2010, p. 162) expõe que a descentralização

[...] permite que a comunidade local cuide e decida sobre assuntos de seu interesse, assuma sua responsabilidade sobre o meio. Afinal, as pessoas mais próximas do problema são aquelas que normalmente sofrem com seus efeitos, conhecem seu contexto, sua história, sua dinâmica e, muito provavelmente, serão elas que arcarão com as conseqüências de uma decisão sobre o ambiente em que vivem. Assim, acredita-se que elas são as que podem decidir de forma mais justa como o irão tratar. Optou-se, portanto, por fazer política acreditando que as pessoas são capazes de decidir, de participar e de co-gerenciar sua cidade e sua água [...].

Com relação aos Conselhos e Comitês – CNRH, CRHs e CBHs, todos são consultivos e deliberativos. Contudo, não apresentam composição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada. No caso do CNRH, o poder público federal pode deter até maioria simples dos assentos e, nos CRHs e CBHs a paridade é dos municípios em relação ao Estado. Com relação às características mais específicas destas instituições participativas, pode-se consultar o Quadro 2.3.

Por fim, para mérito desta pesquisa, é importante se versar sobre as *Unidades de Conservação* (UCs), que são criadas a partir da Lei N° 9.985/2000, a qual institui o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC).

As UCs são compreendidas, no Artigo 2° e item I desta normativa, como um

[...] Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2014f).

Dentre as UCs elencadas pelo SNUC, destaca-se a *Área de Proteção Ambiental* (APA) que, segundo o inciso I do artigo 14, constitui parte do Grupo de Unidades de Uso Sustentável, visando essencialmente compatibilizar a “[...] conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Artigo 7°, inciso II e parágrafo 2°). Este território é, de acordo com o Artigo 15,

[...] uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Parágrafo 1° A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas [...] (BRASIL, 2014f).

Objetiva-se, na área da APA: (1) contribuir com a proteção, manutenção e preservação da diversidade biológica e ecossistêmica natural; (2) colaborar com a restauração e recuperação de ecossistemas degradados; (3) promover o desenvolvimento sustentável e o uso de princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento urbano; (4) disciplinar o processo de ocupação do solo e seus usos; (5) assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; (6) nortear-se pelos princípios de integração e participação na gestão ambiental, bem como pela estratégia de gestão sistemática.

A APA é essencial à Governança Ambiental, já que se estrutura a partir de uma IP denominada de *Conselho Gestor* (CG). De acordo com o Parágrafo 5° do Artigo 15,

Parágrafo 5° A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações de sociedade civil e da população residente [...] (BRASIL, 2014f).

Desta forma, deve-se considerar como participantes do CG os representantes do poder público, da sociedade civil organizada e da população residente. CGs, de acordo com Gohn (2006, p.107) "[...] são instrumentos de determinados processos políticos e constituem inovações institucionais na gestão de políticas sociais no Brasil [...]"; são âmbitos consultivos, deliberativos, de gestão participativa e com participação paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada. Estas características, conforme já observado, são previstas na CB de 1988. Contudo, é importante ressaltar que apesar da participação da população residente estar prevista nos Conselhos pela Lei Nº 9.985/2000, isto ainda não é uma realidade nessa instituição participativa.

Tendo em vista todas estas IPs envolvidas nos processos de políticas públicas, serão conceituados, brevemente, os atores, os *Interesses Organizados* (IOs) nas políticas públicas.

O artigo 27 do SNUC normatiza que as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, o qual deve assegurar participação ampla da população residente ao ser elaborado, atualizado e implementado. De acordo com o artigo 2º, o Plano de Manejo é um

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade [...]” [e o zoneamento deste plano define] “[...] setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz [...]” (BRASIL, 2014f).

Destaca-se também o artigo 28 do SNUC, que diz serem “[...] proibidas, nas Unidades de Conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos [...]”.

A partir de 1983 começaram a se criar APAs no Estado de São Paulo. Contudo, concretizaram-se os Conselhos Gestores das APAs apenas nos anos de 2007 a 2009. Isto se deu devido à transferência da gestão das UCs da *Coordenadoria de Planejamento e Ambiental* (CPLA) – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo) para a *Fundação para Produção e Conservação Florestal* (Fundação Florestal) (HAHN; MALDONATO, 2011). Desta forma, incide sob a Fundação Florestal o encargo de administrar trinta APAs, das quais vinte e sete são terrestres (aproximadamente dois milhões e meio de hectares, 10% do território estadual) e três são marinhas (mais de um milhão de hectares) (FF, 2013).

A existência das instituições participativas é essencial para a Governança. Porém, qualidade pode ser agregada à Governança a partir da criação de comunidades práticas e dos processos de Aprendizagem Social, os quais serão desenvolvidos no subcapítulo a seguir.

2.3 *Aprendizagem Social e Comunidades de Práticas*

Nos subcapítulos anteriores, verificou-se que a participação social na gestão pública introduz mudanças na medida em que incorpora outros níveis de poder além do governamental - demarcando, portanto, a existência da Governança - e que isto possibilita contribuições da sociedade civil com ideias e demandas para a formação de uma cidadania qualificada e para o aperfeiçoamento da participação social e da própria democracia brasileira. Tendo isto em vista, a Aprendizagem Social é importante na medida em que “[...] todos devem conhecer o contexto de criticidade e condições de Governança para intervirem juntos em contextos ambientais complexos” (JACOBI, 2013, p.17).

De acordo com Jacobi (2011, p.21), “as origens do conceito de ‘Aprendizagem Social’ remetem à psicologia para referir-se ao processo de aprendizagem dos indivíduos no contexto social”. Atualmente, esse conceito passou a contribuir com os avanços da participação social nos processos de tomada de decisão de modo a gerir e alcançar soluções mais democráticas para questões conflituosas.

A *Teoria de Aprendizagem Social* (TAS), *Social Learning Theory* (SLT), parte do pressuposto de que as pessoas podem aprender indiretamente por meio da observação de outrem ademais a participação direta e pessoal. Para McGregor (2009), alguns conceitos a ela associados são:

Determinismo recíproco:

Ideia de que a sociedade tem um papel essencial sobre: o modo que os indivíduos pensam acerca de si e do mundo; como atuam ou interagem no mundo e; como aprendem. O comportamento humano, portanto, seria determinado pela inter-relação entre a pessoa, sua conduta e o ambiente sobre o qual atua, conforme mostra Figura 2.3.



Figura 2.3 - Comportamento humano.
 Fonte: Elaborada pela a autora de McGregor (2009, p.22).

Ressalta-se com esse conceito que tanto o ambiente é importante, uma vez que modela, mantém e restringe o comportamento humano, como também a pessoa, a qual pode criá-lo e modificá-lo a partir de sua conduta. Portanto, há uma forte conexão entre os indivíduos (individualmente ou coletivamente) e o ambiente, de modo que os comportamentos humanos interferem nas dinâmicas do ambiente, na vida de outrem e das gerações futuras.

Aprendizagem por observação:

Ao observar, os indivíduos aprendem as consequências oriundas de seu comportamento sobre si mesmo e sobre o outro e as implicações da conduta de outros. McGregor (2009), pautado pelos escritos de Bandura, mostra quatro condições para que a observação seja acertada (*vide* Figura 2.4). Para tal, deve-se:

- Prestar atenção na outra pessoa;
- Memorizar o que se viu ou se notou a partir da imaginação, da criação de estratégias e imagens mentais, dentre outros;
- Ser capaz, emocionalmente e intelectualmente, de se replicar o comportamento observado;
- Mostrar que se aprendeu uma nova forma de comportamento para que, se necessário, ele seja replicado, imitado ou evitado de acordo com as situações, de modo a antecipar consequências indesejáveis.



Figura 2.4 - Aprendizagem por observação.
Fonte: Elaborada pela a autora a partir de McGregor (2009).

Expectativas:

A expectativa é a antecipação de acontecimentos e está vinculada às atitudes de um indivíduo; é o desenvolvimento de expectativas em decorrência das consequências dos comportamentos observados. Com as transformações de expectativas tem-se um revigoramento no comportamento individual, ou seja, um comportamento prejudicial pode ser evitado ao se alterar as perspectivas do indivíduo. Há uma interferência na probabilidade de um aprendiz realizar, futuramente, um determinado comportamento quando se alteram suas expectativas para além de seu comportamento habitual. (MCGREGOR, 2009).

Citando Wals e Heymann, McGregor (2009) apresenta 4 perspectivas da expectativa (*vide* Figura 2.5), que são: (1) o estereótipo que determinadas pessoas tem acerca de um problema e que compromete a possibilidade delas alcançarem um resultado positivo; (2) a percepção das pessoas sobre sua participação no processo decisório e sobre o processo em si - em termos de transparência e de acessibilidade; (3) a preferência e a aceitação das pessoas com relação ao resultado ou a solução esperados e; (4) a percepção das pessoas sobre as fontes de informação afetam a forma com que respondem aos problemas. O autor ressalva que as pessoas precisam de ajuda para reconhecerem as suas expectativas e as dos outros, lembrando que esse reconhecimento deve ser ininterrupto porque as expectativas são dinâmicas, ou seja, modificam-se no decorrer do tempo. As desconstruções e reconstruções das expectativas são essenciais à Aprendizagem Social.



Figura 2.5 - Expectativa.

Fonte: Elaborada pela a autora a partir de McGregor (2009).

- Capacidade comportamental;

As pessoas devem evidenciar sua capacidade comportamental de repetir um determinado padrão de ações, de métodos, de estratégias e de papéis para mostrar que são capazes de aprender novos comportamentos (MCGREGOR, 2009).

- Autoeficácia;

A autoeficácia, de acordo com McGregor (2009), é determinada pela percepção de um indivíduo sobre suas capacidades de executar comportamentos específicos, de

enfrentamento, de se imaginar alcançando uma meta ou de influenciar uma situação a ponto de compreender que pode fazer a diferença. Isto é importante porque interfere na motivação de um indivíduo, especialmente, quando ele foi exposto a uma nova forma de comportamento. Quanto maior a autoeficácia, maior é a perseverança individual com a nova conduta, pois o indivíduo se fortalece internamente.

- Capacidade autorreflexiva:

A habilidade de um indivíduo de avaliar os processos, analisar suas próprias ações e modificar seus pensamentos e seus comportamentos é a capacidade autorreflexiva, a qual é importante para que as pessoas, a partir dos processos pelos quais transitam, aprendam novas estratégias e táticas para lidar com suas emoções, as quais podem comprometer sua autoeficácia (MCGREGOR, 2009).

- Autorregulação:

As pessoas não agem unicamente por terem sido condicionadas pela sociedade, elas fazem escolhas. Assim, no momento em que as memórias internas guiam o comportamento externo tem-se a autorregulação (MCGREGOR, 2009).

- Comportamento previsível:

O comportamento previsível é a capacidade das pessoas de preverem consequências e de agirem antecipadamente por meio de caminhos alternativos com intuito de minimizar danos. Assim, as pessoas podem aprender com as informações armazenadas na memória, a partir da observação participante, e utilizá-las para prever situações futuras (MCGREGOR, 2009).

- Autoestima:

Suscintamente, a autoestima é o alto ou baixo nível de avaliação e de opinião que as pessoas têm sobre si mesmas e que afeta seus comportamentos. Isto está vinculado à autoeficácia, a qual é elevada quando se coloca metas realistas que conseguem ser atingidas. Ao se reduzir as chances de fracasso, as pessoas se sentem mais confiantes, aumentam suas expectativas e se motivam a agir (MCGREGOR, 2009).

- Potencial comportamental:

O potencial é algo que ainda não existe, mas que pode vir a existir. Em uma determinada situação, inúmeras formas de comportamento podem ocorrer pelo fato de as

peças apresentarem expectativas distintas de resultados. Citando Rotter, McGregor (2009) diz que o potencial comportamental está em função das expectativas e dos desejos dos indivíduos por um determinado resultado acontecer.

- Controle local.

Segundo McGregor (2009), ao citar Rotter, o controle local é a tendência corriqueira das pessoas de obterem controle sobre suas ações, sobre suas vidas e sobre os resultados e o grau de controle que elas acreditam ter.

De modo geral, o que possibilita a Aprendizagem Social é o equilíbrio entre o discernimento das pessoas sobre si mesmas e de seu comportamento no ambiente. De acordo com Jacobi (2013, p.18), a Aprendizagem Social, além de requisitar metodologias participativas, arraiga-se às práticas da educação ambiental que apresentam atitudes cooperativas, que sejam consistentes e articuladas, entre os atores sociais. Isto possibilita inovações culturais na constituição do diálogo e da participação e desenvolve as práticas de democracia participativa e de cidadania, de modo a se trabalhar com

[...] conflitos, valores e crenças, relações de força complexas e dinâmicas políticas que não se manifestam – ou se manifestam de modo diferente – em organizações. Portanto, a Aprendizagem Social é mais do que simplesmente participação ou aprendizado em grupo, envolve uma compreensão dos limites institucionais e dos mecanismos de Governança existentes.

Isto é possível na medida em que haja atores plurais motivados e engajados politicamente. Assim, para McGregor (2009), o intuito é caminhar em busca do empoderamento dos cidadãos para que eles:

- Tenham chance de participar;
- Sejam informados;
- Sintam-se incluídos;
- Tenham voz;
- Tenham responsabilidade e sejam responsabilizados para que constituam valores éticos e;
- Tenham a oportunidade de construir capacidades e habilidades que suscitem ações e mudanças sociais.

A figura abaixo sintetiza o processo de Aprendizagem Social apresentado por esses dois autores.

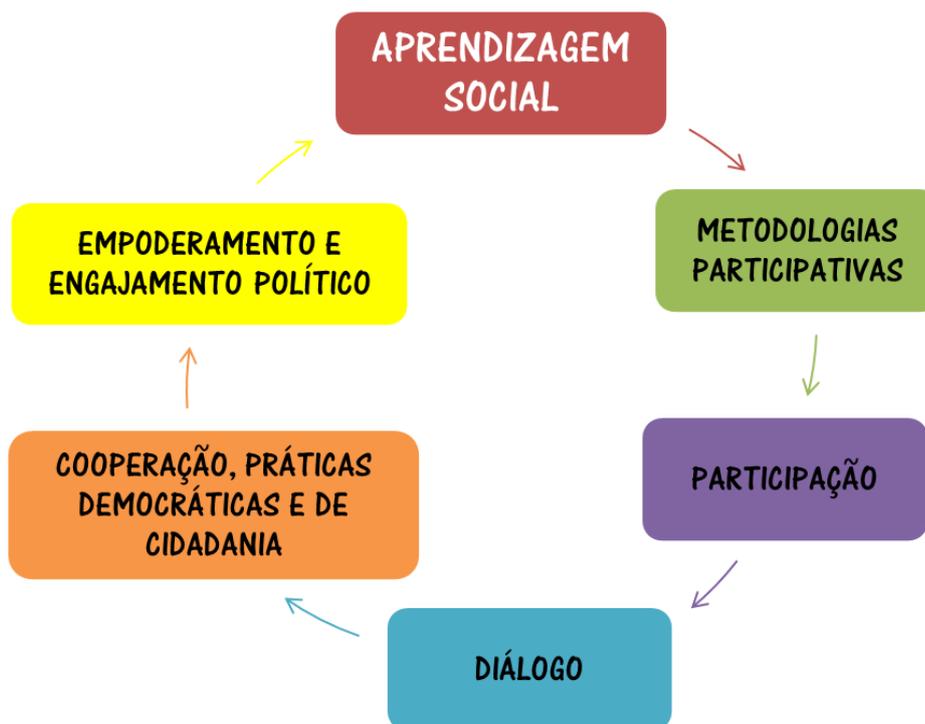


Figura 2.6 - Aprendizagem Social.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Jacobi (2013) e McGregor (2009).

Salienta-se, também, que a Aprendizagem Social requer tempo e recursos e não é predeterminada ou impositiva. Nesse sentido, o Harmonicop (2005 apud JACOBI 2011, p.19) define que a fundamentação da Aprendizagem Social está no diálogo, o qual deve considerar:

- Reconhecimento da interdependência dos atores sociais;
- Interação entre todos os atores sociais;
- Transparência e confiança;
- Auto-reflexão crítica;
- Percepção compartilhada dos problemas e soluções;
- Desenvolvimento e valorização crítica das soluções possíveis;
- Processo decisório conjunto, com base na reciprocidade;
- Instrumentos e meios para promover a implantação de decisões.

Somada à Teoria de Aprendizagem Social, têm-se as denominadas Comunidades de Práticas, enquanto grupos de indivíduos que ao interagirem constantemente em arenas de participação, por meio de debates e de ações, compartilham preocupações em comum e amparam-se mutuamente de modo a aprenderem conjuntamente, constituindo “[...] um repertório compartilhado de recursos: experiências, histórias, ferramentas, modos de lidar dialogalmente e cooperativamente com problemas recorrentes” (JACOBI, 2013, p. 17).

A Aprendizagem Social e as Comunidades de Práticas pressupõem a interdisciplinaridade, uma vez que podem e devem ser consideradas inúmeras perspectivas para compreender contextos e processos complexos, procurar perspectivas de interferência nos resultados para tomar decisões acerca de problemas (JACOBI, 2013). Segue abaixo um organograma que representa essa interação.

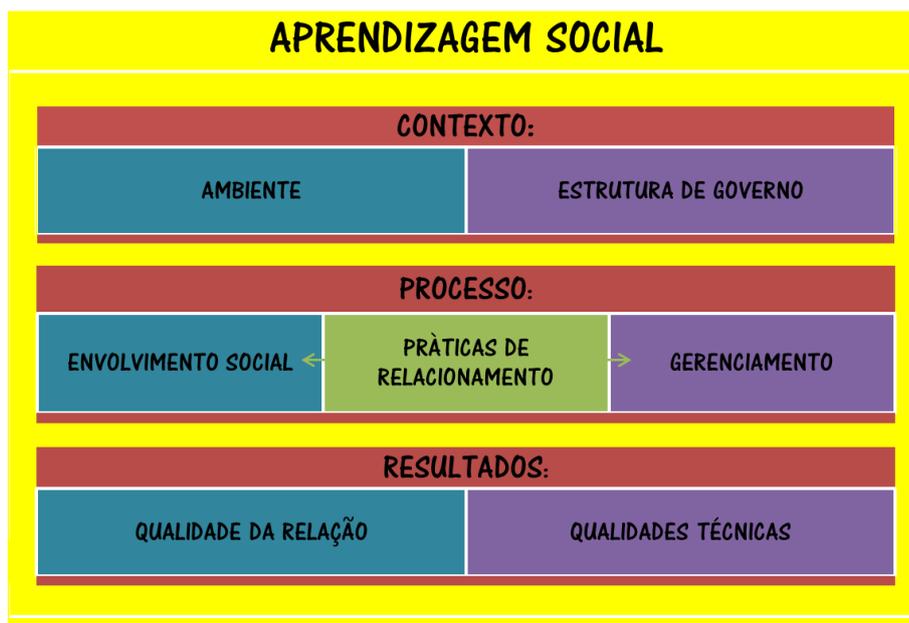


Figura 2.7 - Organograma da Aprendizagem Social.
Fonte: Adaptado pela autora de Jacobi (2011, p.22).

Em suma, de acordo com Jacobi (2013, p.12), a Aprendizagem Social por meio de práticas participativas suscita

[...] novas formas de conhecimento, criando espaços de convivência que promovem mudanças de percepção e de valores gerando um saber solidário e um pensamento complexo, aberto às incertezas, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação.

Portanto, é extremamente importante que se fortaleçam as redes sociais, a flexibilidade individual e a reciprocidade entre os atores (JACOBI, 2011).

O grupo de pesquisa GovAmb, embasado na premissa do Harmonicop (2005) de “aprender juntos para gerir juntos”, sintetizou o conceito de Aprendizagem Social no mote “aprender conjuntamente para manejo e decisões conjuntas e mudanças na gestão”. As figuras que seguem abaixo de Paloma de Farias Portela, presentes em Jacobi (2013), ilustram esse lema.

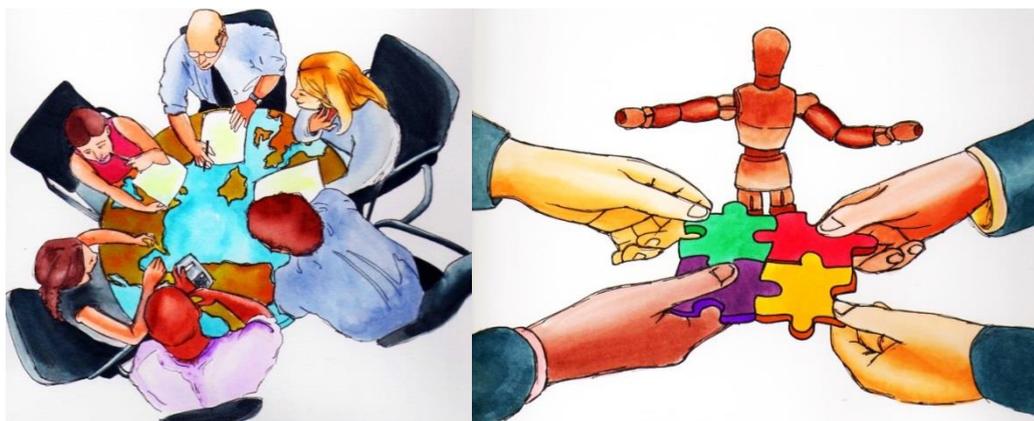


Figura 2.8 e Figura 2.9 - Aprendizagem Social: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais.
Fonte: Ilustrações de Paloma de Farias Portela (JACOBI, 2013).

3 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA

Nesse capítulo da pesquisa, diagnosticou-se a área de estudo ao englobar seus aspectos sociais, econômicos, culturais, históricos e ambientais, bem como as apreensões de alguns atores sociais sobre o seu processo de concepção.

3.1 Prólogo



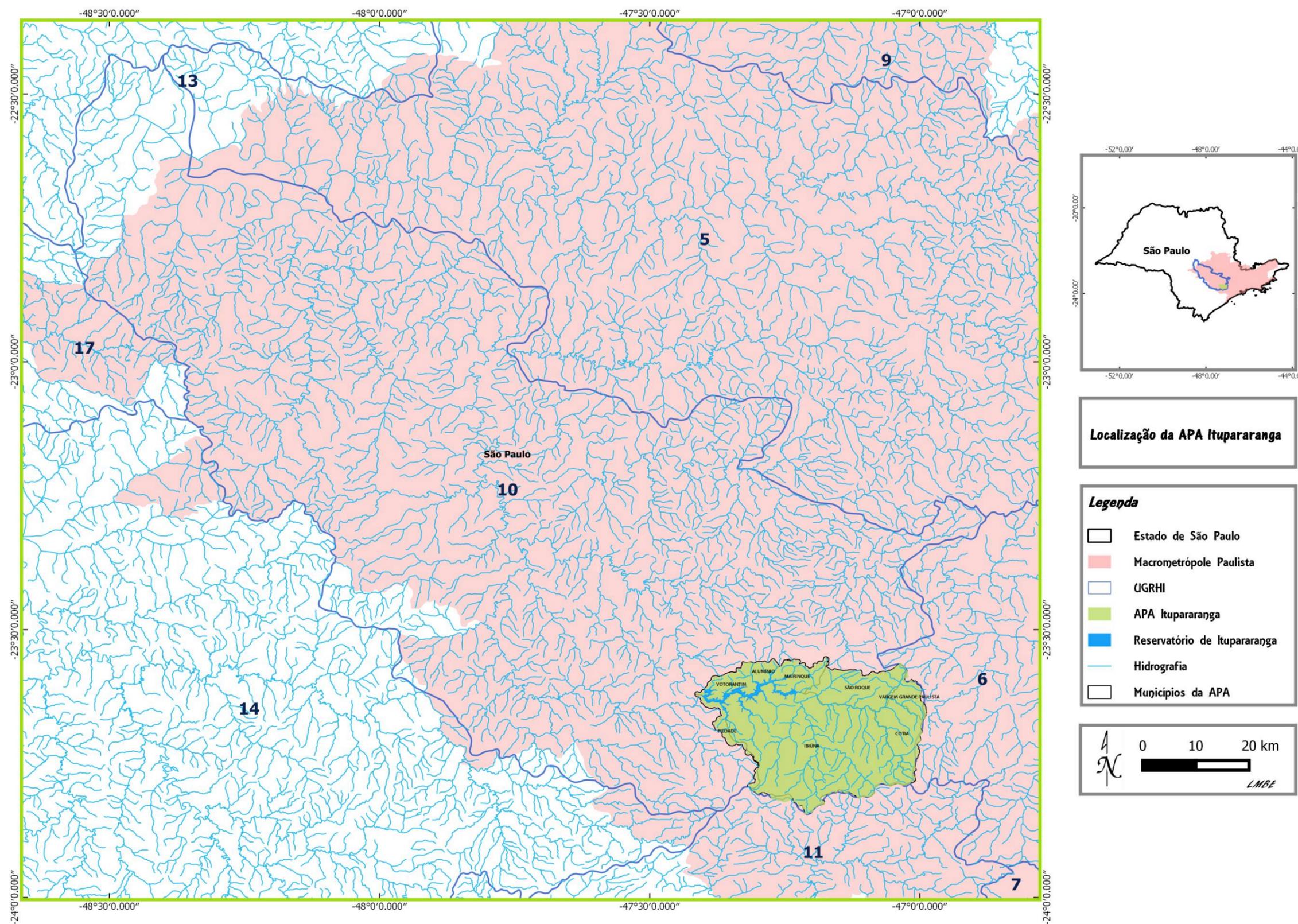
Figura 3.1 - APA Itupararanga.
Fonte: Blogspot da APA Itupararanga.

A *Área de Proteção Ambiental* (APA) Itupararanga se estende por um território de 936 km², dos quais 29,9 km² são ocupados pela represa de Itupararanga. Observa-se que essa região se sobrepõe exatamente ao território da sub-bacia hidrográfica do Alto Sorocaba, a qual pertence à bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê que é categorizada como a *Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos* (UGRHi) de número 10 (*vide* Mapa 3.1). Exceto pelo município de Cotia, os demais municípios participam do *Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê* (CBH-SMT), que gerencia a UGRHi 10.

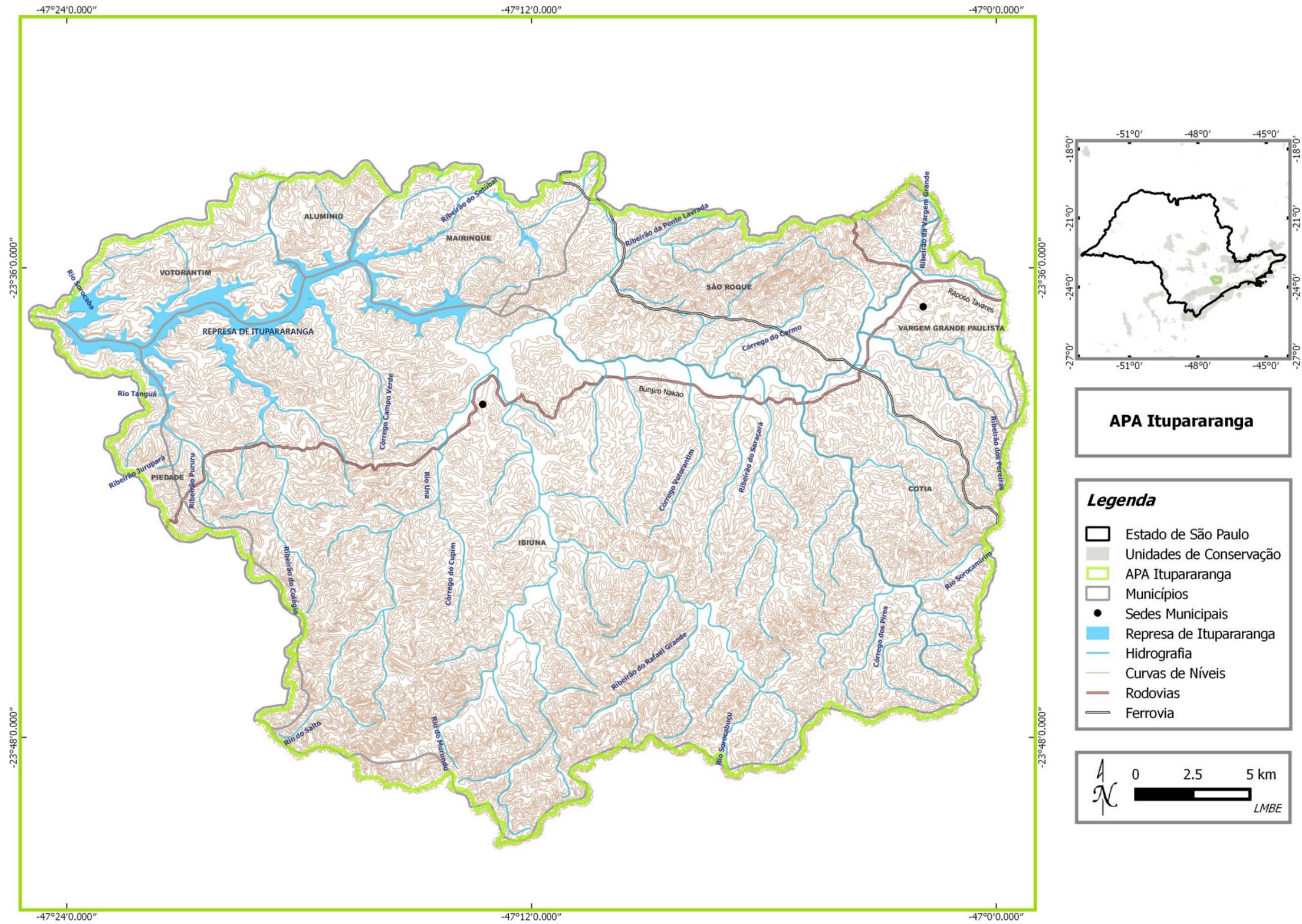
As cabeceiras da sub-bacia do Alto Sorocaba e a APA Itupararanga situam-se a, aproximadamente, 40 km da capital do Estado de São Paulo, principiando no bairro do município de Cotia - denominado de Caucaia do Alto - e findando na barragem da represa de Itupararanga, a qual se localiza no município de Votorantim a 120 km da capital.

Os municípios constituintes dessa APA são: Cotia, Vargem Grande Paulista, Ibiúna, São Roque, Piedade, Alumínio, Mairinque e Votorantim. Localizam-se, nos quatro primeiros municípios, as cabeceiras dos rios Una, Sorocabuçu e Sorocamirim; rios que são afluentes do rio principal – o rio Sorocaba (*vide* Mapa 3.2). De todos os municípios da região, apenas dois apresentam suas áreas urbanas dentro dos limites da APA, que são Ibiúna e Vargem Grande Paulista (INSTITUTO, 2009; SARDINHA et al., 2008).

A sub-bacia do Alto Sorocaba e a APA Itupararanga são circunscritas, territorialmente, pelo perímetro formado a partir das coordenadas (SÃO PAULO, 2011b): extremo noroeste em Votorantim - S 23° 59' 043" / W 47° 40' 067"; extremo nordeste em Vargem Grande Paulista - S 23° 61' 871" / W 47° 01' 669"; extremo sudeste em Ibiúna: S 23° 78' 074" / W 47° 02' 787"; extremo sudoeste entre Ibiúna e Piedade - S 23° 71' 406" / 47° 34' 499" e; barragem em Votorantim - S 23° 68' 208" / W 47° 37' 754".



Mapa 3.1 - Localização da APA Itaparanga na bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da Fundação Florestal.



Mapa 3.2 - Mapa da APA Itapararanga.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da Fundação Florestal.

3.2 Processos históricos: instituição dos municípios pertencentes à APA Itupararanga e instalação da represa

As peculiaridades sociais, econômicas e culturais da APA de Itupararanga remetem às origens dos municípios que compõem esta UC. Desde o período colonial (1500-1808), passando pela corte no Brasil (1808-1822) e pelo Império (1822-1889), até a era da República (1889-Atual), o território no qual se encontra Itupararanga foi construído e reconstruído de acordo com o contexto histórico (*vide* Linha do tempo 3.1).



Linha do tempo 3.1 - Histórico dos municípios parte da APA Itupararanga.
Fonte: Elaborada pela autora.

Em suma, fundaram-se, no período colonial, Sorocaba (termo em tupi-guarani que significa *lugar com rasgões de terra*), como povoado em 1654 e município em 1661, e São Roque em 1657. Esse período ficou conhecido pelas expedições bandeirantes no território paulista e pelos povos indígenas, os quais

[...] percorriam uma trilha que chegava a um vale envolto, permanentemente, por uma neblina, onde existia uma mata muito fechada e uma cachoeira, formada por 3 grandes rios, que fazia muito barulho. Este vale era utilizado pelos índios para se refugiarem dos bandeirantes, que chegavam a esta região com o objetivo de buscar novas riquezas para a metrópole Portugal e ainda, mão-de-obra para trabalhar na extração destas riquezas, constituídas por pedras preciosas. A cachoeira foi batizada de Ituparanga, e os rios que a formavam são os Rios Sorocabuçu, Sorocamirim e Una (Monitorando Ituparanga¹⁴).

Após a chegada da Corte no Brasil, já no Império, São Roque torna-se uma vila em 1832 e outros três municípios são constituídos: Piedade em 1840, que só passa a ser município em 1857; Cotia em 1856 e; Ibiúna (termo em tupi-guarani que significa *terra-preta*) em 1857, que era anteriormente parte de São Roque. Destaca-se, neste período, a criação da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, a qual foi responsável pelo desenvolvimento e pela ocupação e usos dados ao solo da região, que serão vistos no período republicano.

A República, por sua vez, foi e continua sendo o período de maior importância para a criação da APA Ituparanga. Novos territórios foram fundados, tais como: Mairinque, que ainda era distrito de São Roque em 1890, elevou-se a município em 1959; Ibiúna ergue-se como cidade em 1906; Votorantim (termo em tupi-guarani Vaturaty que significa cascata branca) tornou-se distrito de Sorocaba em 1911, emancipou-se desta cidade em 1963 e instalou-se como município em 1965 e, por fim; Alumínio que era, primeiramente, distrito de São Roque e, posteriormente, de Mairinque, passou a ser um município apenas em 1991.

A seguir, sintetiza-se o processo histórico de todos os municípios que compõem a APA Ituparanga e da instalação da represa de mesmo nome.

¹⁴ Informação disponível em: <<http://monitorandoituparanga.com.br/site/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

3.2.1 Sorocaba

Apesar de o município de Sorocaba não apresentar territórios dentro do perímetro da APA Itupararanga, considerou-se ele no decorrer do trabalho por apresentar vínculos econômico, social e cultural com toda a região.

A história do município de Sorocaba iniciou-se no final do século XVI com a procura por ouro no morro Araçoiaba. Ao serem encontradas amostras de minério de ferro, levou-se à criação da vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, a qual foi transferida para o pelourinho de Itavuvu quando nada foi encontrado. Fundou-se um povoado denominado Sorocaba no local onde residia o Capitão Baltazar Fernandes, que construiu a igreja de Nossa Senhora da Ponte em 1654 (atualmente de São Bento). Glebas foram doadas pelo Capitão aos beneditinos de Paranaíba com intuito de povoar a região e de se construírem o convento e a escola. De modo que se constituiu, em 1654, o distrito de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba com a transferência de Itavuvu para Sorocaba, que foi elevado à vila Sorocaba em 1661. Em 1842, eleva-se à cidade Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Em 1857 o distrito de Campo Largo de Sorocaba é desmembrado e torna-se um município. Criaram-se os seguintes distritos que foram anexados ao município de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, atualmente Sorocaba (ALMEIDA, 2013):

- Em 1847, o distrito de Piedade (desmembrado em 1857);
- Em 1880, o distrito de Nossa Senhora do Rosário (extinto em 1938);
- Em 1891, o distrito de Salto de Pirapora (desmembrado em 1953);
- Em 1911, o distrito de Votorantim (desmembrado em 1964 e elevado à categoria de município);
- Em 1934, o distrito de Brigadeiro Tobias;
- Em 1934, o distrito de Campo Largo de Sorocaba (extinto município, que se desmembrou novamente em 1936);
- Em 1948, o distrito de Éden;
- Em 1959, o distrito de Cajuru do Sul.

Os ciclos econômicos de Sorocaba principiaram com o bandeirismo, momento em que se cruzaram as linhas de Tordesilhas e se iniciaram entrepostos comerciais e minerários. Posteriormente, passou-se pelo ciclo das tropas de muares, cuja sede era Sorocaba que, por estar em posição geográfica excepcional, tornou-se eixo de ligação entre reservas florestais e minerárias do norte do Brasil e a produção animal sulina. Destacou-se também o ciclo do

comércio de algodão cru, o qual estimulou o comprador Luís Matheus Mailasky a construir a Estrada de Ferro Sorocabana para escoar a produção em 1870 - inaugurada cinco anos depois. Ao incitar o desenvolvimento industrial, a ferrovia propiciou a criação da primeira metalúrgica latino-americana, denominada de Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema. As exportações de algodão diminuíram e Sorocaba desenvolveu seu próprio parque industrial têxtil, com as fábricas de tecido Nossa Senhora da Ponte (1882), Santa Rosália e Votorantim (1890) (ALMEIDA, 2013).

3.2.2 São Roque

São Roque foi instituído, em 1657, pelo Capitão Pedro Vaz de Barros, cujo apelido era Vaz Guaçu (que significa o grande) e que nomeou a cidade com o nome do santo de sua devoção. Nessa região havia comunidades indígenas às margens dos ribeirões Carambeí e Aracaí. Vaz Guaçu alocou-se na região e tomou posse da sesmaria de terras, cultivando trigo e uva. Em tempo futuro chegaram imigrantes italianos e portugueses que se alojaram nas regiões dos morros, cultivando vinhedos, de modo que São Roque passou a ser conhecida como "Terra do Vinho" (SÃO ROQUE, 2013; IBGE, 2013a).

Em 1681, o irmão de Vaz Guaçu - Fernão Paes de Barros - fixou-se na região, erigindo a Casa Grande e a capelinha de Santo Antônio, vindo essa a servir como parada e pousada dos Bandeirantes, que desciam o rio Tietê em busca de ouro e gerações da família Barros se sucederam e a região manteve-se estagnada. Destaca-se que o Capitão-mor Matias Leite de Barros concedeu terras aos colonizadores que ali se alocavam, de modo que a população foi aumentando e a região elevou-se a freguesia em 1778. Em 1832, São Roque constituiu-se como uma vila por meio do Tenente Rosa Passos, sendo elevada à categoria de município em 1864, por ato governamental do Barão Homem de Melo. Em 1990, devido ao seu grande potencial no cenário histórico, artístico, ecológico e cultural, foi transformada em Estância Turística (SÃO ROQUE, 2013; IBGE, 2013a).

Pontua-se que a partir da concepção do distrito São Roque em 1768, que foi constituído vila em 1832 e município no ano de 1864, criaram-se os seguintes distritos (IBGE, 2013a):

- Em 1911, os distritos de São Roque e Mayrink;

- De 1936 a 1943, a comarca de São Roque-Una e os distritos de São Roque, Araçariguama e Mairinque;
- De 1944 a 1959, distritos de São Roque, Mairinque (desmembrado em 1959), Araçariguama e Taxaquara (que passa a ser denominado de São João Novo);
- A partir de 1960, distritos de São Roque, Araçariguama (desmembrado em 1991), Canguera e São João Novo.

Com clima e paisagens serranos, São Roque dispõe de infraestrutura hoteleira, restaurantes e adegas de vinhos, distando apenas 60 km da cidade de São Paulo (SÃO ROQUE, 2013).

3.2.3 *Piedade*

No princípio do século XIX, famílias advindas de regiões adjacentes - especialmente de Sorocaba – estruturaram-se em um pequeno povoado na margem esquerda do rio Pirapora - abaixo da confluência com o ribeirão dos Cotianos - sob a liderança de Vicente Garcia. Conforme a tradição, entre 1831 e 1835, Vicente recebeu de um tropeiro uma imagem de Nossa Senhora da Piedade e fundou a Capela de Piedade em sua homenagem no ano de 1840 (considerado pelos piedadenses como o ano de criação da cidade). Em 1847, o povoado foi elevado à freguesia Nossa Senhora da Piedade e, após dez anos, tornou-se vila. Até 1907, o desenvolvimento de Piedade permaneceu limitado à sua relação - intermediada pelas tropas de muares - com o município de Sorocaba. O escoamento de seus produtos aprimorou-se com a construção de uma estrada carroçável, a qual facilitou as condições de transporte (IBGE, 2013b; PIEDADE, 2013).

Pontua-se que, a partir da concepção do distrito sorocabano de Piedade em 1847, seu desmembramento ao constituir-se vila em 1857 e sua elevação a município no ano de 1906, criaram-se os seguintes distritos (IBGE, 2013b):

- De 1911 a 1938, o município de Piedade constituía-se do distrito sede – Piedade - e Pilar do Sul (desmembrado em 1936);
- Em 1939-1943, os distritos Piedade e Santa Catarina;
- Em 1944, distritos Piedade e Tapiraí (ex-Santa Catarina);
- De 1948 a 1959, distritos de Piedade e Tapiraí (desmembrado em 1959);
- A partir de 1960, o município é constituído do distrito sede Piedade.

3.2.4 Cotia

A denominação de Cotia origina-se dos termos em tupi Akuti e Kuti, sendo ainda é incerta. Pode significar morada/casa, barco/canoa (devido aos corpos d'água ali presentes) ou ainda o nome dado aos roedores que vivem na região e que acompanhavam as comunidades indígenas na lida. Além disso, Kutia pode denotar também um ponto de encontro, já que as trilhas indígenas convergiam naquela região (COTIA, 2013).

A ocupação territorial de Cotia, que se vincula à utilização da mão-de-obra de comunidades indígenas apresadas da região sul do Brasil pelos bandeirantes, sucedeu-se anteriormente à sua emancipação em 1856. Cotia era um dos polos de cultivo de trigo, o qual era distribuído pelas regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo para abastecer tropas portuguesas e holandesas. Em fazendas que estavam situadas ao redor da instituída Vila de Piratininga e de onde se rumava ao sertão, sucedia-se o dia-a-dia dos bandeirantes; ora com cultivo de produtos para a sua subsistência e o para o abastecimento das bandeiras, ora com os conflitos pelo solo entre os cotianos e os povoadores. A partir de 1620, os cotianos participaram da jornada ao município de Guairá (Paraná) junto ao bandeirante Antonio Raposo Tavares – apelidado de o velho. Com exceção dos territórios jesuítas Aldeia de Carapicuíba e de São João, Cotia incorporava Carapicuíba e Embu no ano de 1679, além de trilhas indígenas antigas como o Caminho do Peabiru e outra que conectava as aldeias MBoy e Barueri (IBGE, 2013b; COTIA, 2013).

No século XVII, a capela Nossa Senhora do Monte Serrat foi fundada por Fernão Dias Paes na região de Caiapiá e, em 1703, Estevão Lopes de Camargo concedeu suas propriedades familiares para realocação da capela de Nossa Senhora de Monte Serrat, onde encontra-se hoje a igreja matriz. Pontua-se que, a partir da concepção de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia como freguesia de São Paulo em 1723, de seu desmembramento em 1856 por tornar-se vila e de sua elevação a município denominado de Cotia no ano de 1906, criaram-se os seguintes distritos (IBGE, 2013b; COTIA, 2013):

- Em 1911, apenas o distrito sede;
- Em 1920, distrito de Itapevi foi anexado;
- De 1933-1943, distritos de Cotia e de Itapevi;
- Em 1944, distrito de Caucaia do Alto foi anexado;
- Em 1948, distrito de Jandira foi criado a partir de terras desmembradas do distrito de Itapevi e foi anexado à Cotia;

- De 1950 a 1964, distritos de Cotia, Caucaia do Alto, Itapevi (desmembrado em 1959) e Jandira (desmembrado em 1964);
- Em 1964, distrito de Raposo Tavares foi incorporado;
- De 1965 até hoje, distritos de Cotia, Caucaia do Alto e Raposo Tavares (desmembrado em 1981, passou a ser denominado de Vargem Grande Paulista).

3.2.5 *Ibiúna*

Manoel de Oliveira Carvalho instalou-se no vale de Una e, com a morte do proprietário das terras - seu sogro Felipe Santiago -, a Corte Real outorgou a ele, em 1711, essa sesmaria para colonizar. Além disso, Manoel de Oliveira Carvalho recebeu em 1713, após a morte do Capitão Ignácio Soares, a patente de Capitão da Ordenança da freguesia de Cotia. No ano de 1780, seu legatário - Manoel de Oliveira Costa - ampliou a capela de Nossa Senhora das Dores de Una, em torno da qual se sediou um vilarejo com povoado pequeno (formado por uma fazenda – Sítio do Paiol - com mão-de-obra escrava), o que era oportuno para o repouso de tropeiros que se dirigiam às feiras de Sorocaba, os quais acendiam velas ao redor do templo; fato que tornou a vila de Una conhecida como “a Cidade Presépio”. O Capitão Salvador Leonardo Rolim de Oliveira comprou as terras dessa fazenda, então conhecidas como Fazenda Velha de Una, e seus irmãos adquiriram outras glebas na região (IBGE, 2013c; IBIÚNA, 2013).

Em 1750, outros bairros - Piratuba, Cocaes e Ressaca - que eram de propriedade do Dr. Helvidio Rosa, acomodaram-se no vale, e passaram a ser chamados de Fazenda Velha dos Rosas, sendo adquirida posteriormente por João Cafezal Domingues e Benedito Domingues. Havia também o bairro do Curral, que foi assim nomeado por sua proximidade estratégica à vila de Una para o repouso e pernoites de tropas, como as do Duque de Caxias que cruzavam a região em missões de paz para a contenção das rebeliões em Sorocaba e em outros territórios do Estado (IBGE, 2013c; IBIÚNA, 2013).

Em tempo futuro, a fazenda e a capela foram adquiridas por Dom Matheus de Abrão Pereira - por ordem do Príncipe Regente Dom Pedro I -, que conseguiu, no ano de 1811, elevar o pequeno povoado à categoria de freguesia de São Roque e paróquia com o nome de Nossa Senhora das Dores do Una. Tradicionalmente, seu nome foi reduzido a Una - rio que

corta a região e significa em tupi-guarani água preta – e, posteriormente, passou a denominar-se Ibiúna; terra preta em tupi-guarani, por já existir um município baiano com esse nome. Ibiúna, que pertencia a São Roque, tornou-se distrito de Sorocaba em 1846 e voltou a ser de São Roque em 1850. Em 1857, desmembrou-se de São Roque e foi elevada à categoria de município, constituindo-se apenas do distrito sede até 1959, quando o distrito de Paruru foi anexado (IBGE, 2013c; IBIÚNA, 2013).

Em 1618, o vale escuro era habitado por indígenas tupis-guaranis, que nomearam a região de Una. Esse vale era esconderijo e rota de fuga da população indígena para que não fossem escravizados pelos colonizadores portugueses. Essa população utilizava o solo para cultivar milho e fumo. No final do século XVI, os portugueses adentraram o vale em busca da madeira de lei e da perspectiva de nele existir minérios e pedras preciosas. Dessa maneira, os portugueses principiaram a extrair do vale madeira de lei, lenha, carvão vegetal, palmito e mel de abelhas e a cultivar fumo, milho, feijão, animais para obtenção de leite e derivados, carne, banha e ovos, além de tração animal aproveitada para prestação de serviços. A mão-de-obra escrava de negros africanos foi introduzida na região pelos portugueses para tais fins. Com a Lei Áurea de 1888, a maior parcela de negros africanos não permaneceu no vale de Una. A partir de 1890, os imigrantes italianos começaram a fixar-se na região. A partir de então, a agricultura de subsistência tornou-se a base da economia regional e incorporou novas atividades com a constituição do município de Ibiúna - o extrativismo vegetal e mineral – e com a imigração japonesa - hortifrutigranjeiros (IBGE, 2013c; IBIÚNA, 2013).

3.2.6 Mairinque

Em decorrência da Estrada de Ferro Sorocabana, Mairinque originou-se da fazenda Canguera do capataz Manuel da Costa Nunes – o Manduzinho - a partir de 1870, cuja propriedade passou para Antônio da Silva Eugênio Bey em 1880. Em 1890, fundou-se a Vila Mayrink na região em homenagem ao presidente da Companhia - Francisco de Paula Mayrink -, o qual, ao vistoriar a rota da estrada de ferro, identificou a importância estratégica daquele território para fins econômicos, uma vez que o local poderia se tornar um núcleo conector do oeste paulista ao litoral. Assim, a região ficou conhecida como Entroncamento por conectar Itu ao porto de Santos através da linha ferroviária Ytuana. Essa situação propulsionou o crescimento da vila Mayrink, destacando-se a primeira arquitetura brasileira de concreto

armado referente à estação ferroviária, com: redes de água e esgoto, iluminação a gás, jardim, dentre outros (IBGE, 2013d; MAIRINQUE, 2013; ESTAÇÕES, 2013).

Em 1908, criou-se o distrito de Paz de Mairinque no município de São Roque. A Vila Mayrink desacelerou o crescimento e quase se extinguiu com a transferência da oficina da estrada de ferro para Sorocaba em 1930. Contudo, a ampliação da mesma estrada em 1940, contribuiu para que a vila se reerguesse. Além disso, a *Companhia Brasileira de Alumínio* (CBA) implantou a indústria de alumínio e desenvolveu a vila do Rodovalho. Houve tentativas sem sucesso, em 1953, de emancipação de São Roque, pois as condições de instalação eram inadequadas. Todavia, em 1959, o apoio popular instigou a separação da vila de São Roque e a criação do município de Mairinque (IBGE, 2013d).

3.2.7 *Votorantim*

No século XVII, Paschoal Moreira Cabral, que era parente do fundador de Sorocaba, Baltazar Fernandes, acomodou-se na região que era conhecida como Itapeva (pedra chata em tupi-guarani), iniciando seu povoamento com a fazenda de São Francisco, que hoje é propriedade do Grupo Votorantim, e as atividades rurais com o cultivo de cana-de-açúcar a partir de mão-de-obra escrava indígena. Em 1679, a capela Nossa Senhora do Pópulo foi arquitetada junto à casa grande e mais tarde recebeu uma doação da imagem de São Francisco, da qual despontou o nome da serra e da fazenda. Passaram a ser cultivados produtos de subsistência e a ser desenvolvida a pecuária (VOTORANTIM, 2013).

Em 1750, o Capitão Mor Manoel Fabiano de Madureira comprou a fazenda, a qual foi vendida, em 1890, ao Banco União de São Paulo. A região foi impulsionada pelas atividades industriais devido às iniciativas do Banco União de São Paulo e de Antonio Pereira Inácio no final do século XIX e começo do XX. Em 1890, iniciou-se a fase industrial com a construção de uma usina e de uma barragem pelo Banco União no local da propriedade dos Madureira, conhecida como "Cachoeira". Acredita-se que a beleza paisagística da cachoeira e seu volume de água incitaram a vinda do imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Tereza Cristina à região. Instalou-se também a Fábrica de Chitas em 1892 com a imigração italiana em Votorantim. O distrito de Sorocaba nomeado de Votorantim foi instituído apenas em 1911. Cabe destacar que a cachoeira designada pela população indígena de "Botu-ra-ti" (que denota cascata branca) motivou a denominação do distrito. Votorantim consolidou seu

desenvolvimento devido ao potencial hidrográfico e topográfico para investimentos no setor hidroelétrico, como ocorreu com a usina de Itupararanga, que foi inaugurada em 1914. Em 1940, destacaram-se as fábricas de tecelagem Chitas e a Cimento Votoran. Em 1964, Votorantim desmembrou-se de Sorocaba e foi elevado à categoria de município, constituindo-se apenas de seu distrito sede (VOTORANTIM, 2013).

3.2.8 *Vargem Grande Paulista*

Acredita-se que no território do ribeirão Vargem Grande, Dom Pedro I costumava caçar e descansar em um casarão de estilo colonial alocado na estrada da Lagoa. Os terrenos da região pertenciam a Francisco Vieira. Em 1914, as terras do bairro da Graça – conhecido atualmente como Morro Grande (Cotia) – foram desapropriados para a construção de uma represa com intuito de abastecer o município de São Paulo. Essas terras, que pertenciam inicialmente a Francisco Vieira, foram adquiridas por Mathias Maciel de Almeida. Suas várzeas propiciavam a pecuária e os cultivos agrícolas de cereais e de hortaliças, atividades que desenvolveram o povoado. Essa região tornou-se, em 1963, um distrito de Cotia com o nome de Raposo Tavares e, em 1981, o município de Vargem Grande Paulista, ao desmembrar-se de Cotia por intermédio de plebiscito popular. Essa região denominava-se Raposo Tavares e teve seu nome modificado a posteriori para Vargem Grande Paulista devido à sua topografia de planícies extensas. Desde 1929, a colônia japonesa acomodou-se em torno da Cooperativa Agrícola de Cotia, que é conhecida atualmente por Coopervag (VARGEM GRANDE, 2013).

3.2.9 *Alumínio*

A construção da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro (atualmente Ferroban) incitou o processo de povoamento das terras adjacentes às de São Roque. Ao ser informado da existência de reservas de calcário nessas terras, o Coronel Antônio Proost Rodvalho as adquiriu e as nomeou de Fazenda Santo Antônio. Com isso, construíram-se fábricas de aglomerantes hidráulicos e instalou-se, em 1892, a fábrica de cimento Rodvalho. Em 1895,

construiu-se a estação ferroviária Rodoalho para escoar a produção de cimento. Em 1921, a fábrica foi adquirida por Antônio Pereira Ignácio (imigrante português), o qual construiu, em 1935, outra fábrica de cimento no bairro Santa Helena em Votorantim que foi inaugurada em 1936 com o nome "Cimento Votoran". A fazenda Santo Antônio tornou-se bairro de Mairinque e passou a ser chamada de Rodoalho, em que permaneceram apenas olarias e as indústrias de cal hidráulica, de extração de pedras e de exploração de lenha para suprir necessidades da empresa (IBGE, 2013e; ALUMÍNIO, 2013).

Em 1941, Antônio Pereira Ignácio formou a Sociedade Anônima Votorantim e montou uma fábrica de alumínio para explorar minérios de bauxita e produzir alumínio (IBGE, 2013e). Junto com seu genro, José Ermírio de Moraes, as atividades da fábrica Cia. Brasileira de Alumínio (CBA) foram inauguradas em 1955. A estação ferroviária e o bairro de Mairinque em que a fábrica se alocava ficaram conhecidos como Alumínio. O bairro foi demarcado territorialmente e elevado a distrito de Mairinque em 1980. Em 1991, Alumínio conseguiu emancipar-se de Mairinque e elevar-se à categoria de município, constituindo-se apenas do distrito sede (IBGE, 2013e; ALUMÍNIO, 2013).

3.2.10 Represa de Itupararanga

Salienta-se que, em 1912, o Estado de São Paulo ficou exposto a uma crise na oferta de energia elétrica, o que incitou a extinta empresa conhecida como *Light (The São Paulo Tramway Light and Power Co. LTDA)* a adquirir a Empresa de Eletricidade de Sorocaba, a qual possuía uma pequena *Usina Hidrelétrica (UHE)* no rio Sorocaba e que gerava energia para as cidades de Sorocaba e de São Roque. Assim, a Light, no mesmo ano, principiou a construção de uma nova usina hidrelétrica (*vide* imagens abaixo) e a arquitetar o reservatório (ou represa) de Itupararanga (termo em tupi-guarani que significa *quedas rumorejantes*), que se localiza na Serra de São Francisco em Votorantim. A represa, cuja área é de 936,51 km² e cujo lago apresenta um canal principal com 26 km de extensão e com 192,88 km de margens, é responsável pelo atendimento de 800 mil habitantes e pelo abastecimento de água de 100% do município de Ibiúna, 92% de Votorantim, 85% de Sorocaba e 32% de São Roque, além de

Alumínio e de Mairinque (BERNARDI, 2011; Monitorando Itupararanga¹⁵; Instituto Votorantim¹⁶; Cidade Interativa¹⁷).

Após aprovação da construção, em 1913, do reservatório pelo governo Estadual, cuja barragem apresentava 415 metros de comprimento e 38 metros de altura, com queda bruta de 206 metros e vazão máxima de 39,12 m³/s, em 1914 foram iniciadas as atividades na UHE Itupararanga com potência de 55 megawatts e com produção média anual de 150 *gigawatts*.

A partir de 1974, a represa foi adquirida pela *Companhia Brasileira de Alumínio* (CBA), que é do Grupo Votorantim. E, por meio do Decreto Presidencial Nº 73.682/1974 declarou-se, segundo Bernardi (2011),

[...] a cessação da exploração do aproveitamento de energia elétrica de um trecho do rio Sorocaba a qual era titular a empresa Light e, no mesmo decreto, foi outorgada à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) a concessão para aproveitamento hidráulico do mesmo recurso hídrico pelo prazo de 30 anos.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia Nº 26/2004, prorrogou a concessão por 90 dias, a qual foi estendida por mais 20 anos com a Portaria do Ministério de Minas e Energia Nº 69/2003. Destaca-se o caráter participativo desse processo, uma vez que a partir da Constituição de 1988 elaboraram-se leis mais democráticas.

Ainda hoje, a UHE Itupararanga é operada pela CBA – empresa que foi intitulada de a primeira indústria de alumínio do Brasil. Essa usina hidrelétrica foi inaugurada em 1955 – ano em que se iniciou um novo ciclo do desenvolvimento da metalurgia no Brasil - no território do Rodoalho, que na época era distrito de Mairinque e que, atualmente, é conhecido como município de Alumínio. Optou-se por esta localidade, justamente por estar próxima em 75 quilômetros da cidade de São Paulo e pelo transporte de minério (bauxita) e de produtos fundidos e transformados em aço facilitado por meio da Estrada de Ferro Sorocabana ao Porto de Santos (BERNARDI, 2011; CBA¹⁸).

Iniciaram-se, em 2014, na cidade de Sorocaba, obras para instalar um *Centro de Operações de Geração* (COG) na UHE Itupararanga, cuja previsão para início das operações é 2016 (Instituto Votorantim¹⁹).

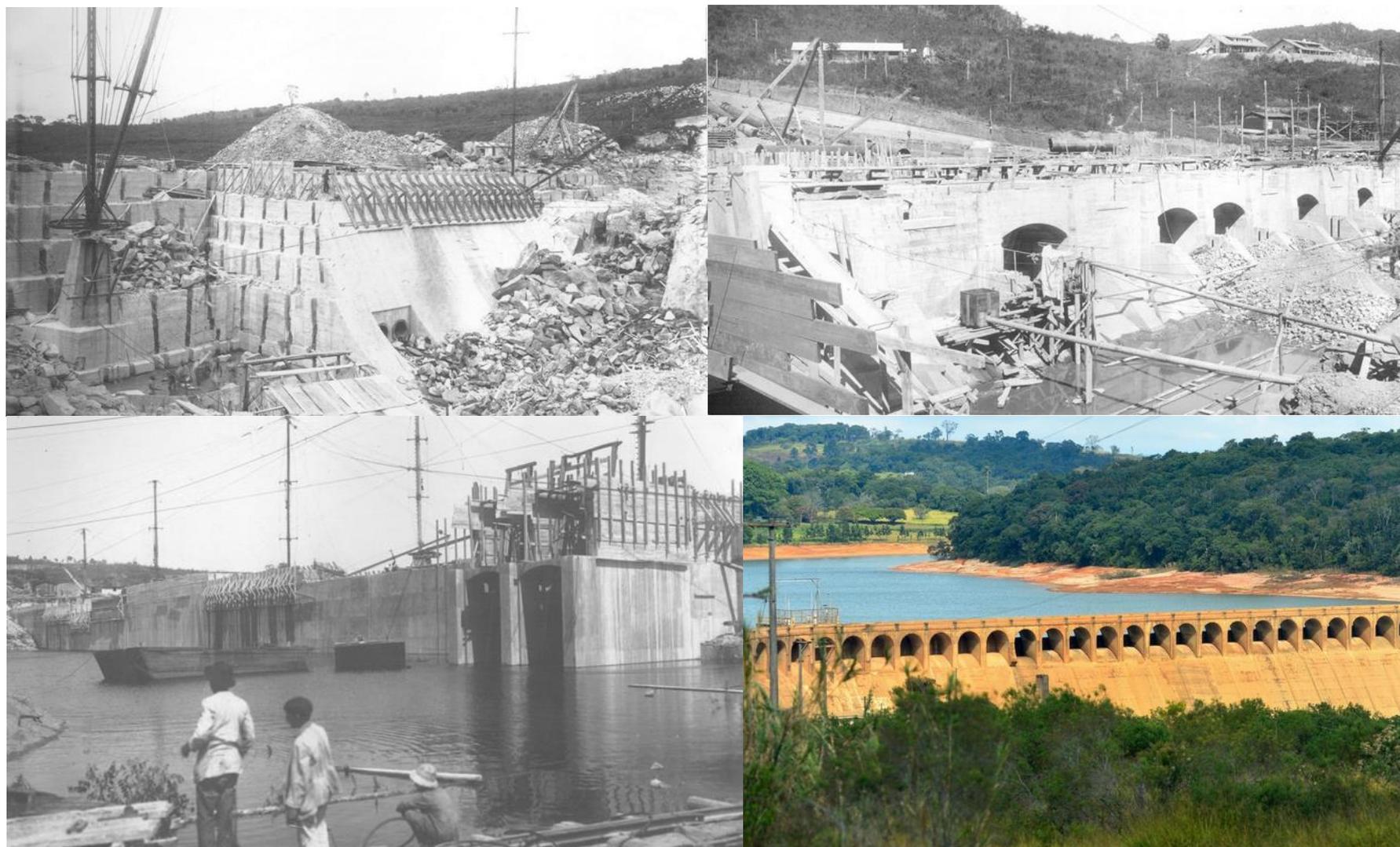
¹⁵ Monitorando Itupararanga. Informação disponível em: <<http://monitorandoitupararanga.com.br/site/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

¹⁶ Instituto Votorantim. Informação disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/shared/pdf/relatorio-integrado-votorantim-2013.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

¹⁷ Cidade Interativa. Informação disponível em: <http://sorocaba.cidadeinterativa3d.com.br/galeria/rio-sorocaba/?cbg_tz=180>. Acesso em: 20 jun. 2013.

¹⁸ CBA. Companhia Brasileira de Alumínio. Informação disponibilizada em: <http://www.cba.ind.br/pt/usina_itupararanga.php>.

¹⁹ Instituto Votorantim. Informação disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/shared/pdf/relatorio-integrado-votorantim-2013.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.



**Figura 3.2 - Construção da barragem de Itupararanga.
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul [s.d.]²⁰.**

²⁰ Disponível em: <<http://www.cruzeirosul.inf.br/galeria/163146>>. Acesso em: Fev. 2014.



Figura 3.3 - Tubulação de Itupararanga²¹.
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul [s.d.].



Figura 3.4 - UHE Itupararanga²².
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul [s.d.].

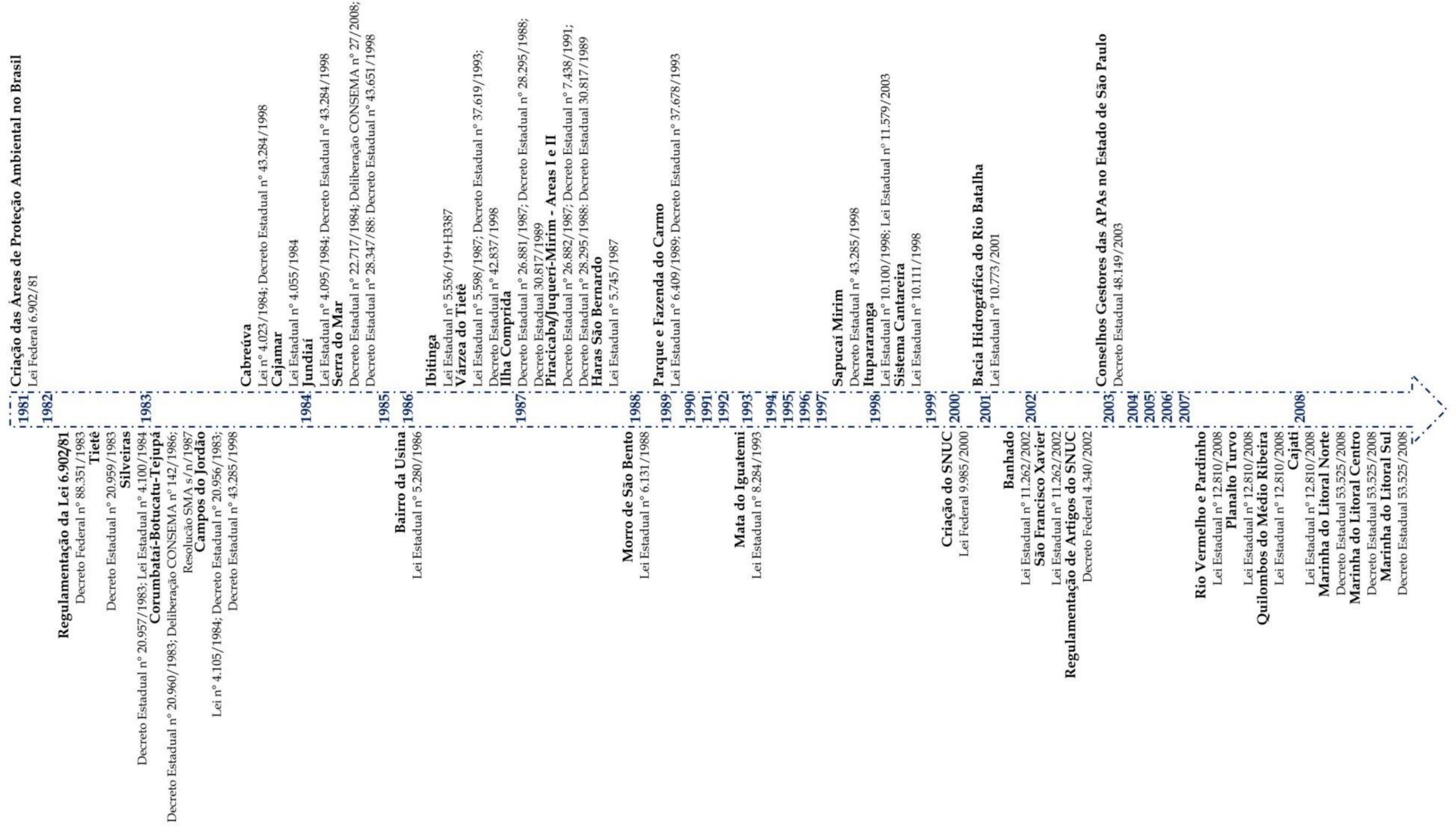
²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

3.3 *Perspectiva legal e administrativa*

O governo brasileiro regulamentou com o Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, alguns artigos do SNUC, dentre os quais se legisla sobre os *Conselhos Gestores* (CGs) das *Unidades de Conservação* (UCs). O artigo 17 estabelece que a presidência do Conselho Gestor fique a cargo do chefe de sua unidade que, no caso do Estado de São Paulo, é designado pela *Fundação para Produção e Conservação Florestal* (Fundação Florestal). Além disso, diz que este pode apresentar caráter consultivo ou deliberativo (BRASIL, 2013).

O governo de São Paulo aprovou no dia 9 outubro de 2003 o Decreto Estadual Nº 48.149, que dispõe sobre a criação e o funcionamento dos Conselhos Gestores das *Áreas de Proteção Ambiental* (APAs) no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2003a). No dia 31 do mesmo mês, saiu a Resolução SMA Nº 43 (São Paulo, 2014g), a qual dispõe sobre a criação do CG da APA Itupararanga. No ano seguinte – 2004 - a *Coordenadoria de Planejamento Ambiental* (CPLA), que é vinculada à *Secretaria de Estado do Meio Ambiente* (SMA), compôs o 1º Biênio do Conselho Gestor da APA Itupararanga (*vide* Linha do tempo 3.2).



Linha do tempo 3.2 - Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo.
Fonte: Elaborada pela autora.

Contudo, deve-se ressaltar que a gestão das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo passou para o controle da Fundação Florestal em maio de 2008, por meio do Decreto Estadual N° 53.027 (SÃO PAULO, 2013b). De forma que as APAs do Estado de São Paulo, ao terem sua gestão transferida para a Fundação Florestal, passaram a ter sua composição bienal estabelecida por meio de uma portaria específica da Fundação Florestal no momento de renovação de seus CGs. Assim, essas APAs são atualmente legisladas pelo governo estadual e federal, bem como pelo órgão público responsável pela gestão da Unidade de Conservação.

Em 1996, quando o entrevistado 2 começou a participar do CBH-SMT, foi elaborado o primeiro plano da bacia e, para a sua elaboração, os partícipes levantaram, como uma das prioridades de gestão, a proteção das águas provenientes da represa de Itupararanga. Pensava-se na criação de uma área protegida, apesar de não se ter ideia de qual seria seu território. Assim, o manancial já era considerado muito importante e suas águas carentes de proteção.

Segundo o entrevistado 2, tanto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) como o *Departamento de Águas e Energia Elétrica* (DAEE) compreendiam a importância do manancial Itupararanga. Ambas as instituições começaram a dialogar com a *Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo* (SMA) e a se debruçar em uma iniciativa para protegê-lo, pensando em qual tipologia de Unidade de Conservação seria mais apropriada. Paralelamente, a *Universidade de Sorocaba* (UNISO) organizou um abaixo assinado com intuito de sensibilizar a SMA sobre a importância do manancial. Na época, o governador do Estado de São Paulo era Mário Covas (1995-2001) e, a SMA era gerida pelo secretário Fábio Feldmann (1995-1998) e, posteriormente, pela Stela Goldeinstein (1998-1999), a qual, ao visitar a cidade de Sorocaba, recebeu da sociedade civil um abaixo assinado com milhares de assinaturas que pediam a criação de uma *Área de Proteção Ambiental* (APA). Após esse evento, iniciaram-se as negociações em articulação com a Assembleia Legislativa para a criação da APA Itupararanga.

Em 1997, a deputada Maria do Carmo Piunti, habitante da cidade de Itú, apresentou um *Projeto de Lei* (PL) e introduziu os debates com vistas à criação de uma APA para a represa de Itupararanga na Assembleia Legislativa, de acordo com o entrevistado 1. Em 1° de Dezembro de 1998, esse PL foi aprovado e tornou-se a Lei Estadual N° 10.100/1998, a qual instalou a APA Itupararanga. Esse entrevistado relatou que os debates da Assembleia Legislativa possibilitaram a todos um conhecimento mais aprofundado da importância que a represa de Itupararanga representa para os municípios que a constituem.

Contudo, o entrevistado 1 afirma que a Lei Estadual Nº 10.100/1998 considerou apenas 5 municípios na composição da APA, que foram: São Roque, Mairinque, Ibiúna, Piedade e Votorantim, o que não era suficiente sob a ótica dos ambientalistas da região, principalmente, os de Votorantim e de Piedade que cobravam a ampliação da Área de Proteção Ambiental de Itupararanga devido à sua extensão e aos afluentes que contribuíam para a formação do manancial Itupararanga, os quais constituíam a “[...] chamada “área de drenagem” da represa de Itupararanga, que começava [...], na realidade, a partir de nascentes e afluentes já em Cotia e Vargem Grande Paulista [...]”. Isto porque, segundo os ambientalistas, na região da área de drenagem da represa de Itupararanga havia construções e atividades agropecuárias, principalmente, de agricultura irrigada com uso de defensivos agrícolas, que poderiam escoar para dentro da área de drenagem até atingir a própria represa. De modo que, pelo bem do manancial em questão, optou-se por ampliar a APA “[...] para coibir a agressão ao meio-ambiente nessa chamada “área de drenagem” [...]”.

Debates ocorreram nas câmaras municipais dos municípios que deveriam ser acrescidos à APA – Alumínio, Cotia e Vargem Grande Paulista -, os quais envolveram vereadores e ambientalistas dos municípios. A partir de um esforço conjunto de governos e sociedade, um novo Projeto de Lei foi apresentado em 2001 na Assembleia Legislativa, o qual propunha a ampliação da APA Itupararanga, de modo a incorporar todos os municípios que faziam parte da área de drenagem da represa Itupararanga – Cotia, Vargem Grande Paulista e Alumínio -, além dos já incorporados pela Lei anterior. Esse PL foi aprovado em 2 de Dezembro de 2003 no governo de Geraldo Alckmin (2001-2006; 2011-Atual) e com José Goldemberg como Secretário de Meio Ambiente, tornando-se a Lei Estadual Nº 11.579/2003.

O entrevistado 2 informou que houve um período de estagnação entre a aprovação da Lei Estadual Nº 10.100/1998, que constitui a APA, e da Lei Estadual Nº 11.579/2003, que ampliou o seu perímetro. Isto ocorreu porque existia na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo uma discussão sobre o fato das APAs que já existiam estarem “todas paradas”, ou seja, não haver gestão por intermédio de um Conselho Gestor, de modo que eles não tinham claro se essa categoria de área protegida era mais adequada ou se o seria uma *Área de Proteção e Recuperação de Mananciais* (APRM).

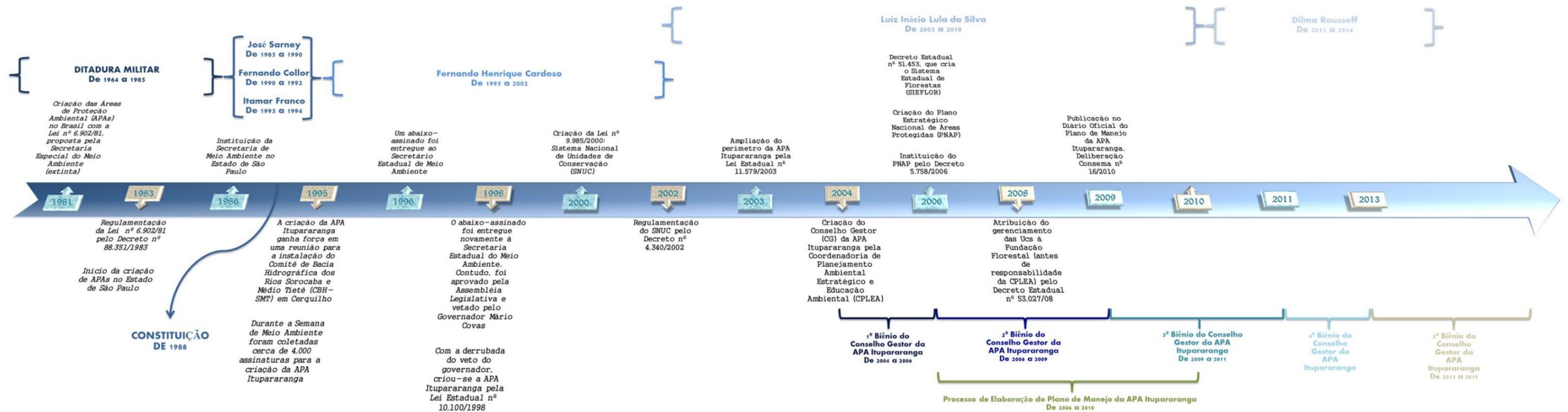
De acordo com o entrevistado 2, a partir dessa situação, os interessados pela proteção do manancial se organizaram e, quando o secretário estadual de meio ambiente José Goldemberg visitou a região da APA Itupararanga, esses interessados entregaram documentos a ele solicitando a ampliação do perímetro da APA e que seu Conselho Gestor fosse criado,

uma vez que ele não era constituído. Então, em 2003, a Resolução SMA Nº 43 criou o Conselho Gestor da APA Itupararanga.

O entrevistado 2 enfatizou que o CBH-SMT e a sociedade civil acompanharam esse processo junto à *Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA)*, que é parte da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para se certificar de que o CG da APA Itupararanga de fato se consolidasse. Inclusive, na instalação desse CG, houve uma “luta” para que o município de Sorocaba, que não deveria compor o CG por não estar inserido no território da APA mas que era o principal usuário das águas da represa Itupararanga, fosse incorporado dentre as instituições que comporiam o CG. Reuniões foram realizadas para tal propósito, as quais consolidaram um documento para regularizar essa situação, o que de fato ocorreu a partir de uma Resolução assinada pelo então Secretário José Goldemberg. Após a instituição do Conselho Gestor, iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do Plano de Manejo da APA, que foi concluído em 2010 com a Deliberação Consema Nº 16.

Segundo a pesquisadora Iara Bernardi (2011), a Lei Estadual nº 10.100 de 1998, apesar de ser aprovada apenas em 2003 com o nº 11.579, devido às imprecisões e à ausência dos municípios Alumínio, Cotia e Vargem Grande Paulista, contou com a participação da sociedade civil e de municípios para que fosse aprovada. Ao citar Maria Luiza Tabora, que era vice-presidente do CBH-SMT, Bernardi informa que os municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista não foram incorporados na Lei de 1998 pelo fato de que, para esses municípios, seu desenvolvimento seria engessado se pertencessem ao território da APA.

Portanto, a APA Itupararanga foi criada pela Lei Estadual Nº 10.100 de 01 de dezembro de 1998 e teve seu perímetro alterado pela Lei Estadual Nº 11.579 de 02 de dezembro de 2003. E, os objetivos de criação desta Unidade de Conservação de Uso Sustentável foram: a proteção dos recursos hídricos (atributo fundamental que justificou a concepção da APA), a proteção da biodiversidade na área de influência da represa de Itupararanga e a contribuição com o ordenamento territorial da região. Para tal, foi criado um Conselho Gestor da APA Itupararanga, o qual foi constituído por meio da Resolução SMA Nº 43 de 31 de outubro de 2003 (SÃO PAULO, 2014g). A linha do tempo abaixo apresenta a cronologia da APA Itupararanga.



Linha do tempo 3.3 - Histórico da APA Itupararanga.
 Fonte: Elaborada pela autora a partir das legislações supracitadas.

O CG desta unidade tem carácter consultivo, tripartite (formado por representantes de instituições públicas estaduais e municipais e de organizações da sociedade civil) e foi, primeiramente, de acordo com a supracitada, composto por 20 membros titulares e 20 membros suplentes, com mandato de dois anos. Contudo, verificou-se nos dois biênios acompanhados nesta pesquisa (2009-2011 e 2011-2013) que esses números sofreram alterações devido às mudanças administrativas e políticas na gestão das APAs pela Fundação Florestal e ao contexto ao qual o Conselho Gestor estava submetido nesta sua renovação. Dessa forma, no biênio 2009-2011, a composição do CG era de 23 membros titulares e 21 membros suplentes, sendo: 6 representantes titulares e suplentes do Estado; 6 representantes titulares e suplentes dos municípios e; 11 representantes titulares e 9 suplentes da sociedade civil. Por sua vez, no biênio de 2011-2013, a composição do Conselho aumentou; 34 membros titulares e 31 membros suplentes, sendo: 10 representantes titulares e 09 suplentes do Estado; 9 representantes titulares e 7 suplentes dos municípios e; 15 representantes titulares e suplentes da sociedade civil.

Para a composição da APA de Itupararanga, seguiu-se a Resolução SMA N° 43/2003, que definiu o quadro de representantes do governo do Estado no Conselho Gestor da APA, por meio de seus órgãos e secretarias, abaixo indicados:

- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento;
- Secretaria de Estado de Saúde;
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- Secretaria de Estado da Energia, Recursos Hídricos e Saneamento;
- Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

Porém, nos biênios de 2009-2011 e 2011-2013, houve alteração na composição de seu quadro de representantes, com algumas supressões e complementações, conforme mostrado no Quadro 3.1:

QUADRO DE REPRESENTANTES DO ESTADO	
BIÊNIO 2009-2011	BIÊNIO 2011-2013
Fundação Florestal	Fundação Florestal
Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Saneamento e Energia	Secretaria de Segurança Pública
Secretaria de Estado da Educação	
Secretaria de Segurança Pública	

Quadro 3.1 - Representantes do Estado no biênio 2009-2011 e 2011-2013.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos oficiais referentes à APA Itupararanga.

Por um lado, os representantes do Estado são definidos pela Fundação Florestal e seus membros são indicados pelos responsáveis dos órgãos ou secretarias.

Quanto aos representantes da Prefeitura, a composição e a escolha dos representantes municipais está a cargo dos prefeitos dos municípios membros supracitados, de modo a não sofrer indicação direta por parte da Fundação Florestal.

Com relação aos membros da sociedade civil, esses devem estar habilitados a participar de acordo com os itens da Resolução SMA N° 43/2003, que são:

- Comprovação da localização da sede ou representação na região da Área de Proteção Ambiental;
- Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório até a data do cadastro;
- Cópia da ata da constituição da diretoria atual e;
- Indicação dos membros pelo presidente ou diretor, devidamente habilitado.

Ao estarem habilitados, os representantes da Sociedade Civil são eleitos entre seus pares. O processo para a escolha dos representantes da sociedade civil inicia-se com o seu cadastramento junto à Fundação Florestal; para tanto, deve-se apresentar um conjunto de documentos que comprove sua existência legal e sua atuação. Os documentos solicitados para o cadastro são:

- Comprovação da localização da sede ou atuação na região da APA;
- Cópia do estatuto da instituição, devidamente registrado em cartório, que deve ser anterior à data de publicação da portaria FF que abre o processo de renovação CG;
- Cópia da ata de constituição da diretoria atual;
- Ficha de cadastro preenchida pelo presidente da instituição ou diretor devidamente habilitado, com a indicação dos representantes titular e suplente;
- Declaração que a instituição não integrou o CG nos últimos dois biênios com o mesmo representantes.

A eleição dos representantes da sociedade civil, cadastrados e habilitados pela Fundação Florestal, ocorre antes da posse do CG entre seus pares e a ausência de alguma entidade habilitada a desqualifica do processo.

Ressalta-se que o número de vagas no CG não reflete de forma exata o número de representantes de instituições existentes, uma vez que em alguns casos uma vaga pode ser ocupada por duas instituições, uma titular e outra suplente. Como cada instituição pode indicar dois membros para compor o CG (titular e suplente), a possibilidade de

compartilhamento de vagas implica no compartilhamento de uma mesma vaga por até dois representantes.

Cabe destacar que no Conselho Gestor da APA Itupararanga há participação de vários segmentos da sociedade civil, não existindo uma delimitação de setor ou de quantidade de vagas por setor.

O processo de constituição do Conselho Gestor (CG) da APA Itupararanga teve início somente no ano de 2003, apesar de a unidade ter sido criada no ano de 1983, uma vez que a regulamentação e funcionamento dos Conselhos gestores no Estado de São Paulo foi realizada no ano de 2003, pelo Decreto Estadual Nº 48.149, de 09 de outubro.

A seguir, nos Quadro 3.2 e Quadro 3.3, explicitam-se as instituições que compuseram o Conselho Gestor da APA nos dois últimos biênios, 2009-2011 e 2011-2013:

SETOR	BIÊNIO 2009-2011	BIÊNIO 2011-2013
GOVERNO ESTADUAL	<i>Fundação Florestal</i>	<i>Fundação Florestal</i>
	<i>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Instituto de Botânica</i> <i>Secretaria de Estado da Educação</i>	<i>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Instituto de Botânica</i> <i>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA)</i>
	<i>Agência Ambiental</i> <i>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais</i>	<i>Companhia Ambiental do Estado de São Paulo</i> <i>Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais</i>
	<i>Secretaria de Agricultura e Abastecimento</i>	<i>Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral</i> <i>Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Instituto de Pesca</i>
	<i>Secretaria de Estado de Saneamento e Energia</i>	<i>Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - Departamento de Águas e Energia Elétrica</i> <i>Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo</i>
	<i>Secretaria de Segurança Pública</i> <i>Polícia Militar Ambiental</i> <i>Secretaria de Estado da Saúde</i>	<i>Secretaria de Segurança Pública - Polícia Militar Ambiental</i> <i>Secretaria de Segurança Pública</i> <i>Corpo de Bombeiros</i>
GOVERNO MUNICIPAL	<i>Prefeitura Municipal de Votorantim</i>	<i>Prefeitura Municipal de Votorantim</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Sorocaba</i>	<i>Prefeitura Municipal de Mairinque</i>
	<i>Prefeitura Municipal de São Roque</i>	<i>Prefeitura Municipal de São Roque</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Alumínio</i>	<i>Prefeitura Municipal de Alumínio</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Piedade</i>	<i>Prefeitura Municipal de Piedade</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista</i>	<i>Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Cotia</i>	<i>Prefeitura Municipal de Cotia</i>
	<i>Prefeitura Municipal de Ibiúna</i>	<i>Prefeitura Municipal de Ibiúna</i>
<i>Prefeitura Municipal de Sorocaba</i>	<i>Prefeitura Municipal de Sorocaba</i>	

Quadro 3.2 - Instituições governamentais integrantes do CG da APA Itupararanga, em cada biênio²³.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Gestão APA Itupararanga de 2011 e de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal em 2011.

²³ Nos casos em que as vagas são divididas, as duas instituições são apresentadas e a titular é identificada pela formatação em itálico.

BIÊNIO 2009 – 2011	BIÊNIO 2011-2013
Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba	Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba
SOS Itupararanga	SOS Itupararanga
Instituto Plena Cidadania	Instituto Plena Cidadania
Instituto de Projetos e Pesquisa Sócio Ambiental	Instituto de Projetos e Pesquisa Sócio Ambiental
Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá	Grupo de Trabalho Ambiental Jerivá
Associação Missionária dos Amigos e Servos do Senhor Jesus Cristo “Fonte de Água Viva”	Associação Missionária dos Amigos e Servos do Senhor Jesus Cristo “Fonte de Água Viva”
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Roque, Mairinque, Alumínio e Araçariguama	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Roque, Mairinque, Alumínio e Araçariguama
Instituto Proteção Ambiental Cotia/Tietê	Instituto Proteção Ambiental Cotia/Tietê
Associação dos Piscicultores da Represa Itupararanga	Associação dos Piscicultores da Represa Itupararanga
Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica “Núcleo da Terra”	Associação dos Moradores e Proprietários de lotes no loteamento clube dos oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo e adjacentes
Associação Ecológica São Francisco de Assis	Sindicato Rural de Ibiúna
Associação dos Gestores pela Unidade Ambiental	Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região
Núcleo Ecológico Morro de Ipanema	Ordem dos Advogados do Brasil
	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Campus Sorocaba

Quadro 3.3 - Instituições da sociedade civil integrantes do CG da APA Itupararanga em cada biênio²⁴.

Fontes: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Gestão APA Itupararanga de 2011 e de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal em 2011.

A composição do CG da APA Itupararanga no biênio 2009-2011 formou-se por meio das seguintes portarias da Fundação Florestal: FF N° 075/2008 (que constituiu o CG da APA) e FF/ N° 011/2009 (que estendeu o prazo de cadastramento da sociedade civil). A cerimônia de posse do CG da APA Itupararanga ocorreu em 01 de abril de 2009. Por sua vez, o biênio 2011-2013, obteve sua composição a partir da portaria FF N° 057/2011.

O regimento interno da APA Itupararanga não possui especificidades em relação ao Decreto Estadual N° 48.149/2003. Contudo, cita-o no artigo 1° que afirma o caráter consultivo da APA. Sua organização se faz por meio de:

- *Plenário*: órgão soberano do CG do qual procedem as decisões e as deliberações a serem observadas. Este é composto por todos os membros do CG (titulares ou suplentes) com direito a voz e voto;
- *Presidência*: representante as Secretaria do Meio Ambiente, designado pelo Titular da Pasta;
- *Secretaria executiva*: eleito pelo plenário, o Secretário executivo exerce o mandato por dois anos;

²⁴ Nos casos em que as vagas são divididas, as duas instituições são apresentadas e a titular é identificada pela formatação em itálico sublinhado.

- *Câmaras Técnicas* (CTs): podem ser permanentes ou temporárias e são criadas por deliberação do Plenário, tendo um prazo de funcionamento determinado e com atividades especificadas no ato de sua criação.

A APA Itupararanga possuiu três *Grupos de Trabalhos* (GTs) no *biênio 2011-2013*, que foram:

- GT de Boas Práticas Agrícolas e Recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APPs);
- GT de Turismo Sustentável, Comunicação e Educação Ambiental e;
- GT de Uso e Ocupação do Solo e Planejamento Territorial.

No *biênio 2009-2011*, existia o GT de Proteção da Biodiversidade e dos Recursos Hídricos; porém, ele foi extinto devido à falta de participação.

Para organização das reuniões e dos procedimentos adotados pelo CG, o regimento dá algumas diretrizes, referentes à convocação e condução de reuniões (Quadro 3.4).

Para a realização das reuniões, estabelece-se o quórum mínimo de maioria simples na primeira chamada, e em segunda chamada, após 30 minutos, com a presença de 1/3 dos membros, garantida a participação de todos os segmentos.

A substituição dos representantes, sejam eles da sociedade civil ou do poder público, deve ser feita após a ausência em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de doze meses. E a instituição representada será comunicada a providenciar a substituição dos respectivos membros.

REUNIÕES ORDINÁRIAS
Frequência bimestral.
Reuniões públicas.
Local de fácil acesso.
Convocação com no mínimo sete dias de antecedência, indicando data, hora, local e pauta do dia.
Reuniões extraordinárias
Acontece por convocação do presidente ou por deliberação do plenário.
Pauta das reuniões
O Presidente e o secretário determinam a ordem dos assuntos em pauta.
Deve ser enviada no momento da convocação.
Propostas e sugestões para composição da pauta devem ser enviadas, antes do envio da convocação, à secretaria executiva do CG.
A ordem do dia pode ser modificada, por solicitação justificada de qualquer membro do CG.
As discussões e votação podem ser adiadas para outras reuniões, por deliberação do Plenário.
A inclusão de matérias na ordem do dia dependerá de aprovação da maioria simples dos votos dos membros presentes na reunião.

Quadro 3.4 - Procedimentos para realização de reuniões do CG.
Fonte: Elaborado pela autora a partir do regimento interno da APA Itupararanga.

As decisões do CG geralmente são feitas de forma consensual; caso isso não ocorra, elas são tomadas através de maioria simples.

3.4 Perspectiva econômica e social

A APA Itupararanga insere-se dentro dos limites da Macrometrópole Paulista, a qual é caracterizada por seu o maior polo produtivo e envolver a maior densidade urbana no Brasil (COBRAPE; DAEE, 2013). Assim, a Tabela 3.1 estima a população, a área territorial e a densidade populacional dos municípios pertencentes à APA Itupararanga.

Tabela 3.1 - Informações estatísticas do censo demográfico dos municípios parte da APA Itupararanga.

Município	População em 2010	População estimada em 2014	População parte da APA (%)	Área territorial (Km ²)	Área do município parte da APA	Densidade populacional (Hab/Km ²)
<i>Alumínio</i>	16.839	17.924	3,0	83,660	20.01	201,28
<i>Cotia</i>	201.150	225.306	34,2	323,994	24.79	620,81
<i>Ibiúna</i>	71.217	75.845	13.0	1.058,082	52.33	67,31
<i>Mairinque</i>	43.223	45.729	8,4	210,149	24.50	205,53
<i>Piedade</i>	52.143	54.523	-	746,868	1.93	69,82
<i>São Roque</i>	78.821	85.502	13,5	306,908	35.22	256,82
<i>Sorocaba</i>	586.625	637.187	0,0	450,382	0,0	1.304,18
<i>Vargem Grande Paulista</i>	42.997	47.879	8,1	42.489	85.45	1.012,10
<i>Votorantim</i>	108.809	116.706	19,8	183,517	26.51	591,04

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE²⁵ e do Plano de Manejo (SÃO PAULO, 2011b).

A *Taxa De Crescimento Populacional Relativo (TCpR)*, que é a variação do número indivíduos de uma população em relação ao seu número inicial, é apresentado na Tabela 3.2 e foi calculada a partir da Fórmula 3.1:

$$TCpR = [(Nf - Ni) / Ni] / t$$

Fórmula 3.1- Taxa de crescimento populacional relativo.

Onde,

Ni = Número de indivíduos no início do período considerado, ou seja, em 2010;

Nf = Número de indivíduos no final do período considerado, ou seja, em 2013;

t = Duração do período considerado, ou seja, quatro anos.

²⁵Informação disponibilizada em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=35&search=sao-paulo>>.

Tabela 3.2 - Taxa de crescimento populacional relativo, em ordem decrescente, estimada por ano a partir de 2010 até 2014.

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL RELATIVO
<i>Cotia</i>	3,00%
<i>Vargem Grande Paulista</i>	2,84%
<i>Sorocaba</i>	2,15%
<i>São Roque</i>	2,12%
<i>Votorantim</i>	1,81%
<i>Ibiúna</i>	1,62%
<i>Alumínio</i>	1,61%
<i>Mairinque</i>	1,45%
<i>Piedade</i>	1,14%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE.

O *Produto Interno Bruto* (PIB) dos municípios em questão para o ano de 2012 mostra, a partir dos valores da Tabela 3.3, que há diferenças consideráveis entre o PIB do município e o PIB municipal per capita devido à densidade populacional. Os PIBs de Sorocaba e de Cotia destacam-se na primeira situação. Contudo, o maior PIB per capita é o de Alumínio. Os menores PIBs estão nos municípios de Ibiúna, Mairinque e Piedade.

Com relação ao valor adicionado bruto a preços correntes, o da agropecuária sobressai-se nos municípios de Piedade e Ibiúna e os da indústria e dos serviços em Sorocaba e Cotia (daí o alto valor do PIB municipal).

As porcentagens de pobreza e de desigualdade nos municípios que compõem a APA podem ser visualizadas na Tabela 3.4. A incidência de pobreza calculada pelo IBGE diz respeito à proporção da população com renda abaixo de um determinado nível. Por um lado, incidência de pobreza no Estado de São Paulo está na faixa de 26,6%. Os municípios de Vargem Grande Paulista e de Cotia superam esse valor com, respectivamente, as porcentagens de 53,8% e de 45,8%. Por outro lado, a incidência de pobreza subjetiva, a qual designa o sentimento de impotência ou de exclusão social pelos indivíduos, mostra-nos que a maior parte desses municípios encontra-se com valores superiores à média Estadual de 14,85%, com exceção de Sorocaba e São Roque.

O *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDHM) dos municípios aqui estudados esteve, para o ano de 2010, superior à média Estadual, ou seja, foi uma situação oposta à dos anos anteriores – 1991 e 2000 (*Ver* Tabela 3.5)-, o que demonstra melhorias na qualidade de vida – em relação à saúde, educação e renda - e maior desenvolvimento econômico desses municípios.

Tabela 3.3 - Produto Interno Bruto dos municípios.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS (2012)		ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Valor adicionado bruto a preços correntes (mil reais)</i>	<i>Da agropecuária</i>	2.871	5.106	58.350	7.435	66.358	12.782	20.257	933	38.698
	<i>Da indústria</i>	927.003	1.778.215	149.964	343.339	88.915	466.585	5.029.426	263.504	522.169
	<i>Dos serviços</i>	227.258	4.384.896	651.798	477.032	511.999	1.007.671	10.404.945	629.251	1.224.990
<i>Impostos sobre produtos líquidos a preços correntes (mil reais)</i>	<i>De subsídios</i>	369.302	1.295.638	86.624	129.217	74.065	226.547	3.564.470	139.613	281.928
<i>PIB a preços correntes (mil reais)</i>	<i>PIB</i>	1.526.433	7.463.856	946.737	957.023	741.337	1.713.584	19.019.098	1.033.301	2.067.785
	<i>PIB per capita</i>	89.374,86	35.707,62	13.103,81	21.892,84	14.134,98	21.244,27	31.661,98	23.191,57	18.669,90

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Tabela 3.4 - Pobreza e desigualdade municípios brasileiros.

POBREZA E DESIGUALDADE MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2003)		ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Incidência da Pobreza</i>	%	26,6	20,23	45,8	19,37	20,53	24,25	14,73	14,94	53,8	20,61
<i>Limite inferior da Incidência de Pobreza</i>	%	25,24	14,54	39,11	14,82	14,8	19,21	11,47	10,66	45,54	14,46
<i>Limite superior da Incidência de Pobreza</i>	%	27,96	25,91	52,48	23,93	26,25	29,29	17,99	19,22	62,05	26,76
<i>Incidência da Pobreza Subjetiva</i>	%	14,85	16,69	19,04	22,38	16,97	26,27	13,57	11,33	23,51	16,2
<i>Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva</i>	%	13,73	14,77	17,35	19,86	15,02	23,24	12,35	10,17	20,84	14,25
<i>Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva</i>	%	15,98	18,62	20,72	24,91	18,93	29,29	14,78	12,49	26,18	18,16
<i>Índice de Gini</i>	-	0,45	0,37	0,41	0,39	0,38	0,39	0,41	0,41	0,38	0,38
<i>Limite inferior do Índice de Gini</i>	-	0,43	0,34	0,39	0,36	0,36	0,37	0,39	0,39	0,36	0,36
<i>Limite superior do Índice de Gini</i>	-	0,46	0,39	0,43	0,41	0,4	0,42	0,44	0,43	0,4	0,4

NOTA: A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002).

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.

Tabela 3.5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>IDHM 2010</i>	0,578	0,766	0,78	0,71	0,743	0,716	0,768	0,798	0,77	0,767
<i>IDHM 2000</i>	0,702	0,682	0,693	0,577	0,658	0,617	0,69	0,721	0,659	0,688
<i>IDHM 1991</i>	0,783	0,515	0,557	0,408	0,525	0,448	0,53	0,579	0,485	0,527

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Atlas Brasil 2013.

Naquilo que diz respeito à escolaridade e à saúde, percebe-se que as melhores situações estão nos municípios de Sorocaba e de Cotia. Contudo, a quantidade e a qualidade dos estabelecimentos de educação e de saúde estão muito aquém do que é necessário, principalmente nos municípios que têm a maior parte de seu território afastada do centro e distribuída em núcleos rurais, como é o caso de Ibiúna (*vide* Apêndice H).

As produções agropecuárias dos municípios pertencentes à APA podem ser averiguadas no Apêndice H.

Por um lado, destacam-se nas lavouras permanentes dos municípios em questão, os cultivos de abacate, banana, caqui, laranja, limão e uva. Por outro lado, as lavouras temporárias produzem, especialmente, feijão em grãos, mandioca, milho em grãos, soja em grãos e tomate. Têm-se, também, os cereais, as leguminosas e as oleaginosas de maior produção nos municípios, que são: arroz em casca e milho e feijão em grãos.

Para a extração vegetal e a silvicultura destacam-se o carvão e a lenha e, por fim, a pecuária é bem diversificada entre: bovinos, equinos, bubalinos, suínos, caprinos, ovinos e galináceos, destacando-se as produções de leite, ovos e mel.

3.5 Perspectiva paisagística e cultural

A região da APA Itupararanga é caracterizada pela beleza paisagística, pelo seu patrimônio cultural e pelas atividades de lazer, o que a tornou um polo turístico. Assim, ela apresenta duas estâncias turísticas – a de Ibiúna e de São Roque. Encontram-se, em toda a região, atrações turísticas e atrativos ambientais, como: museus, igrejas, vinícolas, rios, praias, represas, atividade náutica, parques, trilhas ecológicas, cachoeiras, poços e grutas (INSTITUTO, 2009).

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído de

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de

valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico²⁶.

Estes bens citados acima – como históricos, culturais, arquitetônicos, ambientais e afetivos - são preservados para que continuem a fazer parte da vida da população, mesmo que adquiram novos usos e significados. Portanto, o tombamento, que é uma ação administrativa do poder público – nas esferas federal, municipal e estadual - por meio de legislação específica, torna-se necessário para a preservação destes bens; para que não se descaracterizem ou acabem arruinados. As instituições participativas responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural da Federação Brasileira e do Estado de São Paulo são brevemente descritos abaixo.

Por um lado, o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) é uma autarquia federal que busca promover a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro²⁷. Por outro lado, o *Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico* (Condephaat) é uma instituição participativa formada com o intuito de discutir e deliberar sobre questões acerca do patrimônio cultural do Estado de São Paulo. Este Conselho reúne-se, geralmente, duas vezes ao mês e é composta por representantes de diversos segmentos - estadual, de classe e universidade. A divisão técnica e executiva que apoia o Condephaat é a coordenadoria *Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico* (UPPH), parte da Secretaria de Estado da Cultura. Esta coordenadoria compõe-se de dois Grupos Técnicos de *Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural* e de *Conservação e Restauro de Bens Tombados*. (informação)²⁸. Assim, segue abaixo o Quadro 3.5 com os bens matérias que foram tombados nos municípios parte da APA Itupararanga, bem como em Sorocaba.

²⁶Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: Jun 2014.

²⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>>. Acesso em: Jun 2014.

²⁸Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfcae2308ca0/?vgnnextoid=43d2111e5789b110VgnVCM100000ac061c0aRCRD&vgnnextchannel=43d2111e5789b110VgnVCM100000ac061c0aRCRD>>. Acesso em: Jun 2014.

MUNICÍPIOS	Bens materiais tombados CONDEPHAAT	LOCAL	RESOLUÇÃO	Bens materiais tombados IPHAN	LIVRO BELAS ARTES
ALUMÍNIO	-	-	-	-	-
COTIA	<i>Reserva Florestal do Morro Grande</i>	Bairro de Caucaia	21 de 1981	-	-
	<i>Sede do Sítio do Padre Inácio</i>	Estrada do Morro Grande	Ex-Ofício de 1974	<i>Casa Grande do Sítio do Padre Inácio</i>	289/1951 401/1951
	<i>Sede do Sítio Mandu</i>	Jardim Barro Branco	Ex-Ofício de 1974	<i>Casa do Sítio Mandu</i>	332/1961 Não há
IBIÚNA	<i>Serra do Mar e de Paranapiacaba</i>	Estados do RJ e do Paraná	40 de 1985	-	-
MAIRINQUE	<i>Estação Ferroviária de Mairinque</i>	Estação Ferroviária de Mairinque	46 de 1986	<i>Estação Ferroviária de Mayrink</i>	Não há 625/2004
	<i>Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal</i>	UTM 7.415,00-7.405,00 km S e 337,00 km E	18 de 1983	-	-
PIEDADE	<i>Serra do Mar e de Paranapiacaba</i>	Estados do RJ e do Paraná	40 de 1985	-	-
SÃO ROQUE	<i>Capela do Sítio Querubim</i>	Araçariguama - Fazenda do Instituto Butantã	Ex-Ofício de 1974	<i>Sítio Querubim: forro da capela</i>	265/1950 Não há
	<i>Sede do Sítio Santo Antônio</i>	Estrada da Mata da Câmara	Ex-Ofício de 1974	<i>Sítio de Santo Antonio: casa e capela</i>	Não há 291/1941
	<i>Serra do Boturana</i>	Estrada dos Romeiros (Km 30)	17 de 1983	-	-
SOROCABA	<i>Bairro do Cafundó</i>	Salto de Pirapora	SC 9 de 1990	-	-
	<i>Casa Grande do Brigadeiro Tobias</i>	Distrito de Brigadeiro Tobias	1973	-	-
	<i>Mosteiro de São Bento</i>	Largo de São Bento	41 de 1982	-	-
VARGEM GRANDE PAULISTA	-	-	-	-	-
VOTORANTIM	-	-	-	-	-

Quadro 3.5 - Bens materiais tombados nos municípios parte da APA Itupararanga.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados nos *sites* do IPHAN e do CONDEPHAAT.

3.6 Perspectiva ambiental

O lago do reservatório de Itupararanga situa-se no Planalto Atlântico, em domínio de rochas cristalinas do embasamento, mais precisamente, na adjacência do flanco sul do Maciço Granítico São Francisco, que sustenta a serra homônima, porém estendendo-se predominantemente sobre os metassedimentos do Grupo São Roque. Os vales dos rios Sorocabuçu e Sorocamirim, preenchidos pelo reservatório, são controlados por importantes

zonas de cisalhamento transcorrentes destrais, como as chamadas falhas de Taxaquara e Falha de Pirapora. A barragem está no canyon do rio Sorocaba, sobre o Granito São Francisco que possui as maiores elevações topográficas dessa região.

A sub-bacia do Alto Sorocaba insere-se na unidade morfoestrutural do Domínio Tropical Atlântico²⁹ e na unidade morfoescultural “Planalto Atlântico³⁰”, a qual é formada pelo (1) “Planalto Ibiúna/São Roque” e (2) “Planalto Paulistano/Alto Tietê”, e incorpora-se à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RESERVA, 2011) como Zona de Amortecimento e Conectividade, sendo sua vegetação predominante a Floresta Ombrófila Densa. (INSTITUTO, 2009).

Nela, encontram-se *Unidades de Conservação* (UCs)³¹, dentre as quais se destaca a Área de Proteção Ambiental (APA)³² que, segundo o inciso I do artigo 14 da Lei N° 9.985/2000, constitui parte do grupo de Unidades de Uso Sustentável, visando essencialmente compatibilizar a “[...] conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (artigo 7º, inciso II e parágrafo 2º).

Visa-se, na área da *Área de Proteção Ambiental* (APA): (1) contribuir com a proteção, manutenção e preservação da diversidade biológica e ecossistêmica natural; (2) colaborar com a restauração e recuperação de ecossistemas degradados; (3) promover o desenvolvimento sustentável e o uso de princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento urbano; (4) disciplinar o processo de ocupação do solo e seus usos; (5) assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; (6) nortear-se pelos princípios de integração e participação na gestão ambiental, bem como pela estratégia de gestão sistemática.

Na sub-bacia Alto Sorocaba, localiza-se a APA Itupararanga, cuja criação foi pensada desde a implantação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) em 1995, o qual priorizava a transformação da represa Itupararanga em uma UC de Uso Sustentável. Assim, a APA foi criada pela Lei Estadual N° 10.100/98 e teve seu perímetro ampliado pela Lei Estadual N° 11.579/03. Com a ampliação do perímetro, a APA

²⁹ Complexo de florestas tropicais atlânticas de caráter azonal analisadas por Aziz Ab’Sáber (2003).

³⁰ O Planalto Atlântico é um “[...] escudo cristalino, com rochas antigas e resistentes, apresentando uma estrutura de difícil desgaste por ação de agentes do intemperismo (exógenos)”. (MELO; FRANCO, 2008, p. 33).

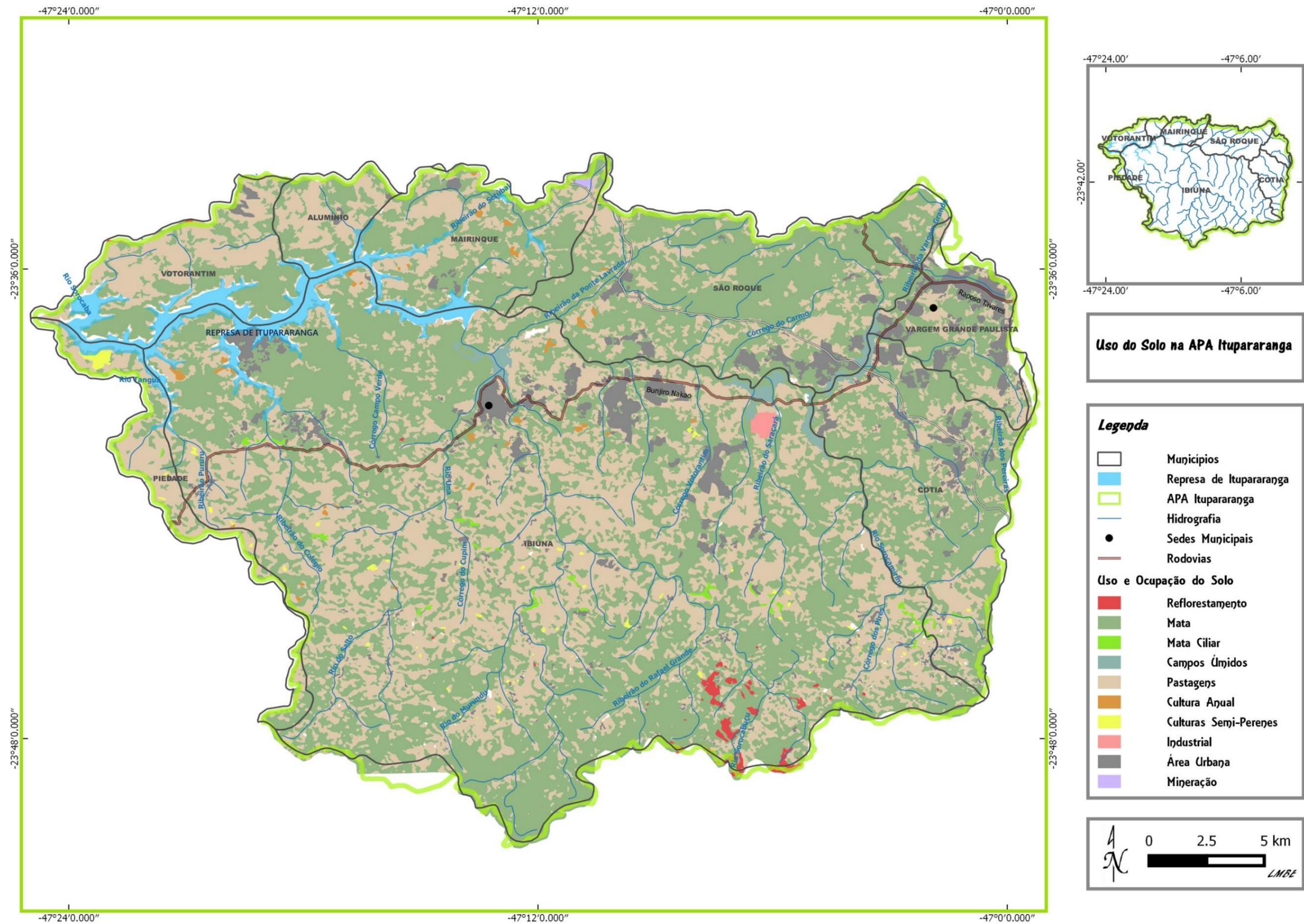
³¹ “[...] Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (inciso I, artigo 2º, Lei N° 9.985/2000).

³² Este território é “[...] uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais[...]” (artigo 15 da Lei N° 9.985/2000).

passou a ser composta por parte de todos os municípios da sub-bacia Alto Sorocaba. (SÃO PAULO, 2011a; SÃO PAULO, 2011c; TONELLO; FARIA, 2009). Encontram-se nesta sub-bacia, também, as *Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs)*³³, que, assim como as APAs, incorporam-se dentre as UCs de Uso Sustentável.

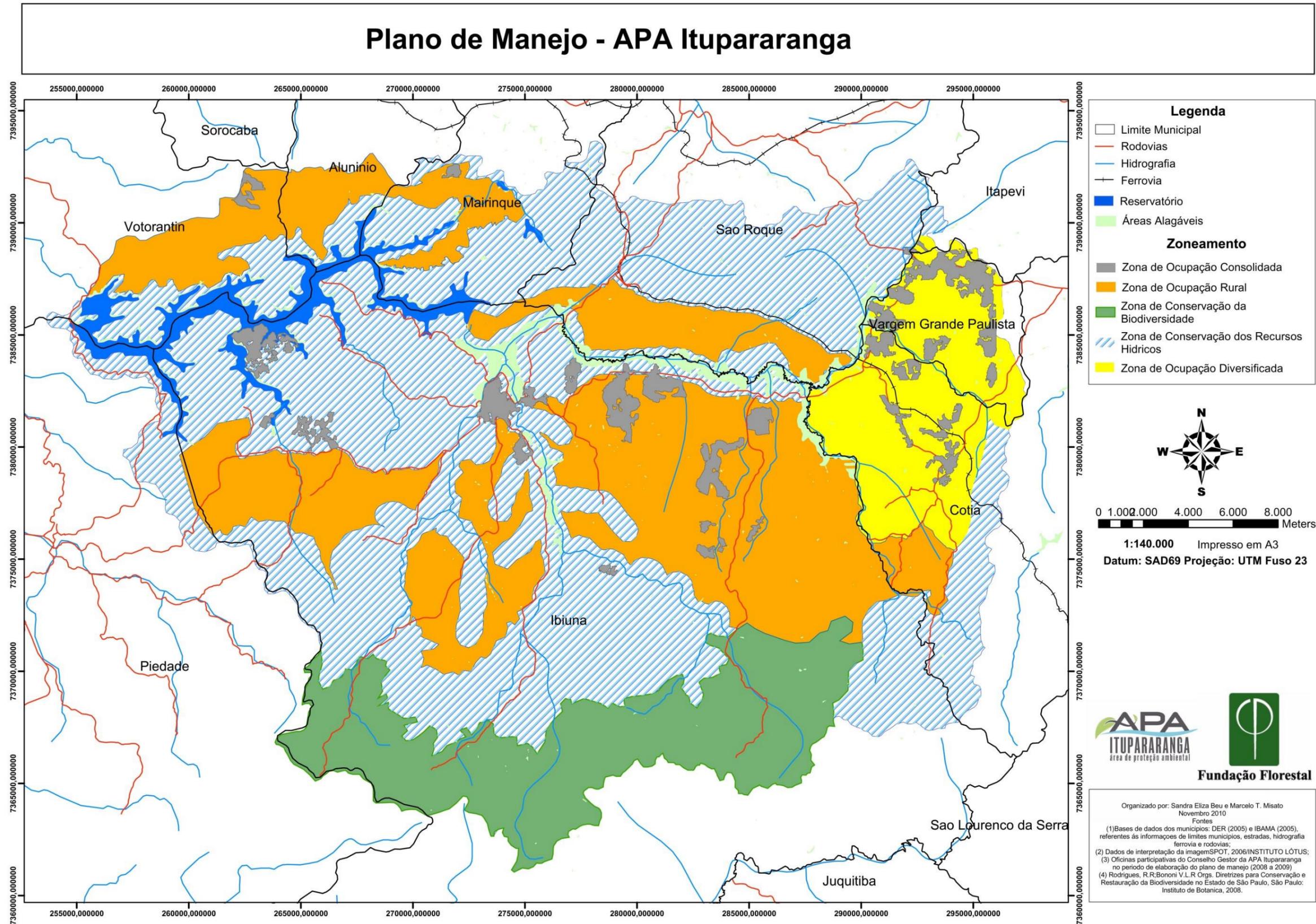
Com relação ao uso e ocupação de solo (*vide* Mapa 3.3), pode-se verificar pelo mapa que a região já sofreu transformação das paisagens naturais e continua sofrendo interferências nas paisagens remanescentes, uma vez que concentra várias atividades relacionadas ao meio antrópico e uma vegetação secundária (RAIMUNDO, 2006). Os principais usos do solo na APA Itupararanga são: atividades rurais – hortifrutigranjeiros e agrosilvopastoris-; cobertura vegetal - mata secundária –; corpos hídricos – represa de Itupararanga (uso náutico) e rio Sorocaba e; atividades urbanas. (INSTITUTO, 2009; SÃO PAULO, 2011b; BEU et. al.; 2011).

³³ São, de acordo com o artigo 21 da Lei 9.985/00, “área[s] privadas, gravada[s] com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica”, sendo apenas permitida, em seu interior, “(I) a pesquisa científica e a (II) visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais” (p. 673,674).



Mapa 3.3 - Uso do solo na APA Itaparanga.
 Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da Fundação Florestal.

Nota-se que “o uso da terra pode ser entendido como a forma pela qual o espaço é ocupado pelo homem, sempre abordado a partir de uma conotação econômica e social”. (MELO; FRANCO, 2008, p. 37). Os mapas temáticos fornecem representação de temas principais; de fenômenos que sucedem na superfície terrestre. (FITZ, 2008). Nogueira (2009) diz que os mapas temáticos de uso e ocupação do solo vinculam elementos físicos aos sociais e o autor, diferencia os termos *uso* do solo e *cobertura* do solo. O uso é mais abstrato e atrela os seres humanos, por meio de suas atividades sobre a superfície terrestre, ao meio ambiente. Por sua vez, a cobertura é mais concreta e diretamente observada, ela é “[...] a cobertura vegetal natural e antropogênica [...] designa a evidência visível do seu uso [...]”. (NOGUEIRA, 2009, p. 188). Estes mapas são importantes, por exemplo, para a elaboração de políticas de disciplinamento de usos do solo, para se examinar possíveis usos dos recursos hídricos regionais e para o estabelecimento de áreas de proteção ambiental, como a APA Itupararanga. Segue abaixo o Mapa 3.4 com o zoneamento da APA de acordo com seu Plano de Manejo.



Mapa 3.4 - Zoneamento da APA Itupararanga segundo seu Plano de Manejo.
 Fonte: Banco de Dados da Fundação Florestal.

Com relação aos recursos hídricos, a sub-bacia apresentava em 2009 um estado crítico quando se tratava de: (1) balanço hídrico (razão entre a bacia/demanda) e; (2) tratamento de água, uma vez que há despejo in natura de esgoto nos afluentes do rio Sorocaba. Salienta-se, no entanto, que não havia informações disponíveis acerca da vulnerabilidade e contaminação das águas subterrâneas. Já em contrapartida à situação hídrica, os resíduos sólidos não evidenciavam situações preocupantes e as condições de tratamento dos resíduos sólidos domiciliares estavam, numa conjuntura total, adequadas ou controladas (INSTITUTO, 2009).

4 GOVERNANÇA AMBIENTAL NA APA ITUPARARANGA

Este capítulo busca analisar a Governança Ambiental na APA Itupararanga sob a ótica da participação, do controle e da Aprendizagem Social, por meio dos resultados obtidos durante o desenvolvimento da pesquisa e de sua leitura à luz dos alicerces teóricos.

Inicia com a apreensão de algumas pessoas que participaram do processo de criação da APA e discorre sobre o funcionamento do Conselho Gestor da APA nos biênios de 2009 a 2013, em busca de compreender a forma como a participação social pela proteção da represa de Itupararanga repercutiu nas transformações da Governança do território que atualmente constitui a APA de Itupararanga.

4.1 *Apreensões de alguns atores sociais sobre o processo de concepção da APA Itupararanga*

Iara Bernardi (2011), atualmente deputada federal pelo Estado de São Paulo, salienta, em sua dissertação de mestrado, a mobilização da sociedade civil em prol da criação da APA Itupararanga a partir da constituição do *Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê* (CBH-SMT), cujo intuito era proteger os recursos hídricos e os remanescentes florestais do território da represa de Itupararanga. De modo mais incisivo, Augusto Jackie (2010), que já foi representante do *Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais* (IPESA) no Conselho Gestor da APA Itupararanga, afirma que este Comitê foi determinante para a criação dessa Unidade de Conservação.

A SOS Itupararanga, que é uma instituição da sociedade civil partícipe do CG da APA Itupararanga e atuante na região, noticia em seu *site*³⁴ que a criação da APA foi determinada pelos quatro primeiros anos de atuação do *Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê* (CBH-SMT). Consta nesse *site* que,

A atuação do CBH-SMT foi determinante para a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) para Itupararanga. Foram quase quatro anos de luta. A criação da APA de Itupararanga começou a ganhar força numa reunião realizada em Cerquilha em 1995, quando se discutia a instalação do CBH-SMT. Na ocasião, representantes da UNISO e de entidades ambientalistas, faziam a primeira reunião do segmento da sociedade civil. Decidiu-se que a criação de uma Unidade de Conservação para a

³⁴ Endereço eletrônico: <<http://www.sositupararanga.com.br/dados-cientificos/>>.

represa de Itupararanga, era inevitável para o futuro de toda a bacia do rio Sorocaba, e, portanto seria uma das principais bandeiras de atuação do CBH. Hoje o CBH-SMT, graças ao envolvimento dos prefeitos dos 34 municípios que o compõe e da participação ativa do segmento do estado, a APA de Itupararanga é uma realidade. Mais do que isso, é a primeira grande vitória do Comitê.

Daquele ano até a criação da APA, foram muitas discussões, abaixo-assinados, cartas, ofícios enviados ao Governador do estado, à SMA, à presidência da Assembleia Legislativa além de várias reuniões plenárias do CBH-SMT, em diversos municípios. Durante a Semana do Meio Ambiente, em 1995, num shopping de Sorocaba, foram coletadas cerca de quatro mil assinaturas pedindo a criação da área. A coleta também foi feita na UNISO e no centro de Sorocaba.

O abaixo-assinado foi entregue ao então secretário de Meio Ambiente em 1996, durante sessão na Assembleia legislativa do Estado. O documento também foi entregue, no ano de 1998, à secretária estadual do Meio Ambiente, em reunião realizada em Sorocaba.

O abaixo-assinado deu sustentação para criação da APA de Itupararanga. Esse projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas vetado pelo Governador do Estado. O Comitê continuou se mobilizando e pressionando o próprio governo a preparar um decreto lei que ficou parado na assessoria jurídica. No final de 1998, com a derrubada do veto do governador, foi criada a APA de Itupararanga. A Lei foi publicada no dia 01 de dezembro de 1998, sob o número 10.100.

No Quadro 4.1 são listadas as reuniões do CBH-SMT, no período de 1995 a 2003, nas quais há menções sobre a criação de uma Unidade de Conservação no território da sub-bacia do Alto Sorocaba, onde se encontra a represa de Itupararanga. Isto pode ser verificado a partir das atas das reuniões do referido Comitê.

REUNIÕES CBH-SMT DE 1995 a 2003	DATA	SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CBH-SMT	PRESIDENTE DO CBH-SMT	VICE-PRESIDENTE DO CBH-SMT
<i>2ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	03/10/1995	Sétimo Humberto Marangon	Lázaro José Piunti (Prefeito de Itu)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>3ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	28/11/1996	Sétimo Humberto Marangon	Lázaro José Piunti (Prefeito de Itu).	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>7ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	20/09/1997	Sétimo Humberto Marangon	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>5ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	11/12/1997	Sétimo Humberto Marangon	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>7ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	11/09/1998	Sétimo Humberto Marangon	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>8ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	11/12/1998	Jussara de Lima Carvalho (Secretária Executiva <i>ad hoc</i>)	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>9ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	14/05/1999	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>11ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	27/08/1999	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>12ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	12/11/1999	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>10ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	05/07/2000	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>15ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	25/08/2000	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Nobel Penteado de Freitas (UNISO)
<i>16ª Reunião Extraordinária</i>	26/01/2001	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary	Nobel Penteado de

REUNIÕES CBH-SMT DE 1995 a 2003	DATA	SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CBH-SMT	PRESIDENTE DO CBH-SMT	VICE-PRESIDENTE DO CBH-SMT
<i>do CBH-SMT</i>			(Prefeito de Sorocaba)	Freitas (UNISO)
<i>17ª Reunião Extraordinária do CBH-SMT</i>	29/03/2001	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Malu Ribeiro
<i>17ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	28/08/2003	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Malu Ribeiro
<i>18ª Reunião Ordinária do CBH-SMT</i>	30/01/2003	Jussara Lima Carvalho	Renato Amary (Prefeito de Sorocaba)	Malu Ribeiro

Quadro 4.1 - Reuniões do CBH-SMT de 1995 à 2003 em cuja ata há menções sobre a APA Itupararanga.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para compreender as apreensões de alguns atores sociais sobre o processo de concepção da APA Itupararanga, entrevistaram-se alguns partícipes desse processo. Os resultados foram interessantes na medida em que para todos os indivíduos entrevistados houve um processo participativo, mas que, pela ótica desses atores, distinguiu-se quanto ao seu desenvolvimento harmonioso ou conflituoso.

De acordo com o entrevistado 1, que mora no território da bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio-Tietê, a proteção do manancial Itupararanga interessa aos habitantes dessa região pelo fato de ser responsável pelo abastecimento com água potável da população de oito municípios ali alocados. Isso o fez se **interessar** por conhecer a represa Itupararanga e seu entorno.

Por sua vez, o entrevistado 2 disse que, quando se mudou para a região, em 1996, o CBH-SMT já existia há um ano e sua criação havia sido orientada e motivada por interesses de instituições públicas e da sociedade civil na proteção das águas da Itupararanga, principalmente por parte da *Universidade de Sorocaba* (UNISO), do *Departamento de Águas e Energia Elétrica* (DAEE) e da *Companhia Ambiental do Estado de São Paulo* (CETESB). De acordo com ele, o interesse pela proteção da represa e a preocupação dessas instituições sucedia do fato de Itupararanga ser o principal manancial para o abastecimento público e por haver usos do solo que poderiam comprometer a qualidade e a quantidade de água.

O entrevistado 2 disse que os sentimentos que a APA suscita nele estão relacionados ao fato de o manancial Itupararanga ainda apresentar boa qualidade de água, apesar dela estar sendo degradada aos poucos, e desse manancial ser um tesouro que necessita de movimentos em prol da interrupção da contaminação das águas de Itupararanga. De acordo com ele, o lado esquerdo da represa (sentido noroeste-sudeste), cuja área está toda protegida, é de responsabilidade da empresa Votorantim e a responsabilidade pelo lado direito dela, onde há usos múltiplos do solo que podem interferir contrariamente à proteção, é dos municípios. Nesse sentido, sob a ótica desse entrevistado, tanto o Conselho Gestor da APA Itupararanga

como o CBH-SMT trabalham intensamente pela proteção das margens direitas do manancial, sobretudo no período vivenciado de crise hídrica. Ele disse: “[...] realmente é um tesouro que a gente tem aqui. E, que além de tudo, abastece a cidade por gravidade. [Eu] acho inclusive que se deveria[m] discutir meios de compensação e [...] que Sorocaba deveria contribuir para esses meios profundos, como Pagamento por Serviços Ambientais”.

Cabe observar que, para os entrevistados 1 e 2, a importância da proteção da APA Itupararanga está vinculada à utilidade das águas e, portanto, dos recursos hídricos provenientes do manancial de mesmo nome.

Diferentemente, para o entrevistado 3, a região o rememora os sentimentos do sítio que ele tanto gosta, uma vez que hoje precisa residir em um apartamento, por questões de segurança. Para ele, é muito importante encontrar pessoas sensíveis às causas da vegetação e da água, como os agricultores, e mantê-los conscientizados. Em áreas totalmente urbanizadas, as pessoas por gostarem da urbanização, muitas vezes “[...] não tem a sensibilidade do verde [...]”. Inclusive, ele disse que aprecia as reuniões que são realizadas no campus da Ufscar pelo fato de estar mais distante do urbano.

O entrevistado 1 destaca a **importância da participação social na criação da APA Itupararanga**, uma vez que a sociedade em conjunto com o governo municipal empenhou-se para a criação e ampliação de seu território. Ele disse: “[...] Então, é claro que isso dá um sentimento de missão cumprida porque na medida [em] que nós envolvemos a sociedade, os seus representantes e também os movimentos ambientalistas que posteriormente acabaram compondo, inclusive, o Conselho Gestor da represa de Itupararanga [...]”, o qual

[...] foi composto de vereadores, de ambientalistas, de secretários ou de pessoas ligadas às Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, com o objetivo de proteger e participar da gestão dessa APA, bem como de representantes da *Companhia Brasileira de Alumínio* (CBA) porque a represa serve para gerar energia. E, como alguém que usufrui da energia produzida pela represa, foi muito importante também a participação de pessoas representando a CBA, pela responsabilidade também daquela empresa na conservação daquele manancial [...].

Sobre a **importância do CBH-SMT para a proteção da APA Itupararanga**, o entrevistado 1 disse que sempre julga “[...] muito importante a participação tanto da sociedade civil, [d]as organizações não-governamentais, [das] entidades que militam na área da proteção ambiental, como do poder público, representado pelas Câmaras Municipais, pelos prefeitos e prefeitas[...]” e enfatizou que há, atualmente, participação intensa no CBH-SMT por parte desses representantes. Acrescentou que questões ambientais dizem respeito ao futuro da humanidade, enfatizando que é basilar que se garanta a qualidade de vida. E disse:

[...] Essa discussão da qualidade de vida, de proteção dos nossos mananciais [se dá] porque nós, inclusive, estamos enfrentando agora a maior crise de abastecimento de

água da nossa história, não só da história do Estado de São Paulo como da história do país. É sempre muito importante nós observarmos que a Região Metropolitana de Sorocaba, composta por mais de 1 milhão e 700 mil habitantes em 26 municípios, tem esse interesse em participação nas câmaras técnicas, nos Comitês [e] onde se debate o futuro ambiental da região e a preservação dos nossos mananciais [...].

É importante notar que isso foi exemplificado com o fato de Sorocaba tornar-se a 5ª Região Metropolitana do Estado de São Paulo e a 15ª do país, o que reforça, novamente, que a importância da proteção da APA para o entrevistado 1 está mais vinculada à utilidade dela para a população do que pela proteção do bem em si.

O entrevistado 1 disse que há **alternância de participantes** porque quando se muda um governo é natural que as pessoas que saem de seus cargos não continuem participando da gestão naquele período. Enquanto uns se afastam, novos passam a integrar. Para ele, não há e não houve perdas nesses processos.

Quanto ao **envolvimento das instâncias do CBH-SMT e do CG da APA Itupararanga**, o entrevistado 2 disse que a APA é “[...] como se fosse um filhote do Comitê. A APA [...] [fez] parte da criação do Comitê [...]” e foi motivo de muita luta dessa instituição. De acordo com ele,

[...] As entidades entenderam que era importante a criação do Comitê para proteger essa área e, uma vez formado o Comitê, entenderam que precisava de uma proteção específica e batalharam para ter a proteção da APA. Então, tem uma relação muito forte mesmo. Tanto que, mesmo com esse conflito de políticas dentro da Secretaria do Meio Ambiente, o Comitê nunca abriu mão, sempre foi [e] participou. Tem o Conselho Gestor da APA e tem um grupo de trabalho dentro do Comitê que visa[m] também a área de Itupararanga. [Ela] é prioridade do Comitê [e] consta no Plano de Bacias como prioritária. [...] [O Comitê] nunca abriu mão [dela].

O entrevistado 2 continuou, dizendo que essa relação é fundamental para a proteção da APA Itupararanga, uma vez que se o CBH-SMT não existisse, talvez essa Unidade de Conservação nunca tivesse sido constituída. Ele recordou-se de outro conflito existente na época, que era relacionado à *Área de Proteção de Mananciais (APM)*, a qual engessava atividades na área, de modo que “[...] não podia plantar, não podia construir, não podia nada [...]”. Por esse motivo, alguns municípios não queriam fazer parte da APA e tão pouco falar sobre ela, como foram os casos dos municípios Vargem Grande Paulista, cuja área urbana estaria inserida na APA, e Cotia. Esses municípios foram incorporados a partir das pressões do CBH-SMT.

Quando questionado se **os órgãos governamentais e a sociedade civil deram importância à criação da APA Itupararanga**, o entrevistado 1 afirmou que felizmente sim e que, atualmente,

[...] organizações ambientais procuram as câmaras municipais [e] procuram os prefeitos com sugestões e, até mesmo, para reclamar da fragilidade dos Conselhos gestores, de seu funcionamento às vezes precário [...] [Dizem] que faltam condições

estruturais para que eles funcionem adequadamente. Isso é muito importante, mostra um grau de interesse muito grande de ambientalistas [e] da sociedade civil organizada que fazem, vez ou outra, campanhas [...]. Nesta região, inclusive, houve uma luta muito grande; um engajamento muito grande de todos os entes - tanto dos órgãos públicos quanto da sociedade civil organizada - na defesa da despoluição do rio Sorocaba. Foi muito importante! O Rio Sorocaba, que é um dos mananciais mais importantes, inclusive como afluente do rio Tietê na região sorocabana, havia se tornado um verdadeiro esgoto a céu aberto. Hoje em dia a vida voltou, há peixes, o verde das margens foi restaurado, com o empenho muito grande tanto de Votorantim, que está lá na cabeceira do Rio Sorocaba [...] quanto de Sorocaba e depois das cidades a jusante do rio Sorocaba. Muito importante! O rio hoje é um rio com vida que foi recuperado.

De modo que, o entrevistado 1 considera que o **processo** de criação da APA foi **participativo**, exemplificando isto por meio das audiências que ocorreram na Assembleia Legislativa com a participação dos municípios e das audiências nas câmaras municipais. Além disso, para ele o processo de criação foi participativo pelo

[...] engajamento, tanto do poder público, [d]a sociedade civil organizada e [da] universidade, porque é uma região onde nós temos também muitas faculdades [e] universidades [...]. O mundo acadêmico também soube dar a devida importância para esse manancial e, hoje, tem uma participação [...] com sugestões, com estudos, com o espírito da importância [...] de termos uma área de proteção ambiental para Itupararanga.

O entrevistado 1 destacou, ainda, a participação da *Secretaria de Meio Ambiente* (SEMA) de Votorantim. Na ótica dele, além de muito empenhada, essa instituição “[...] tinha uma relação muito intensa com a sociedade civil organizada [...]”, pois sempre a chamava a participar dos eventos organizados pela prefeitura. Ele observava que os ambientalistas orbitavam em torno dessa secretaria pelo fato dela valorizar muito a participação popular e de engajar a participação no Conselho Gestor da APA Itupararanga. Elogiou também a participação de uma vereadora de Mairinque, pois, para ele, é uma das pessoas mais ativas na participação do Conselho Gestor e muito estudiosa das questões concernentes à APA Itupararanga.

De acordo como entrevistado 1, é possível notar a partir de todo esse processo que a reclamação recorrente pela sociedade civil é a de

[...] falta de estrutura para [o] trabalho das pessoas porque, como disse, é uma participação intensa da sociedade civil organizada que, às vezes, tem que percorrer os municípios; percorrer a extensão toda das bacias. E, [eles] estão colocando dinheiro do próprio bolso [...], colocando seu próprio carro para trabalhar. Nem sempre o poder público garante a estrutura necessária para os participantes do Conselho Gestor. Há reclamação nesse sentido, de falta de apoio estrutural.

Para o entrevistado 2, o processo de criação da APA, apesar de participativo, apresentou muitos conflitos. Ele destacou os “[...] conflito[s] com a própria Secretaria do Meio Ambiente [do Estado de São Paulo] que ora tinha interesse em criar a APA, ora não tinha mais essa clareza. Na ótica dele, essa Secretaria parecia não ter o objetivo de criar a APA

de fato, uma vez que essa instituição realizou reuniões em todas as cidades e com a participação de todos os segmentos, mas o material de dois anos de trabalho, que supostamente estava armazenado em um único computador, desapareceu. Então, foi necessário recomeçar todo o processo. A Secretaria organizava reuniões e não convidava os interessados do CBH-SMT. O entrevistado 2 falou que “[...] sempre [que] tinha reunião [...] a gente se convidava na marra [...]” e, quando sua presença era percebida, o colocavam na mesa de improviso. Ele e outros interessados percebiam que, de fato, não era para eles participarem das reuniões.

O entrevistado 2 disse que no momento em que a gestão, na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, foi transferida da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA – atual CPLA) para a Fundação Florestal já havia esse histórico de conflitos. Além do mais, foi a CPLEA quem havia perdido os documentos e foi a Fundação Florestal quem precisou reiniciar o processo. De acordo com ele, o histórico de conflitos era o mesmo, “[...] o Comitê era problema. A gente era problema. [...] [Mas] a gente [só] queria que as políticas tivessem uma intercessão e caminhassem juntas”. A partir desse momento, esse entrevistado acredita que se conseguiu avançar mais com a Fundação Florestal do que com a CPLEA.

Segundo ele, quando se iniciou a pensar no Plano de Manejo da APA Itupararanga, também houve muitos conflitos. Por um lado, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo queria utilizar uma metodologia e, por outro lado, os representantes da APA queriam utilizar uma metodologia participativa e pautada em mapeamento que já havia sido utilizada pelo CBH-SMT durante a elaboração do Plano de Bacia. Havia uma parcela mais organizada da sociedade civil que conhecia bem todo o território da APA Itupararanga e que queria trabalhar em cima de um mapa, mas a produção dos mapas pela Secretaria não era adequada à metodologia de mapeamento participativo e o processo parecia ser travancado. “[...] Enfim, muito conflito! [...]”. Contudo, o Plano de Manejo ficou pronto e a sociedade civil participou ativamente desse processo. “[...] Ativamente mesmo! [...]”, pois em todas as oficinas eles se debruçavam no chão em cima de mapas e os pintavam.

O entrevistado 2 enfatizou inúmeras vezes que sempre houve conflitos e que esses permanecem atualmente. Além do conflito relacionado à Secretaria, ele disse que os próprios municípios que participavam do CBH-SMT pareciam não compreender que “[...] a economia é muito forte. Então, se você não tem uma política muito forte também para poder dialogar, você não consegue. O poder econômico vai mais longe! [...]”. Ele disse que municípios pertencentes à APA Itupararanga, citando Mairinque como exemplo, apresentava em seus

Planos Diretores uma área urbana que se estendia até os limites do reservatório Itupararanga. Além desse, outros conflitos pelo uso do solo são recorrentes na região, embora haja fiscalização por parte da Polícia Militar Ambiental.

Até mesmo com relação à origem da contaminação do manancial há conflito. O entrevistado 2 destacou a importância da Sabesp por essa instituição ser responsável pelo tratamento de esgoto das cidades a montante de Itupararanga. Segundo ele, há duas vertentes na SABESP, uma que está sempre em contato com o CBH-SMT para prestação de contas, devido à requisição por parte da sociedade civil (daí a importância do **controle social**) e outra que está mais voltada à pesquisa. A segunda vertente busca, a todo o momento, esclarecer quem são os responsáveis pela eutrofização do manancial Itupararanga, em contrapartida aos outros representantes do CBH-SMT, que dizem que esse fenômeno está relacionado à falta de tratamento de esgoto dos municípios localizados à montante da represa, o que causa floração de algas e contaminação do reservatório. Esse argumento é rebatido pela SABESP, que afirma que as adições do nutriente fósforo ao corpo d'água provem da agricultura. Entretanto, o setor agrícola é ausente dessa discussão, que nunca foi conclusiva.

Entretanto, segundo o entrevistado 2, busca-se sempre caminhar e, nesse sentido, a criação do CG da APA Itupararanga foi uma “[...] super vitória [...]”. Para ele, houve uma movimentação muito forte que contou com a participação “[...] da sociedade civil sempre!”. Ele disse que cada segmento articulou-se e realizou pressões. Com relação à sociedade civil organizada, o entrevistado 2 realçou a importância do papel e da articulação da *Universidade de Sorocaba* (UNISO), uma vez que seu *Núcleo de Estudos Ambientais* (NEAS) realizava (e ainda realiza) pesquisas na represa com recursos, inclusive, do FEHIDRO. O trabalho de caracterização da área de drenagem da APA de Itupararanga foi realizado por essa instituição e era o único estudo existente sobre o manancial na época.

Como **inflexão** do processo de criação da APA Itupararanga com relação à participação social, o entrevistado 1 considerou a relutância de participação da CBA no Conselho Gestor da APA. Ele disse:

[...] talvez na cobrança mais rigorosa sob parte de todos os participantes no envolvimento da CBA porque me pareceu, a princípio, naquela época, que a CBA não era muito afeita à participação nesses Comitês e até de reconhecer a sua responsabilidade, já que ela encontra-se em Alumínio, uma das cidades que participa, inclusive, com um afluente para a formação da represa e usufrui da energia gerada para a empresa. Na época me pareceu que ela estava mais relutante em participar.

O entrevistado 2, durante a sua entrevista, falou sobre a empresa Votorantim, mas com uma ótica diferente da do entrevistado 1. Na época, segundo ele, o período

concedido pela *Agência Nacional de Energia Elétrica* (ANEEL) à empresa Votorantim para a exploração energética do reservatório Itupararanga havia findado, uma vez que a concessão remontava ao período brasileiro de ditadura militar. Então, o CBH-SMT iniciou debates sobre a questão. Sobre os representantes do CBH-SMT, o entrevistado considerou que, mesmo sem serem convidados, costumavam inserir-se nas discussões. Ele recordou sobre uma reunião ocorrida em São Paulo com a ANEEL na qual participaram representantes políticos, da sociedade civil, da empresa Votorantim e grande parte dos conselheiros do CBH-SMT. Sob a ótica dele, aquela reunião foi importantíssima porque o Comitê conseguiu, a partir dela, dialogar com a empresa Votorantim, tendo em vista que aquele processo não era participativo e não contemplava o Comitê. Dela resultou um termo de compromisso e de cooperação, o qual foi assinado publicamente pelo prefeito de Sorocaba e presidente do CBH-SMT - Renato Amary. Nesse documento estabeleceram-se as funções e os compromissos do CBH-SMT e da Votorantim sobre o manancial Itupararanga. De acordo com o entrevistado, a empresa

[...] Votorantim se responsabilizou em fazer um estudo de batimetria no reservatório (que não existia), em fazer um programa de educação ambiental, em nos ajudar a montar um programa de monitoramento do nível da água do rio Sorocaba inteiro e ter esses dados todos aqui em Sorocaba. Eram vários projetos! E, em função desses vários projetos, a gente montou também os grupos de trabalho. [...] um dos grupos era justamente esse de hidrologia. Então era para fazer a batimetria, era para fazer o estudo do rio e das vazões. E, todas as informações a Votorantim passava para o Comitê mensalmente. Para eles; para a Votorantim, não tinha esse conflito da água, porque eles protegem a água deles. Aí, nós descobrimos um monte de coisas. Descobrimos qual era o nível que tinha que ter de reservatório, onde eles eram responsáveis, onde entrava a polícia ambiental e onde que eles faziam uma fiscalização [...]. Esse lado esquerdo todo, que é deles, [é] todo protegido e, inclusive, utilizado pela universidade como estudo. Saiu daí, também, [...] [um] acordo [para] que eles cedessem a área para que a Uniso pudesse fazer pesquisa e pegar árvores que fossem nativas como matrizes de sementes. Foi um acordo [...] bem bacana mesmo que a gente construiu com a Votorantim. [...] A Votorantim ficou felicíssima, porque ela falava que toda hora tinha alguém pedindo dinheiro para fazer algum projeto e o projeto acabava se perdendo e, desse jeito, foi tudo concentrado, coordenado. A gente tinha reunião semanal, foi um período bem legal e a Votorantim ajudou bastante nesse sentido.

Assim, para o entrevistado 2, nesse momento não houve conflito com a Votorantim. O conflito foi anterior a esses acordos, e estava relacionado ao momento em que o CBH-SMT almejava que fossem pagas compensações ambientais pelo uso das águas do reservatório de Itupararanga. E, igualmente, as discussões envolviam o CBH-SMT, a ANEEL, a *Agência Nacional de Águas* (ANA) e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A ANEEL e a ANA apartavam-se das discussões afirmando que o problema era local. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo não compreendia o motivo pelo qual a empresa Votorantim deveria pagar a compensação ambiental pelo fato de eles já terem utilizado o reservatório há trinta anos. Decorrente desse impasse realizaram-se os acordos

supracitados entre a Votorantim e o CBH-SMT, pois era um modo de ser cobrada a compensação ambiental. O entrevistado 2 destacou que, apesar de acontecerem muitas discussões, a Votorantim queria minimizar os conflitos e o CBH-SMT conseguiu uma compensação, que não era garantida por lei, em forma de parcerias, como os trabalhos realizados com o Centro de Educação Ambiental criado pela Votorantim Energia.

Entretanto, o entrevistado 2 destaca que algumas coisas que não deram certo não foram devido à Votorantim. Como exemplo ele citou os estudos hidrológicos de macrodrenagem que o CBH-SMT queria que fossem realizados, mas que não aconteceram pelo fato de o município de Sorocaba não atuar incisivamente. Esse município acomodou-se diante daquela situação, sendo que, para o entrevistado, ele deveria ser mais ativo no processo por ser o principal usuário do manancial Itupararanga. O entrevistado acredita que o receio dos representantes do município de Sorocaba era que, caso fossem mais ativos, teriam que arcar com despesas extras. Na época, inclusive, os representantes conversaram com o presidente e com o secretário executivo do CBH-SMT mas ambos pensaram que seria muito caro. A Votorantim ficaria responsável por duas estações meteorológicas (a montante e a jusante do manancial) e Sorocaba ficaria responsável por implantar estações mais a jusante. Todos os dados seriam divulgados no *site* de Sorocaba. O CBH-SMT fez toda essa articulação, a empresa Votorantim concordou, mas Sorocaba, apesar de não discordar, não priorizou a questão e não deu encaminhamento a ela.

Ainda, de acordo com o entrevistado 2, a representação de Sorocaba no início do Conselho era do *Serviço Autônomo de Água e Esgoto* (SAAE), instituição que sob a ótica do entrevistado não apresentava (e ainda não apresenta) visão holística, circunscrevendo-se à compreensão do saneamento básico relacionado à água e ao esgoto, e nunca teve interesse de participar ativamente do processo, fato que foi um empecilho, uma vez que o CBH-SMT sempre considerou importante a participação do município no CG da APA Itupararanga.

Com relação à **representatividade** no processo de criação da APA, foi questionado se todas as pessoas envolvidas representavam a sociedade ou se faltava algum segmento participar mais ativamente. Para o entrevistado 2, as questões de representação e de descentralização ainda precisam ser aperfeiçoadas, pois é preciso recuperar essa credibilidade da sociedade. Ele diz:

É difícil, porque a população não quer saber. [E] eu até entendo. A vida já é tão difícil. As pessoas já elegem os representantes para fazer esses trabalhos e ainda tem que cuidar dos representantes, cuidar de ganhar o dinheiro do dia-a-dia, cuidar de colocar comida na mesa e, ainda, cuidar do representante que pode se corromper. É difícil! E, hoje em dia, está totalmente desacreditado.

Segundo o entrevistado 1, ao ser questionado sobre o **caráter consuntivo** (e não deliberativo) do Conselho Gestor, ele afirmou que a sociedade civil sente falta de que seja mais impositivo, “[...] porque nem sempre aquilo que se transforma em sugestão ao poder público; à Secretaria Estadual do Meio Ambiente; acaba sendo levado a efeito”. Contudo, ele observa que, apesar disso, a APA Itupararanga, por meio das instâncias participativas, consegue proteger a represa. Ele disse que isso é

[...] muito movido pela paixão à causa. Aliás, [essa paixão] é o que caracteriza, geralmente, as organizações ambientais, mesmo as não governamentais; [todas] as que se formam a partir da vocação das pessoas e do comprometimento das pessoas com a causa ambiental. É uma coisa muito mais espontânea e, julgo eu, até dá mais força.

Com relação à existência de **pessoas ou de entidades específicas que parecem ter motivação maior**, o entrevistado 1 afirma que há e que está ligado ao grau de comprometimento. Ele cita novamente a vereadora de Mairinque e um representante de Votorantim, dizendo que são apaixonadíssimos pela causa. Sobre o representante de Votorantim, ele proferiu:

[...] É uma pessoa que tem uma dificuldade! Ele tem uma dificuldade física, inclusive, e, entretanto, ele está em todas as reuniões. Tudo que se tratar de Itupararanga [...] [ele] está lá, cobrando os órgãos públicos, os órgãos institucionais, dando sugestões. [É] uma pessoa que visita a represa. [Na] época de muita estiagem [em] que a represa abaixou, ele reclamava muito da falta de políticas públicas de proteção [ao manancial], da garantia tanto da quantidade quanto da qualidade [...]. Tem sim [...] pessoas que acabam se sobressaindo exatamente pelo grau de comprometimento.

Com relação ao **controle social**, o entrevistado 1 acredita que isso existe e que é importantíssimo. E, para ele, o que é mais interessante é que o controle é exercido não somente pelo poder público, mas há a participação da sociedade civil organizada. Além disso, ele enfatiza que é um interesse legítimo das pessoas pela questão ambiental e não apenas pela obrigação profissional, ou seja, “[...] são pessoas que se interessam pelo meio ambiente como uma causa abraçada, sem precisarem, necessariamente, receber para isso. Abraça porque gosta da causa!”.

O entrevistado 2 afirmou que o controle social é fundamental e que a sociedade é mobilizada, mas que é difícil dizer se o controle social ocorre de fato. Para ele, de toda Bacia dos rios *Sorocaba e Médio Tietê* (SMT), a do Alto Sorocaba é onde se encontra a sociedade civil mais organizada, destacando, dentre as entidades que ali atuam, a SOS Itupararanga cujas ações são muito relevantes à proteção do território. Ao dividirem-se as sub-bacias para a elaboração do Plano de Bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê, optou-se por adotar uma metodologia diferenciada para o Alto Sorocaba pelo fato de o território apresentar uma estrutura diferente dos demais, por ser um território com predominância de distritos rurais,

principalmente no município de Ibiúna, e onde, em geral, não há infraestrutura instalada para o tratamento de esgoto, o que acaba por interferir na qualidade das águas que fluem para o reservatório Itupararanga. Para ele, “[...] nada disso teria ocorrido se não tivesse, desde o início, uma participação forte da sociedade civil [...]”.

Abordando sobre a **suficiência do poder que a sociedade tem na região**, o entrevistado 1 disse acreditar que tem sido suficiente até o presente momento, mas ser óbvio que pode ser fortalecida a partir do engajamento de mais pessoas ou entidades, uma vez que “[...] sempre há espaço para mais participação e sempre há espaço para mais comprometimento. Quanto mais, melhor”.

Com relação às influências políticas do Conselho Gestor na região da APA Itupararanga, os entrevistados foram questionados sobre os **municípios** e se, no decorrer do processo, **houve mudanças na estrutura organizacional de gestão dos recursos naturais**.

O entrevistado 1 articulou que houve e exemplificou com o Programa Município Verde e Azul do governo estadual. Ele disse que é possível notar, atualmente, “[...] um interesse maior dos entes públicos em melhorar cada vez mais o seu comprometimento com a questão ambiental no sentido que o município seja reconhecido [...] [por cuidar] do seu meio ambiente com eficácia [e] com eficiência”.

Além disso, para o entrevistado 1, os municípios têm conversado mais entre si. A expectativa dele é de que, com o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, os municípios tenham um interesse maior pelos consórcios intermunicipais com vistas à proteção ambiental de modo a se ter uma perspectiva unitária dos municípios em torno de questões comuns e a se defender conjuntamente seus mananciais, bacias hidrográficas e áreas de drenagem. Ele enfatiza, portanto, que os municípios devem se unir para defender aquilo que é essencial ao futuro da população, principalmente, aquilo que concerne ao abastecimento público.

O entrevistado 2 não soube responder quando questionado sobre a estrutura organizacional atual da Gestão de Recursos Naturais nos municípios da APA. Disse que seria necessário um acompanhamento dos desdobramentos do Plano de Manejo, do Plano de Bacia e dos Planos Diretores, mas não soube informar se isso de fato ocorreu. Ele disse que, naquele período que, embora os prefeitos municipais participassem diretamente do CBH-SMT, eles não compreendiam a fundo do que se tratava, faltava a compreensão de que a gestão do uso do solo municipal afetaria a do manancial de responsabilidade regional e estadual.

Atualmente, de acordo com o entrevistado 3, o que se tem feito no CBH-SMT que viabilizará a proteção de fato da APA Itupararanga, foi a criação de um grupo de trabalho para

discutir o instrumento de pagamentos por serviços ambientais prestados, com o intuito de manter as pessoas no meio rural e incentivá-las a proteger a APA Itupararanga.

Ao ser questionado se, **com a criação da APA Itupararanga, o modo como os municípios começaram a visualizar o manancial se modificou**, o entrevistado 1 disse que pelo fato de a represa ser muito antiga (de 1912), o interesse por sua proteção também o é. Por vezes, inclusive, remonta as histórias dos municípios que a compõem, os quais já tinham interesse na defesa do manancial. Ele exemplificou isso com o caso de Piedade; município que ficou conhecido como “capital da cebola” e que já utilizava das águas da represa para a agricultura irrigada. Sob o ponto de vista dele, já existiam algumas políticas tênues em prol do manancial, as quais foram se aprimorando ao longo do tempo.

Nesse quesito, o entrevistado 2 recordou-se de um momento em que se fez com que os municípios dessem uma “abraço” na represa. Os prefeitos junto com a Polícia Militar Ambiental foram levados de barco para dentro do reservatório com intuito de fazê-los conhecer o manancial para que o Conselho Gestor fosse criado. No decorrer do trajeto, os representantes do CBH-SMT explicavam aos prefeitos os impactos ambientais negativos que podiam ser visualizados. A partir desse momento, todos se comprometeram com a criação do CG.

Todavia, o entrevistado 2 acredita que, efetivamente, os esforços não tem sido concretos. Produziram-se (e continuam sendo produzidos) legislações e estudos necessários, mas há um “[...] desrespeito sistemático à legislação [...]” por parte dos próprios municípios que não incorporam isso em sua gestão, mesmo com todo o trabalho do CBH-SMT, do CG da APA Itupararanga e do Estado e com o controle pela sociedade civil. Ainda não se conseguiu fazer uma vinculação direta e, como possibilidade, o entrevistado falou sobre a criação de um grupo, em conjunto com o CBH-SMT e o CG da APA, que vincule e articule as secretarias municipais e estaduais para que os Planos Diretores municipais sejam discutidos e incorporem todos esses documentos supracitados. Ele disse que o problema não é a existência de estudos e de planejamento, o que falta é a compreensão de como introduzir isso na gestão municipal, averiguando quais são os problemas para tal introdução, o porquê disso ainda não ter ocorrido e, assim, como isso pode ser realizado³⁵.

³⁵ Nesse sentido, cabe salientar que, durante o ano de 2011, o Grupo de Pesquisa GovAmb (IEE/USP) e o CG da APA Itupararanga realizaram um workshop cujo intuito, justamente, era de viabilizar discussões e análises integradas entre os planos diretores dos municípios que compõem a APA Itupararanga e o Plano de Manejo desta UC, de modo a apontar conflitos de uso e de ocupação do solo e sugerir propostas para a solução desses conflitos. Nesse evento tomou-se o cuidado de convidar todas as instituições e suas repartições que estivessem relacionadas ao tema e, a gestora da APA – Sandra Eliza Beu – encaminhou essas discussões às câmaras legislativas para que o assunto entrasse na pauta dos municípios. Isso será detalhado adiante.

Para o entrevistado 1, certamente existiu no processo de criação da APA um **processo de Aprendizagem Social**. Ele disse que “todo processo que envolve relações humanas é rico no sentido de que todos aprendem e ensinam. Então, isso é muito importante: o envolvimento [e] o engajamento das pessoas em questões de importância coletiva. [Tem] uma importância social [e] é sempre muito pedagógico; é sempre muito importante”.

Segundo o entrevistado 2, é claro que o processo para a criação da APA Itupararanga constituiu-se em um processo de Aprendizagem Social. Entretanto, ele fez uma ressalva:

[...] quando a gente fala de Comitê e quando a gente fala de Conselho Gestor de Água, [...] a gente está falando de um número muito pequeno de entidades que representam a sociedade civil. Então, para essas entidades, houve um processo de aprendizagem muito grande. A gente fala que há controle social por causa delas. Talvez, a gente esteja exagerando, porque essas entidades brigam muito, mas essa discussão [...] não chega à sociedade civil como um todo – a sociedade não se interessa. [...] Essas entidades que participaram aprenderam muito. Tanto [que], depois que a Sandra entrou, [que] a Fundação Florestal entrou, eles começaram a fazer esse trabalho com o pessoal da sociedade civil. [...] então, eles estão num processo de aprendizagem desde que começou o Comitê de Bacias e eles participam. Eles realmente aprenderam. Eles sabem, eles conhecem o território, eles conhecem as leis, eles conhecem o que eles fizeram. Houve uma participação muito grande, mas [apenas] daquelas entidades. A gente vê [...] [que] o nível [de alternância da] participação da sociedade civil [...]. São sempre as mesmas entidades e elas combinam. Em uma gestão uns são titulares outros são suplentes, na outra isso inverte. E, é isso, são sempre as mesmas [pessoas] [...]. Não tem outras entidades? Acho até que não tem muitas outras, quem vai aparecendo vai entrando, mas esse assunto não extrapola. No Comitê a gente tinha uma preocupação enorme com linguagem, fizemos boletins, fizemos cartilhas para ampliar esse conhecimento, [fizemos] um trabalho de educação ambiental nas escolas voltado para o Plano de Bacias [e] para conhecimento das bacias com os professores e com os alunos. É difícil! [...] Além de tudo, são muitos professores! Nós trabalhamos de 1997 a 2003/2004 com todas as escolas públicas de primeiro grau de Sorocaba. É uma enormidade! Depois, a gente levou os projetos para São Roque [...], mas, mesmo assim, o que [isso] representa? É muito [...] conservadorismo [...].

Apesar de a Aprendizagem Social restringir-se aos partícipes (e, ele faz outra ressalva ao dizer que algumas organizações da sociedade civil retiram-se dos Conselhos porque o processo é demorado), o entrevistado 2 afirma que, no caso de Itupararanga, esse processo foi importante porque resultou no **empoderamento** dessas entidades, as quais ao aprenderem, tornaram-se as lideranças atuais. E, finalizou: “[...] pelo menos tem uma voz que grita. Não sei se consegue, mas tem um grito [...]”.

4.2 O Conselho Gestor da APA Itupararanga

Neste subcapítulo analisou-se o funcionamento do Conselho Gestor da APA Itupararanga nos biênios de 2009-2011 e 2011-2013 sob a ótica da Governança, destacando-se os temas debatidos nas reuniões ordinárias e extraordinárias e nos Grupos de Trabalho do Conselho Gestor, a participação dos conselheiros, a gestão interna dessa instituição participativa e suas influências políticas.

4.2.1 Temas debatidos

Buscou-se, a partir da observação direta e participante e da análise de atas, averiguar os principais temas debatidos nas reuniões do Conselho Gestor da APA Itupararanga de 2009 a 2013. As principais discussões da APA Itupararanga foram classificadas nas categorias que estão relacionadas a seguir:

- *Gestão interna (GI)*, que está vinculada à organização do CG e de seus Grupos de Trabalho (GTs) e às suas atividades rotineiras, como: elaboração dos calendários de atividades internas, levantamento e debate sobre dados e informações relativos à APA, definição de prioridades, visitas de campo, dentre outras;
- *Atividades para integração dos conselheiros (AI)* por meio de apresentações de projetos e de programas em desenvolvimento na região e de metodologias que auxiliem a gestão, de modo a informar os conselheiros sobre os estudos e ações que foram e que continuam sendo realizados no território da APA, os quais muitas vezes eram financiados pelo *Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)* ou advinham de pesquisas universitárias.
- *Planejamento de atividades externas ao Conselho Gestor (PE)* para: divulgar estudos realizados na APA, comemorar seu aniversário de criação, debater com a sociedade e com o governo temas conflitantes – como foi o caso do zoneamento da APA e da incongruência entre seu zoneamento e os planos diretores municipais;
- *Plano de Manejo (PM)*;

- *Recursos Financeiros* (RF) necessários ao desenvolvimento das atividades;
- *Debates e análises de usos do solo no território* (DA), que estão relacionados, na maioria das vezes, às obras e aos empreendimentos planejados para serem instalados no território por setores como o de mineração de areia e argila, de moradia e lazer nas bordas da represa, dentre outros e;
- *Monitoramento e Fiscalização* (MF) do território por parte da polícia militar ambiental, das prefeituras municipais e de ONGs que atuam na região e recebem denúncias diariamente.

A Figura 4.1 representa um conjunto de gráficos que permitem a visualização dos principais temas debatidos em cada ano no Conselho Gestor da APA Itupararanga nos anos de 2009 a 2013³⁶.

³⁶ É importante destacar que a última reunião ordinária do CG referente ao biênio de 2009-2011, apesar de ter acontecido no início de 2011, foi computada nos gráficos junto com o ano de 2010, já que pertence ao biênio 2009-2011.

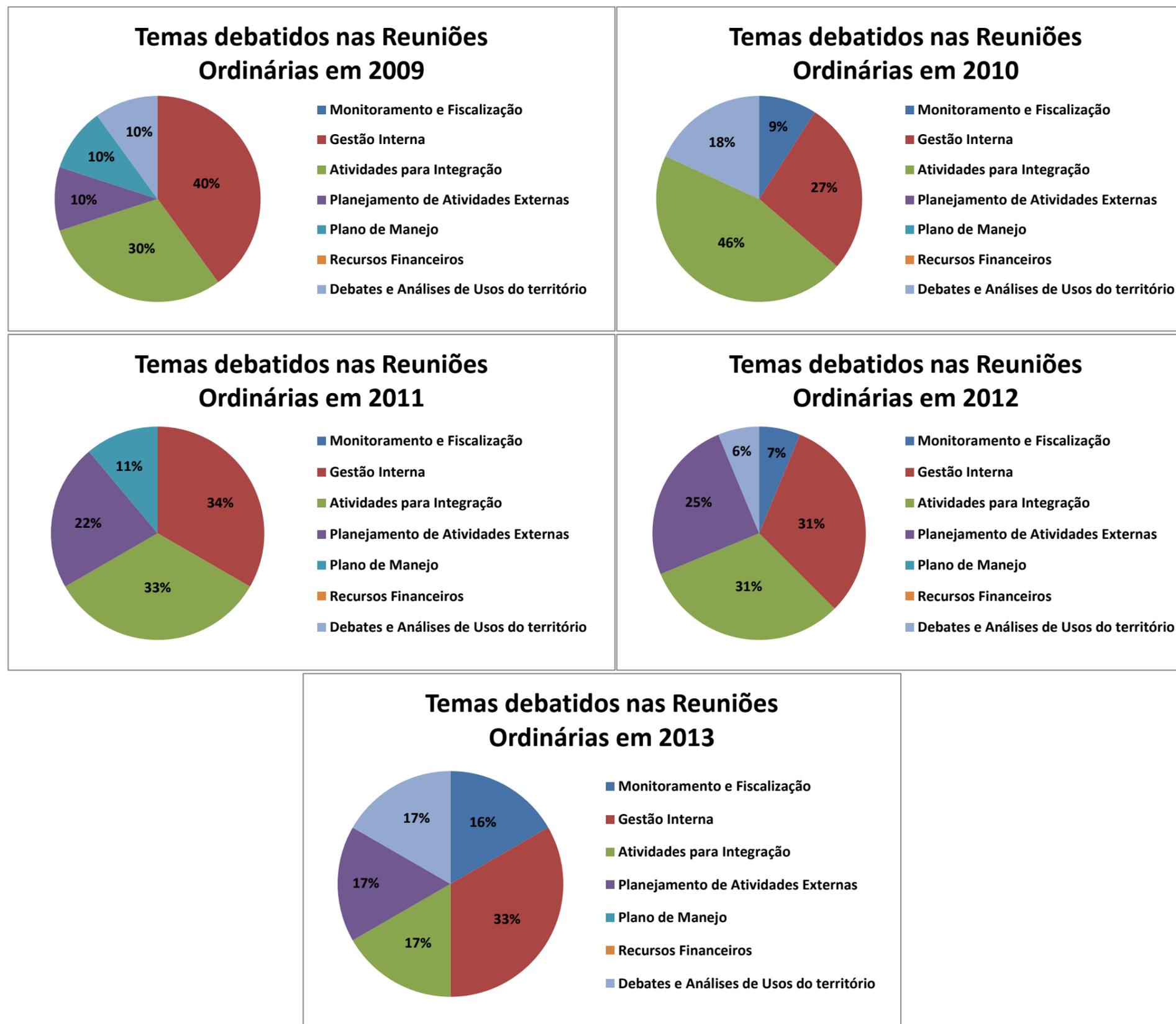


Figura 4.1 - Temas debatidos nas reuniões ordinárias do CG da APA Itupararanga.
 Fonte: Elaborada pela autora.

De maneira geral, os temas mais debatidos nas reuniões ordinárias desses anos oscilavam entre a gestão interna e as atividades para integração dos conselheiros. Nota-se que, nos anos de 2009, 2011 e 2013 - em que os novos biênios foram constituídos-, a gestão interna sobressaiu-se às atividades de integração (*vide* Quadro 4.2), ocupando, respectivamente, a primeira e a segunda colocação. Contudo, destaca-se que essas temáticas relacionam-se, especificamente, ao ambiente interno do CG e que, se somadas, representam acima de 50% das preocupações da gestão dessa instituição participativa. Além disso, com exceção da temática de recursos financeiros que não foi abordada, alguns temas alocaram-se entre o 3º e 4º lugar, tais como: (i) planejamento de atividades externas, (ii) debates e análises de usos do solo no território e (iii) monitoramento e fiscalização e; (iv) Plano de Manejo.

TEMAS DEBATIDOS	CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS DEBATIDOS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CG POR ANO (De 1º a 4º colocação)					PREDOMÍNIO DAS COLOCAÇÕES POR TEMA	
	2009	2010	2011	2012	2013		
MF	-	4º	-	3º	3º	3º	
GI	1º	2º	1º	1º	1º	1º	
AI	2º	1º	2º	1º	2º	2º	
PE	3º	-	3º	2º	2º	2º	3º
PM	3º	-	4º	-	-	3º	4º
RF	-	-	-	-	-		
DA	3º	3º	-	4º	2º	3º	

NOTA 1: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Recursos Financeiros (RF) e; Debates e Análises de usos do território (DA).

Quadro 4.2 - Classificação dos temas debatidos nas reuniões ordinárias do CG.
Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação às reuniões extraordinárias, pontua-se que não foram recorrentes nos biênios de 2009-2011 e 2011-2013, de modo que: (i) nos anos de 2010 e de 2012 não houve reuniões extraordinárias registradas em ata e; (ii) em 2011 e 2013 ocorreu apenas uma reunião para cada ano. Salienta-se que houve uma reunião extraordinária no biênio de 2011-2013 que não foi computada por falta de acesso à informação – isto foi averiguado pela numeração atribuída a cada reunião saltar dos números 1 para 3.

A Figura 4.2, a seguir representa um gráfico que apresenta os principais temas debatidos nas três reuniões extraordinárias do Conselho Gestor da APA Itupararanga que ocorreram em 2009 e o Quadro 4.3 a classificação desses temas.



Figura 4.2 - Temas debatidos nas reuniões extraordinárias do CG da APA Itupararanga em 2009.
Fonte: Elaborada pela autora.

TEMAS DEBATIDOS	CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS DEBATIDOS NAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DO CG POR ANO (De 1º a 3º colocação)					PREDOMÍNIO DAS COLOCAÇÕES POR TEMA	
	2009	2010	2011	2012	2013		
MF	-	-	-	-	-		
GI	1º	-	-	-	-	1º	
AI	2º	-	1º	-	-	1º	2º
PE	-	-	-	-	-		
PM	2º	-	-	-	-	2º	
RF	-	-	-	-	-		
DA	3º	-	1º	-	1º	1º	

NOTA 1: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Recursos Financeiros (RF) e; Debates e Análises de usos do território (DA).

Quadro 4.3 - Classificação dos temas debatidos nas reuniões extraordinárias do CG.
Fonte: Elaborado pela autora.

O tema de maior debate nas reuniões extraordinárias de 2009 diz respeito à gestão interna e é seguido (i) das atividades para integração dos conselheiros, (ii) do Plano de Manejo e (iii) dos debates e análises de usos do solo no território. Nota-se que nos anos em que houve apenas uma reunião extraordinária (2011 e 2013), o enfoque temático deu-se nos debates e análises de usos do solo no território, sendo que em 2011 também se destacaram as atividades para integração dos conselheiros.

Quanto às reuniões dos Grupos de Trabalho, percebeu-se que o maior número delas deu-se no biênio 2009-2011 e no início do biênio de 2011-2013. Contudo, é importante frisar que isso ocorreu pelo fato de parte dos registros das reuniões desses grupos não terem sido registradas em ATA no ano de 2012 e de 2013. A Figura 4.3 ilustra os principais temas debatidos segundo as atas acessadas nas reuniões dos Grupos de Trabalho para os anos 2009, 2010 e 2011 e o Quadro 4.4 a classificação desses temas. Para maior detalhamento, verificar as tabelas apresentadas no apêndice I.

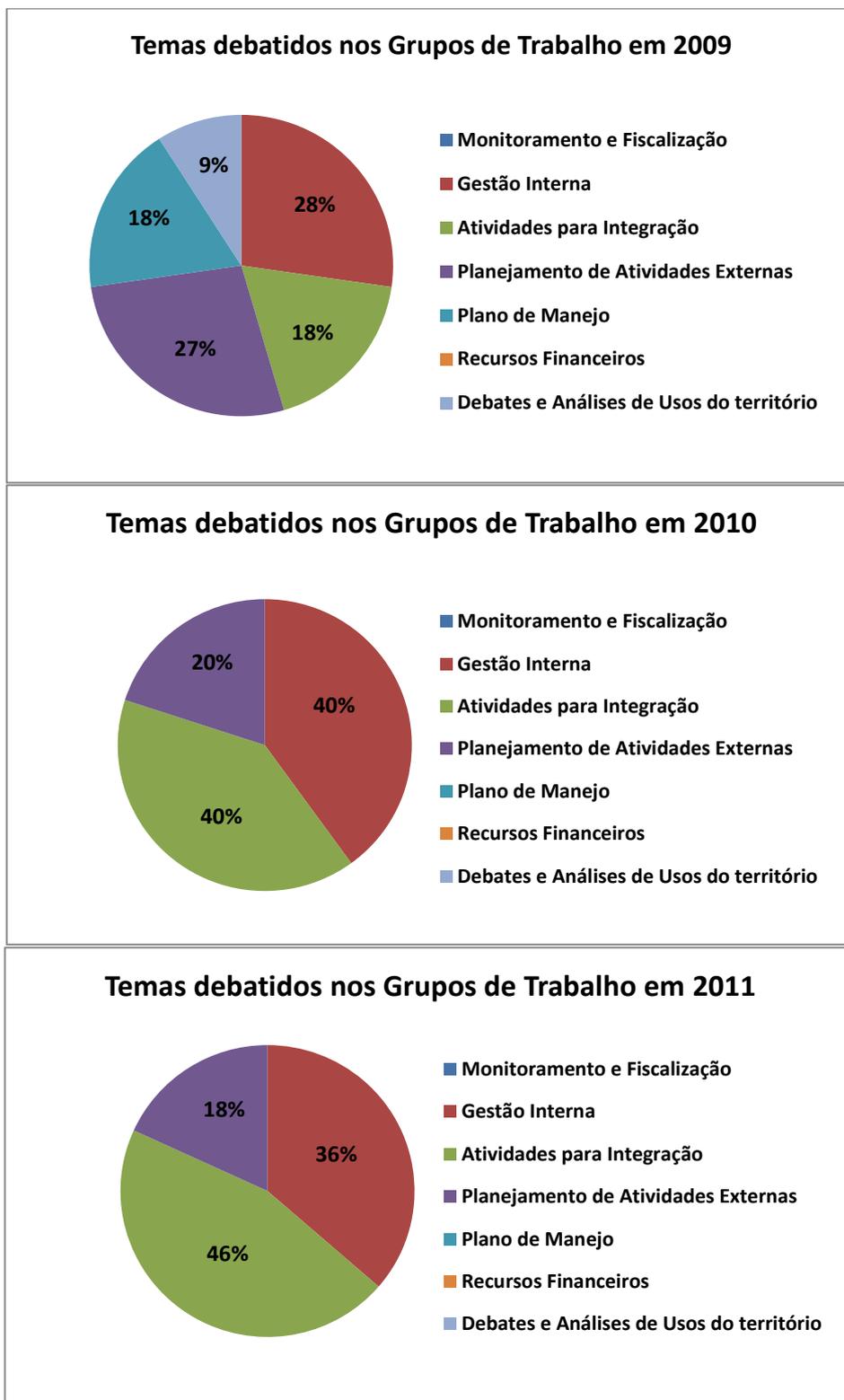


Figura 4.3 - Temas debatidos segundo as atas acessadas dos grupos de trabalho do CG da APA Itupararanga.
 Fonte: Elaborada pela autora.

TEMAS DEBATIDOS	CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS DEBATIDOS EM ALGUMAS REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO (conforme atas) DO CG POR ANO (De 1º a 3º colocação)					PREDOMÍNIO DAS COLOCAÇÕES POR TEMA
	2009	2010	2011	2012	2013	
MF	-	-	-	-	-	-
GI	1ª	1º	2º	1º	-	1º
AI	3º	1º	1º	1º	-	1º
PE	2º	2º	3º	1º	-	2º
PM	3º	-	-	-	-	3º
RF	-	-	-	-	-	-
DA	-	-	-	1º	-	1º

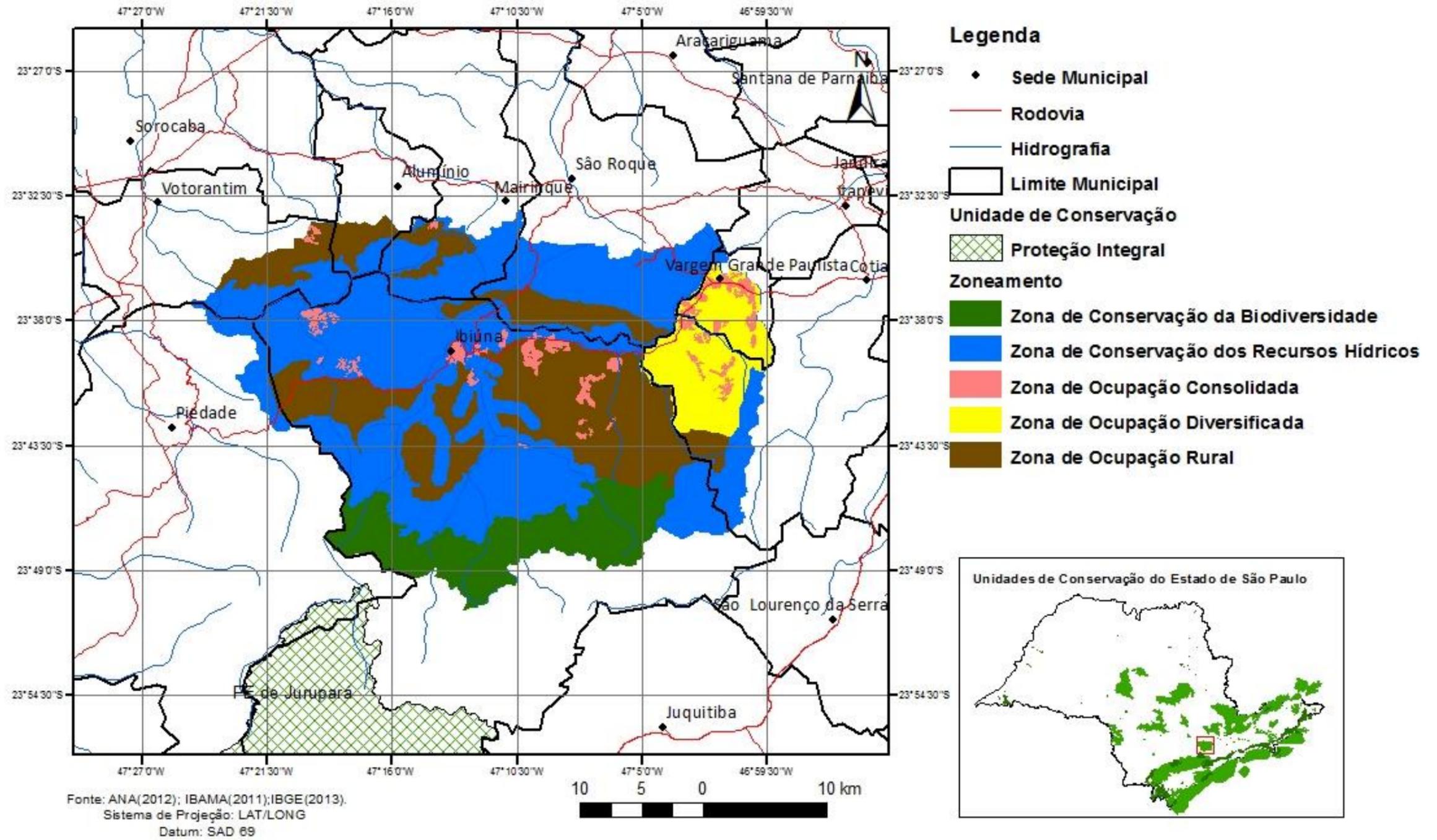
NOTA 1: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Recursos Financeiros (RF) e; Debates e Análises de usos do território (DA).

Quadro 4.4 - Classificação dos temas debatidos em algumas reuniões dos grupos de trabalho do CG.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas reuniões dos Grupos de Trabalho às quais se teve acesso às atas, verifica-se que os temas debatidos são díspares e dependem de inúmeros fatores, tais como: temas prioritários em um determinado momento, projetos e programas que estão sendo elaborados, tentativas de gestão interna para fazer com que esses grupos funcionem de fato, dentre outros. Contudo, verifica-se que no *biênio de 2009-2011* as atenções do CG estavam voltadas para o acompanhamento do Plano de Manejo desta UC, uma vez que isto vinha sendo elaborado desde 2008. As atividades do CG direcionadas ao Plano de Manejo determinaram o zoneamento da APA Itupararanga, de modo a disciplinar os usos do solo desse território, conforme representado no Mapa 4.1.

Zoneamento APA Itupararanga



Mapa 4.1 - Zoneamento da APA Itupararanga, discriminando as zonas propostas após os trabalhos do CG.
 Fonte: Fundação Florestal (SÃO PAULO, 2011b).

Por sua vez, percebe-se que no *biênio 2011-2013* houve a preocupação por parte dos conselheiros de expandir conhecimentos sobre a importância de conservação do território à população, tendo em vista que os problemas basilares da APA são as pressões que vem sofrendo pelo avanço de loteamentos em áreas de grande fragilidade ambiental, pelo uso agrícola intenso com utilização de agrotóxicos e por outras atividades que vêm comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais, principalmente, a qualidade do principal atributo de proteção desta APA que são os recursos hídricos. Isto pode ser verificado por meio dos projetos das instituições partícipes do Conselho Gestor desta Unidade de Conservação, as quais buscam agir localmente.

Além das ações das instituições partícipes, outras atividades foram realizadas com esse intuito de expandir o conhecimento dos conflitos existentes no território da APA para além de seu Conselho Gestor, como foi o caso do *workshop* elaborado pelo GovAmb em parceria com o Conselho Gestor da APA Itupararanga, o qual buscou através de uma atividade participativa articular entre diversos atores sociais locais, embasados em uma pesquisa realizada pela Iara Bernardi, de confronto entre o zoneamento dessa Unidade de Conservação e os zoneamentos dos Planos Diretores municipais. Esses resultados e os resultados oriundos dos questionários aplicados pelo GovAmb aos conselheiros da APA Itupararanga serão analisados no decorrer desse capítulo.

Ressalta-se, portanto, a importância da sociedade civil organizada participante deste Conselho Gestor, inclusive das universidades e dos institutos de pesquisa com diálogo contínuo com o CG e com a Sociedade. Isso foi corroborado pelos conselheiros da APA Itupararanga que, ao responderem ao questionário, opinaram sobre a importância do papel das universidades e dos centros de pesquisa porque eles:

- Subsidiar a resolução dos problemas a partir de uma visão acadêmica;
- Realizam e auxiliem pesquisas demandadas pelo Conselho Gestor;
- Apoiam, estruturalmente, as atividades pertinentes ao CG que necessitam de equipamentos, de laboratórios e de pesquisadores;
- Embasam-se em pesquisas locais e/ou em experiências e em situações vivenciadas na APA;
- Apresentam, por meio do conhecimento acadêmico, informações sobre cenários futuros, que podem alertar a tomada de decisão em âmbito municipal e;
- Transmitem informações de qualidade.

Assim, a existência de projetos no âmbito do CG e de estudos acadêmicos reforça os resultados alcançados por essa instituição participativa e também colabora para estimular o processo de Aprendizagem Social. Contudo, salienta-se que estes projetos demandam recursos financeiros e a maioria deles depende de verbas do FEHIDRO. Contudo, 8 dos conselheiros que foram questionados sobre a interferência dos recursos financeiros em sua participação no CG afirmaram que isto pouco ou nada interfere. Apenas 2 deles disseram que interfere medianamente – um da sociedade civil e outro do poder público municipal.

4.2.2 *Participação dos conselheiros*

A seguir são ilustradas as frequências dos três segmentos componentes do CG – poder público estadual, poder público municipal e sociedade civil organizada – em gráficos anuais de 2009, 2010 e 2011 nas reuniões dessa IP (*vide* Figura 4.4).

Ressalta-se que: (i) as listas de presença na APA Itupararanga ora são discriminadas entre os conselheiros e convidados ora não existe tal separação, o que dificultou – mas não impediu – a análise da presença nas reuniões e; (ii) os gráficos de frequência dos anos de 2012 e 2013 não foram elaborados porque não se teve acesso às listas de presença das reuniões.

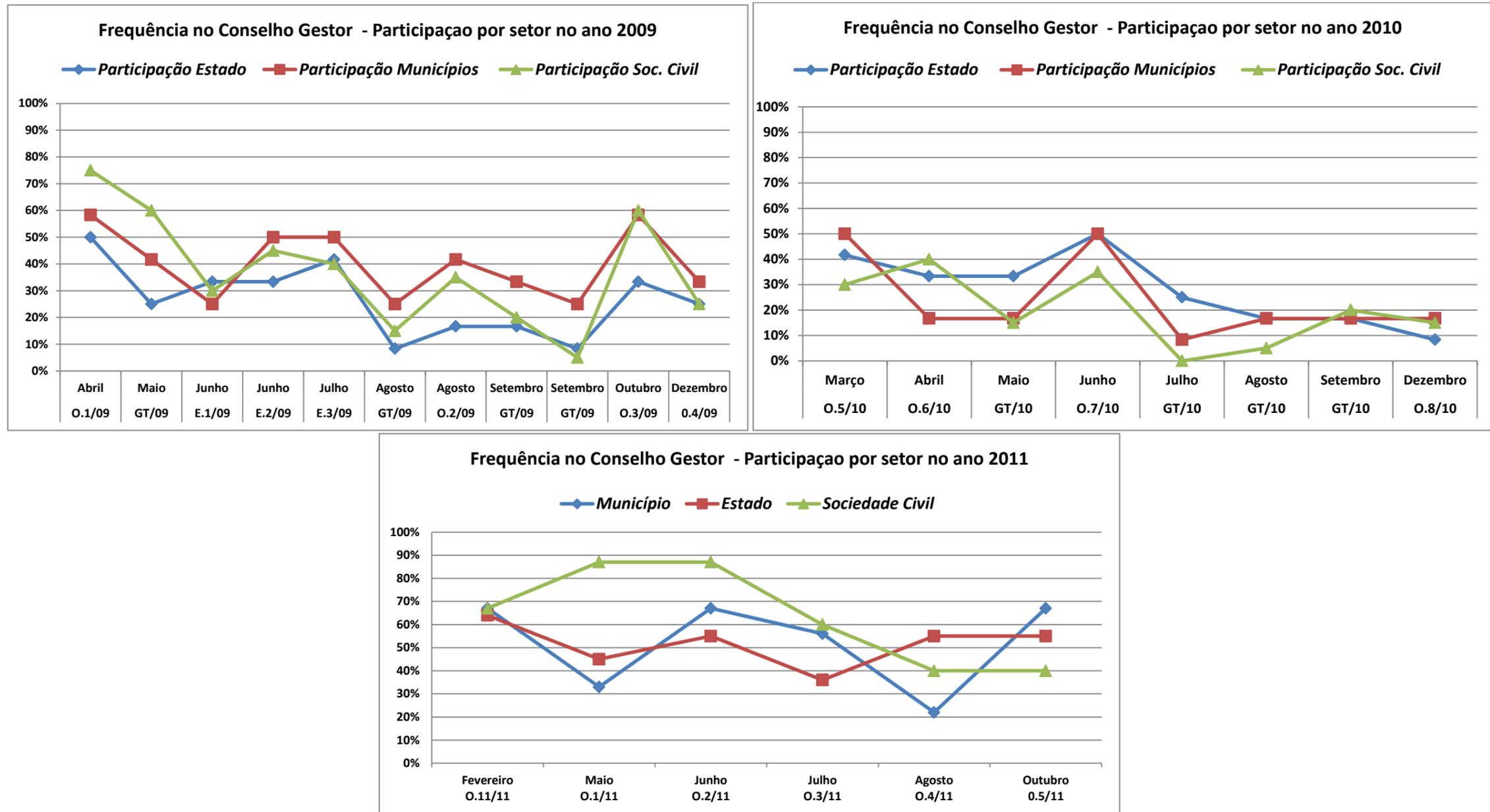


Figura 4.4 - Frequência de participação nas reuniões do CG: anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.
 Fonte: Elaborada pela autora.

Abaixo seguem algumas considerações que foram realizadas a partir da observação da frequência de participação dos representantes no CG e da análise das temáticas das reuniões do CG da APA Itupararanga.

Em 2009, a reunião de posse do CG contou com participação considerável dos conselheiros, tendo em vista as eleições que ali ocorreriam e a apresentação da proposta final do zoneamento ambiental e da minuta do Plano de Manejo desta UC. A participação de todos os segmentos foi superior a 50%, sendo que a maior delas foi da sociedade civil organizada e a menor do poder público estadual.

Na primeira reunião de GT, na qual foi realizada uma palestra sobre ecologia da paisagem pelo *Instituto de Botânica* (IBot) e na qual se finalizou a minuta do Plano de Manejo, também se observou maior interesse por parte da sociedade civil, seguida pelo poder público municipal.

Na 1ª Reunião Extraordinária o quadro se inverteu e, apesar da participação ser baixa de forma geral, houve maior presença do segmento estadual, pois as discussões estavam centradas no projeto de ampliação dos pátios ferroviários pela ALL/Ferroban.

Nas duas reuniões extraordinárias subsequentes, a participação do poder público municipal é destacada, tendo em vista as discussões acerca do Plano de Manejo da APA, o qual interfere nos usos e nas ocupações do solo municipais.

Nas reuniões seguintes, que trataram do Circuito Turístico Itupararanga e da organização do aniversário da APA, do I Seminário de Pesquisa e dos Grupos de Trabalho, a participação dos municípios manteve-se acima dos demais segmentos, seguida pela participação da sociedade civil organizada.

Na 3ª reunião ordinária do CG ocorreu um pico de 60% de participação para os segmentos do poder público municipal e da sociedade civil. Isto se deve, provavelmente, à reorganização dos representantes no CG e à apresentação da metodologia para os estudos socioambientais referentes ao projeto da ALL/Ferroban.

Em 2010, de maneira geral, as reuniões apresentaram quórum baixo e houve oscilação entre a participação dos segmentos. As reuniões com quórum mais elevado não passaram de 50% de participação de alguns segmentos do CG, em especial do poder público municipal. As duas com maior participação serão detalhadas abaixo.

A participação dos conselheiros no ano de 2010 iniciou abaixo de 50%, sendo que o poder público municipal atingiu essa porcentagem. Os temas debatidos na 5ª reunião ordinária centraram-se em gestão interna e em atividades para integração dos conselheiros. Foram

apresentadas também, pela polícia militar ambiental, algumas ações de fiscalização no território da APA Itupararanga.

A 7ª reunião ordinária apresentou maior participação dos poderes públicos municipais e estaduais. Cabe ressaltar que nesta reunião foi discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Residencial Ibiúna Marina Golf Club, tendo sido feito um parecer técnico com relação a esse empreendimento, o que pode ter contribuído para o interesse de participar da reunião.

As demais reuniões apresentaram participação muito baixa dos segmentos e diziam respeito, principalmente, a gestão interna, atividades para integração e apresentação de projetos.

Em 2011, a situação inverteu-se novamente e verificou-se um quórum elevado de participação. A última reunião ordinária do biênio 2009-2011 deu-se no início de 2011 e manteve o padrão do ano anterior de discussões acerca da gestão interna e de atividades para integração.

Na cerimônia de posse do Biênio 2011-2013, a sociedade civil apresentou mais de 80% de participação, sendo que o poder público estadual ficou acima de 60% e o municipal acima de 50%. Nessa reunião apresentou-se o balanço do biênio anterior e lançou-se um livro resultado do seminário de pesquisa cuja denominação foi Biodiversidade na APA Itupararanga: condições atuais e perspectivas futuras.

Nas reuniões ordinárias seguintes a sociedade civil manteve sua participação acima dos demais segmentos e houve oscilação entre o poder público municipal e estadual. Os temas mantiveram-se centrados em gestão interna, atividades para integração e apresentação de programas e projetos existentes no território desta UC. Cabe destacar as discussões oriundas do mestrado do representante do *Instituto de projetos e pesquisas socioambientais* (IPESA), uma vez que, ao estudar a Governança no CG da APA Itupararanga, ele possibilitou debates relacionados à priorização de temas de acordo com as necessidades desta UC.

A participação da sociedade civil caiu a partir da 3ª reunião ordinária, estabilizando-se em 40% nas duas últimas do ano. Contudo, a do segmento estadual, que também vinha diminuindo, aumentou para quase 70% e a do segmento municipal para quase 60% na 5ª reunião ordinária do CG, a qual tratou de empreendimentos no território da APA, como projetos de mineração da *Companhia Brasileira de Alumínio* (CBA).

Para os anos de 2012 e de 2013 não foi possível fazer os gráficos de participação, tendo em vista que foram disponibilizadas para essa pesquisa apenas duas listas de presença de todo esse período.

Assim sendo, elaborou-se um gráfico da participação do poder público e da sociedade civil no decorrer dos meses dos anos de 2009 a 2011 (*vide* Figura 4.5) e pode-se observar que, no *biênio* 2009-2011, houve certa paridade na participação dos governos municipais e estaduais com relação ao segmento da sociedade civil organizada no CG da APA. Ao passo que, no início do *biênio* 2011-2013, a participação da sociedade civil foi preponderante em relação à do governo, mas essa situação inverteu-se no momento em que aumentaram os debates acerca dos empreendimentos a serem estabelecidos na região.

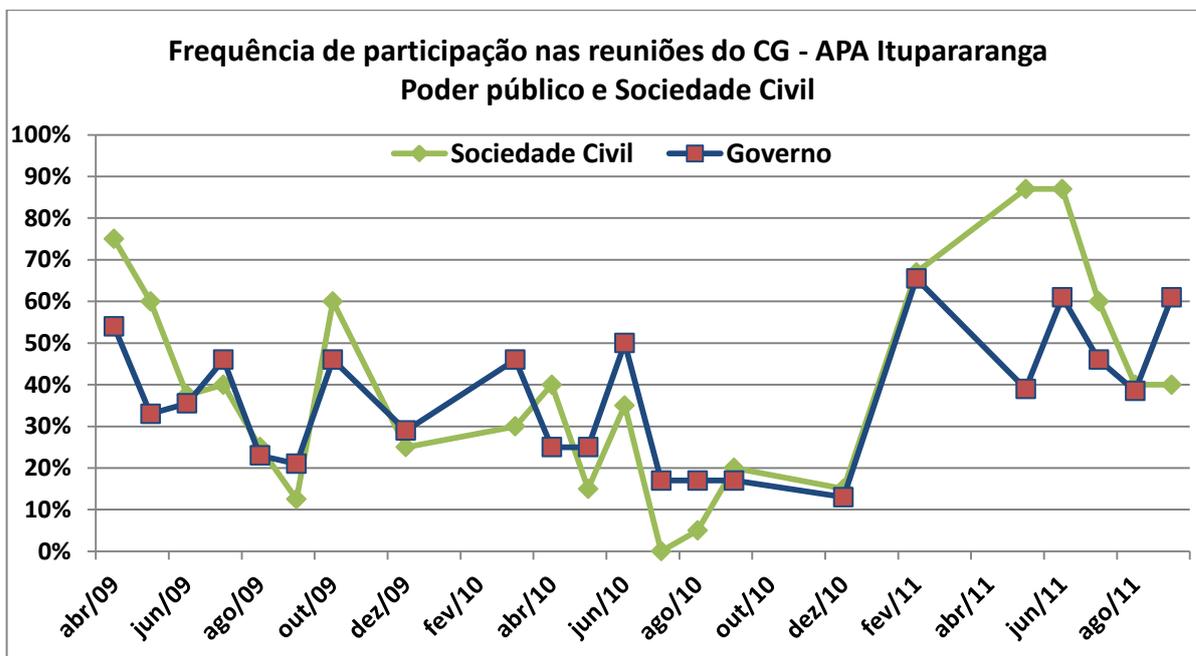


Figura 4.5 - Frequência de participação nas reuniões do CG: ano 2009 – setores componentes.
Fonte: Elaborada pela autora.

É interessante analisar a frequência dos partícipes por segmento – sociedade civil organizada frente ao poder público, porque isto denota certa integração e aponta para a possibilidade de um processo de Aprendizagem Social no Conselho Gestor (que será analisado mais adiante). Como a participação entre os segmentos tende a ser paritária entre o poder público e sociedade civil na APA Itupararanga, infere-se que há maior facilidade de troca de informações entre conselheiros técnicos e membros da sociedade civil, além de divulgação das ações do CG para a população que não está envolvida diretamente com a gestão da APA.

A participação dos conselheiros no CG da APA Itupararanga também foi avaliada a partir dos questionários aplicados aos seus representantes. Os resultados obtidos a partir deles estão detalhados a seguir.

Com relação ao envolvimento e à participação daqueles que responderam aos questionários, buscou-se compreender o que levou esses representantes a participarem do

Conselho Gestor da APA Itupararanga. E, neste sentido, houve uma separação das motivações relatadas, pois parte dos que responderam ao questionário foram motivados devido ao cargo que ocupavam no poder público, uma vez que órgãos municipais e estaduais devem indicar os funcionários que irão compor o Conselho Gestor. O que é curioso é que essa resposta foi obtida por 50% dos entrevistados e, inclusive, por um membro da sociedade civil organizada. Outra parte, definida por representantes da sociedade civil organizada, dizia possuir motivações e interesses na proteção dos recursos hídricos, em especial os da represa de Itupararanga. Cabe destacar que um dos representantes informou que foi convidado a participar pela gestora da APA Itupararanga.

Para compreender mais a fundo o grau de participação dos conselheiros no CG, buscou-se averiguar quais as atividades que esses partícipes consideram como parte de suas atribuições; quais os conhecimentos desses conselheiros sobre suas responsabilidades e as do gestor dentro dessa instituição participativa. Sendo assim, ao observar o Quadro 4.5, verifica-se que a maioria significativa dos conselheiros percebe que eles podem participar dessas atividades. Contudo, para a outra parcela dos temas apresentados no Quadro 4.6, verificaram-se opiniões conflitantes entre os entrevistados. No caso do ordenamento de atividades sobre o solo da região, parcela dos que responderam o questionário acredita que isso é designado a uma instituição específica e a outra parcela compreende que todos podem debater e dar diretrizes para essas atividades. Quanto aos assuntos das reuniões e às informações que as subsidiam, os entrevistados dividiram-se entre aqueles que acreditam ser de responsabilidade do gestor e aqueles que compreendem ser responsabilidade de todos.

ATIVIDADES CUJA PERCEÇÃO DE RESPONSABILIDADE É COMPATÍVEL NA ÓTICA DA MAIORIA DOS CONSELHEIROS INVESTIGADOS	RESPONSÁVEL			
	Instituição específica	Gestor	Todos	Não Respondeu
Divulgar informações sobre a APA e seu processo de gestão participativo, convidando a sociedade a se integrar à gestão.	0	1	9	0
Divulgar ações do Conselho.	0	1	9	0
Colaborar na elaboração e implementação de políticas de proteção ao meio ambiente.	2	0	7	1
*Discutir o licenciamento de obras que ocorrem na região.	1	1	9	0
*Levantar demandas para elaboração de pesquisas na região.	1	2	8	0
Acompanhar a aplicação de recursos financeiros destinados à APA.	1	2	7	0

Quadro 4.5 – Atividades cuja percepção de responsabilidade é compatível na ótica da maioria dos conselheiros investigados.

Fonte: Elaborado pela autora.

ATIVIDADES CUJA PERCEPÇÃO DE RESPONSABILIDADE É CONFLITANTE NA ÓTICA DA MAIORIA DOS CONSELHEIROS INVESTIGADOS	RESPONSÁVEL			
	Instituição específica	Gestor	Todos	Não Respondeu
Propor assuntos para serem discutidos nas reuniões.	1	4	6	0
Apresentar informações para subsidiar as discussões.	1	4	5	0
Ordenar as atividades de mineração exercidas na região.	3	3	4	0
*Ordenar das atividades agrícolas exercidas na região.	4	2	5	0
*Ordenar as atividades de aquicultura e de pesca exercidas na região.	4	2	5	0
*Ordenar as atividades industriais exercidas na região.	4	2	5	0
*Ordenar as atividades turísticas exercidas na região.	4	2	5	0
Observação: A marcação em asterisco antecedente a algumas das atividades significa que o número de respostas obtidas foi superior (11) ao número de questionários aplicados (10) devido ao fato de um dos conselheiros escolher mais do que uma opção.				

Quadro 4.6 - Atividades cuja percepção de responsabilidade é conflitante na ótica da maioria dos conselheiros investigados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa maneira, verificou-se que no CG da APA os conselheiros ainda precisam compreender melhor seu papel dentro dessa instituição participativa, uma vez que para a Governança ocorrer de fato é essencial que os partícipes coloquem-se no papel de interferir nas atividades do CG, inclusive estabelecendo diretrizes para o ordenamento territorial - como ocorreu no processo de elaboração do Plano de Manejo da APA – e, até mesmo, buscando que esse ordenamento seja cumprido quando determinado empreendimento a ser instalado no território esteja passando pelo processo de licitação.

Contudo, com relação àquilo que eles consideram fazer parte de suas atribuições, os 10 conselheiros auto avaliaram sua participação como satisfatória, pois eles expõem suas opiniões e colaboram para as discussões dos temas em pauta, mesmo se for considerado o baixo nível de participação já apresentado.

Nesse mérito, alguns conselheiros questionados informaram que ficam insatisfeitos com a sua baixa frequência de participação nas reuniões. É interessante notar que isso foi corroborado com a pergunta sobre a disponibilidade de tempo para ir às reuniões, uma vez que a maioria dos conselheiros indicou que isto interfere muito (4 atores) ou medianamente (4 atores). É interessante notar, também, que o interesse de alguns conselheiros dos 3 segmentos na pauta das reuniões varia de nada (2 atores), pouco (3 atores) ou médio (1 ator), ou seja, para apenas quatro deles – todos da sociedade civil organizada - as pautas interessam.

Retomando à auto avaliação dos conselheiros, aqueles que ponderaram sua participação como satisfatória, expuseram que:

- “Falo o que tem que ser dito, gostem ou não”;
- “Contribuo com argumentações técnicas e legais”;

- “Sempre houve total liberdade para que eu me manifestasse e quando necessário, pude fazê-lo”;
- “Sou atendido nas minhas reivindicações”.

Para que haja Governança e Aprendizagem Social, é essencial, também, que os conselheiros considerem a importância da participação de seus pares dentro do CG, uma vez que isso é fundamental para a criação de um ambiente em que, apesar dos conflitos, permita-se diálogo e a compreensão das opiniões de outrem – sejam elas favoráveis, sejam elas adversas. Nesse sentido, as respostas dos conselheiros caminharam para a aceitação da necessidade de diálogo entre si, elemento fundamental para a Aprendizagem Social. Ressalta-se a importância dessa compreensão, tendo em vista os contextos social, econômico, cultural, ambiental e político dos municípios que fazem parte desta UC, principalmente pela diversidade socioeconômica da população que habita o território da APA Itupararanga. Dessa forma, salienta-se que o respeito aos posicionamentos conflitantes e às diversas realidades pelos conselheiros - sejam elas pessoais, grupais ou regionais - enriquece as discussões no âmbito do Conselho Gestor e permite a busca por soluções mais adequadas à realidade desta Unidade de Conservação.

Contudo, apesar de se compreender a essencialidade da participação de outrem, 4 conselheiros (dos 10 que foram interrogados) não se sentem satisfeitos com relação à atuação de seus pares. Isso demonstra que a Aprendizagem Social na APA ainda se constitui em processo. Daí a importância de se dar continuidade às comunidades de práticas participativas - principalmente no que diz respeito às atividades de integração interna do CG -, para que a relação entre os conselheiros seja desenvolvida aos poucos e para que a aceitação de pontos de vista divergentes seja visualizada como algo enriquecedor do processo.

A partir dessa insatisfação dos conselheiros com seus pares, questionaram-se quão flexíveis os conselheiros são para mudar de opiniões a partir do diálogo com seus pares. A totalidade dos conselheiros interrogados respondeu ser flexível em mudar seus posicionamentos acerca dos problemas debatidos nas reuniões do CG. E, na ótica deles, a maioria dos conselheiros também o são. Além disso, foi unânime a resposta de que, havendo divergência de opiniões, novas informações são buscadas para que seja dada continuidade ao debate.

Por fim, verificou-se, também, que a maioria dos conselheiros questionados (exceto por dois deles que não souberam responder) percebe haver internalização dos conhecimentos locais na tomada de decisão.

4.2.3 Gestão interna

Com o intuito de compreender a gestão interna do CG, buscou-se, inicialmente, investigar se os locais, os horários e as frequências das reuniões influenciam ou não a participação dos membros do CG da APA Itupararanga nas reuniões dessa Unidade de Conservação.

Percebeu-se que o local das reuniões afeta muito a participação de 5 dos partícipes interrogados (3 do segmento da sociedade civil organizada e 2 do poder público municipal), de 3 deles afeta medianamente (2 do segmento da sociedade civil organizada e 1 do poder público municipal) e afeta pouco a de 2 deles (dos segmentos da sociedade civil e Estado).

Verificou-se, por meio da observação das reuniões, que no biênio 2009-2011 e na maior parte do biênio 2011-2013 houve alternância entre os municípios que sediavam as reuniões. Contudo, com as mudanças ocorridas na Fundação Florestal e a transferência da gestora da APA para o município de Sorocaba, observa-se que as reuniões de 2013 concentraram-se nesse município. Apesar da alternância de municípios, as reuniões nesses tendem a ser nos mesmos locais, caracterizados por salas de reuniões ou auditórios, de modo que ora se tem o contato visual direto entre os conselheiros (reuniões em formas de círculos ou semicírculos), ora esse contato é dificultado. Contudo, há sempre momentos de maior integração entre os conselheiros: antes do início da reunião e no final da reunião, com o *cooffe-break*.

Quanto aos horários das reuniões, para 5 dos atores sociais questionados (3 do segmento da sociedade civil organizada e 2 do poder público municipal), isto interfere pouco na sua participação, para 4 deles (3 do segmento da sociedade civil organizada e 1 do poder público estadual) medianamente e, para 1 ator do segmento municipal não interfere em nada.

Com relação à frequência das reuniões, as quais ocorrem bimensalmente, 6 dos conselheiros examinados acreditam que a frequência das reuniões é adequada, sendo que, para 5 deles (3 do segmento da sociedade civil organizada e 2 do poder público municipal) não o é pelo fato do intervalo entre elas ser prolongado (a cada 2 meses), o que pode gerar perdas na sequência das discussões.

Verifica-se, de maneira geral, que esses três aspectos da gestão interna ainda envolvem conflitos de opiniões entre os conselheiros entrevistados, sendo indicada a importância de sua revisão nas reuniões do CG.

Além desses aspectos, outros elementos demonstraram-se conflitantes na percepção dos atores sociais investigados, como: a definição de pautas e de prioridades, que, para 4 dos atores sociais interrogados é definida em conjunto com os membros do CG e que, para 6 deles, essa definição conjunta não ocorre e; o favorecimento ou inibição de participação pelas lideranças, que, para 5 dos conselheiros investigados, as lideranças são favoráveis à participação dos demais membros no CG e que, para 4 desses atores sociais, ela inibe a participação.

Pelo acompanhamento das reuniões pôde-se observar que a gestora conduz a reunião de forma a ouvir todos os conselheiros, não os interrompendo e tentando conciliar as falas para manter uma linearidade nos assuntos discutidos. Não há o estabelecimento de um sistema de inscrição de fala. Quando há fuga das pautas previamente estabelecidas e que são lidas no início de cada reunião, há o acolhimento da fala, porém se ela se estende a gestora faz uma interrupção e a propõe em outro momento. Em geral as pautas do CG não são atribuladas, o que permite ampla discussão do assunto, assim o tempo das reuniões é adequado a discussão e posicionamento dos conselheiros, o que permite o desenvolvimento dos temas.

Outros aspectos da gestão interna do CG, porém, obtiveram respostas de uma maioria. Isso ocorreu: ao se questionar se os atores sociais identificavam a existência de instituições partícipes do CG que poderiam influenciar a escolha de assuntos prioritários e a resposta de 9 dos conselheiros interrogados foi positiva e; ao se perguntar se eles acreditavam que os documentos gerados nessa instituição participativa apresentavam linguagem de fácil compreensão e acessível a todos, e a resposta de 7 deles foi positiva.

Os instrumentos de comunicação são elementos essenciais para a gestão interna e a dinâmica dos CGs. Das 10 opções elencadas para os conselheiros assinalarem, obtiveram-se as seguintes respostas daqueles que responderam ao questionário com relação aos instrumentos mais utilizados no CG: lista de e-mails (9 atores assinalaram), *blogspot* (5 atores assinalaram), telefone (4 atores assinalaram) e as conversas informais (3 deles assinalaram).

É importante notar que os conselheiros da APA, especialmente os do poder público municipal e da sociedade civil, conhecem-se e convivem fora do âmbito do Conselho, assim muitas informações que circulam entre os conselheiros são feitas por meio de comunicação não institucional. Destaca-se que muitos conselheiros da APA Itupararanga também participam do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê. Desta forma, a proximidade entre eles demonstra uma relação de confiança entre os membros.

Por fim, devido ao enfoque da pesquisa desenvolvida pelo GovAmb, os conselheiros foram interrogados quanto à relação das instituições de ensino e dos centros de pesquisa com

o CG da APA Itupararanga. Averiguou-se que parcela dos questionados acredita que essa relação é boa (4 atores) e outra parcela que ela ainda é insuficiente (4 atores); sobre esse tema, 2 não souberam responder.

Contudo, ressalta-se que, apesar de haver muitas universidades na região e dessas participarem dos eventos de cunho acadêmico da APA, foi explicitado que somente a UFSCar Campus Sorocaba participa efetivamente da gestão, por meio do subsídio de informações pertinentes à tomada de decisão. Assim, os atores sociais investigados apontaram a necessidade de aumentar a participação de outras instituições de pesquisa no Conselho Gestor, tendo em vista a existência de outras universidades – além da UFSCAR - na região. Indicaram, também, a necessidade de colaboração mais ativa das universidades e das instituições de pesquisa com o CG para a elaboração de projetos a fim de solucionar os problemas da região. Citou-se a necessidade de desenvolvimento de projetos focados nos problemas da APA, de modo a obter resultados com mais agilidade e a compatibilizar o tempo da pesquisa ao da gestão. Além disso, afirmou-se também que as pesquisas devem ser realizadas com foco em análises comparativas com outras regiões - como a Região Metropolitana de São Paulo.

De modo que as expectativas em relação à atuação destas instituições na gestão dividem-se em três funções: (1) subsidiar a resolução dos problemas a partir de uma visão acadêmica; (2) realizar e auxiliar pesquisas demandadas e; (3) dar apoio estrutural às atividades do Conselho que necessitem de equipamentos, laboratórios e pesquisadores.

Por fim, investigaram-se, também, quais os aspectos que ainda são necessários e que são determinantes para que o CG da APA Itupararanga seja considerado adequado. Na opinião dos conselheiros questionados, destacaram-se:

- O papel deliberativo;
- A objetividade e o foco no tratamento dos temas a serem desenvolvidos;
- A diversidade na composição do CG;
- O caráter democrático;
- A pluralidade de opiniões;
- A condução adequada do gestor para ordenar as manifestações;
- A participação de todos os membros do CG;
- O poder de mobilização e de sensibilização social;
- A aplicação dos conhecimentos técnicos na resolução dos problemas;

- O trabalho em consonância com as leis vigentes, em especial com o Plano de Manejo da APA Itupararanga, reconhecendo as debilidades dessas legislações e apontando as necessidades de aperfeiçoamento.

4.2.4 Atividades externas do CG e intervenções do GovAmb

Na APA Itupararanga é comum a realização de atividades e de eventos externos, sendo que grande parte deles está vinculado à atuação das universidades em conjunto com a instituição gestora da APA Itupararanga. Isto se dá por meio de ações diretas e programadas para se discutir as principais temáticas concernentes à APA com outros atores sociais que não apenas os conselheiros e para se apresentar os trabalhos de pesquisa com enfoque na região.

É importante notar que, por comportar um manancial de importância econômica para a região cujas águas necessitam de proteção, essa APA é um objeto de pesquisas tanto públicas como também privadas.

A seguir, serão apresentados alguns eventos desenvolvidos pelo Conselho Gestor da APA Itupararanga – como é o caso dos seminários de pesquisa e do aniversário da APA – e outros que foram organizados pelo grupo de pesquisa GovAmb em conjunto com o CG da APA – como ocorreu com os *workshops* para a integração dos gestores e o de Planejamento Ambiental.

Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga

Uma das principais atividades que demonstra essa integração é o *Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga*, cujo objetivo é de reunir em um livro os trabalhos realizados no território de modo a integrar os pesquisadores e divulgá-los à sociedade. Em sua primeira edição no ano de 2009, foram apresentados trabalhos das seguintes universidades:

- *Universidade Federal de São Carlos (UFScar)* - Campus São Carlos;
- *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)* - Campus Sorocaba;
- *Universidade Paulista (UNIP)* - Campus Sorocaba;
- *Universidade de Sorocaba (UNISO)* e;
- *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)* - Campus Sorocaba.

Em sua segunda edição no ano de 2010, o *Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga II* e o lançamento do livro *Biodiversidade na APA Itupararanga: condições atuais e perspectivas futuras* obtiveram maiores proporções devido ao aumento da quantidade de pesquisas desenvolvidas e das instituições participantes. Além das instituições supracitadas, participaram também:

- UFScar - Campus Sorocaba;
- *Escola de Engenharia de São Carlos* (EESC) da Universidade de São Paulo (USP);
- *Escola de Artes Ciências e Humanidades* (EACH) da USP;
- *Instituto de Botânica do Estado de São Paulo* (IBot-SP);
- *Universidade Federal do ABC* (UFABC) e;
- *Universidade de Santo Amaro* (UNISA).

Neste evento realizou-se, concomitantemente, o *I Workshop sobre a Biodiversidade na APA Itupararanga*, que contou com a colaboração dos pesquisadores do *II Seminário de Pesquisa*. Esse evento foi planejado com propósitos de: levantar as percepções sobre a biodiversidade local da APA Itupararanga; apontar estratégias de conservação e de proteção para essa Unidade de Conservação e; buscar mecanismos que contribuíssem para ampliar o conhecimento da sociedade sobre a APA.

Comemorações de Aniversários da APA

O Conselho Gestor da APA Itupararanga comemorou o aniversário dessa Unidade de Conservação nos anos 2010 e 2011. Para isso, contou com o envolvimento de alunos da UFScar - Campus Sorocaba - por meio da empresa júnior do curso de biologia. Esses estudantes buscam colaborar com a organização de eventos em que o intuito é a integração do Conselho Gestor da APA à sociedade que dela faz parte.

Workshop para a integração

O *workshop para a integração* dos gestores das 4 Áreas de Proteção Estudadas pelo GovAmb – a saber, APA Itupararanga, Tietê, Litoral Norte e Litoral Centro – foi desenvolvido com vistas a discutir a temática *Diálogo Ciência e Gestão: O papel das instituições acadêmicas e de pesquisa na gestão de Unidades de Conservação*, buscando compreender como tem sido o papel das instituições de ensino e de pesquisa na gestão dessas Unidades de Conservação e quais tem sido os principais desafios à participação das universidades e dos institutos de pesquisas.

De acordo com os gestores dessas APAs, a participação das instituições de ensino e de pesquisa ocorre tanto na forma de representações oficiais, por meio de representantes eleitos para compor os CGs, como também (e, principalmente) pela participação individual de pesquisadores interessados em desenvolver projetos de pesquisas nas APAs. As contribuições, sejam elas institucionalizadas ou não, são reconhecidas pelos gestores como fundamentais à atuação do CG e, conseqüentemente, à tomada de decisão por parte dos conselheiros. Porém, apesar de eles destacarem a importância dessa participação, eles disseram que a contribuição dos pesquisadores está abaixo do esperado pelos gestores.

Durante a discussão, os gestores ressaltaram as experiências da APA Marinha Litoral Norte e da APA Itupararanga. No caso da APA Itupararanga, as pesquisas se fazem por meios mais institucionalizados, de modo que as universidades e os institutos de pesquisa contribuem não só com a disseminação aos conselheiros dos conhecimentos oriundos das pesquisas sobre a região da APA, como também com suporte técnico nos processos de licenciamento.

O CG de Itupararanga foi destacado perante os outros, por realizar seminários, em parceria com as universidades da região, com intuito de fazer um levantamento sobre as pesquisas realizadas na região da APA e, também, de identificar lacunas existentes de modo a direcionar a atuação dos pesquisadores para preencher essas lacunas.

Com relação às oportunidades e às alternativas para favorecer a participação das instituições de ensino e de pesquisa na gestão de Unidades de Conservação, os gestores apontaram as APAs Tietê e Itupararanga devido às questões sobre a representatividade dos conselheiros e sobre os temas mais técnicos que concernem à gestão dos atributos de criação, que no caso de Itupararanga é o manancial.

Por fim, a APA Itupararanga foi considerada pelos gestores como em um processo de gestão mais avançado no que tange à tomada de decisão, uma vez que essa Unidade de Conservação, dentre as estudadas pelo GovAmb, era a única que já possuía um Plano de Manejo e foi a segunda APA do Estado de São Paulo a elaborá-lo e a tê-lo aprovado pelo *Conselho Estadual de Meio Ambiente* (CONSEMA).

A partir das considerações dos gestores da APA, as intervenções realizadas pelo grupo de pesquisa GovAmb na APA Itupararanga pautaram-se em ações cujo enfoque era estabelecer diretrizes para o ordenamento territorial, tendo em vista que já existia a previsão de revisão do Plano de Manejo da APA Itupararanga.

Workshop de Planejamento Ambiental na APA Itupararanga: Integração do Plano de Manejo e Planos Diretores Municipais

O *Workshop de Planejamento Ambiental na APA Itupararanga* foi realizado a partir de uma parceria entre a Fundação Florestal e o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo a partir do grupo de pesquisa GovAmb. A participação dos integrantes do GovAmb teve caráter colaborativo na elaboração dos mapas utilizados para identificação dos conflitos e, também, na participação dos professores associados ao grupo. Além desses também foram convidados professores das universidades da região - a UFSCar, a PUC e a UNESP, todas pelo Campus Sorocaba - o que fortaleceu a importância da visão acadêmica para o planejamento.

O evento contou com a participação dos três segmentos envolvidos na gestão da APA Itupararanga – a saber, poder público estadual, poder público municipal e sociedade civil organizada -, além das universidades e dos centros de pesquisa envolvidos com a gestão da APA ou com temas a ela correlatos. Por se tratar de um evento de planejamento e resolução de conflitos foram convidados tomadores de decisão local, desta forma participaram:

- Vitor Lippi: Prefeito de Sorocaba e Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas Sorocaba Médio Tietê;
- Geremias Ribeiro Pinto: Prefeito de Piedade;
- Jussara de Lima Carvalho: Secretária de Meio Ambiente de Sorocaba;
- Elzo Savella: Secretário de Meio Ambiente de Votorantim;
- Eduardo Vanselino D. Neto: Vereador de Ibiúna.

Esse evento, que ocorreu em 12 de dezembro de 2011 no núcleo ETC Professor Marcos Marins da UFSCar – Campus Sorocaba, contou com a colaboração dos membros do Conselho Gestor. O objetivo de sua realização foi o estabelecimento de diretrizes para o ordenamento do território da APA Itupararanga, a partir de uma análise da integração entre o Plano de Manejo dessa área protegida e os Planos Diretores dos municípios que compõem essa Unidade de Conservação. Foi através dessa análise que se apontaram os conflitos existentes no uso e ocupação do solo da APA, de modo que a sociedade civil e as instituições municipais que participaram do evento propusessem soluções para esses conflitos.

O *workshop* pautou-se na dissertação de mestrado da Iara Bernardi pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica da Universidade Federal de São Carlos. Nesse trabalho, Bernardi fez uma proposta de compatibilização de todos os planos diretores municipais que abrangem a APA.

O evento iniciou-se com a participação dos acadêmicos e dos tomadores de decisão, os quais reforçaram a importância da participação social e do processo de Aprendizagem Social para a construção de políticas públicas mais eficazes e, principalmente, para se buscar soluções naquilo que tange os conflitos oriundos dos diversos usos e ocupações do solo previstos tanto pelos Planos Diretores municipais como pelo Plano de Manejo.

Posteriormente às palestras, os participantes foram divididos em grupos temáticos, agrupados pelos municípios que compõem a APA. Em cada grupo, identificaram-se as zonas de conflitos em que áreas delimitadas pelo zoneamento dos Planos Diretores tinham grau de restrição diferente daquilo que foi estabelecido pelo Plano de Manejo da APA Itupararanga. Após essa etapa, os partícipes elaboraram propostas para a resolução desses conflitos. E, por fim, a fase final dos trabalhos constituiu-se na devolutiva dos grupos temáticos à plenária, a fim de abrir a discussão para novas identificações de conflitos e também de propostas de resolução.

Os resultados do evento possibilitaram maior integração entre a gestão estadual da Unidade de Conservação e os poderes locais, tendo em vista a participação de alguns prefeitos e de representantes dos municípios, especialmente, da compreensão e do reconhecimento das limitações da gestão da APA e das potencialidades identificadas ao procurar compatibilizar os zoneamentos dos Planos Diretores municipais ao do Plano de Manejo da APA, os quais muitas vezes não são compatíveis.

É importante notar que a compatibilização entre esses planos já é algo previsto no momento de elaboração do Plano de Manejo. Contudo, segundo a gestora da APA Itupararanga na época, isso ainda não fora realizado.

Verificou-se, portanto, que esse *workshop* foi importante por aclarar os conflitos existentes entre os Planos Diretores e o Plano de Manejo e por propor a readequação de ambos no momento de serem revisados.

Além dos resultados imediatos do evento, notou-se durante o acompanhamento das reuniões ordinárias e extraordinárias do CG que houve o reconhecimento dos conflitos existentes por parte dos conselheiros, os quais propuseram apresentá-los às câmaras municipais de todos os municípios que compõem a APA. Essa atividade estava sendo realizada pela gestora da APA Sandra Eliza Beu e demonstrou ter despertado a atenção dos representantes municipais para esse problema, os quais se comprometeram a participar mais ativamente e conscientemente nas próximas revisões desses planos.

4.3 *Influências políticas*

Para analisar as influências políticas do CG na região da APA Itupararanga, buscou-se compreender aspectos como: a representatividade dos conselheiros, a transmissão das informações para além do âmbito do Conselho Gestor, a interação dos conselheiros com outras instituições participativas, a influência do CG sobre outros órgãos gestores e a efetividade das tomadas de decisão.

Quando questionados se já tiveram vivências em outras instituições participativas, 40% dos conselheiros investigados revelaram que não possuem experiência prévia, sendo que 60% deles já participaram de outros Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e/ou de Comitês de Bacia Hidrográfica. Isso denota que parcela deles já compreendia a estrutura de gestão dessas instituições participativas.

Com relação à representatividade dos conselheiros da APA Itupararanga mediante as instituições governamentais e da sociedade civil atuantes na região, buscou-se compreender se os interrogados sentiam falta de algumas instituições. As respostas estiveram divididas entre aqueles que não sabiam responder (4 representantes) e aqueles que percebiam a ausência de algumas instituições (5 representantes), sendo que, para um dos inquiridos, a composição do CG era satisfatória. Abaixo segue a lista com as indicações de alguns conselheiros de instituições que deveriam compor o CG da APA Itupararanga, mas que não faziam parte desse Conselho, destacando-se as do setor agrícola:

- Secretaria de Educação do Estado de São Paulo;
- Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo;
- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;
- Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;
- Instituto de Economia Agrícola – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;
- Ministério Público do Estado de São Paulo e;
- Representantes de agricultores.

O repasse das informações discutidas no âmbito do CG para além dessa instituição participativa demonstra a existência ou a ausência de divulgação das informações tanto para as instituições ali representadas como também para a sociedade. Nesse sentido, os

conselheiros elencaram algumas instituições com as quais costumam discutir assuntos fora do CG sobre a APA, o que demonstra que buscam transmitir informações para além do CG – incorporando, inclusive, o setor agrícola que não faz parte dessa instituição. São elas:

- *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)*;
- Reuniões das prefeituras de Vargem Grande Paulista, de Ibiúna e de Cotia;
- *Faculdade Paulista de Comunicação e Educação de Ibiúna (FAPEC)*;
- Poder legislativo de Ibiúna;
- Sindicato Rural Patronal de São Roque;
- Loteamento Veleiros de Ibiúna;
- Associação Comercial Industrial de São Roque;
- Associação de Produtores Rurais do Bairro Verava;
- Agricultores da cabeceira do rio Sorocaba e;
- *Universidade Pontifícia Católica (PUC) – Campus Sorocaba*.

Quando interrogados sobre a interação do Conselho Gestor da APA com as demais instituições participativas existentes na região, 5 dos questionados afirmaram que essa relação ainda demonstrava-se insatisfatória, 3 deles disseram que era satisfatória e 2 deles não souberam responder. Isto é interessante, na medida em que é díspar das opiniões daqueles que foram entrevistados (*vide* subcapítulo 4.1)

A situação é pior ao se tratar da influência que o Conselho Gestor possui sobre a atuação de outros órgãos gestores do território - sejam eles do âmbito municipal, estadual ou federal-, pois para 6 conselheiros investigados essa situação é insatisfatória, sendo que para 4 deles é satisfatória. A partir disso, preocupou-se em compreender se essa influência surtia resultados. Assim, questionaram-se os conselheiros se, na percepção deles, as decisões tomadas no âmbito do Conselho Gestor eram colocadas em práticas pelos órgãos de meio ambiente. A maioria deles (6 atores investigados) não souberam responder, um dos questionados disse que sim e 3 deles afirmaram que não.

Por fim, foram avaliados alguns aspectos específicos relacionadas à abertura e à transparência do CG da APA Itupararanga, os quais estão demonstrados no quadro a seguir.

ASPECTOS ESPECÍFICOS RELACIONADAS À ABERTURA E À TRANSPARÊNCIA	SATISFAÇÃO DOS CONSELHEIROS			
	Muito Satisfatória	Satisfatória	Insatisfatória	Sem Resposta
<i>Inserção das ações do Conselho no dia a dia da sociedade.</i>	0	1	9	0
<i>Identificação das prioridades para a gestão da região.</i>	1	7	2	0
<i>Despertar o interesse da comunidade para as questões ambientais da região.</i>	2	1	7	0
<i>Participação em discussões sobre obras de grande impacto ambiental na região.</i>	1	5	4	0
<i>Disseminação de informações sobre a APA e as ações do Conselho.</i>	1	2	7	0

Quadro 4.7 - Aspectos específicos relacionadas à abertura e à transparência no CG da APA.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, a maioria dos conselheiros questionados demonstrou insatisfação quanto à inserção do CG no cotidiano da sociedade - da mesma forma que os atores sociais que foram entrevistados -, de modo que ainda é necessário despertar o interesse da comunidade para as questões ambientais na região. Além disso, para a maioria deles a disseminação das informações sobre a APA e as ações do CG também é insatisfatória.

Por outro lado, conforme também foi averiguado com os entrevistados, com as atividades externas do CG, com as intervenções na APA pelo grupo de pesquisa GovAmb e pela observação das reuniões do CG, a identificação das questões prioritárias para a gestão da APA era satisfatória para a maioria dos conselheiros interrogados.

Apenas o aspecto da participação em discussões sobre obras de grande impacto ambiental na região demonstrou-se conflitante - alguns acreditam ser satisfatória e outros não. Isso está relacionado à questão levantada anteriormente sobre as tomadas de decisão serem colocadas em prática.

Assim, considera-se que, para os conselheiros, de maneira geral, ainda é necessário avançar muito para que as decisões do Conselho Gestor influenciem de fato as tomadas de decisão dos órgãos governamentais. Assim, tem-se, por um lado, avanços significativos com relação à participação social por parte da sociedade civil organizada. De fato, foi transformado, um território em que havia apenas a gestão por parte de instituições governamentais em um território em que a governança está presente, bem como em relação à aprendizagem social dos atores sociais dentro do Conselho Gestor da APA. Contudo, necessita-se avançar em relação à implementação das ações propostas pelo CG por parte dos governos estaduais e locais, de modo que esses atores sintam que o controle social - tão importante para eles - realmente ocorre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou responder a pergunta orientadora: como a participação social pela proteção da represa de Itupararanga repercutiu nas transformações da Governança do território que atualmente constitui a Área de Proteção Ambiental Itupararanga? Pode-se dizer que se conseguiu responde-la no decorrer do trabalho a partir do embasamento metodológico e teórico, das perspectivas utilizadas para diagnosticar a APA e, principalmente, da participação dos atores interrogados e entrevistados que contribuíram densamente com a pesquisa.

Averiguou-se, portanto, que a participação social transformou o território da APA Itupararanga. Território que, anteriormente, era gerido somente por instituições governamentais e que, a partir de uma árdua manifestação social conseguiu incorporar ao território a Governança por meio de duas instituições participativas – a saber, o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê e o Conselho Gestor da APA Itupararanga.

Pelo fato de os processos de criação da APA Itupararanga e de seu Conselho Gestor terem sido prolongados por inúmeras dificuldades de ordem política, os atores que participaram desses processos necessitaram articular-se e dialogar, em um sentido que condiz com um processo de Aprendizagem Social, o qual continuou a ocorrer devido à participação social no decorrer dos biênios pelos quais o Conselho Gestor passou.. Enfatiza-se que a participação social e o diálogo contínuo entre os atores sociais interessados são importantes para que as barreiras impostas pelos poderes econômico e político possam ser ultrapassadas em prol da proteção e da conservação dos bens naturais presentes nessa Unidade de Conservação.

Contudo, apesar das constatações acerca dos avanços da participação social e da Aprendizagem Social na APA Itupararanga, é importante destacar que existem obstáculos mais enraizados que dificultam a Governança naquele território, as quais serão esboçadas a seguir.

Mesmo com a existência de legislações e de normas, desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, que invocam os princípios de descentralização e de participação – os quais viabilizaram a participação social, a criação de instituições participativas de caráter consultivo e deliberativo e a Governança Ambiental no território brasileiro, a estrutura das instituições governamentais ainda estão em processo de readequação para que consigam comportar

mudanças no exercício da gestão pública; realidade esta em que os agentes governamentais não são mais os únicos atores a participarem do processo de discussão de políticas públicas. Aliás, parcela dos próprios representantes governamentais ainda não conseguiram compreender essa nova realidade ou não a querem compreender, de modo que eles permanecem a tomar decisões sem levar em conta as diretrizes apontadas pelos representantes das instituições participativas.

Essa dissertação de mestrado apontou um exemplo muito simbólico dessa realidade. Os zoneamentos dos Planos Diretores municipais não estão articulados ao Plano de Manejo da APA Itupararanga. Assim, caso haja empreendimentos que almejem se instalar no território, o Plano Diretor municipal prevalece ao Plano de Manejo da APA. Se, contudo, os Planos Diretores incorporassem o zoneamento dessa Unidade de Conservação, isso talvez não fosse mais um problema.

Percebe-se, portanto, que além da descentralização e da participação social, um terceiro princípio é essencial para a Governança Ambiental do território da APA Itupararanga - o de integração. Necessita-se de integração entre:

- Os diversos atores sociais que habitam o território da APA Itupararanga e aquelas que fazem uso de seus recursos para que, além de colocarem em pauta suas necessidades e interesses específicos, caminhem no sentido de não excederem a capacidade de resiliência dos sistemas existentes na APA Itupararanga – situação essa que seria prejudicial a todos e ao ambiente;
- As instituições - governamentais, não governamentais e participativas - que atuam sobre esse território para que somem esforços e não façam retrabalho e;
- Os órgãos dessas instituições e as temáticas pelas quais são responsáveis para que se complementem e não se contraponham.

Para que a Governança seja mais eficiente e efetiva, deve-se, portanto, investir em ações com intuito de fortalecer a descentralização - tornando-a mais política e não somente administrativa -, a participação – envolvendo toda a população e não exclusivamente a sociedade civil organizada- e a integração – vislumbrando a complexidade territorial. Somente dessa forma é que se poderá aferir que o controle social – ou empoderamento da sociedade – se concretize e não seja apenas ambicionado.

Inclusive, os aspectos democráticos de controle social e, também, de representatividade carecem de reavaliação. Por um lado, o modelo atual de representação social no Brasil deve ser repensado para que reconquiste a confiança política dos cidadãos e para que seja o meio de diálogo entre a sociedade e os tomadores de decisão; seja de fato a

voz da sociedade. Por outro lado, o controle social depende da representatividade em um governo democrático, uma vez que os cidadãos precisam envolver-se com as questões debatidas no Conselho Gestor (e não apenas as sociedades civis organizadas) - sobretudo em um território em que há inúmeros núcleos rurais afastados em que a comunicação é dificultada.

Além disso, ao se aprofundar no conceito de Aprendizagem Social, verifica-se que é essencial que as pessoas se percebam partícipes do processo decisório e que visualizem sua participação nos resultados obtidos. Pode-se dizer que a Aprendizagem Social ocorreu na APA Itupararanga no período de sua criação, uma vez que os atores sociais sentiram-se parte do processo e conseguiram atingir suas expectativas com a criação dessa Unidade de Conservação e de seu Conselho Gestor. Contudo, percebe-se que um novo ciclo de Aprendizagem Social está ocorrendo no Conselho Gestor. E, que ele somente será renovado após os atores sociais que participam dessa instituição participativa conseguirem que o zoneamento dela se faça cumprir no território.

Portanto, os resultados obtidos com essa dissertação de mestrado confirmaram as duas hipóteses levantadas no início do mestrado, que eram: (1) a sociedade civil organizada participa ativamente da gestão da APA e consegue interferir no território obtendo melhorias, principalmente, pelo constante diálogo existente entre o CG da APA e o CBH-SMT, cujo poder político é maior e; (2) a gestão do território da APA Itupararanga ainda necessitaria avançar muito para que os fundamentos democráticos de participação social e, sobretudo, de representação e de controle social sejam aperfeiçoados e envolvam toda a população do território e todas as instituições que ali atuam - inclusive as governamentais - em um objetivo comum; o de proteger a APA Itupararanga.

Dessa maneira, propõe-se à academia, aos órgãos governamentais, às organizações não governamentais e às instituições participativas que promovam: (1) projetos e pesquisas que se aprofundem em mecanismos de fortalecimento da Governança Ambiental na APA Itupararanga e que se fundamentem em práticas, como as que utilizam as metodologias de mapeamento participativo e de pesquisa-ação; (2) ações que articulem as instituições que atuam no território da APA Itupararanga e seus órgãos e; (3) ações conjuntas com a sociedade para apreender as histórias de vida das pessoas, seus valores e suas percepções acerca do ambiente, de modo a incorporá-la, mesmo que indiretamente, na gestão da APA e de fazê-la conhecer a importância de proteger e conservar o território que habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 45-63.

ALMEIDA, A. IHGGS. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. **História de Sorocaba**. Disponível em: <http://www.ihggs.org.br/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=107>. Acesso em: 14 de out. 2013.

ALUMÍNIO. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **Histórico do município de Alumínio**. Disponível em: <<http://aluminio.sp.gov.br//sessao/historia>>. 14 de out. 2013.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Diálogos para o desenvolvimento. v. 7. Brasília: IPEA, 2011, p. 13-25.

BARBOSA, R. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

BERNARDI, I. **A implantação da APA de Itupararanga e seus reflexos nas políticas públicas e na conservação dos recursos naturais**. 2011.100f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2011.

BESSA, N. G. F. de; PEREIRA, A. G.; ZITZKE, V. A. **Foro de Negociação e Comitês de Co-gestão em empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma análise sob a perspectiva da Governança, do controle social e da participação cidadã**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 2, n. 2, p. 115-134, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/5822/4826>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BEU, S. E.; SANTOS, A. C. A. dos; CASALI, S. (Org.). **Biodiversidade na APA Itupararanga: condições atuais e perspectivas futuras**. 1. ed. São Paulo: UFSCAR; Fundação Florestal, 2011.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. 2.ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **CNRH**. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br>>. Acesso em 01 mai. 2014a.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **CONAMA**. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama>>. Acesso em 01 mai. 2014b.

BRASIL. Planalto Federal. **CF**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 mai. 2014c.

BRASIL. Planalto Federal. **Decreto Federal N° 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em 01 mai. 2013.

BRASIL. Planalto Federal. **Lei N° 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. In: CURIA, L. R.; CÉSPEDES, L.; NICOLETTI, J. (Org.). Coleção Saraiva de Legislação: Legislação de Direito Ambiental. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014d, p.699-710.

BRASIL. Planalto Federal. **Lei N° 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei N° 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei N° 7.990, de 28 de dezembro de 1989. In: CURIA, L. R.; CÉSPEDES, L.; NICOLETTI, J. (Org.). Coleção Saraiva de Legislação: Legislação de Direito Ambiental. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014e, p.137-147.

BRASIL. Planalto Federal. **Lei N° 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: CURIA, L. R.; CÉSPEDES, L.; NICOLETTI, J. (Org.). Coleção Saraiva de Legislação: Legislação de Direito Ambiental. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014f, p.1084-1099.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, n. 16, p. 7-24, 2004.

CLIVE, T. Studying the political party-interest group relationship. In: CLIVE, T. (ed.). **Political parties and interests groups: shaping democratic governance**. Estados Unidos: Lynne Rienner, 2001, p.1-23.

COBRAPE/DAEE. Companhia Brasileira de Empreendimentos e Projeto/ Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista**. São Paulo: Cobrape/DAEE, 2013. Disponível em: <http://www.dae.sp.gov.br/macrometropole/outubro/relatoriofinal/relatorio_final_rf_vol_I.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CORREIA, M. V. C. **Controle Social na saúde**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-6.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2012a.

CORREIA, M. V. C. **Controle Social**. Disponível em: <http://s3images.coroflot.com/user_files/individual_files/292402_od8MVfq54BuB2b_D0jOxUTDYm.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2012b.

COTIA. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **Histórico do município de Cotia**. Disponível em: <<http://www.cotia.sp.gov.br>>. 14 de out. 2013.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 43-79.

ESTAÇÕES. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/m/mairinque.htm>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FRACALANZA, A.P. **Água: de elemento natural à mercadoria**. São Paulo: 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9200/5663>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

FRACALANZA, A.P.; CAMPOS, V. N. de O.; JACOBI, P. R. Governança das águas da Região Metropolitana de São Paulo (Brasil) – o caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. de A. (Org.). **Dimensões político institucionais da Governança da água na América Latina e Europa**. v.2. São Paulo: Annablume, 2009, p. 57-81.

FRACALANZA, A. P.; SINISGALLI, P. A. de A. Conflitos de uso da água do reservatório Billings. In: JACOBI, P. R. (Org.). **Atores e processos na Governança da água no Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2009.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo ; Debate**, Lajeado, v.18, n.2, p.07-22, 2011.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa. **Política ; Sociedade**. Nº 5. Outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1982/1731>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

FUNG, A.; COHEN, J. Democracia Radical. **Política ; Sociedade**, v.6, n.11, out., p. 221-237, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1293/1210>>. Acesso em 10 jul. 2012.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade de trajetórias de vida. **Revista Katál**, v. 10, n. não especificado, p. 83-92, 2007.

HAHN, C. M.; MALDONADO, W. T.P. V. Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Paulistas. In: BEU, S. E; SANTOS, A. C. A dos; CASALI, S. (Orgs) **Biodiversidade na APA Itupararanga: Condições atuais e perspectivas futuras**. São Paulo: Fundação Florestal do Estado de São Paulo. p.10-12, 2011.

HISSA, C. E. V. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: HISSA, C. E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de São Roque**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=355060&search=sao-paulo|sao-roque|infograficos:-historico>>. Acesso em: 14 de out. 2013a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Piedade**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=353780&search=|piedade>>. Acesso em: 14 de out. 2013b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Ibiúna.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=351970&search=|ibiuna>>. Acesso em: 14 de out. 2013c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Mairinque.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=352840&search=|mairinque>>. Acesso em: 14 de out. 2013d.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Alumínio.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=350115&search=|aluminio>>. Acesso em: 14 de out. 2013e.

IBIÚNA. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **Histórico do município de Ibiúna.** Disponível em: <http://www.ibiuna.sp.gov.br/ibiuna/historia_de_ibiuna>. 14 de out. 2013.

INSTITUTO 5 elementos. **Atlas socioambiental - um Retrato da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê.** São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.5elementos.org.br/5elementos/files/pdf/downloads/PUBLICACAO_atlas_socioambiental.pdf>. Acesso em 05 ago. 2011.

JACOBI, P. (Org.) **Aprendizagem social: diálogos e ferramentas participativas: aprender juntos para cuidar da água.** São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.

JACOBI, P. (Cord.) **Aprendizagem social e unidades de conservação: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais.** São Paulo: IEE/PROCAM, 2013.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. **Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a12v10n2.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2012.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. **Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007b, UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/fabiana_barbi_pedro_jacobi.pdf>. Acesso em 02 abr. 2012.

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. **Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil**: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 11-12, p. 41-49, jan./dez. 2005. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/7816/5523>>. Acesso em 02 abr. 2012.

JACOBI, P. R.; GÜNTHER, W. M. R.; GIATTI, L. L. **Agenda 21 e Governança**. estudos avançados 26 (74), 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a25v26n74.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2012.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. de A. **Governança Ambiental e economia verde**. *Ciência ; Saúde Coletiva* vol.17 no.6 Rio de Janeiro June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600011;script=sci_arttext>. Acesso em 02 abr. 2012.

JORDAN; G.; CLIVE, T. Concerns about interests groups: questions of democracy, representation, bias, and regulation. In: CLIVE, T. **Research guide to U.S. and international interest groups**. Estados Unidos: Praeger, 2004, p.357-370.

LANNA, A. E. A inserção da gestão das águas na gestão ambiental. In: MUÑOZ, H. R. (Org.). **Interfaces da gestão de recursos hídricos**: desafios da lei de águas de 1997. Brasília: MMA; SRH, 2000, p. 75-109.

LEWIS, T. Interests and interest groups in the public policy process: (III) the new interests and groups. In: CLIVE, T. **Research guide to U.S. and international interest groups**. Estados Unidos: Praeger, 2004, p.235-274.

LOPES, S.; STOECKICHT, I. **Negociação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
MAIRINQUE. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.mairinque.sp.gov.br/acidade/>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

MARQUES, E. C. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2003.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEA'RP/USP, v.2, n.2, p.8-18, jan./abr. 2008.

MCGREGOR, S. Sustainability through vicarious learning: reframing consumer education. In: WALS, A. E. J. **Social learning towards a sustainable world**. The Netherlands; Wageningen Academic Publishers, 2009, p. 351-369.

MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Org.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao06072011055602.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

MELO; M. A.; FRANCO, M. I. (Coord.). **Atlas socioambiental de Embu**. Embu: Prefeitura da Instância Turística de Embu, 2008.

MENEGUELLO, R.; MOISÉS, J. A. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 2-24.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n. 1, Mar. 2005a, p. 33-63.

MOISÉS, J. A. Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013a, p. 27-49.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracias: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, Fev. 2008, p.11-43.

MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013b, p. 27-49.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, Jun. 2008, p. 1-42.

MUCINHATO, R. Mensurando a qualidade da democracia na Venezuela. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 2, 2012, p. 75-97.

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, M.M de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Editora Bagaço, 2005.

OLIVEIRA, M.M de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAZ, M. G. A. da. **Governança efetiva da água**. São Paulo: CRHI/SMA/Governo do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/index/informe_files/Governanca-Efetiva-da-Agua_MarianaPaz.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2011.

PEREIRA, J. C. R.. **Análise de dados qualitativos estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: USP, 2004.

PIEIDADE. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **Histórico do município de Piedade**. Disponível em: <<http://www.piedade.sp.gov.br/portal/cidade/11>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N.; ALMEIDA, A.; SILVA, F. de S.; LOPEZ, F. G.; ALENCAR, J. L. O. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Diálogos para o desenvolvimento**. v. 7. Brasília: IPEA, 2011, p. 347-364.

RAIMUNDO, S. A paisagem natural remanescente na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 19-31, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n02/v20n02_02.pdf>. Acesso em 05 ago. 2011.

FF. Fundação Florestal. **Relatório de Gestão APA Itupararanga de 2011**. Disponível em: <<http://apaitupararangapublicacoes.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 ago. 2013.

RESERVA da Biosfera. Estado de São Paulo. **Zoneamento da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/images/contorrb.jpg>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

RUBIN, J. Z. The actors in negotiation. In: KREMENYUK, V. A. **International negotiations: analysis, approaches, issues**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2002, p. 97-109.

SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo ; vida**, São Paulo, v. 2, p. 7-13, 2000. Disponível em: <[http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1\(1-2\)07-13.pdf](http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1(1-2)07-13.pdf)>. Acesso em 05 set. 2011.

SÃO PAULO. AL. Assembleia Legislativa. Constituição do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao.estadual-0-05.10.1989.html>>. Acesso em: 01 mai. 2014a.

SÃO PAULO. AL. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 11.579** de 02 de dezembro de 2003. Altera a Lei Estadual nº 10.100, de 1 de dezembro de 1998. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2003/lei-11579-02.12.2003.html>>. Acesso em 05 ago. 2011a.

SÃO PAULO. AL. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 13.507** de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13507-23.04.2009.html>>. Acesso em 01 mai. 2014b.

SÃO PAULO. AL. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 7.663** de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2003/lei-11579-02.12.2003.html>>. Acesso em 03 mai. 2014c.

SÃO PAULO. CM. Câmara Municipal de São Paulo. **Decreto Municipal nº 33.804** de 17 de novembro de 1993. Regulamenta o Título V da Lei Nº 11.426, de 18 de outubro de 1993, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D33804.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2014d.

SÃO PAULO. CONSEMA. Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Regimento Interno**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/files/deliberacoes/2011/DelNormativa01.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2014e.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 48.149** de 09 de outubro de 2003. Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/estadual/decretos/2003_Dec_Est_48149.pdf>. Acesso em 03 mai. 2013a.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 53.027** de 26 de maio de 2008. Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/noticias/2008_Dec_Est_53027.pdf>. Acesso em 03 mai. 2013b.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 53.027** de 26 de maio de 2008. Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/noticias/2008_Dec_Est_53027.pdf>. Acesso em 03 mai. 2013c.

SÃO PAULO. Fundação Florestal. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. **Plano de Manejo da APA Itupararanga** de 21 de julho de 2010. Disponível em: <<http://apaitupararangamdetalhes.blogspot.com/>>. Acesso em 05 ago. 2011b.

SÃO PAULO. SMA. Secretaria do Meio Ambiente. **Lei Estadual nº 10.100** de 01 de dezembro de 1998. Declara Área de Proteção Ambiental o entorno da represa de Itupararanga. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/estadual/leis/1998%20Lei%2010100.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2011c.

SÃO PAULO. SMA. Secretaria do Meio Ambiente. **Lei Estadual nº 9.509** de 20 de março de 1997. Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/lei/1997/1997_Lei_Est_9509.pdf>. Acesso em 03 mai. 2014f.

SÃO PAULO. SMA. Secretaria do Meio Ambiente. **Resolução SMA nº 43** de 31 de outubro de 2003. Dispõe sobre a constituição do Conselho Gestor da APA Itupararanga, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/resolucao/2003/2003_Res_SMA43.pdf>. Acesso em 05 mai. 2014g.

SÃO ROQUE. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **História de São Roque**. Disponível em: <<http://www.saoroque.sp.gov.br/historia.asp>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

SARDINHA, D. de S.; CONCEIÇÃO, F. T. da; BONOTTO, D. M.; SALLES, M. H. D. de; ANGELUCCI, V. A. Avaliação de balanço anual de cátions e ânions na bacia do Alto Sorocaba (SP). **Revista Brasileira de Geociências**, v. 38, p. 730-740, dez. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rbg/article/viewArticle/11737>>. Acesso em 05 ago. 2011.

SOARES, S. I. de O. **Mediação de conflitos ambientais: um novo caminho para a Governança da água no Brasil?** Brasília: Juruá Editora, 2010.

THEODORO, S. H. (Org.). Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.23-71.

TOLEDO, R. F. de; GIATTI, L. L.; PELICIONI, M. C. F. Mobilização social em saúde e saneamento em processo de pesquisa-ação em uma comunidade indígena no noroeste amazônico. **Saúde e Sociedade** (USP Impresso), v. 21, p. 206-218, 2012.

TONELLO, K. C.; FARIA, L. C. de. A experiência do CBH-SMT no pagamento por serviços ambientais. **Anais II Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: Recuperação de Áreas Degradadas, Serviços Ambientais e Sustentabilidade**, Taubaté, p. 351-56, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ipabhi.org/serhidro/anais/anais2009/doc/pdfs/p96.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2011.

VARGEM GRANDE Paulista. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **História de Vargem Grande**. Disponível em: <<http://www.vargemgrandepta.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

VOTORANTIM. Prefeitura municipal do Estado de São Paulo. **História de Votorantim**. Disponível em: <<http://www2.votorantim.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

YIN, R. K. **Case Study Research: Design and Methods** (Applied Social Research Methods). 4.ed. Cambridge: SAGE Publications, 2009.

ZARTMAN, I. W. Conflict resolution and negotiation. In: BERCOVITCH, J.; KREMENYUK, V.; ZARTMAN, W. (Ed.) **The SAGE handbook of conflict resolution**. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington DC: SAGE, 2009, p. 322-39.

BIBLIOGRAFIA

CANDAU, J. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DONADIEU, P. Para uma conservação inventiva do território. In: BERQUE, A. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel, Champ Vallon, 1994.

FRACALANZA, A.P. **Conflitos na apropriação da água na Região Metropolitana de São Paulo**. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FRACALANZA, A.P. Gestão das águas no Brasil: rumo à Governança da água? In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil – Uma Visão Interdisciplinar**. São Paulo: Editora Annablume, 2009, p.135-53.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Riesgo global, incertidumbre e ignorância. In: **La Ciencia Posnormal: ciencia con la gente**. Barcelona: Icaria, 2000, p.23-107.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e sistemas – uma abordagem integradora**. Tradução Francisco G. Hedemann. Rio de Janeiro: Elsevier.

KARMANN, I. Ciclo da água: água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Org.). **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2003, p. 113-38.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011, p. 33-42.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**, 1924. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012.

LENZI, C. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n.1, jan.-jun. 2009, p.19-36.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 65, 2005b, p.71-94.

MOISÉS, J. A. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 16, Mar. 1989, p.47-86.

MORAN, E. F. Reconstruindo as comunidades e instituições. In: **Nós e a natureza – uma introdução às relações homem-natureza**. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 171-191.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A; C. N.; ALMEIDA, A.; SILVA, F. S.; LOPEZ, F.G.; ALENCAR, J. L. O. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011, p. 13-25.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RIBEIRO, W.; ZANIRATO, S. H.; VILLAR, C. Interdisciplinaridade, universidade e ambiente: dilemas da gestão e produção do conhecimento. In: PHILIPP JUNIOR, A.; SILVA NETO; A. J. **A interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. São Paulo: Manole, 2011.

SALLES, M. H. D.; CONCEIÇÃO, F. T.; ANGELUCCI, V. A.; SAI, R.; PEDRAZZI, F. J. M.; CARRA, T. A.; MONTEIRO, G. F.; SARDINHA, D. S.; NAVARRO, G. R. B. Avaliação simplificada de impactos ambientais na bacia do Alto Sorocaba (SP). **Revista de estudos ambientais**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 6-20, jan./jun. 2008.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Paisagem. **Revista Paisagem e Meio Ambiente**, São Paulo, n. 20, p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://espiral.net.br/arquivos/e-publicacoes/2005paisagem.pdf>>. Acesso em 05 set. 2011.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Paisagens e métodos: algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. **Paisagens em debate**. São Paulo, n. 2, p. 1-7, set. 2004a.. Disponível em:

<<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2004Euler-analisesdepaisagens.pdf>>. Acesso em 05 set. 2011.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Um roteiro para estudo de paisagem intra-urbana. **Revista Paisagem e Meio Ambiente**. São Paulo, n. 2, p. 1-7, 2004b. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2004Euler-roteiro.pdf>>. Acesso em 05 set. 2011.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. Ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SAUNDERS, H. H. Dialogue as a process for transforming relationships. In: BERCOVITCH, J.; KREMENYUK, V.; ZARTMAN, W. (Ed.) **The SAGE handbook of conflict resolution**. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington DC: SAGE, 2009, p. 376-91.

UN. United Nations. **Charter of the United Nations**. San Francisco: United Nations, 1945. Disponível em: < <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter6.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2010.

UN. United Nations. **The future we want**. United Nations Conference on Sustainable Development (Rio +20). Rio de Janeiro, Brasil 20-22 Jun. 2012. Disponível em: <https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.2161-1_english.pdf>. Acesso em 25 jun. 2012.

VARGAS, L. **Guia para apresentação de trabalhos escritos**. 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/faem/agronegocios/downloads/guia_para_apresentacao_de_trabalho_s.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2012.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, 2011, p. 43-51.

História, São Paulo, v.26, n.51, p.251-262,
ZANIRATO, S.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio2006.
cultural: a percepção da natureza como um
bem não renovável. **Revista brasileira de**

APÊNDICE A - Carta de Apresentação do Questionário

**Grupo de Pesquisa Governança Ambiental
Universidade de São Paulo**

E-mail: govamb@gmail.com. Endereço: Rua do Anfiteatro 181- Colmeias - Favo 14 - Cidade Universitária - São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Telefone: (11) 3091-3330.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado Conselheiro(a),

O Grupo de Pesquisa Governança Ambiental (GovAmb – PROCAM/IEEUSP) o convida a colaborar com o projeto de pesquisa “*Aprendizagem Social e sua Aplicação nas Relações entre Ciência e Governança Ambiental: Quatro Estudos de Caso no Estado de São Paulo*”, sob a coordenação do *Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi* e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq Proc. N. 476500/2010-9)

Sua colaboração é fundamental para a o bom desenvolvimento da pesquisa e, principalmente, para incrementar os processos de gestão do Conselho da APA à qual pertence. Assim, o(a) senhor(a) está recebendo:

- 1) Um envelope selado e endereçado ao GovAmb;
- 2) Duas cópias assinadas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- 3) Uma cópia do questionário: “Análise dos Fatores que Interferem na Aprendizagem Social na Dinâmica de Funcionamento do Conselho Gestor”.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar da pesquisa, solicitamos que encaminhe no envelope selado o questionário respondido e uma cópia do Termo de Consentimento assinada. Como o envelope já está selado, não haverá custo para envio dos documentos, sendo apenas necessário entregá-lo na agência dos Correios mais próxima.

Desde já agradecemos sua colaboração,

Cidade, “dia” de “mês” de “ano”.

Pedro R. Jacobi



APÊNDICE B - Carta de Apresentação da Entrevista



**Grupo de Pesquisa Governança Ambiental
Universidade de São Paulo**

E-mail: govamb@gmail.com. Endereço: Rua do Anfiteatro 181- Colmeias - Favo 14 - Cidade Universitária - São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Telefone: (11) 3091-3330.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Cidade, “dia” de “mês” de “ano”.

Prezado Senhor(a),

Esta entrevista semiestruturada é um dos procedimentos metodológicos para elaboração da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, intitulada “Governança Ambiental e Aprendizagem Social: Estudo de Caso da APA Itupararanga”, com orientação da Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza.

Saliento que esta entrevista é exclusivamente para uso acadêmico.

Atenciosamente,

Luizi Maria Brandão Estancione
*Bacharel em Gestão Ambiental e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
Instituto de Energia e Ambiente
Universidade de São Paulo*



APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Questionário

**Grupo de Pesquisa Governança Ambiental
Universidade de São Paulo**

E-mail: govamb@gmail.com. Endereço: Rua do Anfiteatro 181- Colmeias - Favo 14 - Cidade Universitária - São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Telefone: (11) 3091-3330.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro que fui informado(a) **sobre** a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, no endereço divulgado acima.

Afirmo que aceitei participar da pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para o desenvolvimento do projeto.

Minha colaboração se dará por meio de resposta ao questionário “*Análise de fatores que interferem na aprendizagem social na dinâmica de funcionamento do Conselho Gestor*” elaborado para levantar informações sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho com ênfase nos fatores que favorecem a Aprendizagem Social e sobre o papel das universidades e centros de pesquisa na gestão da APA _____, da qual participo como representante.

Foi esclarecido que minha participação se dará de forma sigilosa e privada, sendo que meu nome não será divulgado em nenhum momento da pesquisa. Além disso, tenho consciência de que posso desistir de participar a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade, “dia” de “mês” de “ano”.

Assinatura do participante

Coordenador: Pedro R. Jacobi

Apoio:



USP



Patrocínio:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Proc. NO 476500/2010-9

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Entrevista

**Grupo de Pesquisa Governança Ambiental
Universidade de São Paulo**

E-mail: govamb@gmail.com. Endereço: Rua do Anfiteatro 181- Colmeias - Favo 14 - Cidade Universitária - São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Telefone: (11) 3091-3330.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro que fui informado(a) sobre o trabalho Governança Ambiental e Aprendizagem Social: Estudo de Caso da Área de Proteção Ambiental Itupararanga da mestrandia Luizi Maria Brandão Estancione, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, no endereço divulgado acima.

Afirmo que aceitei participar da pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para o desenvolvimento do projeto.

Minha colaboração se dará por meio de participação em entrevista para levantar informações sobre a criação da APA Itupararanga e a dinâmica de funcionamento de seu Conselho Gestor com ênfase nos fatores que favorecem à Participação e à Aprendizagem Social.

Foi esclarecido que minha participação se dará de forma sigilosa e privada, sendo que meu nome não será divulgado em nenhum momento da pesquisa. Além disso, tenho consciência de que posso desistir de participar a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade, “dia” de “mês” de “ano”.

Assinatura do participante

Mestranda: Luizi Maria Brandão Estancione

Apoio:

Patrocínio:



USP



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Proc. NO 476500/2010-9

APÊNDICE E - Questionário

ANÁLISE DOS FATORES QUE INTERFEREM NA APRENDIZAGEM SOCIAL E NA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR

Prezado Conselheiro,

Quando um grupo de pessoas se reúne para discutir a gestão de um bem comum, elas aprendem a conviver, dialogar e tomar decisões de forma conjunta. Essa é a principal característica da Aprendizagem Social, que faz com que os processos de gestão participativa sejam aprimorados e os grupos gestores fortalecidos.

A fim de entender como os processos de aprendizagem acontecem em grupos gestores brasileiros e como eles podem ser estimulados através de uma maior aproximação dos conselhos e das universidades e centros de pesquisa, estamos desenvolvendo o projeto “*Aprendizagem Social e sua Aplicação nas Relações entre Ciência e Governança Ambiental: Quatro Estudos de Caso no Estado de São Paulo*”.

O presente questionário integra o projeto e será aplicado nos quatro conselhos estudados com o objetivo de: 1) levantar informações sobre a dinâmica de operação do Conselho Gestor, com foco em fatores que podem favorecer a Aprendizagem Social; e 2) entender como está e qual deve ser o papel das universidades e centros de pesquisas no processo de gestão.

Ele deve ser respondido individualmente e não é necessário identificar-se. Pedimos apenas que informe o nome da instituição à qual o senhor(a) pertence para que possamos saber quais instituições que participam do Conselho responderam ao questionário, a fim de evitar repetições.

Em caso de dúvidas no preenchimento de qualquer questão, fique a vontade para entrar em contato com o grupo de pesquisa através das informações de contato apresentadas abaixo.

Desde já agradecemos a colaboração,



**Grupo de Pesquisa Governança Ambiental
Universidade de São Paulo**

E-mail: govamb@gmail.com. Endereço: Rua do Anfiteatro 181- Colmeias - Favo 14 - Cidade Universitária - São Paulo - SP. CEP: 05508-900. Telefone: (11) 3091-3330.

1. DADOS DO CONSELHEIRO

Assinalar as alternativas com X ou preencher os espaços em branco.

1. Instituição: _____	
2. Tempo de trabalho na instituição: _____ anos	3. Grau de Escolaridade: _____

4. Participa em outros Conselhos Gestores: [] Sim; [] Não.

4.1. Se sim, quais e há quanto tempo? _____

5. O que levou você a participar deste Conselho? _____

6. Em sua opinião, o que caracteriza um bom conselho? _____

2. FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL

2.1. REPRESENTATIVIDADE, ENVOLVIMENTO e MOTIVAÇÃO DOS CONSELHEIROS E CONHECIMENTO DAS LIDERANÇAS E FACILITADORES

7. Qual é, para você, o principal motivo de criação dessa APA? _____

Quem deve participar das seguintes atividades no Conselho Gestor da APA? Indique a instituição ou **assinale com um X**.

Atividades	Instituição do conselho (especificar qual)	Gestor	Todos	Não sei responder
8. Divulgar informações sobre a APA e seu processo de gestão participativo, convidando a sociedade a se integrar à gestão.				
9. Propor assuntos para serem discutidos nas reuniões.				
10. Divulgar ações do conselho.				
11. Colaborar para a elaboração e a implementação de políticas de proteção ao meio ambiente.				
12. Apresentar informações para subsidiar as discussões.				
13. Discutir o licenciamento de obras que ocorrem na região.				
14. Levantar demandas para elaboração de pesquisas na região.				
15. Ordenar as atividades de mineração exercidas na região.				
16. Ordenar as atividades agrícolas exercidas na região.				
17. Ordenar as atividades de aquicultura e de pesca exercidas região.				
18. Ordenar as atividades industriais exercidas na região.				
19. Ordenar as atividades turísticas exercidas na região.				
20. Acompanhar a aplicação de recursos financeiros destinados à APA.				
21. Outros: _____				

22. Em sua opinião, qual deve ser o papel das universidades e dos institutos de pesquisa dentro do Conselho Gestor? _____

23. Como é a relação de proximidade das universidades e dos institutos de pesquisa com o Conselho Gestor?

Ótima; Boa; Regular; Insuficiente; Não sei.

23.1. O que eles têm feito para contribuir com a gestão? _____

23.2. O que poderia melhorado? _____

Considerando os representantes que participam do Conselho:

24. Os representantes mais ativos favorecem ou inibem a participação dos demais membros?

Assinale Sim (S), Não (N) ou “Não sei responder” (NR) para as questões abaixo:	S	N	NR
25. Você considera que todos os representantes membros do conselho são imprescindíveis para a gestão? 25.1. Porque? _____			
26. Há alguma instituição que não compõe o Conselho e deveria estar presente? 26.1. Se sim, qual(is)? _____			
27. Os conselheiros, no geral, são flexíveis para mudar suas posições?			
28. Você, no geral, é flexível para mudar sua posição acerca de um problema após as discussões nas reuniões do Conselho?			

29. Quais são os representantes das instituições mais próximas de você no que diz respeito aos pontos de vista e às trocas de informações?

Nome: _____.

Nome: _____.

Nome: _____.

Nome: _____.

Nome: _____.

Nome: _____.

30. Com quais pessoas e/ou instituições, que não participam do Conselho, você costuma discutir a gestão da APA? (Cite quantas desejar.)

31. Como as discussões realizadas dentro do Conselho são divulgadas em sua instituição?

Não há divulgação

Reuniões

Informativos impressos

Listas de e-mail

Conversas informais

Outros _____.

32. Como você avalia sua participação no processo de tomada de decisão das reuniões do Conselho?

Muito satisfatória; **Satisfatória;** **Insatisfatória.**

32.1. Por quê? _____

Marcar uma das opções: **Muito Satisfatória (MS)**, **Satisfatória (S)**, ou **Insatisfatória (I)**

Como você avalia a atuação do Conselho considerando os seguintes fatores:	MS	S	I
33. Envolvimento dos participantes do Conselho nas discussões.			
34. Inserção das ações do conselho no dia a dia da sociedade.			
35. Identificação das prioridades para a gestão da região.			
36. Interação com outros Conselhos e Fóruns participativos.			
37. Despertar o interesse da comunidade para as questões ambientais da região.			
38. Participação em discussões sobre obras de grande impacto ambiental da região.			
39. Disseminação de informações sobre a APA e as ações do Conselho.			
40. Influência do conselho gestor na atuação de órgãos gestores municipais, estaduais ou federais.			

2.2. ARRANJO POLÍTICO INSTITUCIONAL, DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO E SUBSÍDIOS À PARTICIPAÇÃO

A dinâmica de funcionamento do Conselho Gestor é adequada aos desafios colocados? **Responder a esta pergunta considerando os fatores que são apresentados a seguir.**

A) Meios de comunicação utilizados:

41. Quais os instrumentos de comunicação mais utilizados na dinâmica do Conselho? **(Marque um X.)**

Conversas informais; Telefone; Jornal impresso;
 Revista impressa; Boletim impresso; E-mails dos participantes;
 Site; Boletim eletrônico; Programas de rádio;
 Outros _____

41.1. Os instrumentos utilizados são eficientes para comunicação no Conselho.

Sim; **Não;** **Não sei responder.**

B) Realização das reuniões e divulgação das informações relacionadas ao processo de gestão:

Assinale Sim [S]; Não [N] ou “Não sei responder” [NR]	S	N	NR
42. A frequência das reuniões é adequada? 42.1. Se não, por que? _____			
43. Os assuntos que compõem a pauta são baseados em prioridades identificadas e elencadas conjuntamente pelo Conselho?			
44. Existem instituições que tem maior poder de influenciar na escolha dos assuntos prioritários nas reuniões do Conselho?			
45. Quando há divergência de opinião, são buscadas novas informações para continuar a discussão?			
46. Existem acordos oficialmente instituídos em documentos do CG que garantam uma boa convivência entre os representantes nas reuniões? 46.1. Se sim: [] Facilitam os encaminhamentos. [] Prejudicam a participação de alguns conselheiros?			
46.2. Se não, são necessários?			
47. Os documentos elaborados pelo Conselho são elaborados com linguagem de fácil compreensão e acessível a todos?			

Quanto os seguintes fatores interferem em sua presença nas reuniões do Conselho:	Muito	Médio	Pouco	Nada
48. Local das reuniões distante de local de trabalho/moradia.				
49. Horário das reuniões incompatível com outras atividades.				
50. Tempo para ir à todas as reuniões.				
51. Disponibilidade de recurso para participar de todas as reuniões.				
52. Interesse nos assuntos em pauta.				
53. Outros: _____				

C) As informações utilizadas durante as discussões no Conselho Gestor:

Assinale Sim (S), Não (N) ou Não sei responder (NR) para as questões abaixo:	S	N	NR
54. O conhecimento local é considerado na tomada de decisões?			
55. As informações das universidades e instituições de pesquisa são consideradas mais importantes que as demais informações para a tomada de decisão? 55.1. Por quê? _____			
56. O conselho realiza visitas a campo para levantar informações (demandas, prioridades, opiniões) sobre a realidade local e levar para a discussão? 56.1. Se sim, as informações são apresentadas a todos os membros do conselho e consideradas na tomada de decisão?			
57. As decisões do Conselho são colocadas em prática pelo órgão estadual de meio ambiente?			

D) A estrutura interna do Conselho Gestor:

Considere os grupos de trabalho e as câmaras técnicas/temáticas criados no Conselho:

58. Eles possibilitam que assuntos sejam discutidos de maneira mais profunda?

Sim; Não; Não sei responder.

58.1. Se sim, por que? (Marque X):

- menor número de pessoas dentro desses grupos;
- menor número de temas discutidos em cada grupo;
- maior convergência de interesses dentro desses grupos;
- maior disponibilidade de tempo para discutir.

59. De que forma as discussões realizadas nos grupos menores são apresentadas no Conselho?

- São rediscutidas desde o início no Conselho;
- O resultado ou encaminhamento da discussão é apresentado ao Conselho, que delibera sobre ele;
- São apresentados os principais pontos levantados no grupo e o resultado/encaminhamento final é elaborado na reunião do Conselho;
- Outras: _____.
- Outras: _____.

60. Utilize o espaço abaixo, para completar qualquer reposta ou fazer comentários que julgar pertinente.

Obrigada!

APÊNDICE F - Roteiro de Entrevista

Sorocaba, “dia” de “mês” de “ano”.

Prezados senhores,

Esta entrevista semiestruturada é um dos procedimentos metodológicos para elaboração da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, intitulada “Governança Ambiental na Área de Proteção Ambiental de Itupararanga”, com orientação da Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza.

Ressalto que esta entrevista é exclusivamente para uso acadêmico.

Atenciosamente,

Luizi Maria Brandão Estancione
Bacharel em Gestão Ambiental e Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
Instituto de Energia e Ambiente
Universidade de São Paulo

ROTEIRO DE ENTREVISTA**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO***(Assinalar as alternativas com X)*

- ☒ Sexo: Feminino; Masculino.
- ☒ Idade: De 18 a 25 anos; De 26 a 35 anos; De 36 a 45 anos; De 46 a 55 anos; De 56 a 65 anos; Acima de 66 anos.
- ☒ Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Fundamental Completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo; Graduação Incompleta; Graduação Completa; Especialização; Mestrado; Doutorado; Pós Doutorado.
- ☒ Formação:
.
- ☒ Atividade profissional: Estudante; Funcionário CLT; Funcionário Público; Estatutário/ Cargo de Confiança; Prestador de Serviços; Empresário; Outros: .
- ☒ Instituição em que trabalha: Órgão Público; Empresa Privada; Empresa Pública; Organizações Não Governamentais; Outros: .
- ☒ Tempo de trabalho na instituição: Até 1 ano; Entre 1 e 2 anos; Entre 2 e 4 anos; Entre 4 e 8 anos; Entre 8 e 16 anos; Acima de 16 anos.
- ☒ Participação em Comitês ou Conselho Gestores: Sim; Não. Se sim, Quais? .
- ☒ De qual(is) Biênio(s) (como representante de sua instituição) do CG da APA Itupararanga você participou(a): 2004-2006; 2006-2009; 2009-2011; 2011-2013; 2013-2015.

PARTE II – CAMINHO PERCORRIDO

1 Caminho Individual.

- 1.1** Quais os fatores que promoveram seu interesse da participação do processo de criação da APA Itupararanga ou no Conselho Gestor?
- 1.2** Que sentimentos essa Unidade de Conservação suscita em você?

2 Histórico da APA Itupararanga.

- 2.1** Sobre a criação da APA Itupararanga, você participou deste processo?
() Sim; () Não; () Parcialmente.
- 2.2** Você participou da Câmara Técnica do CBH-SMT referente à criação da APA de Itupararanga?
() Sim; () Não; () Parcialmente.

Em caso afirmativo

- 2.2.1** Qual a importância da CT para a criação da APA Itupararanga?
- 2.2.2** Qual era a importância atribuída à ela pelos partícipes do CBH-SMT?
- 2.2.3** Qual era a importância atribuída à ela pelos órgãos governamentais?
- 2.2.4** Os segmentos governamentais e da sociedade civil participavam dela?
() Sim; () Não; () Parcialmente.

Em caso afirmativo

- 2.2.5** Harmoniosamente ou em conflito?
- 2.3** Você considera que o processo de criação da APA Itupararanga foi participativo quanto ao envolvimento dos órgãos governamentais e da sociedade civil?
() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.
- 2.3.1** Por quê?

Em caso afirmativo

- 2.3.2** Como se deu esse processo participativo?
- 2.3.3** O que você considera essencial no processo quanto à participação?
- 2.4** Houveram períodos de inflexões entre consensos e conflitos?
() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

Em caso afirmativo

- 2.4.1** Qual foi o período?
- 2.4.2** Quais temas estavam relacionados às inflexões?
- 2.4.3** Os atores estavam organizados de alguma forma?

3 Histórico do Conselho Gestor da APA Itupararanga.

- 3.1** Existiram conflitos na formação do Conselho Gestor da APA Itupararanga?
() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.
- 3.1.1** Por quê?

- 3.2** Como se chegou à atual estrutura de representação do Conselho Gestor? (Se foi consensual ou não e por que).
- 3.3** Analisar brevemente o histórico da gestão da APA Itupararanga no período em que o senhor(a) participou do Conselho Gestor, principalmente suas percepções acerca da gestão participativa e da representatividade dos atores sociais.
- 3.4** Desde a criação do Conselho Gestor até o momento atual quais foram os avanços e entraves promovidos pela gestão participativa?
- 3.5** Como você avalia a representatividade dos participantes do Conselho Gestor frente à população da região?
() Excelente; () Ótima; () Razoável; () Ruim; () Péssima.
- 3.5.1** Por que?
- 3.6** Para você, qual é o grau de informações sobre as ações do Conselho Gestor em toda região?
() Alto; () Regular; () Baixo; () Nenhum; () Não sei.
- 3.6.1** Por quê?
- 3.7** A seu ver, os temas discutidos no Conselho Gestor da APA Itupararanga são debatidos em outros âmbitos da sociedade?
() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.
- Em caso negativo
- 3.7.1** Por que?
- Em caso afirmativo
- 3.7.2** Quais os principais temas discutidos nestas instâncias.
- 3.8** Como é o relacionamento do Conselho Gestor com o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê?
() Excelente; () Ótima; () Razoável; () Ruim; () Péssima; () Não sei.
- 3.8.1** Por que?
- 3.8.2** Qual o espaço que o Conselho Gestor tem dentro do CBH-SMT?
- 3.8.3** Os temas discutidos no Conselho Gestor da APA Itupararanga são debatidos no CBH-SMT?
() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.
- Em caso negativo
- 3.8.3.1** Por que?
- Em caso afirmativo
- 3.8.3.2** Quais os principais temas discutidos em ambas as instâncias?

PARTE II – AVALIAÇÃO: GOVERNANÇA E APRENDIZAGEM SOCIAL

4 Há controle por parte da sociedade no território da APA de Itupararanga?

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

Em caso negativo

4.1 Por que?

4.2 Isso está relacionado à participação social (desmotivação ou desinteresse) e/ou às questões de cunho político e econômico?

Em caso afirmativo

4.3 Como isto se dá?

5 **No seu ver, o controle social é importante?**

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

5.1 Por que?

5.2 O controle por parte da sociedade é suficiente?

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

5.2.1 Por que?

5.2.2 O que precisa ser melhorado?

6 **Como você avalia a estrutura organizacional atual da gestão de recursos naturais no(s) município(s) da APA.**

6.1 Ocorreram mudanças no decorrer do(s) processo(s)?

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

Em caso afirmativo

6.1.1 Quais?

6.1.2 Como ocorreram?

6.2 Como você classifica estas mudanças?

() Excelentes; () Ótimas; () Razoáveis; () Ruins; () Péssimas; () Não sei.

6.3 Por que?

7 **Tendo em vista que a Aprendizagem Social é um processo que ocorre entre os conselheiros a partir de interações com diálogo, escuta e aprendizado recíprocos. Na sua opinião, existiu um processo de Aprendizagem Social na criação da APA Itupararanga?**

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

7.1 Por que?

Em caso afirmativo

7.2 Como ele se dá?

8 **Tendo em vista que a Aprendizagem Social é um processo que ocorre entre os conselheiros a partir de interações com diálogo, escuta e aprendizado recíprocos. Na sua opinião, existe um processo de Aprendizagem Social no Conselho Gestor da APA de Itupararanga?**

() Sim; () Não; () Parcialmente; () Não sei.

8.1 Por que?

Em caso afirmativo

8.2 Como ele se dá?

APÊNDICE G - Conselheiros do Biênio 2011-2013 do Conselho Gestor da APA Itupararanga

Identificação dos partícipes do Conselho Gestor (biênio 2011-2013) da APA Itupararanga³⁷.

STAKEHOLDER ("T" é TITULAR e "S" é SUPLENTE)	POSIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
T: Elzo Savella*; S: Não há.	Trabalha na Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Votorantim**	T: seg@votorantim.sp.gov.br; sema@votorantim.sp.gov.br
T: João Paulo Tadorelli*; S: Não há.	Trabalha na Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mairinque**	T: btadorelli@uol.com.br
T: Fernando Gomes*; S: Paulo Afonso Gomes.	Trabalha na Divisão de Comércio, Indústria e Agricultura da Prefeitura Municipal de Alumínio**	T: amultigarden@hotmail.com; amultiambiental@terra.com.br S: bosco.meioambiente@hotmail.com
T: Juliana Egydio Caldevilla; S: Wilson de Moraes Rosa Filho.	Trabalha na Divisão de Meio Ambiente (Titular) e na Secretaria de Turismo (Suplente) da Prefeitura Municipal de São Roque**	T: jecaldevilla@saoroque.sp.gov.br S: wmfilho@saoroque.sp.gov.br
T: Michel Xocaira Paes*; S: Meirielen Caroline da Silva.	Trabalha na Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piedade**	ambiente.piedade@gmail.com
T: Arthur Alexandre Pedroso; S: Aleksandro Donizete Vaz Lopes.	Trabalha no Departamento de Planejamento Urbano (Titular) e na Divisão de Agricultura (Suplente) da Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista**	T: planejamento@vargemgrandepta.sp.gov.br S: agricultura@vargemgrandepta.sp.gov.br
T: Exonerado; S: Cristina Maria Oka*.	Trabalha na Secretaria de Meio Ambiente (Titular) e Secretaria de Turismo e Cultura (Suplente) da Prefeitura Municipal de Cotia**	-
T: Fernando Salles Rosa; S: Mauro Issler.	Trabalha na Secretaria de Meio Ambiente (Titular) e Secretaria de Turismo e Cultura (Suplente) da Prefeitura Municipal de Ibiúna**	T: fesrosa@yahoo.com.br S: mauro@issler.com.br
T: Adalto Luis Veloso Nunes; S: Rodrigo Hidalgo Friciello Teixeira.	Trabalha no Zoológico Municipal Quinzinho de Barros da Prefeitura Municipal de Sorocaba**	T: anunes@directnet.com.br S: rhftzoo@hotmail.com.
T: Sandra Eliza Beu*; S: Claudia Avanzi.	Gestor de APAs e presidente de CGs. Trabalha na <i>Fundação Florestal (FF)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: sandrabeu.apa@gmail.com
T: Eduardo Luis Catharino*; S: Clóvis José Fernandes de O. Júnior.	Trabalha no <i>Instituto de Botânica (IB)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: mcatharin@uol.com.br S: clovisc2@yahoo.com.br
T: Selma Gouveia de Barros; S: João Henrique de Siqueira Quissak Pereira; T: Célia Alves; S: Não há.	Trabalha na <i>Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN de Sorocaba)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: selmag@ambiente.sp.gov.br S: joaohenrique@ambiente.sp.gov.br T: celiaas@ambiente.sp.gov.br
T: Rosângela Aparecida César*; S: Sétimo Humberto Maragon.	Trabalha na <i>Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: rosangelac@cetesbnet.sp.gov.br S: setimo@cetesbnet.sp.gov.br
T: Maria Luiza Moura Mendes*; S: José Gustavo Quagliato Pereira.	Trabalha na <i>Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	edr.sorocaba@cati.sp.gov.br
T: Adalberto José Monteiro Júnior; S: Maurício Keniti Nagata.	Trabalha no Instituto de Pesca do Governo do Estado de São Paulo	T: amonteiro@pesca.sp.gov.br S: mauricio@pesca.sp.gov.br
T: Renato Alves da Silva*; S: Arlei Ribeiro de Barros.	Trabalha no <i>Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	S: arlei.barros@daee.sp.gov.br
T: Edinei Antonio Antunes; S: Júlio César Jacometto.	Trabalha na <i>Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: eaantunes@sabesp.com.br S: jjacometto@sabesp.com.br
T: Tenente Guilherme D'artagnan Carvalho e Silva Boppre*; S: Marcio de Moraes.	Trabalha na <i>Policia Militar Ambiental (PM)**</i> do Governo do Estado de São Paulo	T: dartagnan@policiamilitar.sp.gov.br S: marciodemoraes@policiamilitar.sp.gov.br
T: Capitão PM Miguel Angelo de Campos; S: 1º Tenente PM Nerval Correia Filho.	Trabalha no Corpo de Bombeiros do Governo do Estado de São Paulo	T: miguel.policiamilitar.sp.gov.br S: nerval.policiamilitar.sp.gov.br
T: Iara Bernardi; S: Eugênio Carlos Fattori.	Representa a Sociedade Civil no Instituto Plena Cidadania	T: bernardi.iara@uol.com.br S: geninhofattori@uol.com.br
T: Davi Santos Genesi*; S: Gustavo Gil Rangel.	Representa a Sociedade Civil no <i>Grupo de Trabalho Ambiental (GTA) – Jerivá**</i>	T: daviambiental@gmail.com S: gustavorangeljoaodogor@gmail.com
T: Luis Carlos Durões; S: Helia Maria Piedade.	Representa a Sociedade Civil na <i>Associação dos moradores e proprietário de lotes no loteamento clube dos oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Adjacentes (A.M.P.L.C.O.P.M.E.S.P.A.)</i>	T: luis.duroes@uol.com.br S: heliavet@globo.com

³⁷ Pautado pelo guia do *Project Management Body of Knowledge (PMBOK)* desenvolvido pelo *Project Management Institute (PMI)*.

STAKEHOLDER ("T" é TITULAR e "S" é SUPLENTE)	POSIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
T: Francisco Coelho Paim Neto*; S: Paulo Renato Mazzaro.	Representa a Sociedade Civil na <i>Associação dos engenheiros, arquitetos e agrônomos (ASSEA)**</i>	T: averdeterra@yahoo.com.br S: paulomazzaro@ig.com.br
T: Antônio Custódio Cardoso Neto; S: Maurício Shiguenori Tashibana.	Representa a Sociedade Civil no Sindicato Rural de Ibiúna	T: toninho5346@ig.com.br S: siribiu@gmail.com
T: Etelvino Nogueira *; S: Ivonildo Vieira.	Representa a Sociedade Civil na <i>Associação Missionária dos Amigos e Servos do Senhor Jesus Fonte de Água Viva</i> " (A.M.A.S.S.J.F.V.)**	T: v.etelvino@camarasaoroque.sp.gov.br S: ivonildovieira@hotmail.com consultoriavieiras@terra.com.br
T: Alexandre Haberkorn*; S: Alexandre Rodrigues Dias.	Representa a Sociedade Civil no <i>Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA)**</i>	T: alexhaber@ipesa.org.br S: alerodrigues@ipesa.org.br
T: Maria Auxiliadora de Assis Tschiner*; S: Allan S. Popak.	Representa a Sociedade Civil no <i>Instituto de Proteção Ambiental de Cotia (In-PACTO)**</i>	T: in.pacto.org@gmail.com S: a.popak@gmail.com
T: André Cordeiro Alves dos Santos*; S: Rogério Hartung Toppa.	Representa a Sociedade Civil na <i>Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) Campus Sorocaba**</i>	T: andrecas@ufscar.br S: toppa@ufscar.br
T: Alcenolobo Carlos de Souza Lobo*; S: Ildéia Maria de Souza*.	Representa a Sociedade Civil na <i>Associação de Psicólogos da Represa Itupararanga (APRI)**</i>	T: alcenolobo@gmail.com S: ildeiamaria@uol.com.br
T: Salvador Alves dos Santos; S: Rafaela da Silva Machado.	Representa a Sociedade Civil na <i>Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região (CETRIL)</i>	T: versalvador@hotmail.com S: rafaela@cetril.com.br
T: João Batista Rodarte; S: Camila Fortes.	Representa a Sociedade Civil na <i>SOS Itupararanga**</i>	T e S: sositupararanga@terra.com.br
T: Eleusa Maria Silva; S: Vanessa Senteio Smith.	Representa a Sociedade Civil na <i>Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)</i>	T: emsambiente@gmail.com S: vanessaadvo@yahoo.com.br
T: Eva Alexandra Corrêa Marius; S: Roberto Polga.	Representa a Sociedade Civil no <i>Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)</i>	T: emarius@ciespsorocaba.com.br S: roberto.polga@fiesp.org.br
T: Vilma Palazetti de Almeida; S: Minoru Iwakami Beltrão.	Representa a Sociedade Civil na <i>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) - Campus Sorocaba</i>	T: vpalazetti@pucsp.br S: minorub@pucsp.br
Legenda:		
* São representantes que permaneceram no CG do biênio 2009-2011 para o biênio 2011-2013;		
** São instituições que permaneceram no CG do biênio 2009-2011 para o biênio 2011-2013.		

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos fornecidos pela Fundação Florestal.

APÊNDICE H - Tabelas referentes ao subcapítulo 3.4

Ensino e rede escolar.

ENSINO E REDE ESCOLAR (2012) (em Unidades)		ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
	Total	14998	9	134	69	69	31	33	181	29	44
<i>Ensino fundamental</i>	<i>Escola pública estadual</i>	4888	0	28	13	13	10	0	84	8	12
	<i>Escola pública municipal</i>	5999	8	68	50	50	17	22	42	14	26
	<i>Escola privada</i>	4110	1	38	6	6	4	11	55	7	6
	Total	6291	2	38	15	15	13	11	89	13	17
<i>Ensino médio</i>	<i>Escola pública estadual</i>	3961	1	21	10	10	11	4	56	8	13
	<i>Escola pública municipal</i>	65	0	0	0	0	0	0	4	0	0
	<i>Escola privada</i>	2260	1	17	5	5	2	7	29	5	4
	Total	12078	7	102	42	42	22	34	161	24	28
<i>Ensino pré-escolar</i>	<i>Escola pública municipal</i>	6304	7	65	36	36	16	26	79	15	21
	<i>Escola privada</i>	5733	0	37	6	6	6	8	82	9	7

NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Censo Educacional 2012.

Serviços de saúde.

SERVIÇOS DE SAÚDE (2009)		ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Estabelecimentos de saúde</i>	TE	14215	5	55	20	17	10	31	223	10	22
	TLI	95585	0	594	51	0	554	171	2.968	0	84
<i>Estabelecimentos públicos de saúde</i>	TE	5850	4	32	17	15	6	11	41	9	15
	TLI	23809	0	109	51	0	0	0	332	0	84
	E estaduais	181	0	1	0	0	0	0	1	0	0
	LI estaduais	15203	0	109	0	0	0	0	332	0	0
	E municipais	5640	4	31	17	15	6	11	40	9	15
	LI municipais	8516	0	0	51	0	0	0	0	0	84
	TE	8365	1	23	3	2	4	20	182	1	7
	TLI	71776	0	485	0	0	554	171	2.636	0	0
<i>Estabelecimentos privados de saúde</i>	ECFL	7481	1	21	3	2	3	19	170	1	7
	ESFL	884	0	2	0	0	1	1	12	0	0
	Saúde SUS	1417	0	1	0	1	2	4	34	0	0
	LI SUS	50726	0	112	0	0	554	148	2.230	0	0

NOTA 1: Total de Estabelecimentos (TE); Total de Leitos para Internação (TLI); Estabelecimentos (E); Estabelecimentos Com fins lucrativos (ECFL); Estabelecimentos Sem fins Lucrativos (ESFL) e; Leitos para Internação de saúde SUS (LI SUS).

NOTA 2: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Produção agrícola municipal - lavoura permanente.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL LAVOURA PERMANENTE (2013)			ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Abacate</i>	QTDP	t	85101	-	-	150	28	540	16	33	-	-
	VP	mil reais	71024	-	-	135	25	486	14	30	-	-
	ADC	ha	4374	-	-	5	2	18	1	1	-	-
	AC	ha	4344	-	-	5	2	18	1	1	-	-
	RM	kg/ha	19590	-	-	30.000	14.000	30.000	16.000	33.000	-	-
<i>Banana (cacho)</i>	QTDP	t	1090009	15	-	-	20	200	300	-	-	-
	VP	mil reais	687484	11	-	-	15	152	179	-	-	-
	ADC	ha	51434	1	-	-	1	10	15	-	-	-
	AC	ha	50709	1	-	-	1	10	15	-	-	-
	RM	kg/ha	21495	15.000	-	-	20.000	20.000	20.000	-	-	-
<i>Café (em grão) Total</i>	QTDP	t	273928	-	-	7	-	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	1208140	-	-	29	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	206971	-	-	4	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	206335	-	-	4	-	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	1328	-	-	1.750	-	-	-	-	-	-
<i>Café (em grão) Arábica</i>	QTDP	t	273913	-	-	7	-	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	1208075	-	-	29	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	206961	-	-	4	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	206325	-	-	4	-	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	1328	-	-	1.750	-	-	-	-	-	-
<i>Caqui</i>	QTDP	t	91773	-	-	2.371	170	3.328	255	84	-	-
	VP	mil reais	132718	-	-	5.394	387	7.571	580	191	-	-
	ADC	ha	3679	-	-	57	4	80	6	2	-	-
	AC	ha	3677	-	-	57	4	80	6	2	-	-
	RM	kg/ha	24959	-	-	41.596	42.500	41.600	42.500	42.000	-	-
<i>Goiaba</i>	QTDP	t	138058	-	-	100	-	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	104306	-	-	117	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	4472	-	-	5	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	4472	-	-	5	-	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	30872	-	-	20.000	-	-	-	-	-	-
<i>Laranja</i>	QTDP	t	13018878	98	-	367	343	24	441	3.600	-	-
	VP	mil reais	2877816	63	-	237	221	15	284	2.322	-	-
	ADC	ha	456818	4	-	15	14	1	18	100	-	-
	AC	ha	446043	4	-	15	14	1	18	100	-	-
	RM	kg/ha	29187	24.500	-	24.467	24.500	24.000	24.500	36.000	-	-
<i>Limão</i>	QTDP	t	773411	83	-	86	73	293	49	-	-	-
	VP	mil reais	420946	66	-	68	58	233	39	-	-	-
	ADC	ha	23093	3	-	5	3	12	2	-	-	-
	AC	ha	23085	3	-	5	3	12	2	-	-	-
	RM	kg/ha	33503	27.667	-	17.200	24.333	24.417	24.500	-	-	-
<i>Maçã</i>	QTDP	t	3742	-	-	-	-	34	-	100	-	-
	VP	mil reais	3891	-	-	-	-	30	-	90	-	-
	ADC	ha	178	-	-	-	-	4	-	5	-	-
	AC	ha	178	-	-	-	-	4	-	5	-	-
	RM	kg/ha	21022	-	-	-	-	8.500	-	20.000	-	-
<i>Manga</i>	QTDP	t	214260	-	-	-	-	-	-	48	-	-
	VP	mil reais	114868	-	-	-	-	-	-	43	-	-
	ADC	ha	11635	-	-	-	-	-	-	3	-	-
<i>Manga</i>	AC	ha	11635	-	-	-	-	-	-	3	-	-
	RM	kg/ha	18415	-	-	-	-	-	-	16.000	-	-
<i>Maracujá</i>	QTDP	t	22553	-	-	-	-	-	-	77	-	-

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL LAVOURA PERMANENTE (2013)			ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Maracujá</i>	VP	mil reais	32995	-	-	-	-	-	-	116	-	-
	ADC	ha	1381	-	-	-	-	-	-	4	-	-
	AC	ha	1381	-	-	-	-	-	-	4	-	-
	RM	kg/ha	16331	-	-	-	-	-	-	19.250	-	-
	QTDP	t	298	-	-	100	-	-	-	-	-	-
<i>Pera</i>	VP	mil reais	668	-	-	173	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	23	-	-	5	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	23	-	-	5	-	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	12957	-	-	20.000	-	-	-	-	-	-
	QTDP	t	26849	-	-	-	138	270	-	-	-	-
<i>Pêssego</i>	VP	mil reais	80392	-	-	-	336	657	-	-	-	-
	ADC	ha	1246	-	-	-	10	10	-	-	-	-
	AC	ha	1246	-	-	-	10	10	-	-	-	-
	RM	kg/ha	21548	-	-	-	13.800	27.000	-	-	-	-
	QTDP	t	323321	-	-	489	130	-	196	-	-	-
<i>Tangerina</i>	VP	mil reais	183859	-	-	281	75	-	113	-	-	-
	ADC	ha	11121	-	-	20	5	-	8	-	-	-
	AC	ha	11121	-	-	20	5	-	8	-	-	-
	RM	kg/ha	29073	-	-	24.450	26.000	-	24.500	-	-	-
	QTDP	t	166602	-	-	67	35	525	472	180	-	-
<i>Uva</i>	VP	mil reais	389667	-	-	110	57	861	774	295	-	-
	ADC	ha	8812	-	-	5	2	15	35	10	-	-
	AC	ha	8812	-	-	5	2	15	35	10	-	-
	RM	kg/ha	18906	-	-	13.400	17.500	35.000	13.486	18.000	-	-

NOTA: Quantidade Produzida (QTDP); Valor da Produção (VP); Área destinada à colheita (ADC); Área Colhida (AC) e; Rendimento Médio (RM).

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Produção agrícola municipal - lavoura temporária.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL LAVOURA TEMPORÁRIA (2013)			ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Abacaxi</i>	QTDP	mil frutos	76277	-	-	18	-	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	68623	-	-	14	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	3482	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	2807	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	RM	frutos/ha	27174	-	-	18.000	-	-	-	-	-	-
<i>Alho</i>	QTDP	t	35	-	-	10	-	-	10	-	-	-
	VP	mil reais	141	-	-	42	-	-	42	-	-	-
	ADC	ha	7	-	-	2	-	-	2	-	-	-
	AC	ha	7	-	-	2	-	-	2	-	-	-
	RM	kg/ha	5000	-	-	5.000	-	-	5.000	-	-	-
<i>Arroz (em casca)</i>	QTDP	t	67532	-	-	8	-	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	46770	-	-	5	-	-	-	-	-	-
	ADC	ha	17507	-	-	3	-	-	-	-	-	-
	AC	ha	17504	-	-	3	-	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	3858	-	-	2.667	-	-	-	-	-	-
<i>Batata Doce</i>	QTDP	t	71418	-	-	60	-	8.080	-	-	-	-
	VP	mil reais	46771	-	-	57	-	7.676	-	-	-	-
	ADC	ha	3864	-	-	3	-	400	-	-	-	-
	AC	ha	3864	-	-	3	-	400	-	-	-	-
	RM	kg/ha	18483	-	-	20.000	-	20.200	-	-	-	-

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL			ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
LAVOURA TEMPORÁRIA (2013)												
<i>Batata Inglesa</i>	QTDP	t	651476	-	-	4.250	-	500	-	-	-	-
	VP	mil reais	585472	-	-	3.060	-	265	-	-	-	-
	ADC	ha	24842	-	-	250	-	25	-	-	-	-
	AC	ha	24842	-	-	250	-	25	-	-	-	-
	RM	kg/ha	26225	-	-	17.000	-	20.000	-	-	-	-
<i>Cana-de-açúcar</i>	QTDP	t	434079735	1.000	-	-	-	-	3.000	60.000	-	-
	VP	mil reais	23084234	49	-	-	-	-	146	2.929	-	-
	ADC	ha	5415013	10	-	-	-	-	30	750	-	-
	AC	ha	5399235	10	-	-	-	-	30	750	-	-
	RM	kg/ha	80397	100.000	-	-	-	-	100.000	80.000	-	-
<i>Cebola</i>	QTDP	t	190268	-	-	3.950	-	23.400	500	-	-	-
	VP	mil reais	123328	-	-	4.246	-	11.466	538	-	-	-
	ADC	ha	5506	-	-	158	-	600	25	-	-	-
	AC	ha	5371	-	-	158	-	600	25	-	-	-
	RM	kg/ha	35425	-	-	25.000	-	39.000	20.000	-	-	-
<i>Feijão (em grão)</i>	QTDP	t	216471	-	-	418	-	180	138	120	-	-
	VP	mil reais	512189	-	-	1.150	-	495	380	330	-	-
	ADC	ha	114844	-	-	220	-	100	80	100	-	-
	AC	ha	114728	-	-	220	-	100	80	100	-	-
	RM	kg/ha	1887	-	-	1.900	-	1.800	1.725	1.200	-	-
<i>Mandioca</i>	QTDP	t	1323090	400	-	1.875	185	600	1.000	625	-	120
	VP	mil reais	485571	174	-	816	79	261	435	266	-	51
	ADC	ha	54051	20	-	75	12	30	50	25	-	6
	AC	ha	53936	20	-	75	12	30	50	25	-	6
	RM	kg/ha	24531	20.000	-	25.000	15.417	20.000	20.000	25.000	-	20000
<i>Milho (em grão)</i>	QTDP	t	4408375	1.200	-	7.050	1.800	11.600	3.000	2.650	-	2150
	VP	mil reais	1726578	530	-	3.083	795	5.031	1.325	1.152	-	949
	ADC	ha	820221	240	-	1.300	360	2.800	600	400	-	430
	AC	ha	819310	240	-	1.300	360	2.800	600	400	-	430
	RM	kg/ha	5381	5.000	-	5.423	5.000	4.143	5.000	6.625	-	5000
<i>Soja (em grão)</i>	QTDP	t	1844951	-	-	660	1.080	870	1.800	-	-	-
	VP	mil reais	1671773	-	-	634	1.037	740	1.729	-	-	-
	ADC	ha	610452	-	-	220	360	290	600	-	-	-
<i>Soja (em grão)</i>	AC	ha	610452	-	-	220	360	290	600	-	-	-
	RM	kg/ha	3022	-	-	3.000	3.000	3.000	3.000	-	-	-
	QTDP	t	885894	50	-	5.350	125	6.300	630	6.880	-	-
<i>Tomate</i>	VP	mil reais	1196865	85	-	9.095	213	10.710	1.071	11.696	-	-
	ADC	ha	12086	1	-	107	2	100	10	80	-	-
	AC	ha	12071	1	-	107	2	100	10	80	-	-
<i>Trigo (em grão)</i>	RM	kg/ha	73390	50.000	-	50.000	62.500	63.000	63.000	86.000	-	-
	QTDP	t	84345	-	-	-	-	500	-	-	-	-
	VP	mil reais	60984	-	-	-	-	250	-	-	-	-
	ADC	ha	38495	-	-	-	-	200	-	-	-	-
	AC	ha	38495	-	-	-	-	200	-	-	-	-
RM	kg/ha	2191	-	-	-	-	2.500	-	-	-	-	

NOTA: Quantidade Produzida (QTDP); Valor da Produção (VP); Área destinada à colheita (ADC); Área Colhida (AC) e; Rendimento Médio (RM).

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Produção agrícola municipal - cereais, leguminosas e oleaginosas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS (2007)			ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
<i>Arroz (em casca)</i>	QTDP	t	70500	18	-	43	18	60	7	24	-	42
	VP	Mil Reais	34287	7	-	17	7	24	3	10	-	17
	ADC	ha	24600	7	-	17	10	28	4	14	-	17
	AC	ha	24600	7	-	17	10	28	4	14	-	17
	RM	kg/ha	2865	2.571	-	2.529	1.800	2.142	1.750	1.714	-	2470
<i>Feijão (em grão)</i>	QTDP	t	314776	49	-	229	44	447	55	224	-	94
	VP	mil reais	383916	64	-	298	57	581	72	291	-	122
	ADC	ha	192750	44	-	158	45	320	58	194	-	73
	AC	ha.	192750	44	-	158	45	320	58	194	-	73
	RM	kg/ha	1633	1.113	-	1.449	977	1.396	948	1.154	-	1287
<i>Milho (em grão)</i>	QTDP	t	3921701	815	-	2.068	1.123	5.532	1.364	3.768	-	1849
	VP	mil reais	931487	183	-	424	253	1.245	307	848	-	407
	ADC	ha	957610	237	-	548	328	1.462	356	914	-	493
	AC	ha	957610	237	-	548	328	1.462	356	914	-	493
	RM	kg/ha	4095	3.438	-	3.773	3.423	3.783	3.831	4.122	-	3750
<i>Sorgo granífero (em grão)</i>	QTDP	t	166400	-	-	-	70	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	32161	-	-	-	13	-	-	-	-	-
	ADC	ha	68600	-	-	-	35	-	-	-	-	-
	AC	ha	68600	-	-	-	35	-	-	-	-	-
	RM	kg/ha	2425	-	-	-	2.000	-	-	-	-	-

NOTA 1: Quantidade Produzida (QTDP); Valor da Produção (VP); Área Destinada à Colheita (ADC); Área Colhida (AC) e; Rendimento Médio (RM).

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Extração vegetal e silvicultura.

EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA 2013		ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM	
<i>Carvão Vegetal</i>	QTDP	ton.	80519	-	-	480	480	-	-	315	-	-
	VP	mil reais	83263	-	-	1.008	1.008	-	-	662	-	-
<i>Carvão Vegetal de Eucalipto</i>	QTDP	tonelada	67382	-	-	480	480	-	-	315	-	-
	VP	mil reais	70260	-	-	1.008	1.008	-	-	662	-	-
<i>Lenha</i>	QTDP	m ³	7101358	-	-	158.400	158.400	41.900	16.800	17.640	-	114.300
	VP	mil reais	307582	-	-	9.504	9.504	1.006	924	1.058	-	4.801
<i>Lenha de Eucalipto</i>	QTDP	m ³	6472982	-	-	1.150	1.150	41.900	16.800	17.640	-	114.300
	VP	mil reais	283834	-	-	69	69	1.006	924	1.058	-	4.801
<i>Lenha de Pinus</i>	QTDP	m ³	615685	-	-	157.250	157.250	-	-	-	-	-
	VP	mil reais	23128	-	-	9.435	9.435	-	-	-	-	-
<i>Madeira em tora</i>	QTDP	m ³	31464219	-	-	-	-	27.750	-	-	-	136.600
	VP	mil reais	1753939	-	-	-	-	630	-	-	-	10.521
<i>Madeira em tora para papel e celulose</i>	QTDP	m ³	17959952	-	-	-	-	20.950	-	-	-	136.600
	VP	mil reais	1035122	-	-	-	-	419	-	-	-	10.521
<i>Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose</i>	QTDP	m ³	17300614	-	-	-	-	20.950	-	-	-	136.600
	VP	mil reais	999859	-	-	-	-	419	-	-	-	10.521
<i>Madeira em tora para outras finalidades</i>	QTDP	m ³	13504267	-	-	-	-	6.800	-	-	-	-
	VP	mil reais	718817	-	-	-	-	211	-	-	-	-
<i>Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades</i>	QTDP	m ³	12318853	-	-	-	-	6.800	-	-	-	-
	VP	mil reais	650635	-	-	-	-	211	-	-	-	-

NOTA 1: Quantidade Produzida (QTDP) e; Valor da Produção (VP).

NOTA 2: Não foi realizado levantamento da variável VP para os produtos, Pinheiro Brasileiro Nativo (árvores abatidas) e Pinheiro Brasileiro Nativo (madeira em tora).

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Pecuária.

PECUÁRIA (2013)		ESTADO DE SÃO PAULO	ALUMÍNIO	COTIA	IBIÚNA	MAIRINQUE	PIEDADE	SÃO ROQUE	SOROCABA	VARGEM GRANDE PAULISTA	VOTORANTIM
Efetivo de Rebanhos	Bovino	10486750	1.948	-	3.380	2.904	10.217	2.440	10.400	-	1989
	Equino	347411	300	-	1.655	332	2.000	630	672	-	295
	Bubalino	82785	-	-	78	-	350	22	236	-	57
	Suíno Total	1431102	96	-	13.365	2.544	6.331	5.080	857	-	750
	Suíno Matrizes	194331	-	-	2.524	374	1.671	424	100	-	100
	Caprino	59321	140	-	485	58	2.000	238	100	-	21
	Ovino	415327	160	-	673	110	5.000	303	450	-	324
	Galináceos Total	215678844	-	-	1.296	256.361	8.000	48.800	175.349	-	-
	Galináceos - Galinhas	47307195	-	-	1.296	201.908	8.000	10.000	-	-	-
	Codornas	9830666	-	-	-	-	1.000	120.000	-	-	-
Leite de vaca	Nº. de vacas ordenhadas	1390485	234	-	860	624	872	592	4.381	-	896
	QTD	1675914	260	-	600	335	343	260	4.418	-	250
	VP	1676022	229	-	528	295	305	229	3.887	-	220
Ovos	De galinha - QTD	959408	-	-	-	4.018	80	200	-	-	-
	De galinha - VP	1914911	-	-	-	6.027	120	300	-	-	-
	De codorna - QTD	214732	-	-	-	-	10	2.640	-	-	-
	De codorna - VP	144107	-	-	-	-	8	2.112	-	-	-
Mel	QTD	3223637	10.000	-	5.000	7.500	15.000	7.500	50.000	-	15000
	VP	27170	70	-	35	53	105	53	350	-	105
Aquicultura	Tilápia - QTD	24329347	-	-	-	-	59.195	-	-	-	-
	Tilápia - VP	100564	-	-	-	-	385	-	-	-	-
	Alevinos - QTD	79612	-	-	-	-	60	-	-	-	-
	Alevinos - VP	7893	-	-	-	-	12	-	-	-	-
	Larvas e pós-larvas de camarão - QTD	2400	-	-	-	-	2.400	-	-	-	-
	Larvas e pós-larvas de camarão - VP	204	-	-	-	-	204	-	-	-	-
	Outros produtos - VP (rã, jacaré, siri, caranguejo, lagosta)	1170	-	-	-	-	-	288	-	-	-

NOTA 1: Quantidade (QTD) e; Valor da Produção (VP).

NOTA 2: Não foi realizado levantamento para a variável "quantidade" para o produto da aquicultura Outros produtos (rã, jacaré, siri, caranguejo, lagosta, etc).

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

APÊNDICE I - Quadros do subcapítulo 4.2.1

Categorização das pautas das reuniões ocorridas em 2009 no CG da APA Itupararanga.

ATIVIDADES REALIZADAS NO CG EM 2009				
DATA	ATIVIDADE	PAUTA	LOCAL	CATEGORIA
01/04/2009	Cerimônia de Posse do CG Biênio 2009-2010 e 1ª Reunião Ordinária	1) Definição e titularidade e suplência das prefeituras municipais e órgãos do Estado para composição do Conselho Gestor; 2) Posse do Conselho Gestor da APA Itupararanga; 3) Apresentação da proposta final de zoneamento ambiental e minuta do Plano de Manejo .	Votorantim	1) GI; 2) GI; 3) PM e AI.
21/05/2009	1ª Reunião de GT	1) Eleição e posse da Secretaria Executiva; 2) Palestra " Ecologia da paisagem e uso de indicadores da vegetação para o apoio ao planejamento ambiental da região da APA" - Eduardo Luis Martins Catharino/Instituto de Botânica; 3) Finalização da minuta do Plano de Manejo.	Ibiúna	1) GI; 2) AI; 3) PM.
16/06/2009	1ª Reunião Extraordinária	1) Análise e discussão do Projeto de ampliação dos pátios ferroviários de Caucaia do Alto e Parada do Carmo pela ALL/Ferrobán; 2) Informes gerais sobre a próxima reunião.	São Roque	1) DA; 2) GI.
25/06/2009	2ª Reunião Extraordinária	1) Apresentação da proposta de Plano de Manejo da APA elaborada pelos grupos de trabalho; 2) Grupos de trabalho para revisão e finalização da redação do instrumento legal; 3) Grupos de trabalho para desenvolvimento e apresentação dos planos de ação.	Caucaia do Alto (Cotia)	1) PM e AI; 2) PM e GI; 3) PM e GI.
08/07/2009	3ª Reunião Extraordinária	1) Finalização dos programas de ação - instrumento legal do Plano de Manejo da APA Itupararanga; 2) Apresentação de propostas para desenvolvimento dos programas de ação.	Vargem Grande Paulista	1) PM e GI; 2) PM e AI.
07/08/2009	1ª Reunião do GT <i>Turismo sustentável, comunicação e educação ambiental</i>	1) Apresentação do circuito turístico "Taipa de Pilão" (Cristina Oka - Departamento de turismo da prefeitura municipal de Cotia); 2) Organização do Aniversário da APA Itupararanga e I Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga.	Vargem Grande Paulista	1) AI; 2) PE.
18/08/2009	2ª Reunião Ordinária	1) Organização dos grupos de trabalho para o desenvolvimento dos programas de ação do Plano de Manejo da APA; 2) Organização do aniversário da APA e I Seminário de Pesquisa.	Piedade	1) GI; 2) PE.
08/09/2009	1ª Reunião do GT <i>Biodiversidade e Recursos Hídricos</i>	1) Organização das atividades e Plano de Trabalho para o GT; 2) Compatibilização das atividades com o GTI do Comitê de Bacias – SMT; 3) Discussão sobre as propostas de uso no território: mineração e aquicultura.	Ibiúna	1) GI e PE; 2) GI e PE; 3) PM e DA.
09/09/2009	2ª Reunião do GT <i>Turismo sustentável, comunicação e educação ambiental</i>	1) Organização do Aniversário da APA Itupararanga; 2) Continuidade das atividades iniciadas pelo grupo sobre o "Circuito Turístico Itupararanga".	Cotia	1) PE; 2) GI e PE.
13/10/2009	3ª Reunião Ordinária	1) Apresentação de metodologia para os estudos socioambientais, conforme exigência do Conselho Gestor na análise da ALL - América Latina Logística: Readequação dos pátios de manobra "Parada do Carmo e Caucaia do Alto" - Análise de proximidade a UCs e memorial descritivo das obras - trecho Rubinéia/Santos, conforme parecer do CG, elaborado na reunião de 16/06/2009 para análise da metodologia e discussão no Conselho; 2) Homenagem à ex-representante do CG Maurícia Tavares de Lima (APHCE) e reorganização de representantes no CG.	Mairinque	1) AI e DA; 2) AI e GI.
17/12/2009	4ª Reunião Ordinária	1) Apresentação dos resultados e discussões realizados no I Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga; 2) Balanço do evento de comemoração do "Aniversário da APA"; 3) Apresentação e discussão de resultados obtidos através da aplicação de questionários de percepção no Conselho para o trabalho acadêmico da aluna da UNISA - Marta Ribeiro da Silvas; 4) Organização de calendário para a próxima reunião do Conselho e dos Grupos de Trabalho; 5) Informes gerais.	Ibiúna	1) AI; 2) AI; 3) AI e GI; 4) GI; 5) GI.

NOTA: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Projetos e Programas (PP); Recursos Financeiros (RF); Debates e Análises de usos do território (DA); Outras atividades do Conselho Gestor (O).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Gestão APA Itupararanga (2011) e de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal (2011).

Categorização das pautas das reuniões ocorridas em 2010 no CG da APA Itupararanga.

ATIVIDADES REALIZADAS NO CG EM 2010				
DATA	ATIVIDADE	PAUTA	LOCAL	CATEGORIA
18/03/2010	5ª Reunião Ordinária	1) Apresentação das ações de fiscalização na APA Itupararanga - Polícia Militar Ambiental; 2) Apresentação e discussão de resultados obtidos através da aplicação de questionários de percepção no Conselho; 3) Análise da minuta do Regimento Interno do Conselho Gestor da APA; 4) Organização do calendário de atividades para o GT dos Programas de Ação na APA; 5) Informes gerais.	Cotia	1) AI e MF; 2) AI e GI; 3) GI; 4) GI; 5) GI.
15/04/2010	6ª Reunião Ordinária	1) Apresentação do Diagnóstico detalhado das situações ambientais nas áreas de influência direta do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itupararanga, São Paulo; 2) Apresentação do projeto "Mapeamento das áreas de matas ciliares degradadas e diferentes usos da água na micro bacia Alto Sorocabuçu - Sub Bacia 6 - Alto Sorocaba - UGRHI 10; 3) Análise do regimento interno do CG; 4) Agendamento de reuniões dos GTs.	Sorocaba	1)AI; 2)AI; 3)GI; 4)GI.
20/05/2010	2ª Reunião de GT <i>Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP</i>	1) Apresentação do "Programa de Qualificação Produtiva de Plerícolas em Ibiúna" - Alexandre Terra Antunes; 2) Organização dos membros e instituições participantes no GT; 3) Organização do Plano de Trabalho do GT - definição de objetivos e prioridades para desenvolvimento do Programa de Ação – 2010; 4) Informes gerais.	Ibiúna	1)AI; 2)GI; 3)GI e PE; 4) GI.
30/06/2010	7ª Reunião Ordinária	1) Apresentação e discussão do EIA "Residencial Ibiúna Marina Golf Club" - Processo SMA 13775/07 - GEOTEC Consultoria Ambiental/Città; Consultoria/GEASANEVITA Engenharia 2) Formulação do Parecer do CG sobre o empreendimento.	Alumínio	1) AI e DA; 2) DA.
07/07/2010	3ª Reunião do GT <i>Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP</i>	1) Apresentação de projetos na APA Itupararanga; 2) Informes gerais.	São Roque	1) AI; 2) GI.
25/08/2010	4ª Reunião do GT <i>Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP</i>	1) Apresentação dos projetos existentes na APA; 2) Visita nas propriedades rurais no bairro do Verava e em áreas com SAFs.	Ibiúna	1) AI; 2) GI.
08/09/2010	3ª Reunião do GT <i>Turismo e Educação Ambiental</i>	1) Apresentação das propostas para o Circuito Turístico Itupararanga; 2) Levantamento das demais propostas e projetos existentes relacionados ao tema do GT.	Ibiúna	1) AI, GI e PE; 2) AI e GI.
09/12/2010	8ª Reunião Ordinária	1) Apresentação do EIA das obras de duplicação do trecho ferroviário Itarapina - Perequê, proposto pela empresa América Latina Logística.	Cotia	1) AI e DA.

NOTA: *Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Projetos e Programas (PP); Recursos Financeiros (RF); Debates e Análises de usos do território (DA); Outras atividades do Conselho Gestor (O).*

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Gestão APA Itupararanga (2011) e de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal (2011).

Categorização das pautas das reuniões ocorridas em 2011 no CG da APA Itupararanga.

ATIVIDADES REALIZADAS NO CG EM 2011				
DATA	ATIVIDADE	PAUTA	LOCAL	CATEGORIA
10/02/2011	Última Reunião Ordinária do CG Biênio 2009-2011	1)Apresentação do balanço de atividades de 2009/2010; 2)Apresentação do projeto “Educação Ambiental e participação Social para Conservação dos recursos naturais na APA Itupararanga” pela CERISO/FF; 3)Planejamento e elaboração do calendário participativo das atividades da APA Itupararanga 2011.	São Roque	1)AI e GI; 2)AI; 3)GI.
25/05/2011	Cerimônia de Posse do CG Biênio 2011- 2013	1)Homenagem ao CG e balanço dos principais resultados do Biênio 2009-2011; 2)Cerimônia de Posse - Biênio 2011-2013; 3)Lançamento do livro Biodiversidade na APA Itupararanga: condições atuais e perspectivas futuras; 4)Coquetel de encerramento.	Sorocaba	1)AI, GI e PE; 2)AI e GI; 3)AI; 4)AI.
29/06/2011	1ª Reunião Ordinária	1)Eleição da Secretaria Executiva do CG da APA Itupararanga – Biênio 2011-2013; 2)Apresentação de metodologia de planejamento participativo estratégico; 3)Divisão dos Grupos de Trabalho - GTs Programas de Ações – Plano de Manejo da APA Itupararanga; 4)Início de elaboração do Plano de Trabalho para atividades do CG.	Caucaia do Alto (Cotia)	1)GI; 2) AI; 3)GI e PM; 4)GI e PE.
28/07/2011	2ª Reunião Ordinária	1) Apresentação do membro Augusto Vieira do “Instituto de projetos e pesquisas socioambientais” (IPESA) sobre os resultados parciais de seu mestrado sobre “Processos de Governança de APAs – análise a partir do Conselho Gestor da APA Itupararanga – SP”; 2)Apresentação da gestora Sandra Beu sobre “Metodologias de planejamento participativo” para balizar a organização dos GTs; 3)Organização dos GTs; 4)Definição de calendário de atividades prévio; 5) Informes: Sistema Produtor São Lourenço.	São Roque	1)AI; 2)AI e GI; 3)GI; 4)GI; 5)GI.
28/07/2011	1ª Reunião do GT Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APPs	1) Avaliação do quadro de prioridade apresentado pelo pesquisador Augusto Vieira; 2)Definição dos graus de prioridade 1, 2 e 3.	São Roque	1)AI e GI; 2)AI e GI.
12/08/2011	2ª Reunião do GT Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APPs	1)Apresentação do Peterson (Secretaria de Meio Ambiente de Ibiúna) sobre o trabalho de diagnóstico rural feito na ocasião do Projeto PSA Mina D’Água, na microbacia do Murundu; 2)Análise da qualidade das informações dos municípios parte da APA e possibilidade de serem formatadas e agrupadas para subsidiar a elaboração do projeto do diagnóstico.	Ibiúna	1)AI; 2)GI.
18/08/2011	1ª Reunião do GT Uso e Ocupação do Solo e Planejamento Territorial	Não há registro em ATA.	Sorocaba	-
23/08/2011	1ª Reunião Extraordinária	1) Apresentação do EIA-RIMA: “Estudo de Concepção e Projeto Básico do Sistema Produtor São Lourenço” – SABESP.	Ibiúna	1)AI e DA.
23/08/2011	1ª Reunião do GT Turismo e Educação Ambiental	Sem Quórum para realização da reunião.	Alumínio	-
25/10/2011	3ª Reunião Ordinária	1)Apresentação “Processos de Governança em Áreas de Proteção Ambiental: análise a partir do Conselho Gestor da APA Itupararanga – SP” pelo Augusto Vieira – IPESA; 2)Apresentação “Aprendizagem Social e suas implicações entre Ciência Ambiental e Governança Ambiental” pela Mariana Arteiro da Paz; 3)Relatório de Atividades dos GTs da APA Itupararanga; 4)Informes.	Sorocaba	1)AI; 2)AI; 3)GI e PE; 4)GI.
11/11/2011	2ª Reunião do GT Uso e Ocupação do Solo e Planejamento Territorial	Não há registro em ATA.	São Paulo	-
28/11/2011	3ª Reunião do GT Uso e Ocupação do Solo e Planejamento Territorial	1)Definição dos detalhes da organização do Workshop de Planejamento.	Sorocaba	1)GI e PE.
29/11/2011	3ª Reunião do GT Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP	1)Apresentação dos Subprojetos Ambientais do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II.	Ibiúna	1)AI.
30/11/2011	1ª Reunião do GT Turismo e Educação Ambiental	1)Planejamento das atividades do GT para 2012 e reorganização do grupo; 2)Evento do Aniversário da APA Itupararanga 2011; 3)Apresentação dos resultados preliminares do projeto de EA na APA Itupararanga em andamento FEHIDRO/CERISO/FF.	Alumínio	1)GI; 2)PE; 3)AI.
15/12/2011	4ª Reunião do GT Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP	1)PDRS - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Subprojetos Ambientais da SMA/CBRN.	Ibiúna	1)AI.

NOTA: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Projetos e Programas (PP); Recursos Financeiros (RF); Debates e Análises de usos do território (DA); Outras atividades do Conselho Gestor (O).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal (2013).

Categorização das pautas das reuniões ocorridas em 2012 no CG da APA Itupararanga.

ATIVIDADES REALIZADAS NO CG EM 2012				
DATA	ATIVIDADE	PAUTA	LOCAL	CATEGORIA
31/01/2012	4ª Reunião Ordinária	1)Apresentação do balanço de atividades e participação do Conselho Gestor da APA Itupararanga, referente às atividades do GC realizadas em 2011. Exposição realizada pela Sandra Eliza Beu - Gestora da APA Itupararanga/ Fundação Florestal; 2)Apresentação dos resultados obtidos no “Workshop de Planejamento Ambiental na APA Itupararanga”, realizado em dezembro de 2011, na UFSCar de Sorocaba, e apresentação da minuta de Deliberação do CG da APA Itupararanga para encaminhamento destes resultados às Prefeituras e Câmaras de Vereadores municipais na APA. Exposição realizada pela Sandra Eliza Beu - Gestora da APA Itupararanga/ Fundação Florestal; 3)Elaboração de Cronograma e Planejamento de atividades dos grupos de trabalho para 2012; 4)Apresentação do relatório e Plano de Controle Ambiental RCA/PCA, referente ao “Projeto Ibiúna” DNPM 820.154/2012. Exposição realizada pela Prefeitura da Instância Turística de Ibiúna.	Ibiúna	1)AI, GI e PE; 2)AI; 3)GI; 4)AI.
02/04/2012	5ª Reunião Ordinária	1)Informes sobre a organização do calendário; 2) Apresentação pela gestora Sandra Beu dos pontos principais da minuta da deliberação do CG da APA, referente ao parecer do CG sobre “Plano de Controle Ambiental RCA/PCA, da Cia Brasileira de Alumínio (CBA), referente ao “Projeto Ibiúna” DNPM 820.154/2012” para a Prefeitura de Ibiúna; 3)Discussão sobre outros empreendimentos na APA; 4)Apresentação pela gestora Sandra Beu de resultados parciais do projeto de Educação Ambiental na APA Itupararanga, em andamento, executado pela Fundação Florestal e CERISO, onde estão sendo realizados cursos de educação ambiental em todos os municípios da APA.	Vargem Grande Paulista	1) GI; 2)AI e DA; 3)DA; 4)AI.
14/06/2012	6ª Reunião Ordinária	1)Apresentação do projeto “Mapeamento das áreas de matas ciliares degradadas e diferentes usos da água na microbacia Alto Sorocabuçu”, realizado pelo Alexandre Rodrigues Dias do Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA); 2)Organização dos eventos “III Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga” e “Aniversário da APA Itupararanga”; 3)Reorganização dos grupos de trabalho; 4)Informes.	Caucaia do Alto (Cotia)	1)AI; 2)PE; 3)GI; 4) GI.
07/08/2012	7ª Reunião Ordinária	1) Discussão, realização de oficina de planejamento e definição de estratégias frente à questão: problemas na qualidade da água na represa de Itupararanga.	Mairinque	1)AI, PE e GI.
12/09/2012	5ª Reunião do GT Boas Práticas Agrícolas e Preservação de APP	1)Levantamento das entidades, instituições, ONGs e demais parceiros regionais; 2)Zoneamento de Vargem Grande Paulista; 3)Eventos na APA Itupararanga; 4)Iniciativas contemplando BPA; 5)Próxima reunião.	Ibiúna	1)GI; 2)AI e DA; 3)PE; 4)DA; 5)GI.
23/10/2012	8ª Reunião Ordinária	1)Apresentação do Projeto “Corta-Fogo” da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA, Fundação Florestal, Corpo de Bombeiros e Polícia Ambiental); 2)Organização e divulgação dos eventos: “III Seminário de Pesquisa da APA Itupararanga” e “Aniversário da APA 2012”.	Sorocaba	1)AI e MF; 2)PE e GI.

NOTA: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Projetos e Programas (PP); Recursos Financeiros (RF); Debates e Análises de usos do território (DA); Outras atividades do Conselho Gestor (O)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal (2013).

Categorização das pautas das reuniões ocorridas em 2013 no CG da APA Itupararanga.

ATIVIDADES REALIZADAS NO CG EM 2013				
DATA	ATIVIDADE	PAUTA	LOCAL	CATEGORIA
21/02/2013	9ª Reunião Ordinária	1) Planejamento de Atividades 2013; 2) Análise dos processos: SMA nº 70.129/96 e CETESB nº 06/01833/08, referente à recurso contra parecer desfavorável de implantação do Porto de Areia Belo Pereira LTDA, em Ibiúna.	Sorocaba	1)GI e PE; 2)DA.
26/04/2013	10ª Reunião Ordinária	1) Oficina: Práticas de Avaliação Ambiental – Monitoramento Participativo. Ministrada por: Caroline Cichoski (Mestre em Ciência Ambiental pela USP). 2) Apresentação de Ações de Fiscalização da Polícia Ambiental de Sorocaba – Tenente Guilherme D’artagnan. 3) Cronograma de Reunião dos Grupos de Trabalho. 4) Informes.	Sorocaba	1)AI; 2)MF e AI; 3)GI; 4)GI.
11/05/2013	3ª Reunião Extraordinária	1) Análise de processos nº06/00727/93, nº06/00533/07, nº06/00223/12 – Mineração Bom Retiro em Ibiúna, SP.	Ibiúna	1 DA.

NOTA: Monitoramento e Fiscalização (MF); Gestão Interna (GI); Atividades para Integração (AI); Planejamento de atividades Externas (PE); Plano de Manejo (PM); Projetos e Programas (PP); Recursos Financeiros (RF); Debates e Análises de usos do território (DA); Outras atividades do Conselho Gestor (O)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponibilizadas pela Fundação Florestal (2013).

APÊNDICE J - Ficha Técnica da Música Caminhos de Ytu Pararanga

Música Caminhos de Ytu Pararanga.

Esta composição é um produto do meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE/USP). É um trabalho cuja letra retrata a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga, que tem a finalidade divulgar a APA e ser um instrumento de identidade sociocultural e ambiental nos oito municípios que a compõe, a saber: Cotia, Vargem Grande Paulista, Ibiúna, Piedade, São Roque, Mairinque, Alumínio e Votorantim. A melodia foi feita inspirada nessa região predominantemente rural, com um ritmo musical Caipira; o Cururu.

Composição

- Luiz Maria Brandão Estancione (Letra e Melodia datam de 25 de fevereiro de 2014).

Arranjo

- Nino D'andrade.

Partitura

- Thiago Paz.

Instrumentos

- Violão: Luiz Maria Brandão Estancione e Nino D'andrade;
- Viola, Contrabaixo e Percussão: Nino D'andrade.

Produção

- Produzido por Dandrade Studio;
- Direção Geral de Produção e Produtor Responsável: Nino D'andrade;
- Local: Rua Água Preta, 612. Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo – SP;
- Endereço Eletrônico: <www.dandradestudio.com.br>.

Informações do arquivo

- Gravação em 14 de Abril de 2014;
- Formato do áudio: mp3;
- Tamanho do arquivo: 8,1 mb;
- Taxa de amostragem: 16 x 44100 khz .

Meio de Divulgação:

- Música encaminhada ao 22º Programa Nascente realizado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/nascente/>>;
- Disponibilização nesse documento: melodia em áudio e letra em *folder*.

Legenda:

- YTU: do tupi-guarani e significa queda d'água, salto, cachoeira.
- PARARANGA: do tupi-guarani e significa rumorejante/barulhenta.
- CHICO DO RIO; Pessoa que se manifestou pela despoluição do rio Sorocaba.
- TERRA RASGADA: Em tupi-guarani é Sorocaba.
- QUEDAS RUMOREJANTES: Em tupi-guarani é Itupararanga. A Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga é composta pelos municípios: Cotia (Caucaia do Alto), São Roque, Ibiúna, Mairinque, Piedade, Alumínio e Votorantim. Sorocaba está à jusante da represa e faz parte do Conselho Gestor da APA Itupararanga.
- VUTURATY: do tupi-guarani e significa cascata branca. Cidade conhecida como Votorantim.
- MATA QUE SE QUEIMA: Em tupi-guarani é Caucaia.
- TERRA-PRETA: Em tupi-guarani é Ibiúna.
- UNA: do tupi-guarani e significa Preto.
- ARACÊ: do tupi-guarani e significa o canto dos pássaros pela manhã.

Agradecimentos:

- À minha família e à família do Di por elas serem minha vida;
- Ao Movimento de Emaús, principalmente meus irmãos do Folclore, pela inspiração e incentivo;
- Ao Júlio César e à Maria pelo incentivo na voz e no violão e pelas críticas construtivas;
- Ao Roberto Moreno por este presente;
- Ao Nino D'andrade pelo empenho e trabalho neste projeto;
- Ao Thiago, Mariana e Samuel Paz pela amizade;
- Ao Centro de Estudos de Governança Socioambiental (GovAmb) pela amizade e aprendizagem;
- Ao Conselho Gestor da APA Itupararanga pela inspiração, amor e empenho com que trabalham.

APÊNDICE K - Áudio da Música Caminhos de Ytu Pararanga

APÊNDICE L - Folder da Música Caminhos de Ytu Pararanga

APÊNDICE M - Partitura de Voz, Violão e Viola Caipira da Música Caminhos de Ytu
Pararanga

Caminhos de Ytu Pararanga

Voz

Viola C.

Violão

A7M Bm7 C#m7 D7M A7M Bm7 C#m7

9

A mon tan te do ri o do chi co ter - raras - ga - da dos Gua - ra - nis

D7M A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E

18

três cor_pos d'á - gua se fun - dem nas que - das ru - mu - re jan - tes de Vu tu - ra ty Des de - a

A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E A7M

27

ma ta - que se quei - ma nos ca mi nhos da Ter ra Pre ta veias a pul sar vi das tão sin ge

Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E A7M Bm7 C#m7

37

las So ro ca bu ssu U na So ro ca mi rim Y Y tu Pa ra ran ga

Bm7 A7M F#m7 B7 E E7 D E F#m7

2

46

so cie da de em pe nha da ma ni fes tou se ar du a men te e am pa

A7 D E F#m7 A7 G A Bm7 F#m7 G

56

rou a Su - b - ba - ci - a do Al - to So - ro - ca - ba

F# F E E A Em A D D B7/D# E

65

Ao a - ma - nhe - cer de - lei - tar - se, ao a - ra - cê ao o - lor do, or - va - lho do ce - dro ro -

E A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7

73

sa - do e no po - en - te o sol ful gen - te su - a - ve bri - sa a - ca - len - ta to - da gen - te

E A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E

82

De - sa - bro - cham nes - te es - pe - tá - cu - lo a Ma - ta - A - tlan - ti - ca e o - cer - ra - do com es - te

A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E A7M

91

e - lo con - fli - tu - o so vá - rios são os u - sos do so - lo pe - lo po - vo Y

Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E E D

100

Y tu Para ran ga so cie da de em pe nha da ma ni fes tou se ar du a

E F#m7 A7 D E F#m7 A7 G A Bm7

110

men te e am pa rou a Su - b - ba - ci - a do Al - to So - ro - ca - ba

F#m7 G F# F E E A Em A D D B7/D#

120

Por en - tre nú - cleos ru - rais e ur - ba - nos es - tra - das e mor - ros rios e vi - ci

E E A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7

129

nais i - mi - gran - tes cul - ti - vam flo - res vi - dei - ras - hor - ta - li - ças e mi - lha - rais

E A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E

4

135

As mar - ge - ns da re pre - sa o - ci - o - si - da - de com - bi - na com a li - da la - zer e - co - no

A7M Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E A7M

147

mi - a cul - tu - ra e mo - ra di - a re - pre - sen - tam es - ta á - rea pro te - gi - da Y

Bm7 C#m7 Bm7 A7M F#m7 B7 E E D

156

Y tu Para ran ga so cie da de em pe nha da ma ni fes tou se ar du a

E F#m7 A7 D E F#m7 A7 G A Bm7

166

men te e am pa rou a Su - b - ba - ci - a do Al - to So - ro -

F#m7 G F# F E E A Em A

174

ca - ba

D D B7/D# E E A A E E A